

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 1

Artigos Científicos
GRADUAÇÃO 2015/1

Unoesc Chapecó
Junho 2015

Organizadores:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Gilberto Pinzetta
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco



Editora Unoesc

© 2015 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc
Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira

Copidesques: Bianca Regina Paganini, Giovana Patrícia Bizinela, Gilvana Toniélo
Revisão eletrônica: Talita Varella
Projeto gráfico: Daniely A. Terao Guedes
Capa: Gilmar Paloschi

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.
Campus de Chapecó
Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação
2015/1 / organizadores: Diego Beal ... [et al.]. – Chapecó:
Editora Unoesc, 2015.
490 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 1)

ISBN: 978-85-8422-031-1

1. Direito - Pesquisa. 2. Ensino Superior. I. Beal,
Diego, (org.). II. Título. III. Série

CDD 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Antonio Carlos de Souza

Campus de Xanxerê

Genesio Téo

Pró-reitor de Graduação

Ricardo Marcelo de Menezes

**Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação
e Extensão**

Fábio Lazzarotti

Diretor Executivo da Reitoria

Alciomar Marin

Comissão científica

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Diego Beal

Gilberto Pinzetta

Inocencia Boita Dalbosco

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....7

ARTIGOS

ÁREA DAS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA CAD PARA AUTO-
MAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS DE MONTAGEM DE
FORROS..... 11
Alessandro Biessek, Tiago Zonta

FERRAMENTA PARA AVALIAÇÃO DA ERGONOMIA DE APLI-
CATIVOS COMPUTACIONAIS 29
Ednilson Fernando Devilla, Jean Carlos Hennrichs

ARTIGOS

ÁREA DAS CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB UM ENFOQUE HISTÓRICO,
SOCIAL E CONSTITUCIONAL: UMA ALTERNATIVA OU UM
DEVER ESTATAL?..... 51
Aline Oliveira Mendes de Medeiros Franceschina, Dárlea Carine Palma

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE SOB O PRISMA DO
IPTU PROGRESSIVO NA SISTEMÁTICA CONSTITUCIONAL
PÁTRIA 67
Andre Amaral Medeiros, Caren Silva Machado Medeiros

A GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM GRANDES EM-
PRESAS BRASILEIRAS..... 87
Sabrina Nascimento, Alessandra Carvalho Vasconcelos, Sandra
Rolim Ensslin

ADEQUAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA NBC T -15	109
Sabrina Nascimento, Irani Rocha, Marines Boff, Ilse Maria Beuren	
ANÁLISE DA GESTÃO DE ESTOQUE EM UMA EMPRESA DO SETOR VAREJISTA DE CALÇADOS	131
Mariana Bevilaqua, Wagner Bueno, Sabrina do Nascimento	
EPISTEMOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO: ABORDAGENS DAS PUBLICAÇÕES NA BASE SCIELO BRASIL, DE 1998 A 2008	153
Rodrigo Cardoso Santos, Amelia Silveira, Sabrina Nascimento, Irani Rocha	
ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PERSPECTIVAS CONTÁBIL E ECONÔMICA DO CAPITAL INTELECTUAL REALIZADA NO BRASIL	177
Alessandra Carvalho Vasconcelos, Sabrina Nascimento, Sandra Rolim Ensslin	
MULHERES COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR AO CÔNJUGE: INFLUÊNCIAS NO CASAMENTO	199
Aline Cviatkovski, Michele Gaboardi Lucas	
O ENSINO CONTÁBIL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	219
Odir Luiz Fank, Sabrina Nascimento, Rodrigo Angonese, Rita Buzzi Rausch	
POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ESTUDANTES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SOB A ÓTICA DO <i>CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX (CEI)</i>	247
Juthielli Tormem, Sabrina Nascimento, Suzete Antonieta Lizote	
REDUÇÃO DE PERDAS NOS PROCESSOS LOGÍSTICOS EM UMA EMPRESA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS CHAPECÓ – SC	269
Marcelo Antonio dos Santos, Wagner Bueno, Sabrina do Nascimento	

SATISFAÇÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DO VALE DO ITAJAÍ	291
Odir Luiz Fank, Sabrina Nascimento, Rita Buzzi Rausch	

ARTIGOS

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA

A DOENÇA DE ALZHEIMER: CUIDANDO DA SAÚDE DO FAMILIAR CUIDADOR	315
Daniela Cristiani Lucas, Karine Schwaab Brustolin	
AMOR X INFIDELIDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO	339
Camila Lorenzetti, Michele Gaboardi Lucas	
APRENDIZAGEM E SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE CASO	361
Letícia Carolina Chaves, Alisson Cozzer, Dirceu Luís Minella, Sayonara de Fátima Teston	
AS PERCEPÇÕES DO CASAL DURANTE A GESTAÇÃO	381
Tailine Rossetto, Francine Cristine Garghetti	
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS POR MEIO DO COACHING: UMA METODOLOGIA PROMISSORA PARA INSERÇÃO PROFISSIONAL	401
Creici Lamonato, Patrícia Tomazelli	
E DEPOIS? MUDANÇAS E DESAFIOS DA MULHER APÓS A MATERNIDADE	419
Laís Regina Bordignon, Francine Cristine Garghetti	
ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES ENTRE 10 E 17 ANOS DE GRAMADO DOS LOUREIROS, RS	439
Rafael Cunha Laux, Vanessa Pereira Giordani, Daniela Zanini	

FATORES QUE MOTIVAM OS COLABORADORES DA EMPRESA AYH COSMÉTICOS PARA O CRESCIMENTO EMPRESARIAL 453

Danilo Zonta, Ana Paola Grando

O MODELO TEÓRICO DE CAMPO: A PROPOSTA FUNCIONAL DA PSICOLOGIA NATURALISTA 473

Patrick Zawadzki

PREFÁCIO

Apresentamos à comunidade acadêmica a coletânea de artigos dos cursos de graduação da Unoesc, *campus* de Chapecó. Uma iniciativa que tem como fundamento motivar o corpo docente e discente a promover a produção científica a partir das vivências da graduação dos diversos cursos envolvidos nessa atividade. Não basta que nos limitemos hoje a um aprendizado estático, movido apenas pela recepção de conteúdo de determinada área, sem promover um diálogo que transcenda o momento de sala de aula e possa persuadir os atores da aprendizagem a exercer os diversos meios de cognição que possam ampliar a sua visão dos temas para compreendê-los melhor.

Exercitar a arte de escrever, refletir, pesquisar, entender as várias nuances de um problema, por meio da reflexão crítica, do intercâmbio entre os saberes e da articulação entre a teoria e a prática, torna-nos melhores e, certamente, projeta-nos a outro nível de aprendizado, fazendo com que possamos contribuir de forma mais concreta para o nosso desenvolvimento.

Esses artigos demonstram um pouco dessa forma de aprender, aproveitando para descolar, do eixo comum, um grupo de docentes e discentes que se lançam a compartilhar com a comunidade acadêmica o fruto do seu labor, por meio de 23 artigos. Os temas foram cuidadosamente escolhidos, os alunos e professores promoveram seu melhor esforço e o resultado não poderia ser outro senão uma obra que contribui com nosso crescimento intelectual em diversas áreas do conhecimento. Manifestamos nosso agradecimento a todos que se envolveram com a elaboração desse *e-book*, que é uma forma atual de disseminar os conhecimentos científicos promovidos na graduação da Unoesc, e que possamos, como Instituição, promover cada dia mais a possibilidade de dar visibilidade ao resultado do aprendizado traduzido em artigos científicos. Boa leitura a todos!

Professor Ricardo Menezes

ARTIGOS
ÁREA DAS
CIÊNCIAS EXATAS E
TECNOLÓGICAS



Editora Unoesc

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA CAD PARA AUTOMAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS DE MONTAGEM DE FORROS

Alessandro Biessek*
Tiago Zonta**

Resumo

As ferramentas CAD, compreendidas como *softwares* que auxiliam na realização de desenhos utilizando o potencial computacional, são muito utilizadas em projetos técnicos com o objetivo de aumentar a precisão, documentação, e principalmente de possibilitar a agilidade na realização de projetos. Na realização de orçamentos de obras de montagem de forros, as ferramentas CAD auxiliam de modo que o profissional tenha uma visão do que o cliente espera do serviço ou produto oferecido, e assim possa calcular os materiais e demais custos envolvidos na obra. O processo, então, fica dividido em duas etapas, desenho de uma planta baixa do ambiente da obra e cálculo dos custos envolvidos, o qual é realizado manualmente pelo profissional. Nesse contexto, dois problemas foram alvos de estudo deste trabalho, a baixa utilização do potencial computacional e os custos envolvidos na utilização de uma ferramenta CAD complexa para uma representação básica de planta baixa. Com o desenvolvimento de uma ferramenta CAD com recursos que pudessem atender ao processo completo do orçamento e não apenas a etapa de desenho, com foco direcionado ao processo de realização de orçamentos de obras de forros, podendo auxiliar do início ao fim, utilizando todo o potencial de ferramentas CAD e do computador, realizando, por exemplo, cálculos de materiais e mão de obra automatizados. Acrescentado a isso, a ferramenta terá apenas os recursos necessários para a tarefa determinada, o que acarreta uma redução natural do tamanho, dos custos e da complexidade da ferramenta. Palavras-chave: CAD. Forros. Orçamento.

*alessandrobiessek@gmail.com

**tiago.zonta@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas CAD (*Computer Aided Design*) facilitam o trabalho de diversas áreas que envolvem e utilizam desenhos técnicos. Ferramentas desta categoria trazem soluções de maneira genérica a todos os problemas das áreas em que são empregadas, o que pode causar a subutilização de diversos recursos, pois cada área possui suas necessidades específicas.

A atividade estudada neste trabalho, a montagem de forros de ambientes domésticos ou comerciais, é um exemplo em que se utiliza a ferramenta CAD. O processo de orçamento de obras de montagem de forros é normalmente dividido em duas etapas: primeiramente, utilizando-se uma ferramenta CAD, é desenhada a planta baixa de uma obra, posteriormente, com base nas medidas e dimensões expostas pela ferramenta, é realizado por um profissional, de forma manual, o cálculo de materiais necessários para a execução da obra, resultando em um orçamento que é repassado para o respectivo cliente, o qual analisará a proposta.

A ferramenta CAD geralmente possui um alto custo (mesmo sendo uma ferramenta de licença livre, necessitará de investimento em equipamento adequado) e quem a utiliza necessita de conhecimentos técnicos e provavelmente de treinamentos, o que gera mais custos e pode comprometer a utilização de tais ferramentas no processo. Além disso, o fato de o cálculo final do orçamento ser feito manualmente o torna menos confiável, isto é, passivo de erros humanos e mais demorado, algo que fará diferença na análise do cliente em relação à proposta.

Analisando as necessidades citadas, o presente trabalho teve como objetivo o desenvolvimento de uma ferramenta CAD para auxílio na elaboração de orçamentos de obras de montagem de forros, tratando de forma conjunta às ações existentes neste processo. O desenvolvimento de uma ferramenta direcionada especificamente para essa tarefa pode diminuir os custos, por reaproveitar melhor os recursos necessários para sua execução, além de tirar a responsabilidade da realização do orçamento do profissional, visando a um aumento na velocidade de criação da proposta final e na precisão do orçamento.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 AMBIENTES FACILMENTE MODIFICÁVEIS

O mundo atual requer soluções práticas e ao mesmo tempo eficientes. Isso também ocorre na engenharia civil, que em conjunto com a arquitetura, vem empregando formas de se construir ambientes de forma rápida e que permita alterações sem grande impacto de estrutura, ou seja, que permitam adaptações conforme a necessidade, sem necessitar projetar novamente toda a estrutura da obra.

Segundo Zonta (2009, p. 7), no Brasil, esse conceito de obras ainda está evoluindo, normalmente visto em ambientes industriais, enquanto nos Estados Unidos já é amplamente utilizado até mesmo em residências.

Para que obras desse tipo sejam realizadas, é necessário que haja precisão durante a fase de planejamento, o que ressalta a importância do projeto da obra. A montagem de forros se inclui nesse contexto, ou seja, o projeto da obra de montagem de forros merece atenção.

2.2 FORROS

O revestimento do teto de uma obra não é exclusividade de ambientes facilmente modificáveis. Todo ambiente, residencial, industrial ou empresarial, necessita de uma forma de proteger instalações superiores, que ficam entre o telhado e o piso, além de dar atenção à arquitetura do ambiente. O material utilizado para esse objetivo é o forro, que além das funções principais, traz consigo a possibilidade, de acordo com o material, de isolamentos acústicos e térmicos do ambiente.

Os forros são comercializados em diversos tipos de materiais que atendem a diferentes necessidades de revestimento e decorações, como forros de madeira, metálicos, gesso acartonado, EPS (Isopor), lã de vidro, fibra mineral e PVC, sendo o forro de PVC o mais utilizado atualmente. Além dos materiais, os forros são subdivididos em modulares e lineares,

que caracterizam seu formato e aspectos, como instalação, concepção arquitetônica e características técnicas:

- a) Forros Modulares: segundo Zonta (2009, p. 8), forros modulares são caracterizados pela utilização de placas removíveis, o que facilita a passagem de fiações de redes, além de simplificar mudanças de *layout* no ambiente instalado e manutenções nas estruturas de rede, como elétrica, internet, entre outras.
- b) Forros Lineares: os forros lineares são caracterizados por terem a forma de régua ou lâminas, diferenciando-se dos modulares na etapa de montagem em algumas características, porém, mantendo a facilidade na instalação.

2.3 ORÇAMENTO E MONTAGEM DE FORROS MODULARES E LINEARES

A obra de montagem de forros segue as exigências e necessidades de cada ambiente, porém, a estrutura e os materiais necessários são padronizados, ajustando-se em quantidade de acordo com a necessidade. Além disso, o processo atual de cálculo de orçamento de um projeto de montagem de forros classificados como modulares e lineares se diferem em poucas etapas:

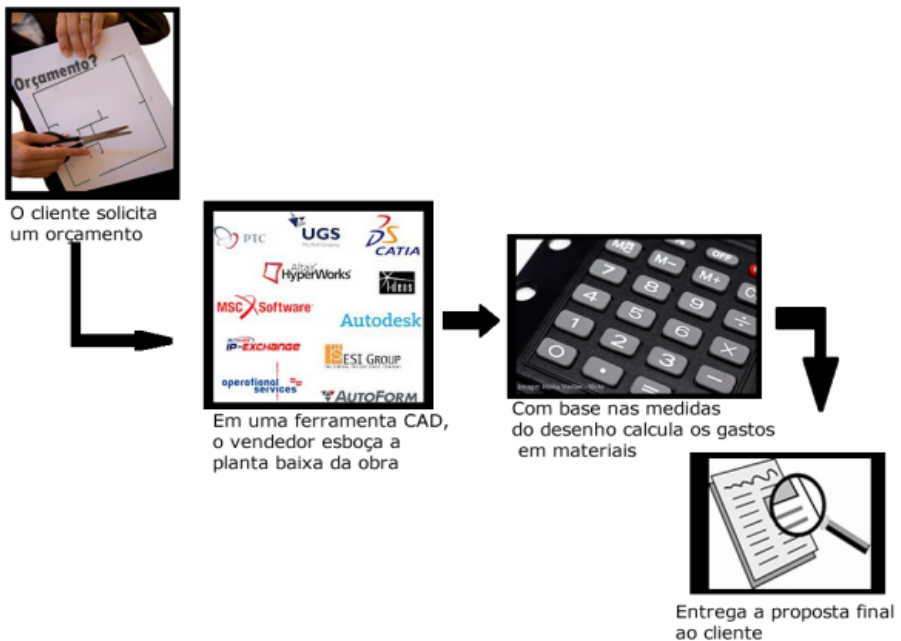
- a) *Forros modulares*: Primeiramente é desenhada a planta baixa da obra em uma ferramenta CAD, representando o local onde será montada a estrutura de forros; é realizado o preenchimento do desenho de planta baixa com placas para que se denote a quantidade; o cálculo de materiais necessários além das placas de forros é todo baseado na modulação desenhada, como a quantidade de perfis para a grade e cantoneiras necessárias, além do número de presilhas.

- b) *Forros lineares*: o processo de montagem de realização do orçamento de forros do tipo linear segue as mesmas etapas com exceção da segunda, pois não necessita do preenchimento da planta baixa, o cálculo do material é direto a partir da metragem da obra.

De acordo com Zonta (2009, p. 9), alguns custos de materiais são conhecidos com base no desenho realizado na ferramenta CAD, por exemplo, o número de presilhas é três vezes a quantidade de placas, a metragem de pendurais é calculada com base na medida do rebaixe até o nível do forro. Além disso, o valor de mão de obra é baseado na metragem quadrada da obra.

Ambos os modelos de forros seguem o mesmo fluxo de processo na realização do orçamento, o diagrama de atividade a seguir exemplifica tal processo que inicia a partir da necessidade do cliente.

Diagrama 1 – O processo de realização de orçamentos



Fonte: os autores.

2.4 CAD/DAC – DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR E GEOMETRIA COMPUTACIONAL

Segundo Cadazz (2004), *softwares* CAD referem-se a programas de computador que auxiliam engenheiros e projetistas em uma ampla variedade de indústrias para projetar e fabricar produtos físicos que vão desde edifícios, pontes, estradas, aviões, navios e carros até câmeras digitais, telefones celulares, televisores, roupas e os próprios computadores. Além disso, tais ferramentas podem ser customizadas para atender às necessidades específicas de cada área.

O termo CAGD/DGAC (Desenho Geométrico Assistido por Computador) define a junção entre tecnologias CAD e a geometria computacional, pois de acordo com Sederberg (2007), concentra-se como a descrição matemática de formas para uso na computação gráfica, indústria e análises, baseando-se nos campos da geometria, computação gráfica, análise numérica, teoria da aproximação, estrutura de dados e álgebra computacional.

Segundo TopTenReviews (2009), a aplicação de ferramentas CAD atualmente está visível em diversas áreas. Na elétrica, com esquemas de redes e conexões, na arquitetura, com plantas, elevações, perspectivas elétrica e hidráulica, na mecânica, com projetos de máquinas industriais e ferramentas, na medicina, com projetos relacionados à odontologia, na automobilística, com projetos de carroceria e estrutura, entre outros.

As ferramentas CAD são classificadas quanto ao modelo de desenho em 2D e 3D:

- a) *Modelo 2D*: a representação 2D (duas dimensões) é suficiente para algumas necessidades, como representações hidráulicas e elétricas. Por ter uma complexidade relativamente menor que projetos 3D (três dimensões), o usuário tende a se habituar de forma mais rápida à ferramenta. Entre as ferramentas que se destacam no mercado CAD 2D, Stonecypher (2010) elenca as

duas principais: o AutoCAD da AutoDesk e o Microstation da empresa Bentley Systems.

- b) *Modelo 3D*: a representação 3D é aplicada a projetos que demandam maior complexidade em relação à modelagem 2D, e em razão disso, o profissional que utiliza a ferramenta necessita de treinamento, o que geralmente não é barato quando se fala em ferramentas CAD. Stonecypher (2010) lista as principais ferramentas CAD 3D disponíveis: Catia da Desault-IBm, Pro-Enginner da empresa PTC e o SolidEdge da empresa UGS.

2.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS

Segundo Bozdoc (2003), a principal vantagem no uso de ferramentas CAD é a facilidade de modificações.

When you're working on paper and a customer wants to change a drawing, you have to draw it all over again [...] In CAD, you make the change immediately and print out a new drawing in minutes, or you can transmit it via E-mail or Internet all over the world instantly. (BOZDOC, 2003).¹

Já Paper2Dwg (2006) lista as desvantagens na implantação de soluções CAD, que embora sejam poucas, precisam ser consideradas, principalmente pelo fato de que as desvantagens estão mais relacionadas à implantação da ferramenta e não a sua utilização em si. No quadro 1 são apresentadas as vantagens e desvantagens em relação à utilização do CAD de acordo com os autores.

¹ Quando você está trabalhando em papel e um cliente quer mudar um desenho, você tem que desenhar tudo novamente. Com o CAD, pode-se fazer a alteração imediatamente e imprimir um novo desenho em questão de minutos, ou transmiti-lo via e-mail ou pela internet.

Quadro 1 – Paralelo entre vantagens e desvantagens do CAD

Vantagens	Desvantagens
<p>Competitividade: as empresas usam CAD para produzir melhores projetos rapidamente e de forma mais barata do que os seus concorrentes.</p> <p>Produtividade: permite o desenho fácil de polígonos, elipses, várias linhas paralelas e curvas paralelas múltiplas, algo que “na mão” pode ser mais complicado.</p> <p>Documentação: principalmente quando o produto a ser desenvolvido possui várias partes, melhora a legibilidade de informações, facilitando a comunicação e a padronização quando se trabalha em equipe.</p>	<p>Custos elevados: as empresas precisam investir em hardware, software e treinamento. É necessário possuir computador adequado para o trabalho gráfico que o CAD oferece. Mesmo quando se trabalha com ferramentas de licença livre, é necessário o investimento em equipamentos com recursos disponíveis para a robustez de tais ferramentas.</p> <p>Treinamento: o profissional que utiliza precisa ter conhecimentos técnicos sobre a ferramenta.</p>
(BOZDOC, 2003).	(PAPER2DWG, 2006).

Fonte: os autores.

2.6 TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS ENVOLVIDAS

A ferramenta AutoCAD foi escolhida como foco no estudo do CAD e da tarefa de realização de orçamentos de montagem de forros em razão do tamanho do mercado atual do AutoCAD e por sua utilização amplamente difundida no Brasil e no mundo.

Para o desenvolvimento foram utilizados a IDE Delphi e o componente TCAD da empresa HongDi, disponível para a IDE, que implementa os controles de desenho CAD, buscando, dessa forma,

diminuir o escopo do trabalho desenvolvido para as etapas relacionadas ao orçamento e não ao desenho CAD.

2.6 MODELAGEM DE INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO (BIM)

Segundo Panizza (2004), a afirmação de que o computador é utilizado na maioria das vezes como uma prancheta eletrônica é reforçada. Ferramentas CAD resolvem muito bem o problema de representação de um desenho de projeto em meio eletrônico, porém, não há informação integrada deste projeto ao desenho realizado no CAD.

Nesse meio, o BIM apresenta uma nova forma de representação e descrição de componentes do ciclo de uma construção.

O conceito novo que vem sendo aplicado a *softwares* é a categoria CAD-BIM, na qual os componentes representados em desenho contêm informações, isto é, propriedades da vida real, deixando de ser apenas desenhos gráficos e possuindo detalhes de fabricantes, materiais especificações e preços. Agregando, dessa forma, muito mais informação, colaboração, simulação e detalhamento ao projeto de uma construção.

2.7 CAD-BIM E O ORÇAMENTO DE FORROS

No processo de realização de um orçamento, o desenho da planta baixa é a principal etapa, pois é ele que representa os cômodos e espaços, detalhando medidas. Tal desenho serve como base a todos os cálculos, tanto de material necessário quanto de mão de obra a ser empregada.

Apesar de ser fundamental no processo, a única etapa em que a tecnologia é utilizada é no início do processo, subutilizando assim o potencial da tecnologia computacional, como dito por Panizza (2004). O desenvolvimento do projeto se justificou nesta etapa, na qual se buscou atribuir mais funções à ferramenta utilizada atualmente apenas para o desenho da planta baixa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, por se tratar da construção de um *software*, seguiu os procedimentos de levantamento de necessidades e entrevistas com profissionais da empresa do segmento de ambientes facilmente modificáveis responsáveis pela tarefa de realização de orçamentos, empresa que já possuía uma solução similar ao projeto para orçamento de Paredes de Divisória e *Drywall*. Com isso, foi necessário o entendimento das fases do processo de realização de um orçamento e o que era necessário em cada uma delas. Com essas informações, o projeto foi dividido em conhecimentos já existentes e necessidades novas. O desafio de trabalhar com o forro traz a necessidade da criação de desenhos que não possuem uma única forma geométrica; essa interpretação demandou uma pesquisa de métodos e ferramentas que seriam melhor aplicadas.

Na primeira etapa do desenvolvimento, o componente TCAD foi estudado, buscando conhecer seus recursos e suas limitações, realizar modificações necessárias e iniciar a etapa do orçamento, validando os recursos oferecidos pelo componente com os disponibilizados pelas ferramentas utilizadas pelos profissionais até o momento para o desenho.

Durante todo o desenvolvimento, os recursos desenvolvidos foram continuamente avaliados, observando em conjunto com os profissionais da empresa em relação à solução utilizada até o momento para realizar a tarefa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO

A primeira versão teve três pontos principais que deveriam ser realizados com sucesso para a continuidade de versões futuras. Primeiro, o problema foi focado na solução de orçamento para Forros Lineares; segundo, foi necessário identificar qual a melhor forma para a realização dos desenhos, mantendo as funcionalidades principais do AutoCAD;

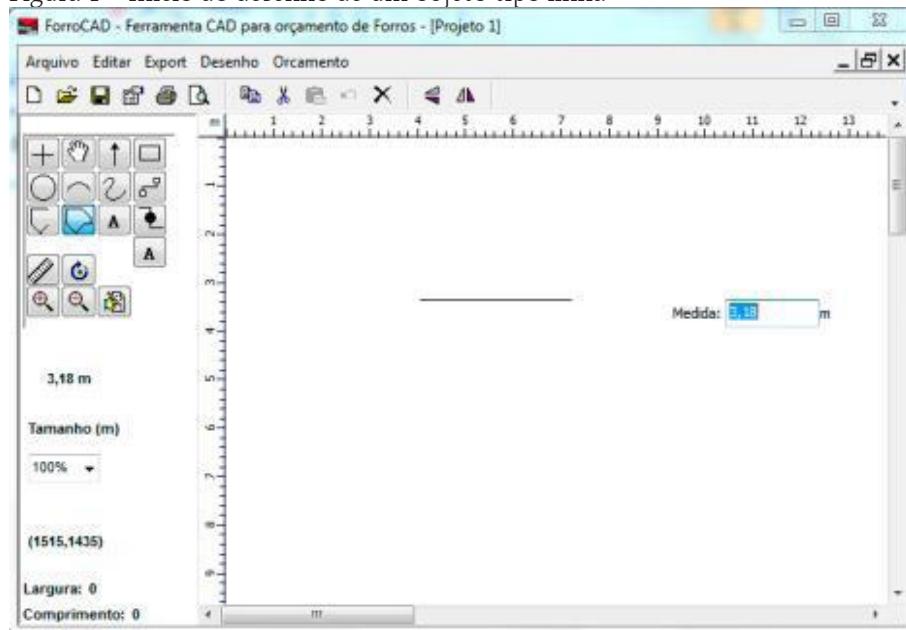
terceiro e mais complexo, foi a realização do preenchimento da planta, obedecendo à direção da futura montagem. O desenvolvimento da solução em si foi dividido em duas etapas: o desenho CAD e o orçamento.

Na etapa inicial, do desenho, foram realizados testes e estudos do componente TCAD para o entendimento dos recursos disponibilizados por eles, com isso, foram realizadas entrevistas com os profissionais envolvidos para conhecer o que havia nas ferramentas CAD utilizadas até o momento e extrair o que era indispensável na nova solução, objetivando o desenvolvimento de uma ferramenta enxuta, mas, ao mesmo, tempo completa em recursos relacionados ao desenho.

A constante comparação da ferramenta desenvolvida à solução utilizada trouxe dificuldades em relação ao componente, pois constatou-se de início que os recursos disponibilizados eram básicos, mesmo se tratando de CAD. Assim, algumas implementações foram necessárias no próprio código-fonte do componente para que se ajustassem alguns pontos divergentes do acostumado pelos usuários e se adicionassem as funcionalidades não encontradas.

Entre as funcionalidades apresentadas como fundamentais estava a possibilidade de inserir o comprimento da linha e esta ser gerada automaticamente durante o desenho, agilizando o processo. A Figura 1 demonstra como ficou o funcionamento da solução desenvolvida, neste exemplo o desenho é iniciado e o componente exibe a medida atual da linha em um campo de entrada de texto, possibilitando que o usuário altere e a linha seja continuada automaticamente.

Figura 1 – Início do desenho de um objeto tipo linha

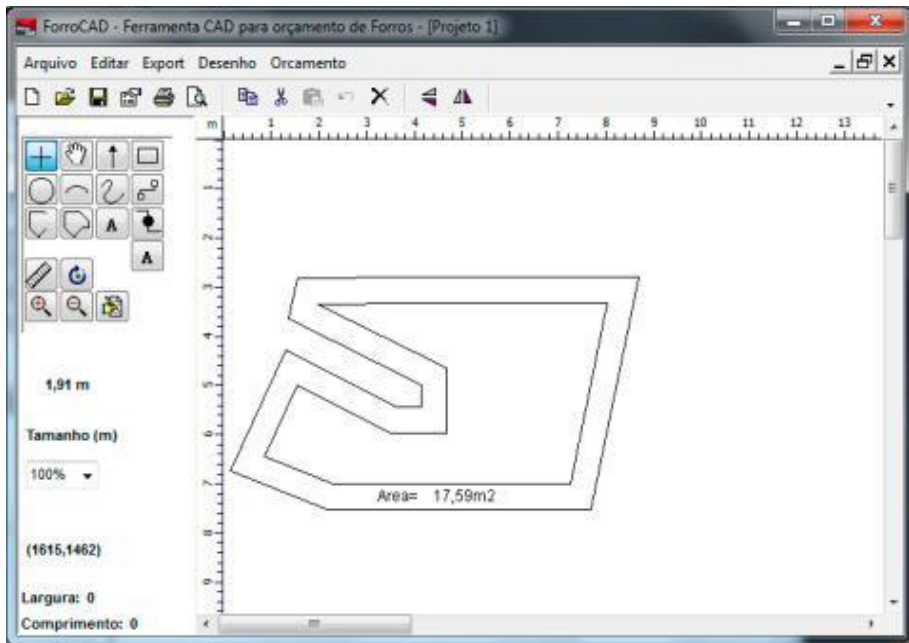


Fonte: os autores.

Em seguida, a funcionalidade desenvolvida foi para a exibição de alvenaria da planta baixa, em termos de CAD, funciona como uma duplicação para o lado externo da figura, definida como *offseting*, que consiste em deslocar a figura externa ou internamente, criando um contorno, suprimindo a necessidade tanto da duplicação, usada para alvenaria, quanto para representações de cotas, corredores e outras regiões de uma planta baixa.

A implementação consistiu na utilização da biblioteca Clipper disponível também para o Delphi, no qual foi necessária apenas a conversão entre as estruturas de dados dos dois componentes. A biblioteca Clipper utiliza as informações criadas a partir do componente TCAD e posteriormente retorna as informações na sua estrutura própria, que é convertida novamente para o formato original. O resultado pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Resultado da aplicação da biblioteca Clipper



Fonte: os autores.

Na sequência, foram desenvolvidos ajustes na pintura das figuras geométricas realizada pelo componente, alterando o comportamento quando uma figura estiver selecionada pelo usuário, isto é, um *feedback* ao usuário, para que fique evidente qual figura está sendo alterada.

A partir das alterações realizadas no comportamento do componente TCAD e do desenho, foi possível iniciar a relação entre o desenho e o orçamento, a qual é demonstrada pelo preenchimento da planta baixa com os materiais.

A implementação do preenchimento foi a etapa que, naturalmente trouxe mais desafios e agregou mais conhecimento, utilizando a ideia básica do algoritmo de *line sweep*, que possui como lógica básica o movimento, uma linha da esquerda para a direita no plano e realizando os testes necessários considerando apenas a linha no momento, o que está à esquerda ou à direita dela, ou seja, isolando o problema em regiões específicas, algo que pode ser muito útil para a redução do problema em complexidade. A Figura 3 apresenta esse princípio do algoritmo.

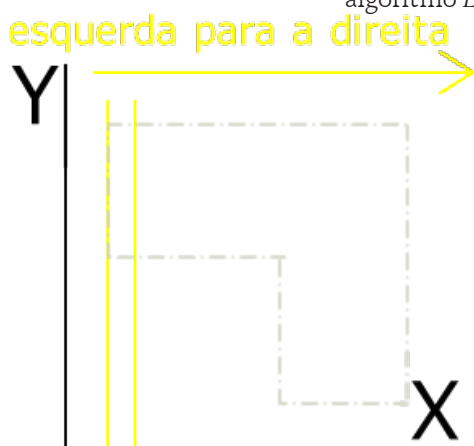
Figura 3 – Algoritmo *Line sweep*



Fonte: os autores.

Para atingir a divisão do problema do preenchimento, foi desenvolvido um algoritmo em que duas linhas verticais paralelas com distância entre si equivalente ao tamanho de uma régua de ferro de 200 milímetros de largura movimentam-se no sentido horizontal da figura que deve ser preenchida, isolando a região de todo o resto da figura, ou seja, seguindo a ideia básica do algoritmo do *line sweep*, mas adaptando para a necessidade da implementação. A Figura 4 exibe o início do movimento do algoritmo.

Figura 4 – Início do movimento do algoritmo *Line sweep*



Fonte: os autores.

No início da execução, exibido na Figura 4, a região isolada é tratada e nela serão inseridos retângulos que representam a régua do forro. O algoritmo que foi desenvolvido é descrito nos passos que seguem:

- a) Receber o polígono que deve ser preenchido, bem como o sentido da montagem e a largura da régua a ser usada;
- b) Enquanto os segmentos de linha que representam as extremidades de régua forem menores que o ponto X, mais à direita da figura executar o algoritmo:
 - Guardar em uma lista nova os pontos que intersectam com a primeira linha e com a segunda linha. Esta lista será adicionada a uma coleção de listas de pontos, utilizadas para o fechamento de régua;
 - Quando não houver mais pontos para guardar nas listas, fechar os blocos que representam as régua;
 - Ordenar a coleção de listas de pontos pelo menor ponto, isto é, com menor X e Y;
 - Cada par de listas formará uma régua de forro, inserir cada régua criada na lista de saída.
- c) Retornar à lista de figuras que representam as régua.

Após o desenvolvimento do algoritmo principal da aplicação, foi necessária a implementação da etapa final em se tratando de orçamentos que seriam os cálculos de materiais que deveriam ser utilizados para a realização da obra, considerando o que estiver disponível no estoque.

A manutenção de valores e quantidades disponíveis em estoque foi realizada por meio de formulários simples e salvamento de arquivos temporários no formato texto, dispensando, assim, a necessidade do uso

de banco de dados relacional, reiterando o intuito de ser uma aplicação enxuta e objetiva para o cálculo de orçamentos.

Com a etapa de preenchimento da planta baixa e a manutenção de materiais em estoque, pôde-se iniciar a funcionalidade de orçamentos, em que o usuário poderá visualizar o custo total da obra, as quantidades de cada tipo de material, a mão de obra, entre outros.

O algoritmo para cálculo da estrutura necessária basicamente percorre as figuras de planta baixa e, de acordo com o sentido do preenchimento, acumula a medida das régua e demais materiais necessários.

Após os cálculos, o orçamento fica disponível ao usuário em forma de relatório, o qual pode ser observado a qualquer momento.

5 CONCLUSÃO

O conhecimento adquirido no desenvolvimento da ferramenta pode ser ressaltado; por se tratar de algo complexo, necessitou um avanço no conteúdo de múltiplas disciplinas, como álgebra e geometria computacional.

O desafio da criação de uma ferramenta CAD para a realização de orçamentos para projetos de forros foi o foco inicial no Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo autor, a comprovação da possibilidade de criar uma ferramenta com o mesmo propósito da solução já existente para divisórias trouxe a visibilidade do autor das oportunidades existentes não somente neste setor. Visão a partir da qual se possibilitou a criação de uma empresa, atualmente pré-incubada na Unoesc, com investidores do ramo convencidos da possibilidade de mercado da solução, o que, sem dúvida, foi o maior resultado deste trabalho.

A ferramenta desenvolvida pôde ser caracterizada como um misto entre CAD e BIM, pois, pelos recursos apresentados, a solução se encaixa em ambas as denominações, CAD pela representatividade do desenho, e BIM, em uma proporção reduzida, porém, com o mesmo objetivo de expor informações orçamentais ligadas ao modelo de desenho construído.

Development of CAD tool to automation of ceiling installation works budgets

Abstract

The CAD tools, understood as softwares that help to achieve designs using the computational potential are widely used in technical projects in order to increase the accuracy, documentation, and especially to allow flexibility in implementation. In conducting liners mounting works budgets, CAD tools help so that the professional has a vision of what the customer expects from the service or product offered and so he can calculate the materials and other expenses involved in the work. The process, then, is divided into two stages, drawing a floor plan of the work environment and calculation of the costs involved, this accomplished manually by the professional. In this context, two problems have been the targets of this research study, the low potential use of the computer, and the costs involved in using a complex CAD tool for a basic representation of the floor plan. With the development of a CAD tool with features that could meet the full budget process and not just the design stage, with focus directed to the process of conducting liners works budgets and can help from the beginning to the end. Using the full potential of CAD tools and computer by carrying out, for example, materials and hand calculations of automated work. Added to that, the tool will only have the necessary resources for the given task, resulting in a natural reduction in the size, cost and complexity of the tool.

Keywords: CAD. Liners. Budget.

REFERÊNCIAS

AUTOCAD. **AutoCAD 2015**. Disponível em: <http://store.autodesk.com.br/store/adskbr/pt_BR/buy/productID.297561200>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BOZDOC, Marian. **Introducing CAD**. New Zealand, 2003. Disponível em: <<http://mbinfo.mbdesign.net/CAD-Intro.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CADAZZ. **CAD software history, 1960s**. 2004. Disponível em: <<http://www.cadazz.com/cad-software-history.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

CLIPPER. **Clipper**: an open source freeware library for clipping and offsetting lines and polygons. 2010. Disponível em: <<http://www.angusj.com/delphi/clipper.php>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

EOCAPLAN FORROS E DIVISÓRIAS. **Portfólio**. Disponível em: <http://www.eocaplan.com.br/site/#/eo_portifolio/?id=1>. Acesso em: 04 abr. 2014.

HONGDI (Huzhou). **CodeIdea**. Disponível em: <www.codeidea.com>. Acesso em: 08 nov. 2014.

PANIZZA, Alexandre de Castro. **Gestão da Qualidade na Construção Civil: Estratégias e Melhorias de Processos em Empresas de Pequeno Porte**. 2004. 171 p. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PAPER2DWG. **Advantage & Disadvantage of CAD**. 2006. Disponível em: <<http://www.paper2dwg.com/articles/advantage-disadvantage-cad.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SEDERBERG, Thomas W. **Computer Aided Geometric Design**. Provo - Us: Brigham Young University, 2007.

STONECYPHER, Lamar. **Comparative Study of Different CAD Software**. 2010. Disponível em: <<http://www.brighthubengineering.com/cad-autocad-reviews-tips/15341-comparative-study-of-different-cad-software/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

TOPTENREVIEWS. **CAD Software: The Many Uses for Computer-Aided Design**. 2009. Disponível em: <<http://cad-software-review.toptenreviews.com/cad-software-the-many-uses-for-computer-aided-design.html>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

ZONTA, Tiago. **Estudo para automatização de projetos de montagem de forros**. 2009. 101 p. Dissertação (Mestrado)– Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

FERRAMENTA PARA AVALIAÇÃO DA ERGONOMIA DE APLICATIVOS COMPUTACIONAIS

Ednilson Fernando Devilla*
Jean Carlos Hennrichs**

Resumo

Interface é o elo de comunicação de um sistema com o usuário. Essa troca de informação é compreendida como interação, e esta pode acontecer em diferentes ambientes ou cenários, utilizando diferentes meios e técnicas. Uma interface deve possuir propriedades de usabilidade, ou seja, conter critérios ergonômicos que farão o sistema ser bem compreendido pelo usuário, trazendo satisfação no uso deste. Práticas falhas de interação foram identificadas em vários *softwares* que ficaram conhecidos por algum tempo, mas por fim caíram no esquecimento pela frustração causada no seu uso, ou pelo aparecimento de soluções mais adequadas ergonomicamente. Muitas dessas práticas errôneas são causadas por aspectos de ergonomia e usabilidade, ou ainda por aspectos ligados à evolução de novas soluções tecnológicas que venham oferecer processos e resultados mais eficazes ao usuário. Na busca da amenização desses inconvenientes e a partir de uma abordagem sobre Interface Homem Computador (IHC), mais especificamente ergonomia de *softwares*, foi desenvolvida uma ferramenta *web* para a avaliação de critérios ergonômicos de aplicativos computacionais, baseada nos critérios ergonômicos estabelecidos pelos cientistas Bastien e Scapin. A ferramenta oferece ao seu usuário a possibilidade de avaliar *softwares web*, *mobile* e *desktop*, a partir do preenchimento de um *checklist* que resultará em um relatório avaliativo dos critérios propostos. Neste relatório, é exibida por meio de gráfico a situação do aplicativo que foi avaliado, apontando ainda as falhas ergonômicas identificadas e onde se deve atuar para corrigi-las, se for o caso. Palavras-chave: Avaliação ergonômica. Ergonomia. Usabilidade.

*Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marciano.guete@gmail.com

**Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A interface é o meio de comunicação de qualquer sistema computacional com o usuário, e a troca de informações entre usuário e interface é definida por interação. Independente do tipo de tecnologia empregada em um sistema computacional, todo o conteúdo e formato da informação causarão grande impacto na interação com o usuário. Dessa forma, a interface deve possuir propriedades de ergonomia e usabilidade, a fim de proporcionar uma interação eficaz, eficiente e agradável.

Contudo, esses cuidados com a ergonomia e a usabilidade em sistemas computacionais não ocorrem com atenção devida, assim, vários *softwares* que foram conhecidos e fizeram sucesso acabaram sendo esquecidos, abandonados e substituídos. Serviços na internet, muitas vezes acabam caindo em desuso pela falta de aspectos ergonômicos ou até mesmo por obsolescência das tecnologias empregadas na sua construção. Todavia, ficam os questionamentos: como descobrir que um *software* não contempla em sua interface aspectos ergonômicos que o tornariam mais eficiente, eficaz e, com isso, satisfazendo o usuário? Há ferramentas *web* que auxiliem nesse processo de avaliação de interfaces de forma dinâmica e oferecendo resultados eficientes ao final do processo?

A partir desses pressupostos, o objetivo geral deste projeto foi desenvolver uma ferramenta *web* que viesse a auxiliar, programadores, analistas e avaliadores, no processo de avaliação de interfaces de *softwares*. Para alcançar tal propósito foi realizada uma pesquisa qualitativa na busca do aprofundamento do assunto abordado com o propósito macro de modelar, implementar e testar a ferramenta proposta, bem como o de estudar a biblioteca RGraph e outras tecnologias *web* para a geração de gráficos dinâmicos e da aplicação.

A ferramenta desenvolvida a partir dos critérios ergonômicos propostos pelos cientistas Bastien e Scapi possibilita a avaliação desses critérios em interfaces de *softwares* já prontos, por meio do preenchimento de um *checklist on-line*. Ao final do processo, a aplicação apresenta ao

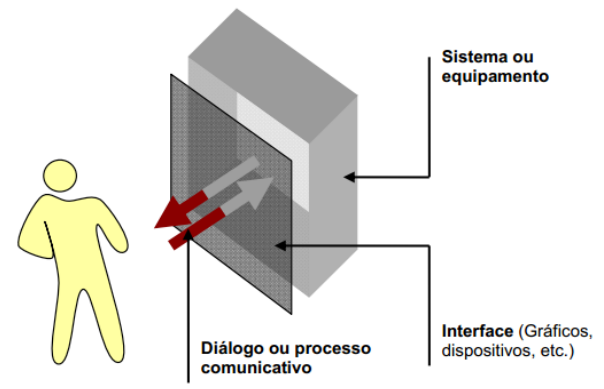
usuário uma análise de como estão suas interfaces e onde se deve agir para corrigi-las, se for o caso.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A interface é uma parte do sistema computacional, “É a parte visível, o meio físico que o usuário utiliza para interagir com o sistema.” (GARBIN, 2010). “[...] interface é tanto um meio para a interação usuário-sistema, quanto uma ferramenta que oferece os instrumentos para este processo comunicativo. Desta forma a interface é um sistema de comunicação.” (DE SOUZA, 1999, p. 18).

Lima (2013) menciona que interação é o processo de comunicação entre pessoas e sistemas interativos. Já Rebello (2009) destaca que os componentes de interface possibilitam a comunicação entre usuário e equipamentos ou dispositivos, permitindo elaborar os processos de entrada e saída de dados.

Figura 1 – Simplificação do processo de interação e sua relação com a interface



Fonte: Rebello (2009, p. 16).

Dessa forma, pode-se sintetizar interação como uma troca que ocorre entre usuários e equipamentos por meio de ações básicas e habituais, que são as tarefas de interação.

2.1 IHC E USABILIDADE

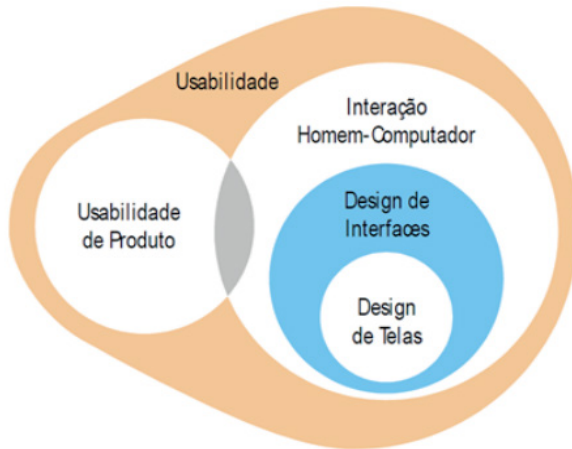
IHC é a abreviação para Interação Homem-Computador, que no inglês é encontrado sob a sigla *HCI* (*Human-Computer Interface*). IHC também pode ser interpretado como Interface Homem-Computador, em razão do histórico dos termos interface e interação, e pelo fato de que IHC possui afinidade com as questões de “interface com o usuário” (PREECE, 1994).

“O termo IHC começou a ser utilizado em meados de 1980 como uma maneira de descrever uma nova área de estudo preocupada em compreender como o uso de computadores poderia enriquecer a vida pessoal e profissional de quem a utiliza.” (SANTOS, 2011).

Para Agner (2009), IHC é uma derivação da disciplina de ergonomia que se preocupa com o *design* de sistemas computacionais eficientes, funcionais, seguros e agradáveis aos usuários. Santos (2011) menciona que IHC é o estudo e a teoria da interação entre humanos e tecnologias.

Menciona Hennrichs (2013), que estudar e fazer uso de usabilidade é muito mais do que simplesmente construir interfaces amigáveis com o usuário. Santos (2011), por meio da Figura 2, demonstra a usabilidade como uma grande área de concentração dos demais estudos sobre interação homem-computador, além de compreender também a área de usabilidade do produto.

Figura 2 – Usabilidade e suas áreas de estudo



Fonte: Santos (2011).

Usabilidade é a qualidade e a facilidade de uso dos sistemas computacionais, ou seja, ela é definida ou medida para determinado contexto no qual um sistema computacional é operado. “[...] assim, um sistema pode proporcionar boa usabilidade para um usuário experiente, mas péssima para um iniciante, ou vice-versa.” (CYBIS, 2007).

2.2 ERGONOMIA

Apesar de ter nascido da preocupação em atender às necessidades funcionais do operador humano dentro do sistema homem-tarefa-máquina, a ergonomia, ao longo do tempo e da tecnologia, passou a colocar o usuário como centro das atenções, originando a chamada abordagem centrada no usuário (SANTOS, 2011).

Garbin (2010) e Wisner (1972) convergem para a definição de ergonomia como o conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem e necessários à concepção de instrumentos, máquinas e dispositivos que possam ser utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficiência.

Hennrichs (2013) destaca que a abordagem ergonômica, no desenvolvimento de *softwares*, procura privilegiar o desempenho do usuário em sua tarefa, construindo sistemas adaptados às suas características e suas necessidades, trazendo bem-estar ao usuário durante o uso.

2.3 CRITÉRIOS ERGONÔMICOS

Critérios ergonômicos constituem um conjunto de qualidades ergonômicas que as interfaces humano-computador devem apresentar. Os critérios mais utilizados foram desenvolvidos por dois pesquisadores franceses, Dominique Scapin e Christian Bastien, ligados ao Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique da França (INRIA) em 1993. Esses pesquisadores mostraram que o uso e a atenção dispensada a seus critérios proporcionam o aumento da sistematização dos resultados das avaliações de usabilidade de uma dada interface (BASTIEN; SCAPIN, 1993). O uso desses critérios diminui um dos inconvenientes das avaliações por especialistas, a falta de sistematização nos resultados. (GIGLIO, 2007).

2.3.1 **Condução**

Para Labiutil (2013), a condução refere-se aos meios disponíveis para aconselhar, orientar, informar e conduzir o usuário na interação com o computador (mensagens, alarmes, rótulos). Esse critério está subdividido em Presteza, Agrupamento/Distinção dos itens, *Feedback* e Legibilidade:

- a) Presteza: diz respeito às informações que permitem ao usuário identificar o estado ou contexto no qual ele se encontra, e também às ferramentas de ajuda e seu modo de acesso;

- b) Agrupamento/Distinção de itens: trata da topologia (localização e ordenação) dos objetos da interface e algumas características gráficas (formato e cor) desses elementos;
- c) *Feedback*: são as respostas do sistema às ações do usuário. A qualidade e a rapidez do *feedback* são dois fatores importantes para o estabelecimento de satisfação e confiança do usuário;
- d) Legibilidade: são as características lexicais das informações apresentadas na interface, como brilho do caractere, contraste letra/fundo, tamanho da fonte, espaçamentos e comprimento da linha.

2.3.2 Carga de trabalho

Segundo Labiutil (2013), este critério diz respeito a todos os elementos da interface que têm um papel importante na redução da carga cognitiva e perceptiva do usuário, e no aumento da eficiência do diálogo. Este critério está subdividido em dois critérios: Brevidade (o qual inclui Concisão e Ações Mínimas) e Densidade Informacional.

- a) Brevidade: corresponde ao objetivo de limitar a carga de trabalho de leitura e entradas e o número de passos.
- b) Densidade Informacional: na maioria das tarefas, a performance dos usuários é piorada quando a densidade de informação é muito alta ou muito baixa. Itens não relacionados à tarefa devem ser removidos.

2.3.3 Controle explícito

De acordo com Labiutil (2013), este critério abrange tanto o processamento explícito pelo sistema das ações do usuário quanto o

controle que os usuários têm sobre o processamento de suas ações pelo sistema. Está subdividido em Ações Explícitas do Usuário e Controle do Usuário:

- a) Ações Explícitas do Usuário: são as relações entre o processamento pelo computador e as ações do usuário. Quando o processamento pelo computador resulta de ações explícitas dos usuários, estes aprendem e entendem melhor o funcionamento da aplicação e menos erros são observados;
- b) Controle de Usuário: faz referência ao fato de que os usuários deveriam estar sempre no controle do processamento do sistema (interromper, cancelar, suspender e continuar).

2.3.4 Adaptabilidade

Conforme aborda Labiutil (2013), o critério de adaptabilidade é a capacidade de reagir conforme o contexto e conforme as necessidades e preferências do usuário. Está dividido em Flexibilidade e Consideração da Experiência do Usuário:

- a) Flexibilidade: refere-se aos meios colocados à disposição do usuário que lhe permite personalizar a interface;
- b) Experiência do Usuário: trata sobre os meios implementados que permitem que o sistema respeite o nível de experiência do usuário.

2.3.5 Gestão de erros

A gestão de erros abrange os mecanismos que permitem evitar ou reduzir a ocorrência de erros, e quando estes ocorrem, que favoreça

sua correção (LABIUTIL, 2013). Este critério é dividido em Proteção Contra os Erros, Qualidade das Mensagens e Correção dos Erros:

- a) Proteção Contra os Erros: mecanismos empregados para detectar e prevenir os erros de entradas de dados, comandos, possíveis ações de consequências desastrosas e/ou não recuperáveis;
- b) Qualidade das Mensagens: refere-se à pertinência, à legibilidade e à exatidão da informação repassada ao usuário sobre a natureza do erro cometido, bem como sobre as ações a executar para corrigi-lo;
- c) Correção dos Erros: são os meios colocados à disposição do usuário com o objetivo de permitir a correção de seus erros.

2.3.6 Coerência (Consistência)

Labiutil (2013) menciona que a o critério de Coerência/Consistência refere-se à forma pela qual as escolhas na concepção da interface (códigos, denominações, formatos, procedimentos) são conservadas idênticas em contextos idênticos e diferentes para contextos diferentes.

2.3.7 Significado dos códigos e denominações

O critério Significado dos códigos e denominações aborda a adequação entre o objeto/informação apresentado ou pedido, e a sua referência. Termos pouco expressivos para o usuário podem ocasionar problemas de condução e ele pode ser levado a selecionar uma opção errada (LABIUTIL, 2013).

2.3.8 Compatibilidade

Cita Labiuil (2013) que o critério Compatibilidade refere-se, de uma parte, ao acordo que possa existir entre as características do usuário (memória, percepção, hábitos, competências, idade, expectativas) e as tarefas que irá executar, e de outra a organização das saídas, das entradas e do diálogo de uma dada aplicação, de outra.

2.4 AVALIAÇÃO DE INTERFACES

Segundo Cybis (2007), “Um problema de ergonomia é identificado quando um aspecto da interface está em desacordo com as características dos usuários e da maneira pela qual ele realiza sua tarefa.” Contudo, para identificar esse problema, faz-se necessário avaliar a interface.

O processo de avaliação de uma interface não deve ser uma fase única dentro do processo de projeto de um sistema, “O ideal é que a avaliação ocorra durante o ciclo de vida de design do produto, de modo que seus resultados sejam utilizados para melhorias gradativas da interface.” (OLIVEIRA, 2009). O objetivo principal da avaliação de interface é conhecer o que os usuários querem e os problemas que eles percebem.

A ferramenta *web* Ergolist desenvolvida pelo Laboratório de Utilizabilidade da Informática, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma aplicação *web* que faz uso dos critérios ergonômicos propostos por Bastien e Scapin para avaliação de interfaces computacionais. Porém, foi construída de forma estática e prevendo a avaliação de apenas *softwares* desenvolvidos para *desktop*. Outro inconveniente é que se começar a fazer uma avaliação, não pode parar e continuar em outro momento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa e desenvolvimento do sistema proposto foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2014. Os testes foram realizados em laboratório e também com acadêmicos do curso de Sistemas de Informação da Unoesc Chapecó.

A pesquisa quanto à natureza é aplicada e a maneira de atingir o objetivo proposto na pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, em que a técnica utilizada foi de documentação indireta por meio de pesquisas bibliográficas. A pesquisa caracteriza-se quanto aos fins como descritiva e metodológica. Quanto aos meios, destaca-se o uso bibliográfico, no qual foi desenvolvido um sistema, com metodologias e experiências baseadas nas pesquisas feitas pelos cientistas Bastien e Scapin, retiradas de livros e documentos da internet, bem como com um desenvolvimento experimental de um sistema computacional web.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após coleta de requisitos funcionais e não funcionais e a modelagem da aplicação, desenvolveu-se o sistema proposto para a plataforma *web*. O sistema implementado possui várias interfaces com diversas funções.

Figura 3 – Interface do *login* do sistema



Fonte: os autores.

A interface, mostrada na Figura 3, é a *homepage* inicial do sistema. Nela, quem já estiver cadastrado efetuará o *login* do sistema para ter acesso às demais funcionalidades. O *login* é realizado por meio da informação do *e-mail* e senha previamente cadastrados.

Se *login* e senha forem validados, o sistema carrega a interface de projetos do usuário (Figura 4), caso contrário, informa que o *login* ou a senha estão incorretos e volta a solicitá-los.

Figura 4 – Interface de projetos do usuário

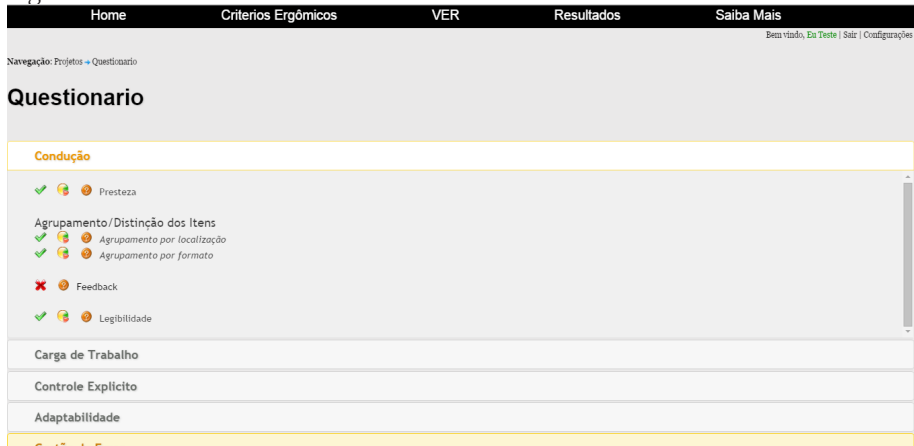
	Nome do Projeto	Tipo da Aplicação	Data de Criação	Ultima Alteração	
✘	desk	Desktop	2014-08-19	2014-08-19	➡
✘	web	Web	2014-09-01	2014-09-01	➡
✘	Mobile	Mobile	2014-09-12	2014-09-12	➡
✘	teste	Desktop	2014-09-15	2014-09-15	➡

Fonte: os autores.

A interface apresentada na Figura 4 exibe a lista de projetos cadastrados pelo usuário logado. No canto superior direito é apresentado o nome do usuário que está logado, a opção Sair e configurações do sistema, logo abaixo, o botão Novo, para inserir um projeto. No canto superior esquerdo apresenta-se a forma de navegação conhecida como *Breadcrumb Trails*, ou Caminho de migalhas de Pão. As “migalhas de pão” têm como objetivo possibilitar aos usuários saltos a diferentes níveis de informação, diminuindo etapas, agilizando o acesso, localizando os usuários dentro da arquitetura do *site*, mapeando a página em que ele se encontra, com a “profundidade” desta em relação à *homepage* inicial (MEMORIA, 2003). O xis em vermelho à esquerda de cada projeto permite excluir o projeto, e a seta azul localizada à direita de cada projeto permite avançar para a próxima fase, a resposta do *checklist* de perguntas, denominado aqui Questionário.

Após a criação de um novo projeto ou escolha de um projeto já cadastrado, o usuário é direcionado para a interface Questionário (Figura 5). Este questionário é dotado de perguntas que irão avaliar os oito critérios ergonômicos definidos por Bastien e Scapin, bem como seus subcritérios, quando for o caso. Se algum critério já tiver sido respondido em sua totalidade, é apresentado o ícone de confirmado (visto verde), e a opção de verificar os gráficos dos resultados correspondente ao critério (ícone em forma de pizza 3D). Um ícone de ajuda (interrogação) é apresentado tanto no critério/subcritério já respondido ou não. O *link* do critério é desabilitado, caso este já tenha sido completamente preenchido.

Figura 5 – Interface de Questionário

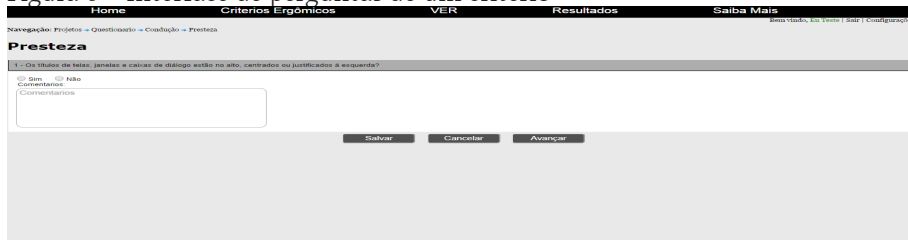


Fonte: os autores.

Ainda na Figura 5, no critério que não está respondido é exibido o ícone de um xis vermelho, indicando que ele ainda está pendente e deve ser preenchido.

Assim que é escolhido algum critério ou subcritério ergonômico, o usuário é direcionado para a interface de perguntas a serem avaliadas daquele critério (Figura 6).

Figura 6 – Interface de perguntas de um critério

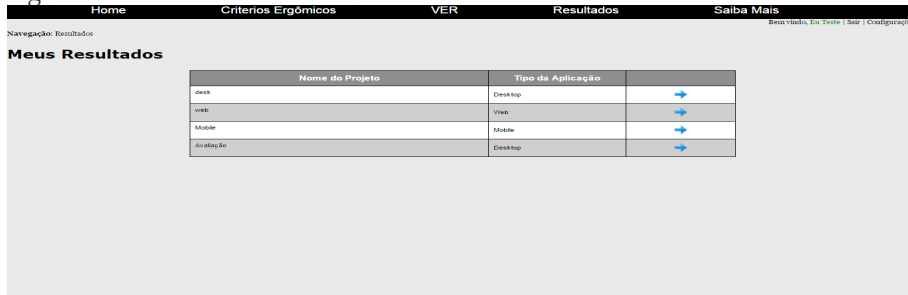


Fonte: os autores.

Na Figura 6 apresenta-se apenas um exemplo de como as perguntas são exibidas. Após a leitura da pergunta que busca avaliar um aspecto ergonômico da interface, o usuário deve assinalar Sim ou Não e relatar um comentário, caso necessário. Grande parte das perguntas foram extraídas da ferramenta Labiutil (2013) e remodeladas para essa nova aplicação.

Após serem efetuadas as respostas do questionário, parcialmente ou em sua totalidade, já é possível obter resultados, que são apresentados na forma de gráficos.

Figura 7 – Interface de resultados

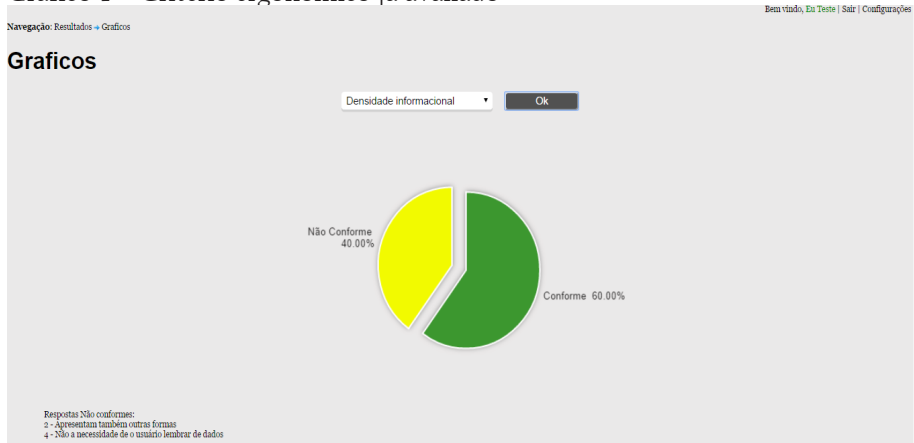


Fonte: os autores.

É apresentado na Figura 7 a interface de resultados, nela é exibida a lista dos projetos que foram avaliados e que estão disponíveis para se obterem os resultados da avaliação, os quais são apresentados por meio de gráficos gerados pela ferramenta, por meio da biblioteca RGraph, a qual é obtida de forma livre e oferece vários recursos para esse fim.

A aplicação desenvolvida gera dois tipos de gráficos para análise do usuário: gráficos de pizza e gráficos de barra.

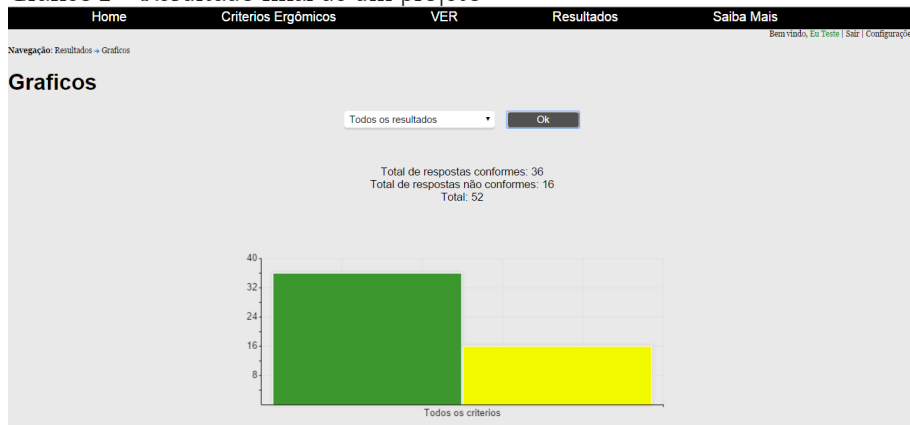
Gráfico 1 – Critério ergonômico já avaliado



Fonte: os autores.

O Gráfico 1, demonstra o resultado de um dos critérios já respondidos em sua totalidade, nesse caso, Densidade informacional. Os critérios são exibidos em gráfico de pizza. Nesse gráfico é apresentado o total de respostas que estão ou não em conformidade com as questões proferidas no questionário, referente àquele critério. Para cada questão respondida com Não é apresentada, após o gráfico, a descrição do motivo pelo qual a pergunta foi considerada Não conforme. Caso o usuário deseje obter o gráfico de outro critério, bastará selecionar o critério ergonômico desejado no campo *Dropdown* e clicar no botão OK.

Gráfico 2 – Resultado final de um projeto



Fonte: os autores.

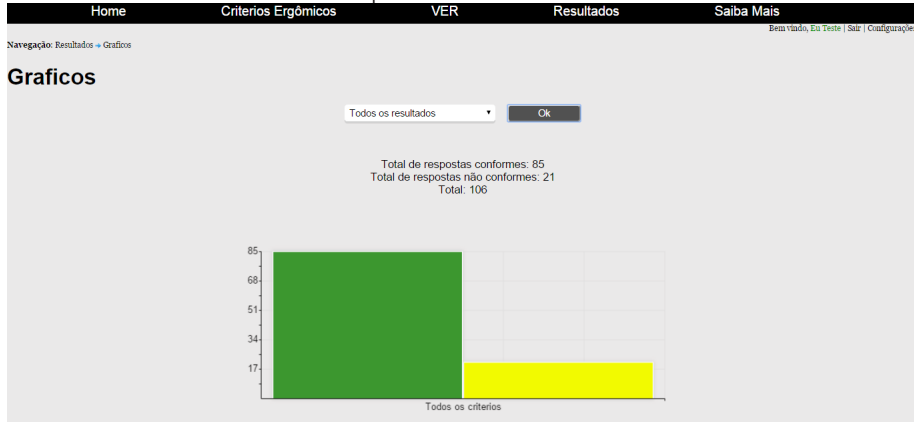
O Gráfico 2 demonstra o total geral de perguntas Conformes e Não conformes de determinado projeto. O gráfico totalizador de um projeto é apresentado no formato de barras verticais, indicando em verde os critérios Conformes e em amarelo os Não conformes. A partir desse gráfico, o usuário tem uma visão global sobre como estão as interfaces de seu projeto que foi avaliado.

4.1 COLOCANDO O SISTEMA À PROVA

Após a construção do sistema, foi realizado um teste de como ele se comportaria em um ambiente de trabalho. Esse teste foi realizado em laboratório com o auxílio de alunos do Curso de Sistemas de Informação da Unoesc de Chapecó.

O tipo de aplicação selecionado para avaliação foi do tipo *desktop*, e o *software* a ser avaliado foi o Dev-C++ 5.6.2, uma IDE de desenvolvimento na linguagem de programação C e C++. Após avaliar todos os critérios ergonômicos, considerando o *software* escolhido para avaliação, chegou-se a um resultado que é apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Total de critérios respondidos



Fonte: os autores.

O Gráfico 3 apresenta o resultado final da avaliação ergonômica do Dev-C++. Pode-se perceber que o sistema avaliado está com mais critérios em conformidade do que não conformes, indicando a ferramenta Dev-C++, mesmo estando há muitos anos no mercado, não significa que não há a necessidade de melhorias nos quesitos ergonômicos.

5 CONCLUSÃO

Interface não trata apenas de telas, mas de um elo entre o usuário e o sistema computacional utilizado, e é por meio deste elo que ocorrem às interações do usuário para com o sistema. A IHC surge, então, para propiciar uma melhor usabilidade do *software*, adicionando maior qualidade ao produto. Em relação à usabilidade e à ergonomia de *software*, percebe-se que as interações entre os usuários e os elementos do sistema devem ser fáceis e agradáveis de serem utilizados, favorecendo a eficácia e a eficiência. Os critérios ergonômicos propostos por Bastien e Scapin aumentam a sistematização dos resultados das avaliações de usabilidade.

Constatou-se que o sistema desenvolvido, em relação ao seu precursor, o Ergolist, traz algumas vantagens, como facilidade, agilidade e desempenho mais eficiente e eficaz durante o processo de avaliação

de interfaces. Tais vantagens devem-se ao fato de ser possível verificar critério a critério, e em momentos distintos, sem a perda de informação. Outra possibilidade é o fato de ser possível avaliar tipos de aplicações distintas, não misturando questões de aplicações móveis com *desktop*, *desktop* com *web*, entre outros. Outro benefício foi o resultado obtido por meio dos gráficos gerados pela biblioteca RGraph do HTML5, pois a interpretação dos resultados ficou mais compreensível e visível. Porém, a maior vantagem está no fato de que a ferramenta implementada auxilia na identificação de possíveis pontos falhos de interfaces computacionais, expondo as questões não conformes, que são apresentadas posteriormente de uma forma que a própria pergunta que a avaliou oferece de imediato a resposta de como resolver tal falha, auxiliando, assim, na melhoria do sistema auditado.

REFERÊNCIAS

AGNER, L. **Card Sorting**. 2009. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/agner/card-sorting-183803>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CYBIS, W. **Ergonomia e Usabilidade**: Conhecimentos, Métodos e Aplicações. 2. ed. Florianópolis: Novatec, 2007.

DE SOUZA, C. S. et al. Projeto de interfaces de usuário: perspectivas cognitiva e semiótica. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO – Jornada de Atualização em Informática, 19., 1999. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBC, 1999.

DE SOUZA, C. S. (1993). **The Semiotic Engineering of User Interface Languages**. International Journal of Man-Machine Studies v. 39, n. 5, p. 753-773, 1993. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=it&user=6RTKabUAAAAJ&citation_for_view=6RTKabUAAAAJ:u-x6o8ySG0sC>. Acesso em: 11 abr. 2014.

GARBIN, S. M. **Estudo da evolução da Interfaces Homem-Computador**. 2010. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica)–Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

GIGLIO, Z. G. Criatividade. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. (Org.) **Palavras-Chave em Educação Não Formal**. Campinas: Unicamp, 2007.

HENNRICHS, J. C. **Interface Homem Máquina**. 2013. 173 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas de Informação)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

LIMA, S. **Interface Homem-Computador**. 2013. Disponível em: <http://fortium.edu.br/blog/sergio_lima/files/2011/08/aula1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

MEMORIA, F. F. P. **Usabilidade de Interfaces e Arquitetura da Informação**: Navegação Estrutural. Rio de Janeiro: USIHC, 2003. Disponível em: <http://www.fmemoria.com.br/artigos/nav_estr.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

OLIVEIRA, F. B. **Interfaces Usuário-Maquina**. 2010. 50 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Computação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dcc/materiais/1618984280_Apostila-Interfaces-Homem-Maquina.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

PREECE, J. et al. **Human-computer Interaction**. England: Addison Wesley Longman, 1997.

REBELO, I. B. **Tecnologias Aplicadas a Sistemas de Informação – TASI Apostila desenvolvida para o curso de Sistemas de Informação**. 2009. 242 p. Monografia (Especialização em Sistemas de Informação)–Unieuro Centro Universitário, Brasília, 2009.

SANTOS, C. P. **Interface Homem-Computador**. 2011. Disponível em: <http://fortium.edu.br/blog/sergio_lima/files/2011/09/aula2cores.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

WISNER, A. **Le diagnostic en ergonomie ou le choix des modeles operantes en situation reelle de travail**. Paris: Ministere de L'education Nationale, 1972.

ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DAS HUMANIDADES



Editora Unoesc

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB UM ENFOQUE HISTÓRICO, SOCIAL E CONSTITUCIONAL: UMA ALTERNATIVA OU UM DEVER ESTATAL?

Aline Oliveira Mendes de Medeiros Franceschina*
Dárlea Carine Palma**

Resumo

O presente trabalho é fruto da pesquisa acerca da educação na atual Constituição da República Federativa do Brasil, que objetiva estabelecer se a prestação do direito à educação traduz-se como um dever imposto ao Estado ou como uma alternativa para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Fez-se, para tanto, um apanhando histórico do sistema educacional no Brasil, desde a época do pré-descobrimento até o século XX, proporcionando-se, assim, uma análise do contexto social e dos valores culturais associados à educação e sua prestação. Por derradeiro e como resultado da pesquisa, estabeleceu-se uma análise das disposições constitucionais trazidas pelo atual texto constitucional e sua relação com o Estado de Direito social e democrático, elucidando-se, dessa forma, o tema proposto sob uma ótica fático-jurídica. O método utilizado é o indutivo, visto que o manuscrito partiu da observação para o cunho doutrinário. O resultado é que o Estado possui um dever de prestar educação com qualidade, do qual ele não pode se omitir sob pena de negação aos preceitos estabelecidos no Caderno Constitucional.

Palavras-chave: Educação. Constituição. Dever estatal. Alternativa social.

1 INTRODUÇÃO

A educação no contexto social brasileiro é tema recorrente em pesquisas acadêmicas. Faz-se necessário, porém, alargar a discussão doutrinária já existente, de forma que seja elucidado o verdadeiro papel

*Graduanda em Direito na Unoesc-Chapecó; autora do Blog: Direito em Estudo: <http://alinemendesmedeiros.blogspot.com>

**Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; professora no Curso de Direito e pesquisadora docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Advogada; darlea.palma@unoesc.edu.br

das diretrizes educacionais contidas no sistema jurídico pátrio, sob a ótica da Constituição da República Federativa de 1988.

Para tanto, impende-se discorrer sobre os sistemas educacionais no contexto histórico brasileiro, relacionando-a com o contexto fático e legal respectivo. Nesse sentido, importante conhecer o escorreito percurso histórico atravessado pela educação no Brasil, para estabelecer a afirmativa do instituto sob os aspectos sociais e constitucionais. Verificando-se o contexto histórico da educação, poder-se-á analisar, com acuidade, a implantação das práticas e das políticas educacionais ao longo do tempo e a importância conferida ao instituto com o passar dos tempos.

A fim de especificar o tema, revela-se de suma importância esclarecer a forma como a educação se concretizou no Brasil, com enfoque no posicionamento do Estado frente à sociedade, evidenciando uma possível manipulação ideológica efetivada pelas classes dominantes ao longo do tempo – o que resultou em desigualdades e distanciamentos de classes no núcleo social, bem como desencadeou um desequilíbrio nas relações culturais.

As situações abordadas culminaram na atual visão do constituinte originário acerca da educação, com enfoque no *dever* imposto ao Estado de efetivar não simplesmente a educação, mas de garantir indistintamente uma educação com qualidade a todos os indivíduos. O texto constitucional contempla uma série de obrigações a serem cumpridas, por parte dos entes estatais, de forma a garantir a efetividade do direito à educação.

Todavia, fazendo-se a relação do tema com o contexto fático atrelado às normatizações, é possível analisar se existe vínculo entre a disponibilização, por parte do Estado, de uma educação de qualidade e a consequente melhoria social e cultural de seu povo. Objetiva-se perceber, dessa forma, se a educação pode ser considerada uma alternativa de combate às diferenças culturais, à criminalidade, à violência e tantos outros problemas que assolam o Estado brasileiro.

O que se evidencia é que não há como o Estado faltar com sua obrigação em prestar uma educação de qualidade em todos os níveis culturais, sob pena de negar-se aos preceitos constitucionais, em virtude de que é a educação que molda a sociedade e socializa o indivíduo, preparando-o para o convívio social, inserindo-o no âmago social em igual condição aos demais.

2 A AFIRMATIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O estudo da educação e de suas diversas formas de implantação remonta à análise do período histórico renascentista. Isso porquanto, durante a Reforma Protestante, instituiu-se o controle estatal sobre os institutos educacionais, concebendo-se, assim, uma escola pública de cunho religioso nos países protestantes.

Apesar de seu caráter coletivo, entretanto, a educação da época destinava-se à elite burguesa e aos nobres, restando às classes populares somente o que fosse imprescindível, como a doutrina cristã.

No Brasil, antes do Descobrimento, a educação ocorria de forma eminentemente empírica. Trabalhava-se a educação no cotidiano, sem instituições escolares, tratando-se a educação como sendo a forma de garantir a transmissão a outras pessoas daquilo que determinado grupo havia aprendido. A comunidade indígena limitava-se a transmitir, entre si e por meio das gerações, uma forma de educação ligada às necessidades de cada grupo.

No período colonial, com a exploração da classe trabalhadora desde a chegada dos portugueses, operou-se uma transformação do modo comunista primitivo para um modo capitalista e mercantil, o que acarretou uma alteração tanto em relação à produção de bens materiais quanto em nível de valores, costumes e crenças. Aquela sociedade mercantilista elegeu valores marcados pela religião católica.

Com a vinda da Companhia de Jesus, institucionalizou-se a educação, a qual, com a catequese, ficou sob a responsabilidade dos jesuítas. Para os portugueses, portanto, colonizar a terra correspondeu

à imposição de sua ideologia, como uma verdadeira colonização “de consciências”. Os indígenas, somente após aprender a falar o português e já estando iniciados na doutrina cristã, iniciavam aquela que era considerada a escola primária, na qual aprendiam a ler e escrever.

A partir de então, a educação destinou-se a formar as elites burguesas, com o fito de prepará-las para exercer a hegemonia cultural e política. Nesse período, eram as seguintes as funções da educação: formar padres, formar administradores do Estado e educar as classes dominantes.

Após os mais de dois séculos de educação nos moldes jesuítas em solo brasileiro, o Estado passou a orientar os rumos da educação, para que a escola, até então servidora dos interesses da fé, passasse a ser útil aos interesses do Estado.

Registra-se que, com o passar do tempo, percebeu-se a necessidade de introdução de disciplinas profissionalizantes no contexto educacional brasileiro, como parte da aculturação dos nativos locais, bem como, durante o século XVIII, as ideias de educação no Brasil sofreram influência do movimento iluminista, sem a existência de um projeto educacional popular.

O ensino fundamental instituído pelas províncias (desprovidas de recursos e de interesse pela educação popular) contava com poucas e mal distribuídas escolas, com exceção da capital do império, onde elas eram projetadas por meio do governo central. Os escravos eram impedidos de estudar e as classes trabalhadoras livres eram alvo de preconceitos e descrédito.

De acordo com Freitag (1989), o modelo seletivo da educação perdurou por todo o período agroexportador, ou seja, o período Colonial, Império e Primeira República, concretizando as necessidades do protótipo social soberano da época. Objetivava-se prosperar a ordem social e econômica, pregando-se a desnecessidade da qualificação da mão de obra para o trabalho rudimentar.

Com o passar do tempo e a independência política, verificou-se a necessidade de fortalecer a sociedade, formando-se novos quadros políticos, técnicos e administrativos. Emergiram, então, diversas escolas

militares e de ensino superior, definindo a afirmativa de uma política educacional estatal no Brasil.

No início do século XIX, o mundo passou por diversas transformações, originadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, resultando em um crescimento da vida urbana e um conseqüente acultramento. Em termos educacionais, o marco foi a criação de cursos superiores no país. Porém, vislumbra-se que a educação brasileira do século XIX foi essencialmente destinada à preparação de uma elite e não do povo.

A Constituição outorgada de 1824 foi pioneira em inserir a educação no núcleo de direitos e garantias, instituindo, em seu artigo 179, inciso XXXII, que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos.

Em 1826, foi apresentada por Cunha Bueno uma diretriz para a divisão do ensino em três graus, assim especificados: o primário, para todos; o secundário, para as províncias; e, para a União, o ensino superior.

Destacaram-se, de acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), a partir de então, mais especificamente em 1879, duas reformas de cunho educacional: a reforma de Conto Ferraz, encarregada pela regulamentação do ensino superior, e a de Leôncio de Carvalho, conferindo liberdade à instrução.

A Constituição de 1891 absteve-se de normatizações nesse sentido, em que pese ter disciplinado, em seu artigo 35, a obrigação de criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados. A partir de então, o ensino dos estabelecimentos públicos seriam considerados leigos, garantiu-se o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial, e conferiu-se à União o encargo de instruir os militares.

Já no século XX, mais precisamente a partir do ano 1925, com a denominada Reforma de Rocha Vaz, consolidou-se a frequência e a seriação obrigatória nas instituições de ensino, vindo a ser criado o Departamento Nacional de Ensino.

Com a Constituição de 1934, conferiu-se à educação o caráter de formação da personalidade. Em seu artigo 150, parágrafo único, alínea

“a”, o texto constitucional de 1934 estabeleceu a gratuidade e a frequência obrigatória ao ensino primário, concebendo, assim, as diretrizes para o modelo atual da educação estadual.

Dita Constituição estabeleceu, ainda, condutas específicas acerca da educação, como, por exemplo, a obrigatoriedade de as empresas fornecerem o ensino gratuito de grau primário, a contratação dos professores por meio de concurso público, a obrigatoriedade do ensino primário, entre outras. A partir de então, o Plano Nacional da Educação passou a ser planejado por meio do Conselho Nacional da Educação.

Com a Constituição de 1937, evocou-se o ensino pré-vocacional e profissional. A educação, a partir de então, tornou-se dever do Estado, inclusive para as classes menos favorecidas. Instituiu-se a gratuidade educacional e a obrigação de cunho solidário, passando-se a pregar que os pais seriam os responsáveis pela educação de seus filhos, cabendo ao Estado atuar apenas de forma subsidiária, colaborando e complementando as deficiências da educação particular.

Esse princípio ganhou força com a Constituição de 1946, a qual instituiu, em seu artigo 166, a educação como um direito de todos a ser exercido no lar e na escola (inspirando-se, assim, nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana).

Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), destacou-se, a seguir, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco), após a Segunda Guerra Mundial, agregando-se o objetivo da democratização e o crescimento quantitativo da educação, com a ideia de qualificação da mão de obra.

Nessa mesma época, consolidou-se a necessidade de elaboração de um documento que estabelecesse as diretrizes da educação brasileira, sobrevivendo, então, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consubstanciada na Lei n. 4.024/1961. Segundo esse texto legal, o Ministério da Educação e Cultura exerceria, a partir de então, as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, e disciplinou-se o Conselho Federal da Educação, o qual passou a atuar a partir de fevereiro de 1962.

Os anos 1946 a 1964, por sua vez, foram marcados por movimentos populares em busca de reformas em todos os aspectos. Objetivava-se, com outras mudanças de base, um modelo educacional que atendesse às necessidades da sociedade, visando à dignidade da pessoa humana e à atenuação das desigualdades sociais por séculos estabelecidas. Tudo isso culminou na estruturação da educação por intermédio do texto da Constituição de 1967.

Verificou-se, então, segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), uma ampliação da crise na educação brasileira no período da política de recuperação econômica, em razão do crescimento da demanda educacional a partir de 1968.

Tal crise propiciou acordos internacionais de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira nos anos 1960, entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

Em 1971, o ensino de primeiro e segundo graus sofreu uma reformulação, passando a ter como objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

A LDB de 1961 foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas Leis n. 5.540/68 e n. 5.692/71, até ser substituída pela LDB vigente, insculpida pela Lei n. 9.394/96. Isso porquanto as regras anteriores foram consideradas obsoletas com a promulgação do texto constitucional de 1988.

As atuais diretrizes, fixadas em 1996, focaram no princípio do direito universal à educação para todos e já sofreram várias alterações importantes em seu texto, podendo-se citar, nesse sentido, as complementações trazidas pelas Leis n. 10.709/2003, n. 11.700/2008, n. 12.061/2009 e n. 12.796/2013, entre outras.

3 A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL

Afirma Bobbio (2004), com propriedade, que a educação mostra-se tão fundamental à sociedade que, atualmente, nenhuma Constituição deixa de prestigiar o tema em seu núcleo de prerrogativas. No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 conferiu à educação o *status* de direito fundamental social, incluindo-a no rol dos direitos sociais insculpidos no artigo 6º.

No que se refere às competências acerca do tema, determinou a Constituição vigente que compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação no Brasil, embora tenha feito constar como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à educação e legislar, concorrentemente, sobre os demais temas ligados à educação.

Atualmente, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 53/2006, compete aos municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

O atual texto constitucional reservou a primeira seção do Capítulo III de seu Título VIII, que trata da Ordem Social, mais especificamente entre os artigos 205 e 214, para tratar especificamente da educação. Previu, assim, que incumbe à família, à sociedade e ao Estado promovê-la e concretizá-la, estabelecendo a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Frisa-se que esses dispositivos foram alvos de alterações legislativas desde sua promulgação, em 1988, especialmente com a Emenda Constitucional n. 53/2006.

As previsões constitucionais hodiernas expressam o dever de respeito às desigualdades e diferenças, dever esse que, segundo Motta (1997), surge como consequência da conscientização, cada vez maior, da importância do respeito às diferenças individuais e do direito à igualdade de oportunidades.

O artigo 206 da Constituição elenca os princípios basilares do ensino brasileiro, entre os quais se destacam “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, “a gratuidade do ensino público” e “garantia do padrão de qualidade”, entre outros. Já no parágrafo único do referido dispositivo, encontra-se prevista a competência da lei para definir as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira.

Já no artigo 207, a Constituição trata das instituições de pesquisas científicas e tecnológicas. Esse dispositivo assegura a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, sob obediência do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As disposições do artigo 208 expressam, claramente, o dever do Estado com a educação, bem como as formas de efetivar tal obrigação, entre as quais podem ser referidas a universalização do ensino médio gratuito e a subjetividade do acesso gratuito a esse direito, determinando que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

O ensino privado, por sua vez, é tratado no artigo 209, estabelecendo-se sua autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Tal regulamentação revela-se de suma importância, haja vista a necessidade de subordinação de todas as formas de ensino, inclusive do ensino privado, à apreciação estatal.

O ensino fundamental veio disciplinado no artigo 210, obtendo-se, disso, a fixação de conteúdos basilares ao aprendizado para o ensino fundamental, de maneira que restem assegurados a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Estabeleceu-se, no artigo 211, a competência da União, Estados, Distrito Federal e municípios para organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, reforçando a solidariedade do sistema educacional.

Em consonância, no artigo 212, dispôs-se sobre a receita que tais entes deverão disponibilizar para o financiamento da educação, ficando

preceituada a obrigação da União em aplicar, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de 25% da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências) na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O artigo 213 da Constituição especificou que os recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas, bem como a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendem a alguns requisitos específicos.

Por fim, com o artigo 214, restou disposto pela Constituição, segundo a redação conferida pela Emenda Constitucional n. 59/2009, que o plano nacional de educação, de duração decenal, deve articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, bem como definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, a fim de que restem assegurados a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades. Isso deverá ser feito, segundo o texto constitucional, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade do ensino, à formação para o trabalho, à promoção humanística, científica e tecnológica do País, e, por fim, ao estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto do país.

A Constituição, pelo que se deduz da presente análise, instituiu um grande rol de deveres e direitos no que concerne à educação, prevendo muitos direitos aos cidadãos e, igualmente, um grande elenco de deveres aos entes estatais. Entretanto, não é somente pela previsão normativa que se logra êxito na efetivação de direitos dos cidadãos, mas, sobretudo, é pela eficácia e efetividade das ações governamentais que tal desiderato será alcançado.

A análise da educação é inafastável da associação com o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), dado o caráter dirigente e prestacional que caracteriza esse modelo estatal. Da mesma forma, agrega-se o tema à dignidade da pessoa humana, às teorias dos direitos fundamentais, à

principiologia atrelada aos direitos sociais e ao manejo da razoabilidade, da proporcionalidade e da discricionariedade pelo administrador público ao cumprir as determinações constitucionais.

No atual plano democrático constitucionalizado, porém, a educação pode ser vista como exigência dos cidadãos com vistas à efetivação dos direitos fundamentais constitucionalizados.

Salientam-se, nesse sentido, os dizeres de Alexy (apud Penna, 2011), no sentido de que o rol de direitos fundamentais nas constituições costuma regular de modo excessivamente aberto e controverso a questão acerca da estrutura normativa mínima do Estado e da sociedade. O autor, ainda, exemplifica o referido grau de abertura, mencionando os conceitos dotados de fundamentalidade, como a dignidade, a liberdade e a igualdade (apud PENNA, 2011, p. 212-213). A educação, como direito social fundamental, não pode ser dissociada desse contexto.

Nesse norte, aliando-se à afirmação histórico-constitucional da educação e sua relação com os ditames constitucionais atuais, bem como aos conceitos de Estado de Direito e de Estado Social, é possível identificar a existência de reais deveres, impostos ao Estado, para a efetivação das políticas educacionais.

Após a promulgação da Constituição de 1988, alçou-se a educação a um patamar tão elevado no Direito Positivo como jamais se houvera visto historicamente. Tal grau, além de conferir importância jurídica e social ao tema, gerou grande expectativa na população e na doutrina sobre educação e políticas educacionais, no sentido de que a educação seria proporcionada, para todos, com qualidade e indistinção.

Por consequência, acreditou-se que, sendo oportunizada uma educação de qualidade a todos, muitos dos problemas sociais que assolam o Brasil resolver-se-iam. Isso porquanto se costuma acreditar que um povo com educação é um povo mais culto, o que viria, ainda, a diminuir, por conseguinte, o espaço para criminalidade, violência e outros males.

Vendo-se sob esse prisma, a educação seria não apenas um fim a ser atingido com a ação estatal, mas, também, um meio para se alcançar o estado de bem-estar social.

Assim, vislumbra-se a educação não apenas como um dever imposto ao Estado, mas, também, como a grande alternativa para a solução de muitos problemas sociais que afligem a população brasileira nos dias atuais.

4 CONCLUSÃO

A educação, historicamente, serviu de base para que as classes dominantes instalassem suas diretrizes à sociedade, de maneira a conduzir, ideologicamente, o pensamento das grandes massas.

O contexto histórico brasileiro, em que pese a existência de grandes marcos sociais e legislativos que privilegiavam e exigiam uma educação de qualidade e oportunizada a todos, de forma indistinta, não se desvinculou, por muitos séculos, dessa premissa.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, porém, a educação adquiriu *status* de direito fundamental social, passando a ser, veementemente, associada aos princípios da dignidade humana e à teoria dos direitos fundamentais.

O texto constitucional previu, dessa forma, uma gama de deveres impostos ao Estado como forma de efetivação do direito à educação, vinculando-a às garantias de uma vida digna e um estado com menor número de problemas sociais.

Percebe-se, assim, que a Constituição vigente, ao pregar o direito a uma educação igualitária e de qualidade, não o fez, apenas, para servir de formalidade, mas, sim, porque o constituinte originário tinha consciência da realidade social até então instaurada no país, bem como das discrepâncias e da criminalidade derivadas do antigo modelo – que não condiziam com um padrão democrático.

A declaração e a garantia formal da educação são fatores indispensáveis nos textos constitucionais, no atual contexto mundial. Ao destinar grande parte de seu texto para o tema, a Constituição brasileira de 1988 explicitou, também, formalmente, a importância atribuída à

educação na época atual, deixando para trás qualquer resquício e/ou indício de privilégios à elite no que se refere à questão educacional.

Entretanto, em países como o Brasil, de tradição elitista e que já garantiu, no passado, a educação apenas para as classes privilegiadas, as previsões ligadas ao tema revestem-se de um alcance muito maior.

Por esse motivo, o dever de cumprimento das normas pelos entes estatais, de forma a assegurar uma educação de qualidade, indistintamente, aos brasileiros, não se vislumbra, apenas, como o cumprimento de deveres impostos, mas, sim, alcança um viés de alternativa para a concretização de uma sociedade melhor.

Viver dignamente em sociedade significa, entre outros fatores, ser igual em direitos e garantias comparativamente a todos os cidadãos. Tal realidade, porém, apenas poderá ser concretizada por intermédio de uma educação de qualidade, que possa equiparar os seres humanos com vistas a diminuir as diferenças inseridas, há tanto tempo, no núcleo social. Assim, declarar e assegurar, de forma expressa, o cumprimento dos direitos ligados à educação é mais do que a sua oficialização: é o reconhecimento e a expressão da validade e da indispensabilidade desse bem para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BADIN, Arthur Sanchez. **Controle Judicial das Políticas Públicas**: Contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar. São Paulo: Malheiros, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. 22 abr. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição**. República dos Estados Unidos do Brasil, 1891. Brasília, DF: Senado Federal, 24 fev. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição**. República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Brasília, DF: Senado Federal, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição**. República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Brasília, DF: Senado Federal, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 16 fev.2014.

BRASIL. **Constituição**. República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Brasília, DF: Senado Federal, 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 16 fev.2014.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 16 fev. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set. 2002.

DOROTEU, Leandro Rodrigues. Políticas públicas pelo direito à educação no Brasil. **Âmbito jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 104, set. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12209>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FREITAG, Bárbara. **Política Educacional e Indústria Cultural**. São Paulo: Cortez, 1989.

PALMA, Darléa Carine. O equilíbrio entre o princípio da estabilidade das relações jurídicas e a adaptação às novas metas e prioridades administrativas. **Unoesc & Ciência – ACSA**, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/3678>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. **O fracasso escolar como objeto de estudo**: anotações sobre as características de um discurso. São Paulo: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), 1988.

PENNA, Saulo Versiani. **Controle e Implementação Processual de Políticas Públicas no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

RODRIGUES, Hugo Thamir; COSTA, Marli M. M. (Org.). **Direito & Políticas Públicas III**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VICTOR, Rodrigo Albuquerque de. **Judicialização de Políticas Públicas para a Educação Infantil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Brasília, DF: Plano, 2004.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE SOB O PRISMA DO IPTU PROGRESSIVO NA SISTEMÁTICA CONSTITUCIONAL PÁTRIA

Andre Amaral Medeiros*
Caren Silva Machado Medeiros**

Resumo

O objetivo principal do artigo foi analisar o instituto jurídico da propriedade sob a ótica da função social considerando o atual sistema constitucional pátrio e sua possibilidade de utilização para o IPTU progressivo. Para isso, buscou-se primeiramente demonstrar o surgimento da propriedade privada na desagregação das primeiras comunidades primitivas, e posteriormente a construção desse instituto jurídico a partir da Roma Antiga, passando pela Idade Média até os dias atuais. Em um segundo momento procurou-se demonstrar o surgimento e a evolução da função social da propriedade no contexto do constitucionalismo resultante do surgimento do Estado Social de Direito, e sua consequente positivação no direito pátrio, na perspectiva das constituições e dos códigos civis brasileiros. Posteriormente, analisou-se o direito de propriedade preceituado pela Constituição Federal de 1988 na perspectiva da função social da propriedade, e sua importância para a garantia e a concretização da dignidade da pessoa humana pela concretização da justiça social, por meio do desenvolvimento econômico sustentável, do meio ambiente ecologicamente equilibrado e do cumprimento das exigências legais da propriedade urbana e rural. E, por fim, apresentou-se a possibilidade de utilização do IPTU progresso extrafiscal para a garantia da função social da propriedade. Como resultado, ficou evidenciada a importância da Carta Magna na consolidação do direito de propriedade como direito fundamental do indivíduo, mas que se tornou indissociável da sua função social, a qual condiciona o uso da propriedade pelo indivíduo aos ditames da justiça

*Especialista em Gestão Pública Municipal, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria, Graduando de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Contador da Fazenda Estadual de Santa Catarina; aamedeiros2@yahoo.com.br

**Mestranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho; Professora e pesquisadora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Advogada; carenmachadomm@gmail.com

social com vistas à garantia da dignidade da pessoa humana e à busca do bem comum.

Palavras-chave: Função social da propriedade. Dignidade. IPTU progressivo.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo apresenta-se a evolução histórica do direito de propriedade sob o enfoque do constitucionalismo contemporâneo, com ênfase na Constituição Federal de 1988, sem desconsiderar a legislação infraconstitucional, na qual se destacam os Códigos Civis de 1916 e de 2002, com o objetivo de analisar o direito de propriedade na perspectiva atual da sua função social e a possibilidade de utilização do IPTU progressivo extrafiscal.

Para atingir o objetivo proposto, buscou-se abordar acontecimentos históricos importantes na construção do conceito de propriedade desde as primeiras sociedades primitivas, assim como a normatização do direito de propriedade a partir do Direito Romano Antigo até o atual Estado Democrático de Direito com base na Constituição Federal de 1988. A concepção de propriedade foi construída ao longo da história da humanidade intimamente associada às mudanças sociais, culturais e políticas da própria sociedade na qual se inseria desde as sociedades primitivas até os dias atuais.

No início do século XX, a partir da Constituição Mexicana de 1917 e da Constituição de Weimar de 1919, verifica-se que o direito de propriedade já não deveria corresponder a um direito absoluto do proprietário, mas que precisaria atender a um fim social com o objetivo de buscar a justiça social e assegurar a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, apresenta-se no ordenamento contemporâneo o direito de propriedade sob o enfoque da função social e, por conseguinte, a possibilidade de utilização do IPTU progressivo como um concretizador desta.

A garantia constitucional do direito de propriedade como direito fundamental do indivíduo se apresenta no sistema constitucional brasileiro como indissociável do dever do indivíduo de respeitar a sua

função social, em atendimento ao interesse coletivo, e, desse modo, garantir a dignidade da pessoa humana e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, como preceitua a Carta Magna de 1988.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE PROPRIEDADE

Para iniciar o estudo do instituto jurídico da função social da propriedade, é necessário, em primeiro lugar, abordar historicamente a origem do conceito de propriedade, assim como a evolução desse instituto nas sociedades ao longo do tempo. A atual concepção de propriedade não é algo estanque no tempo, foi construída ao longo da história da humanidade, e está intimamente associada às mudanças sociais, culturais e políticas da própria sociedade à qual se insere.

A importância conferida à propriedade pela espécie humana é algo inquestionável, quando comparada com a maioria das espécies de animais, que apenas se preocupam com a satisfação das necessidades indispensáveis à sobrevivência. Para Ferreira Junior (2005), a principal característica que diferencia o homem dos outros animais é a sua relação com a natureza; enquanto os animais se adaptam a ela, os homens a dominam e a transformam segundo suas necessidades.

As primeiras discussões a respeito da conceituação de propriedade remontam, historicamente, às comunidades primitivas, nas quais a propriedade dos meios de produção pertencia à tribo, assim como a apropriação da produção resultante de sua exploração. Nesse contexto, a primeira forma de propriedade conhecida foi a *propriedade tribal*, estágio rudimentar de produção, por meio da caça, pesca, criação de animais e eventual agricultura rudimentar (MARX; ENGELS, 2007). Para Engels (1987), a origem da propriedade privada está na gênese da desagregação da organização comunista primitiva dos primeiros povos por meio das disparidades de riquezas acumuladas entre as diversas famílias, acarretando a decadência da união por grupos e do comunismo primitivo, consequência da criação das primeiras classes sociais.

Desse modo, a forma de organização da sociedade em tribos cedeu lugar a uma nova forma de estrutura em unidades territoriais. Nesse contexto, Marx e Engels (2007) apontam o surgimento da segunda forma de propriedade na antiguidade, a *propriedade comunal*, que teve origem, sobretudo, na união de tribos, e conseqüentemente na formação das primeiras cidades. Nessa forma de propriedade apenas coletivamente os cidadãos desempenhavam o domínio da propriedade sobre os escravos que trabalhavam nas cidades, em uma forma natural de associação da propriedade dos cativos.

É nesse momento, também, que a divisão do trabalho se torna mais desenvolvida, com o surgimento de classes, e, por conseguinte, o aparecimento da riqueza tendo por base a propriedade de terras. Assim, a posse de partes do solo concedida primitivamente pela tribo aos indivíduos na decadência da comunidade primitiva se consolidou de tal forma que a terra passou a ser transmitida por herança (ENGELS, 1987).

Todavia, em razão dos diversos ataques bárbaros, das lutas internas e de todo o processo de desintegração da ordem antiga, fizeram surgir uma sociedade predominantemente agrária na Idade Média. Nesse viés, segundo Marx e Engels, (2007) a estrutura da sociedade comunal se desagregou à medida que se desenvolveu a propriedade privada, particularmente a imobiliária. Surge, então, na Idade Média, a terceira forma de propriedade, a *propriedade feudal*, cujo centro de influência passa ser o campo, no qual a nobreza detém o poder absoluto sobre pequenos camponeses submetidos à servidão.

Mais tarde, a necessidade de buscar novos mercados, expandir o comércio e trocar mercadorias levou a burguesia, classe social emergente nas cidades feudais, a patrocinar as grandes navegações e a descobrir outras fontes de riquezas. No final da Idade Média surgem as primeiras sociedades independentes que não se submetiam aos senhores feudais, surgindo, então, as chamadas de Cidades-Estados Modernas.

Portanto, a partir desse breve relato histórico, pode-se perceber que a configuração do conceito de propriedade recebeu direta e indiretamente influência dos regimes políticos e sociais na qual se inseriu no decorrer da história.

3 DIREITO DE PROPRIEDADE

No que se refere à positivação do direito de propriedade, buscam-se no Direito Romano Antigo, as primeiras concepções, nas quais a propriedade era concebida como um direito absoluto e perpétuo, porém, que exigia o respeito às limitações impostas pelo proprietário ou pela autoridade jurisdicional da Cidade-Estado, em um sistema harmônico do exercício do direito de propriedade (CARVALHO, 2007, p. 17).

Assim, o conceito de propriedade seria extraído dos vários elementos que compunham esse direito, como usar, gozar, dispor e reivindicar. A propriedade, no Direito Romano, especialmente da terra, era a base de sustentação do núcleo social, e de início foi concebida como um direito coletivo. Não havia, a princípio, preocupação em concentrar riqueza, portanto, o que se produzia na propriedade era indispensável à sobrevivência do grupo (CARVALHO, 2007, p. 17).

A Idade Média, período marcado principalmente pelo feudalismo, foi resultante da queda do Império Romano, esfacelado em uma série de províncias, que mais tarde originaram os feudos. A propriedade era feudal, ou seja, a terra era, necessariamente, pertencente ao feudo, centro de poder do senhor feudal que a administrava e dela extraía a produção (CARVALHO, 2007, p. 25).

Durante a Idade Média, a propriedade perdeu seu caráter absoluto, influenciado principalmente pelos ensinamentos dos filósofos religiosos, em especial de São Tomás de Aquino, importante representante da Igreja Católica, o qual afirmava que os bens na sua utilização deveriam atender ao bem comum (AQUINO, 2005, p. 156 apud CARVALHO 2007, p. 31).

A Idade Moderna, na concepção dos historiadores franceses, período compreendido entre a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos até o término com a Revolução Francesa em 1789, foi marcada principalmente pelo fortalecimento dos Estados Nacionais Monárquicos, pela expansão marítima e colonial e, finalmente, pelo aparecimento do capitalismo.

Nesse momento histórico a propriedade deixa de ser necessariamente agrícola e passa a ser parte do desejo da burguesia em

ascensão, de conquistar novas terras para a exploração econômica. A descoberta de novos continentes e de novas terras irá representar um marco histórico do desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Por fim, a Idade Contemporânea, período que marca a queda do absolutismo monárquico e a eclosão da Revolução Francesa em 1789, resultante da ascensão da burguesia ao poder influenciada pelos ideais iluministas fundados na razão e na ciência. No movimento social do iluminismo, vários filósofos criticaram o sistema feudal e o absolutismo monárquico em relação ao direito de propriedade como John Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau.

Na Idade Contemporânea, a noção de propriedade retoma os conceitos jurídicos existentes na Roma Antiga, uma vez que no período medieval todo o individualismo da propriedade havia sido perdido em razão do regime centralizado da propriedade nas mãos dos senhores feudais durante a Idade Média. Nesse contexto, é retomado o individualismo da propriedade na França com o advento do Código de Napoleão, em 1804, em que novamente o direito de propriedade passa ser absoluto e individual, mas também considerado um direito sagrado, sob forte influência da Igreja Católica (CARVALHO, 2007, p. 35).

Nessa perspectiva, ensina Pereira (2004) que a Revolução Francesa pretendeu democratizar a propriedade, aboliu privilégios, cancelou direitos perpétuos. Nesse período, o instituto jurídico da propriedade também se fez presente na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, em seu artigo 2º.

Após a Revolução Francesa, a noção de direito de propriedade passou por profundas transformações em decorrência do modelo do Código de Napoleão que imprimiu à propriedade uma característica de intransponibilidade, não deixando nenhuma margem para que ela fosse, em algum momento, considerada um direito relativo (CARVALHO, 2007, p. 55).

Foi no início do século XX que o direito de propriedade sofreu influência do direito constitucional, cujos marcos históricos do Constitucionalismo Moderno foram as Constituições do México de

1917 e de Weimar de 1919, na Alemanha, que fizeram da propriedade privada não meramente um direito, mas um direito-dever, na medida em que o proprietário, ao exercer seu direito sobre a terra, deveria buscar o atendimento da função social, cláusula condicionadora da socialização do direito (CARVALHO, 2007, p. 58).

Também é no século XX que surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 resultante da oposição das Nações Unidas aos regimes autoritários que eclodiram na 2ª Guerra Mundial, e que culminaram em graves violações dos direitos humanos. Essa declaração tratou do direito de propriedade como um direito individual e coletivo nos termos do seu artigo XVII.

Assim, nesse momento histórico, o conceito constitucional de propriedade passa a moldar-se à concepção de um Direito Humano Fundamental e, por esse motivo, o Estado tem o dever garanti-lo a todos, tanto sob o enfoque individual quanto coletivo, e assim como um bem da vida indispensável à garantia da dignidade de sua pessoa humana e à concretização da justiça social.

Se antes o direito de propriedade era tido como *absoluto*, porque assegurava ao proprietário a liberdade de dispor; *exclusivo* porque era imputado ao seu proprietário; e, *perpétuo* porque não perecia com a vida do seu proprietário, a CF/88 trouxe restrições urbanísticas e administrativas que limitam o seu caráter absoluto, servidões que limitam seu caráter exclusivo e desapropriação que restringe seu caráter perpétuo (SILVA, 1997).

4 DIREITO DE PROPRIEDADE E ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Seguindo os ditames do Código de Napoleão, o ordenamento brasileiro, em especial, o direito de propriedade, absorveu o ideário de liberdade e o individualismo, assim como caráter de direito individual absoluto da Revolução Francesa. Nesse contexto, o Código Civil de 1916 importou do código francês esses atributos no artigo 524 ao assegurar ao

proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens e reavê-los de quem quer que injustamente os possua.

Vale ressaltar que o novo Código Civil de 2002, aprovado pela Lei n. 10.406 de 2002, manteve a mesma estrutura do individualismo tradicional do direito de propriedade napoleônico, nos termos do artigo 1.228, que equivale ao artigo 524 do Código de 1916.

Em que pese o novo Código Civil manter o caráter individualista do direito de propriedade, a grande novidade foi trazida pelo parágrafo primeiro do artigo 1.228, que impõe ao direito de propriedade o dever de ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais de modo que sejam preservados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Segundo Moraes (2003), o § 1º do artigo 1.228 está em perfeita sintonia com o artigo 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal de 1988, que exige que a propriedade atenda à função social, e acrescenta que a estrutura trazida pelo novo Código Civil se adapta à realidade de que a propriedade está inserida na ordem econômica, cumprindo, assim, o comando do artigo 170, incisos II e III da Carta Federal.

Na ótica constitucional pátria, a Constituição Federal de 1988 apresenta o instituto jurídico do direito de propriedade associado à realidade social do mundo contemporâneo na tutela da dignidade da pessoa humana, conforme os ditames da justiça social, por meio do desenvolvimento econômico sustentável, do meio ambiente ecologicamente equilibrado e do cumprimento das exigências legais das propriedades urbana e rural.

Nesse viés, a República Federativa do Brasil tem como pedra fundamental do sistema constitucional a dignidade da pessoa humana, prevista no artigo 1º, inciso III da Carta Magna. De acordo com Rizzatto Nunes, a Dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e por isso se torna necessário identificar a dignidade da pessoa humana como uma conquista da razão ético-jurídica (NUNES, 2002,

p. 38 apud CAMPOS, 2011). O filósofo Kant sustentava que o homem existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo quanto nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como um fim (KANT apud SARLET, 2012, p. 40).

Diante desse cenário, a Constituição brasileira de 1988 recebeu forte influência das Cartas Constitucionais apoiadas na proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos. É marcante a proteção dos princípios fundamentais, na Carta Magna, a qual traz entre seus fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana como substrato principal para todos os demais direitos e garantias individuais e coletivas.

No que se refere à Constituição Federal, ressalta-se no artigo 5º o consagrado princípio de igualdade que preceitua que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 1988). Cabe ressaltar que para existir a efetiva igualdade em direito das pessoas, é fundamental a análise desse princípio sob a ótica da igualdade material, a qual não se confunde com a igualdade formal, que não garante a todos as mesmas oportunidades, as mesmas condições de vida e de participação social efetivamente na prática.

Assim, ganha importância a igualdade material que visa dirimir as desigualdades sociais, tratando desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade – herança aristotélica – a fim de oferecer proteção jurídica a parcelas da sociedade que costumam, ao longo da história, figurar em situação de desvantagem (FONSECA, 2006).

Ainda em análise à Constituição Federal, o inciso XXII do artigo 5º preceitua que “[...] é garantido o direito de propriedade”, tutelando a todas as pessoas o direito sobre toda e qualquer forma de propriedade. Ainda, nos termos do inciso XXIII do artigo 5º da Carta Magna, “[...] a propriedade atenderá sua função social” (BRASIL, 1988), expressão que a Constituição Federal não se preocupou em disciplinar o conceito,

haja vista que seu objeto é tratar principiologicamente os direitos e as garantias fundamentais.

Desse modo, esse dispositivo não pode ser analisado isoladamente, mas dentro de um sistema constitucional, concebido de forma harmônica para o convívio social da coletividade e não apenas do particular, cujos principais princípios ponderados conjuntamente são a dignidade da pessoa humana; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; a função social da cidade e a garantia de bem-estar de seus habitantes; função social da propriedade rural; a justiça social; e, o desenvolvimento sustentável na ordem econômica.

Bandeira de Melo (1987, p. 43), ao conceituar a função social da propriedade, considera que esta deve cumprir um destino economicamente útil, produtivo, de maneira a satisfazer às necessidades sociais preenchíveis pela espécie tipológica do bem, de molde a canalizar as potencialidades residentes no bem em proveito da coletividade. Prosseguindo na análise da Constituição em relação ao direito de propriedade, o inciso XXIV do artigo 5º assegura ao Poder Público o direito de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Existe ainda, na Constituição, a previsão da expropriação com efeito de confisco, sem indenização do proprietário nas glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas conforme o artigo 243. Já o inciso XXV do artigo 5º da Carta Magna trouxe a possibilidade de requisição administrativa da propriedade particular pelo Poder Público no caso de iminente perigo público, garantida a indenização posterior no caso de dano.

Diante de todo o exposto resta superado o conceito clássico do direito de propriedade como um direito da pessoa física ou jurídica de usar, gozar, usufruir e dispor de um determinado bem, e de reavê-lo, de quem quer que injustamente o esteja possuindo, haja vista o atual sistema constitucional pátrio no qual a função social da propriedade é inerente e indissociável da própria noção de propriedade.

5 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

O instituto jurídico da função social do direito teve início no século XX, especialmente com o advento da Constituição mexicana de 1917 e, posteriormente, em 1919, com a Constituição alemã de Weimar. Para Filho (2002), essas cartas constitucionais constituíram-se na ruptura do Modelo de Estado Liberal de Direito que surgiu como reação ao absolutismo, no final do século XVIII, por uma burguesia que passou a deter o capital e procurou investir em novos modelos de produção até culminar na Revolução Industrial.

Nesse período surgiu o modelo político-econômico do Capitalismo fortemente influenciado pela doutrina do Liberalismo Econômico, de Adam Smith, que visava limitar a função do Estado apenas a cuidar da propriedade, da ordem e da organização social, cabendo ao próprio mercado se regular, por meio da criação uma ordem espontânea ou mão invisível que beneficiaria a toda a sociedade, mediante a economia do *laissez-faire* (deixai fazer).

Porém, os resultados desse modelo político-econômico foram o agravamento da situação de miséria das camadas sociais mais baixas, o surgimento de revoltas trabalhistas e o fortalecimento de doutrinas socialistas que afirmavam que a classe trabalhadora suportava o encargo de sustentar o acúmulo de riqueza da burguesia. É nesse cenário histórico que surge o Modelo do Estado Social de Direito no início do século XX, que, conforme Bonavides (1996, p. 184), representa efetivamente uma transformação superestrutural pela qual passou o antigo Estado liberal.

Desse modo, as Constituições mexicana e alemã do início do século XX consagraram um novo modelo de Estado, o *Estado Social de Direito*, também chamado de Estado do Bem-Estar Social (*welfare state*), no qual caberia ao Estado a proteção do direito à propriedade, à saúde, à previdência social e à função social, entre outros, tutelados constitucionalmente como Direitos Fundamentais do Homem.

No Brasil, a primeira Constituição Federal de 1824 estabelecia no seu artigo 179, inciso XXII, a propriedade, como direito absoluto e individual, seguindo o modelo do Código Napoleônico.

Já a Constituição Federal de 1891, primeira da República, consagrou o direito de propriedade fundada nos princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade que nortearam a Revolução Francesa no século XVIII, preceito assegurado no seu artigo 72. Nesse período, o direito de propriedade era tido como uma garantia essencialmente individual, atrelada ao Modelo do Estado Liberal de Direito, portanto, nesse momento ainda não existia o entendimento da função social da propriedade (CARVALHO, 2007, p. 176).

É a partir da Constituição Federal de 1934 que o direito de propriedade sofre a influência das Constituições mexicana de 1917 e de Weimar de 1919, as quais adotavam o modelo do Estado Social de Direito, no qual se reconhecia o direito à propriedade como um Direito Fundamental do Homem nos termos do seu capítulo II, artigo 113.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1937 assegurou o direito à propriedade privada como direito fundamental no seu artigo 122, que tratava dos Direitos e Garantias Individuais. Entretanto, é na Constituição Federal de 1946 que a função social da propriedade foi adotada, no Título V da “Ordem Econômica e Social”, no seu artigo 145 o qual prescrevia que “A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.” Seguindo esse entendimento, a Constituição Federal de 1967 manteve o direito de propriedade, como um direito individual no artigo 150, ao mesmo tempo respeitando a função social conforme o inciso III do artigo 157. Portanto, a função social da propriedade, nessa Constituição, foi inserida no Título que tratava da Ordem Econômica e Social. Assim, a nova ordem constitucional de 1967, acolheu, de uma vez por todas, as modernas concepções do Estado Social de Direito e serviu de suporte à atual Constituição Federal de 1988.

Por fim, trata-se da Constituição Federal de 1988, que depois de quase 30 de regime autoritário, consagrou o Estado Democrático de

Direito e tutelou o direito de propriedade como direito fundamental do indivíduo indissociável do dever de atender à sua função social, com vistas a garantir a dignidade da pessoa humana, conforme estabelece o artigo 5º, incisos XXII e XXIII.

Para Moraes (2003, p. 174), a transformação que o Estado Social introduziu ao conceito de direito de propriedade, ao assimilar uma função social com efeitos delimitadores de seu conteúdo e as implicações no setor econômico, determinaram uma importante revisão do instituto da desapropriação, instrumento posto à disposição do Poder Público para o cumprimento de suas finalidades de ordenação da sociedade e realização da justiça social, cuja consequência é a perda das características clássicas da propriedade de direito absoluto e exclusivo.

Conclui-se, portanto, que o Princípio Constitucional da Função Social não autoriza suprimir por via legislativa a instituição da propriedade, entretanto, pode-se socializar algum tipo de propriedade que se torne necessária à realização da função social, que se põe acima do interesse individual de direito fundamental.

6 O IPTU PROGRESSIVO E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Em 1808, o Imperador D. João VI introduziu no ordenamento jurídico pátrio um tributo análogo ao atual Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que recebeu o nome de “décima dos prédios urbanos”, mais precisamente décima urbana, uma vez que o proprietário do imóvel devia pagar a décima parte do rendimento líquido do prédio urbano (MARANINCHI, 2007, p. 13).

Pode-se perceber que desde sua concepção inicial o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana se atrelou ao valor comercial do imóvel. Em 1834, após o advento da Lei Imperial, o tributo em análise passou a ser denominado imposto sobre prédios urbanos e imposto predial (MARANINCHI, 2007, p. 16).

Posteriormente, a primeira Constituição da República de 1891 instituiu a cobrança de um imposto territorial, contudo, essa Carta

Magna não especificou se constituiria um imposto restrito à área urbana ou à rural. Foi somente com a proclamação da Constituição de 1934 que surge no ordenamento pátrio a distinção entre imposto territorial rural e territorial urbano.

O tributo denominado IPTU tem a natureza jurídica de imposto, e, por conseguinte, não exige do Ente Público, mais especificamente, dos municípios, nenhuma contraprestação direta e específica ao contribuinte. Em que pese a essa natureza clássica dos impostos de não vinculação, é notório que essa característica não pode se apresentar de maneira tão absoluta, uma vez que o ordenamento jurídico tem como pressuposto fundamental a função social da propriedade, e, desse modo, os numerários auferidos pelo Ente Público devem beneficiar, ainda que indiretamente, os sujeitos passivos desse tributo, quando da aplicação dos recursos públicos para a concretização do bem comum.

É notório que os impostos, por não terem destinação vinculada a uma contraprestação direta, afastam-se das taxas, das contribuições de melhorias e dos empréstimos compulsórios, os quais exigem do Ente Público instituidor uma contraprestação direta e individualizada ao contribuinte.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o aludido imposto continuou denominado IPTU, e teve sua previsão disposta nos incisos III e VIII do artigo 30, o qual trata da competência dos municípios a respeito desse tributo, e ainda no inciso I do artigo 156, que trata da competência tributária dos municípios para instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Na legislação infraconstitucional, o Código Tributário Nacional, Lei Federal n. 5.172/66, que foi recepcionado pela CF/88 com *status* de Lei Complementar, estabelece o fato gerador do IPTU no seu artigo 32. Continuando, os parágrafos desse dispositivo trazem a definição do que seria denominado zona urbana, e ainda as áreas urbanáveis, para dirimir possíveis conflitos com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Quanto à base de cálculo desse imposto, o artigo 33 do CTN dispõe que a cobrança do IPTU terá como base de cálculo o valor venal

do imóvel. Desse dispositivo, verifica-se no parágrafo único que a fixação da base de cálculo não deve considerar para definir o valor venal, os bens móveis mantidos na propriedade, ainda que em caráter permanente, para efeito de utilização, exploração, aforamento ou comodidade. Por fim, o CTN, no seu artigo 34 do CTN, dispõe que o contribuinte, ou seja, seu sujeito passivo desse imposto será o proprietário do imóvel, ou o titular do seu domínio útil, ou ainda o possuidor a qualquer título.

Conforme disposto, o tributo que incide sobre a propriedade predial e territorial urbana é um imposto, e, por conseguinte, não implica ao Ente Público a necessidade de nenhuma contraprestação direta com o contribuinte. Doutrinariamente, o IPTU é tratado tanto como imposto fiscal quanto também extrafiscal. Um imposto é denominado fiscal quando possui nítido no seu âmago arrecadar recursos para os cofres públicos sem maiores aspirações, ressaltada a busca pelo bem-estar coletivo.

Por outro lado, denomina-se imposto extrafiscal aquele que possui como objetivo inibir, desestimular ou compelir o responsável tributário a realizar determinada ação/omissão. Nesse sentido, pode-se definir extrafiscalidade como atividade financeira que o Estado desenvolve sem o fim precípua de obter recursos para o seu erário, mas com vistas a ordenar a economia e as relações sociais, sendo, portanto, conceito que abarca extensa gama de opções (FALCÃO, 1981, p. 118).

Desse modo, o IPTU, além de ser um imposto fiscal, denomina-se também extrafiscal, e por consequência poderá sofrer progressão tanto por motivos fiscais quanto por motivos extrafiscais no interesse da coletividade, nos termos do que dispõe o § 1º, do artigo 156 combinado com o artigo 182, § 4º da Constituição Federal de 1988. Desses dispositivos, extrai-se que a cobrança do IPTU poderá sofrer majoração tanto sob a natureza fiscal quanto extrafiscal.

O IPTU de natureza fiscal poderá ser progressivo em virtude do uso, da localização ou do valor venal do imóvel urbano, cujos fundamentos se extraem dos incisos I e II do § 1º do artigo 156 da Constituição Federal. Nesse contexto, Carraza (2000, p. 80) ensina que os incisos I e II do § 1º do artigo 156 da CF/88 versam sobre a capacidade

contributiva e que esta deve ser aferida em razão do próprio imóvel (sua localização, dimensões, luxo, características, etc.) e não da fortuna de seu proprietário (CARRAZA, 2000, p. 80).

Já sob a natureza extrafiscal do IPTU, pode ser progressivo em decorrência do tempo sob o manto da função social da propriedade, quando o solo urbano não for edificado, for subutilizado ou não utilizado conforme disposto no inciso II do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal. Nesse viés, a intervenção do Ente Governamental lastreada no artigo 182, parágrafo 4º, incisos I, II e III ocorre de forma a limitar ou impulsionar o direito de propriedade (ASCENÇÃO apud ARIMATÉA, 2003, p. 49).

Quanto à extrafiscalidade do IPTU, Machado (2006, p. 402) ensina que esta é instrumento de política urbana, em que a alíquota do imposto cresce em razão do tempo durante o qual o contribuinte se mantém em desobediência ao plano de urbanização da cidade. Pode-se afirmar que a progressividade extrafiscal busca atender à função social da propriedade para garantir a efetividade da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos fundamentais. Aqui o imposto não tem natureza arrecadatória, mas o escopo de zelar pela construção de uma sociedade justa e solidária, na qual a dignidade é o fundamento de todo o sistema jurídico.

Depreende-se que a Constituição Federal de 1988 não se preocupou em definir o conceito de função social, coube ao inciso VI do artigo 2º da Lei Federal n. 10.257 de 2001 traçar diretrizes gerais a serem enquadradas pelos planos diretores municipais. Por conseguinte, caberá à Administração Pública ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, de forma a destinar de modo sustentável a propriedade urbana e, caso seu proprietário permaneça inerte, enquadrá-lo em uma das hipóteses previstas no artigo 182 da CF/88.

Nesse contexto, faz-se necessária a progressividade extrafiscal, já que a ociosidade de terrenos em áreas mais servidas com a estrutura urbana onera os cofres públicos à medida que aumenta a demanda e o custo dos serviços oferecidos à população, pela inevitável formação de

loteamentos e conjuntos habitacionais em áreas não urbanizadas e longes dos locais centrais (OLIVEIRA apud LOGEN, 2009, p. 2).

Desse modo, a progressividade extrafiscal do IPTU advém do império da própria Constituição Federal de 1988, e, portanto, não advém de nenhum comportamento proibido. Consequentemente, a progressividade extrafiscal do IPTU não obsta a conduta do sujeito passivo, mas apenas prima pelo cumprimento da função social da propriedade, e faz com que o proprietário atribua à propriedade uma utilização condizente com o sistema constitucional pátrio, visando à satisfação do bem comum e à construção de uma sociedade justa e solidária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história o direito de propriedade tem evoluído desde suas primeiras definições no Direito Romano Antigo, em que era considerado como um direito absoluto e perpétuo, até os dias atuais, reconhecido como um direito fundamental do indivíduo indissociável e inerente à sua função social, com vistas à proteção da dignidade da pessoa humana e à construção de uma sociedade mais justa.

No século XX, sob forte influência da Constituição mexicana de 1917 e da Constituição de Weimar de 1919, passou-se a reconhecer o direito de propriedade como um direito fundamental ao indivíduo condicionado ao dever do indivíduo de atendimento da sua função social. É nesse viés que a Constituição Federal de 1988 atribui ao direito de propriedade *status* de direito fundamental do indivíduo, indissociável da sua função social, que determina o uso da propriedade aos ditames da justiça social e a garantia da dignidade.

No ano 2002, o novo Código Civil consolidou no direito privado o uso da propriedade voltado ao interesse coletivo impondo ao proprietário não somente vedações, mas também obrigações de fazer com vistas a garantir o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, o direito de propriedade garantido na Constituição Federal de 1988, com o direito à vida, à liberdade e à igualdade, não é um direito ilimitado, ao passo que deve respeitar outros dispositivos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a justiça social, a igualdade, o meio ambiente equilibrado, o desenvolvimento sustentável e o cumprimento de disposições legais para a propriedade urbana e rural atender à sua função social.

Desse modo, a função social da propriedade não possibilita ao Estado extrapolar o interesse público a fim de limitar o direito individual de propriedade. Cabe ao Estado buscar o bem comum e o equilíbrio entre o direito de propriedade fundamental do indivíduo e a função social da propriedade na prestação de sua função jurisdicional e na construção de uma sociedade justa e igualitária, que garanta a vida digna de seus membros. Para isso, os Entes Municipais dispõem de um instrumento fundamental para garantir a função social da propriedade, qual seja, o ITPU progressivo extrafiscal previsto na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ARIMATÉA, J. R. **O Direito de Propriedade**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2003.

BEVILÁQUA, C. **Direito das Coisas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.

BOBBIO, N. **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1984.

BONAVIDES, P. **Do Estado Social ao Estado Liberal**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

CAMPOS, P. B. **A Eutanásia e o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. 2011. Disponível em: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/patricia_drt_20111.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CARRAZA, R. A. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CARVALHO, F. J. **Função Social da Propriedade**. 2007. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/5.2_Funcao_Social_da_Propriedade.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FONSECA, R. T. M. da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa**. São Paulo: LTr, 2006.

FERREIRA JUNIOR, H. W. S. **A relação entre trabalho e educação através de análise do movimento histórico nas formações sociais primitivas e escravistas**. 2005. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br/acer.../Helly%20Ferreira%20\(R\).doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer.../Helly%20Ferreira%20(R).doc)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LOGEN, M. Z. **O IPTU progressivo no tempo e sua aplicação na organização do espaço urbano dos municípios: uma análise a partir da legislação de Blumenau**. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13979/o-iptu-progressivo-no-tempo-e-sua-aplicacao-na-organizacao-do-espaco-urbano-dos-municipios>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MACHADO, H. de B. **Curso de Direito Tributário**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARANINCHI, F. C. da S. **O elemento material e a sujeição passiva do IPTU**. 2007. 135 p. Dissertação (Mestrado em Direito)– Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MORAES, A. de. **Direitos Humanos Fundamentais: Teoria Geral, comentários aos artigos 1º a 5º da CF de 1988**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2003.

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de Direito Civil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 4.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. e atual. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 14. ed., São Paulo: Malheiros, 1997.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

A GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM GRANDES EMPRESAS BRASILEIRAS

Sabrina Nascimento*
Alessandra Carvalho Vasconcelos**
Sandra Rolim Ensslin***

Resumo

Com a ascensão do conhecimento surge um novo tipo de capital extremamente valioso: o Capital Intelectual (CI). Assim, as organizações que identificarem e gerenciarem o CI de forma eficaz passarão a ter um instrumento poderoso para seu sucesso. Este trabalho objetivou identificar as formas de gerenciamento do CI em grandes empresas brasileiras, por meio de um questionário enviado as 500 Maiores & Melhores empresas listadas, segundo a Revista Exame de 2007. A metodologia utilizada consistiu de um estudo descritivo de múltiplos casos (15 empresas) com abordagem qualitativa-quantitativa dos dados. Os resultados revelam que a maioria das empresas realiza o gerenciamento do CI, mas nem todas possuem um sistema específico para avaliação do desempenho deste e nem um sistema ou indicador padronizado. Constatou-se, ainda, que entre os sistemas, o BSC destaca-se, e que o departamento de RH é o mais indicado para a gestão do CI, devendo seus responsáveis possuírem formação multidisciplinar.

Palavras-chave: Capital Intelectual. Gestão. Avaliação de desempenho. Sucesso organizacional. Grandes empresas brasileiras.

1 INTRODUÇÃO

* Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

** Doutora em Engenharia da Produção, Professora da Universidade Federal do Ceará; alegallon@terra.com.br

*** Doutora em Engenharia da Produção, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina; senssclin@gmail.com

Frente às mudanças ocasionadas pela era do conhecimento, as transformações que ocorrem no cotidiano são frutos dos novos objetivos econômicos traçados pelas organizações. Xavier (1998, p. 9) afirma que “[...] o conjunto dos conhecimentos e informações possuídos por uma pessoa ou instituição é colocado ativamente a serviço da realização de objetivos econômicos.” Com essas mudanças, as pessoas deixam de desempenhar papéis passivos nas organizações e passam a atuar como agentes ativos, tornando o conhecimento individual um diferencial, interferindo diretamente nos resultados econômicos das organizações.

Segundo Klein (1998, p. 1), “[...] as organizações competem crescentemente com base em seus ativos intelectuais”, os quais refletem o conhecimento do capital humano pertencente às organizações, frente a esta nova demanda competitiva, em que o foco na capacidade intelectual da equipe de trabalho passa a ter relevância na busca de uma fonte de diferenciação junto ao mercado.

No cenário atual de ascensão do conhecimento, presenciase o surgimento de uma nova era no mundo dos negócios, a sociedade do conhecimento. Ensslin e Dutra (2007, p. 2) comentam que “[...] para uma sociedade que sempre concentrou seus esforços na busca do desenvolvimento e gerenciamento de capital físico e financeiro, esta afirmação soa como uma idéia ‘revolucionária’, induzindo a uma mudança de paradigma.” Essa mudança de paradigma que os autores sugerem faz referência à alteração recente no foco das organizações, as quais inicialmente eram voltadas ao capital físico (tangível) e, agora, buscam a capacidade intelectual dos indivíduos. Nessa perspectiva, Stewart (1998, p. 5) relata que “[...] o conhecimento tornou-se um recurso econômico proeminente – mais importante que a matéria-prima. Mais importante muitas vezes que o dinheiro.” Assim, na sociedade do conhecimento, surge um novo tipo de capital, não-monetário, não palpável, mas extremamente valioso – o Capital Intelectual (CI).

Diante da evidência do CI, tornam-se imprescindíveis às organizações a avaliação e as formas de gerenciamento dos investimentos em tais elementos. Nesse sentido, Somensi e Tontini (2001, p. 23)

ressaltam que “[...] na atual era da globalização da economia, caracterizada por um ambiente de grande competitividade, as empresas precisam saber medir o seu desempenho”, para melhorar sua atuação no mercado, frente à acirrada concorrência no mundo dos negócios.

Em consonância com as ideias dos autores, Tinoco e Gondim (2003) enfatizam que, com as mudanças de enfoque, as empresas deixam de lado suas preocupações com produtos e serviços e passam a adotar ações mais criativas e inovadoras, buscando assegurar qualidade, rapidez e credibilidade, o que as mantêm competitivas no cenário contemporâneo. Os autores ainda ressaltam ser provável que o bom desempenho em medidas não financeiras também produza resultados financeiros (SOMENSI; TONTINI, 2001; TINOCO; GONDIM, 2003).

A novidade para as organizações não é o conhecimento, mas, sim, como reconhecê-lo como um ativo corporativo e entender a necessidade de geri-lo e cercá-lo com a mesma atenção despendida aos ativos tangíveis (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Assim, a partir do reconhecimento do novo ativo corporativo, as organizações devem desenvolver métodos para gerenciar esses elementos de CI, buscando, sempre, extrair o máximo desses recursos. Ensslin e Dutra (2007, p. 10) enfatizam que, “[...] avaliar o desempenho organizacional consiste em atribuir valor àquilo que uma organização considera relevante, em face dos seus objetivos estratégicos.” Dessa maneira, a avaliação do desempenho deve alinhar-se com os objetivos estratégicos traçados pela organização, para que aquela consiga atingi-los com maior êxito e em curto espaço de tempo, maximizando a criação de valor.

Diante do exposto, o enunciado do problema central de pesquisa é assim formulado: Quais as formas de gerenciamento do CI utilizadas em grandes empresas brasileiras? A partir da pergunta de pesquisa formulam-se os seguintes objetivos específicos: investigar a existência, ou não, de gerenciamento do CI nas empresas brasileiras; examinar as características dos sistemas utilizados nas empresas; analisar os indicadores de desempenho utilizados no gerenciamento do CI; e

verificar o departamento e a formação do profissional responsável mais indicado para a gestão do CI, na visão dos gestores.

Na busca de resposta ao problema de pesquisa, têm-se como objetivo geral identificar as formas de gerenciamento do Capital Intelectual em grandes empresas brasileiras, por meio de um questionário enviado as 500 Maiores & Melhores empresas brasileiras listadas, segundo a Revista Exame de 2007. A relevância da pesquisa justifica-se na medida em que o gerenciamento dos elementos de CI torna-se indispensável à sobrevivência das organizações, no mundo globalizado dos negócios. Como Davenport e Prusak (1998, p. 15) destacam, “[...] numa economia global, o conhecimento pode ser a maior vantagem competitiva da empresa”, o que vem a ressaltar a importância dessa pesquisa na identificação, mensuração e gerenciamento de tais elementos em grandes empresas brasileiras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa tem como assunto principal o Capital Intelectual e seus componentes, bem como os investimentos em CI e a realização de seu gerenciamento por parte das grandes empresas.

2.1 O CAPITAL INTELECTUAL E SEUS COMPONENTES

Para Sveiby (1998, p. 9), “[...] as pessoas são os verdadeiros agentes na empresa. Todos os ativos e estruturas – quer tangíveis ou intangíveis – são resultado das ações humanas. Todos dependem das pessoas, em última instância, para continuar a existir.” Nesta perspectiva, Klein (1998) menciona que em um ambiente em que inovações são duplicadas pelos concorrentes e empresas menores arrebatam fatias de mercado das maiores pelo lançamento de novos produtos e serviços, é o CI das empresas que cada vez mais determina suas posições competitivas.

Stewart (1998, p. 60) conceitua CI como “[...] a soma de tudo que todos em uma empresa conhecem e que confere à empresa sua vantagem

competitiva.” Assim, o CI pode ser visto como “[...] uma combinação de ativos intangíveis, que proporcionam à empresa expectativa de benefícios futuros, com intuito de geração de riqueza à organização através de sua funcionalidade.” (ENSSLIN et al., 2004, p. 4).

Backes, Ott e Wiethaeuper (2005, p. 3) observam que o termo CI pode induzir a conclusões precipitadas sobre sua composição, “[...] uma vez que pode parecer que é composto unicamente de capital humano, por entender-se que o intelecto é peculiar ao mesmo.” Nessa perspectiva, Moura et al. (2005, p. 3) advertem que “[...] o Capital Intelectual não se restringe à capacidade humana, abrangendo também nomes de produtos, marcas registradas e os ativos contabilizados a custo histórico que, com o passar dos anos se transformaram em bens de grande valor.”

As categorias e os elementos do CI preconizados na literatura e a sinergia existente entre os autores clássicos. Brooking (1996) divide o CI em quatro categorias: ativo de mercado (marca da empresa, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição); ativo humano (criatividade, conhecimento, *expertise*, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica); ativo de propriedade intelectual (segredos industriais, patentes, *design e know-how*); e ativo de infra-estrutura (tecnologias, metodologias, cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais e banco de dados).

Para Edvinsson e Malone (1998) e Stewart (1998), o CI se divide em: capital humano (inovação, habilidade, conhecimento, valores, cultura organizacional, filosofia da entidade e *expertise*); capital estrutural (marcas, bancos de dados, sistemas informatizados e tudo mais que apoiar a produtividade da empresa); e capital de clientes (relacionamento da empresa com o cliente e que lhe agregam valor).

Por sua vez, Sveiby (1998) divide o CI nas categorias: estrutura externa (marcas, relações com clientes e fornecedores); estrutura interna (estrutura organizacional, estrutura legal, sistemas, pesquisa e desenvolvimento e *software*); e competência individual (a capacidade de agir em situações inusitadas para criar ativos tangíveis e intangíveis).

Percebe-se uma sinergia entre as várias divisões propostas pelos autores supracitados, pois quando se pensa na categoria capital de clientes (STEWART, 1998), surgem mesmos elementos que compõem as categorias estrutura interna (SVEIBY, 1998), capital de clientes (EDVINSSON; MALONE, 1998) e ativo de mercado (BROOKING, 1996). Quando se menciona o capital estrutural (EDVINSSON; MALONE, 1998), fala-se dos elementos da estrutura interna (SVEIBY, 1998) ativo de propriedade intelectual e ativo de infra-estrutura (BROOKING, 1996) e capital estrutural (STEWART, 1998). Demonstra-se, assim, que os elementos de CI sugeridos pelos clássicos são semelhantes, embora recebam denominações diferentes (ENSSLIN; DUTRA, 2007).

De maneira sucinta apresentam-se a seguir os componentes do CI. O capital humano refere-se ao conhecimento do ser humano, ou seja, à inteligência de uma organização. Farias, Farias e Ponte (2004, p. 3) afirmam que “[...] o principal objetivo do capital humano é voltado para a inovação na forma de criação e melhoria de produtos e serviços e aperfeiçoamento de processos produtivos.” Moura et al. (2005, p. 3) ressaltam que “[...] o valor do conhecimento não mais está sendo visualizado de forma quantitativa, ou seja, quanto mais se tiver conhecimento, melhor, pois não basta possuí-lo ou manipulá-lo, é necessário seu uso inteligente.” Dessa forma, o conhecimento dos gestores e colaboradores de uma empresa é a matéria-prima mais valiosa que uma organização pode possuir se souber usá-la de forma eficaz. Fitz-enz (2001, p. 6) afirma que “[...] o conhecimento, as habilidades e as atitudes da força do trabalho distinguem as empresas vencedoras das empresas mal-sucedidas.” Nesse sentido, as empresas precisam promover um clima organizacional favorável, a fim de que o capital humano permaneça na empresa e seja capaz de transformar conhecimento explícito em ganho financeiro.

No que se refere ao capital estrutural, Edvinsson e Malone (1998, p. 32) descrevem-no como “[...] o arcabouço, o *empowerment*, e a infra-estrutura que apóiam o capital humano. Ele é também a capacidade organizacional, incluindo os sistemas físicos utilizados para transmitir

e armazenar conhecimento intelectual.” Para Lev (2002, p. 7), o capital estrutural é “[...] o intangível que mais conta e sobre o qual menos conhecemos: o motor que cria valor entre os demais ativos.” Nesse sentido, entende-se que uma empresa atingirá suas metas se for capaz de proporcionar ao capital humano suporte necessário para produzir com qualidade e motivação. Enfim, o capital estrutural é a força motriz que move o capital humano, proporcionando a criação de valor dentro das organizações.

Por fim, o capital de clientes, segundo Stewart (1998, p. 69), é “[...] o valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas as quais faz negócios.” Para Backes, Ott e Wiethaeuper (2005, p. 3), “[...] esse relacionamento é um fator determinante para a formação do resultado e para a continuidade do negócio.” Schnorrenberger (2005, p. 67) esclarece que o capital de clientes deve contemplar “[...] aspectos como os relacionamentos da empresa: internamente, com os clientes e fornecedores, bem como com a sociedade em geral.” Nesse sentido, o capital de clientes é formado por todo o relacionamento com os *stakeholders*. Então, fica evidente que o capital de clientes é a categoria de CI mais importante dentro das organizações e a principal razão para a existência das empresas.

2.2 INVESTIMENTOS EM CAPITAL INTELECTUAL E SEU GERENCIAMENTO

Backes, Ott e Wiethaeuper (2005, p. 1) salientam que “[...] a proporção de investimentos em ativos intangíveis passa a ser significativa, em contraste com a irrelevância observada em outros tempos.” Nesse contexto, o gerenciamento do CI é algo desafiador para os empresários e estudiosos, uma vez que o conhecimento difere de todos os outros recursos das organizações.

Conforme Farias, Farias e Ponte (2004, p. 5), “[...] uma empresa voltada para o conhecimento é diferente de muitas formas; não só seus principais ativos são intangíveis, diferentemente da economia tradicional, como também são de difícil identificação e gerenciamento.” Klein (1998,

p. 2) destaca que, para gerir o CI de forma mais sistêmica, a empresa deverá “[...] elaborar uma pauta para se transformar de uma organização que simplesmente compreende *indivíduos* detentores de conhecimento, numa *organização* focalizada em conhecimento que cuida da criação e compartilhamento de conhecimento.” Assim, as empresas precisam tecer uma pauta que compreende pessoas, incentivos, tecnologia, processos e outros elementos, de maneira que seja compatível com a estratégia da empresa (KLEIN, 1998).

Stewart (1998, p. 53) conceitua a gestão do CI “[...] como um oceano recém-descoberto, que ainda não consta no mapa, e poucos executivos entendem suas dimensões ou sabem como navegá-lo.” Diante desse novo cenário econômico, Antunes e Martins (2005, p. 3) ressaltam que “[...] no processo de avaliação é importante definir-se o foco, de modo a definir-se, também, a fonte de indicadores ou metodologias mais adequadas.” Dessa maneira, os gestores devem aprimorar os modelos de gestão de elementos intangíveis, a fim de melhorarem sua aplicação para que a empresa atue de maneira competitiva no mundo dos negócios (ANTUNES; MARTINS, 2005).

A necessidade de gerenciamento dos elementos de CI recebe uma atenção maior por parte das investigações, uma vez que tais elementos geram sustentabilidade por meio da alavancagem de seus ativos intangíveis (CARVALHO; ENSSLIN; GALLON, 2007). Antunes (2006, p. 26) afirma que “[...] a gestão do Capital Intelectual constitui-se em processos de avaliação, pois, independentemente dos objetivos pretendidos e dos critérios envolvidos para tanto, irá proceder-se a um julgamento sobre algum atributo.”

O gerenciamento do CI torna-se eminente e, para realizar esta tarefa, é necessário o desenvolvimento de critérios pertinentes à empresa, que estejam alinhados com os objetivos estratégicos desta. Farias, Farias e Ponte (2004, p. 6) destacam que “[...] a crescente substituição da força física pela capacidade intelectual nas organizações torna-se evidente em uma empresa do conhecimento.” Entretanto, questiona-se: como então gerenciar esse capital tão representativo para o sucesso da empresa? Na prática, “[...] os ativos intangíveis vêm sendo avaliados precisamente quando a empresa é vendida e se destaca a diferença entre seus valores

contáveis e os de mercado.” (FARIAS; FARIAS; PONTE, 2004, p. 6). Dessa forma, os gerentes necessitam desenvolver ferramentas e técnicas para conhecer e mensurar seu capital intelectual sistematicamente, administrando sua continuidade e o futuro da empresa.

A partir desse entendimento quanto à importância da gestão do CI, depreende-se que o sucesso dessa gerência depende dos investimentos que as organizações realizam nesses elementos e nas ferramentas que avaliam o seu desempenho. Antunes (2006) lembra que as pessoas envolvidas na organização devem ter disponíveis informações para balizar julgamentos, decisões, avaliações e previsões.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada na pesquisa é descritiva, uma vez que busca identificar as formas de gerenciamento do CI em grandes empresas brasileiras, por meio de um estudo de múltiplos casos, com abordagem qualitativa-quantitativa dos dados.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa, foi escolhida a estratégia de múltiplos casos, com a descrição das formas de gerenciamento do CI em 15 grandes empresas brasileiras de diferentes setores de atuação. Eisenhardt (1995) ressalta que neste tipo de estudo, não se prevê um tamanho de amostra que indique significância estatística, nem um processo de escolha aleatória dos objetivos de pesquisa. Assim, no estudo, decidiu-se por utilizar 15 empresas-casos, escolhidas de forma direcionada, de acordo com a acessibilidade dos respondentes. As empresas-casos selecionadas seguem uma amostragem não probabilística e intencional, a qual, segundo Marconi e Lakatos (1996), deve ser utilizada quando se está interessado na opinião de determinados elementos da população, mesmo não podendo representar o todo.

Assim, os resultados encontrados na pesquisa não são generalizáveis, uma vez que se trata de um estudo de múltiplos casos. Ressalta-se que as informações encontradas são válidas apenas para as empresas em estudo e as informações apresentadas têm como base o ano 2006. Os resultados obtidos não podem ser estendidos para outros anos,

isto é, a conclusão deve ser limitada ao período analisado e está sujeita aos testes adicionais, baseados em dados coletados outras vezes.

A pesquisa tem natureza qualitativa, uma vez que explora os instrumentos utilizados pelas empresas para gestão do CI, e quantitativa, quando faz uso de porcentagens para melhor compreensão da análise conjunta dos resultados das empresas-casos.

O universo da pesquisa é composto por grandes empresas brasileiras de diferentes segmentos da economia, entre as 500 Maiores & Melhores empresas listadas, segundo a Revista Exame de 2007. Parte-se do pressuposto de que empresas de grande porte fazem investimentos relevantes em CI e que devem, por consequência, possuir formas de gerenciamento destes. A seguir, o Quadro 1 apresenta as empresas que compõem o estudo, sendo estas selecionadas de maneira intencional, em virtude da acessibilidade dos respondentes. Nessa escolha, não se fez diferenciação entre empresas de capital aberto e aquelas de capital fechado, uma vez que o controle acionário não deve influenciar na gestão do CI. Por motivo de sigilo das estratégias das organizações, não serão reveladas as denominações sociais das empresas; assim, cada uma delas recebeu um código para personalizá-las.

Quadro 1 – Amostra das empresas selecionadas

Código	Município, UF	Segmento de atuação
EMP 01	Sobral, CE	Têxtil
EMP 02	Araxá, MG	Mineração
EMP 03	Foz do Iguaçu, PR	Energia elétrica
EMP 04	Belo Horizonte, MG	Energia elétrica
EMP 05	Caxias do Sul, RS	Auto-indústria
EMP 06	Bauru, SP	Atacado
EMP 07	São Paulo, SP	Farmacêutico
EMP 08	Santa Cruz do Sul, RS	Bens de consumo
EMP 09	Brasília, DF	Energia elétrica
EMP 10	São José, SC	Serviços
EMP 11	São Paulo, SP	Produção agropecuária
EMP 12	São Paulo, SP	Aço
EMP 13	Brasília, DF	Serviços
EMP 14	Maceió, AL	Energia elétrica

EMP 15	São Paulo-SP	Petroquímica
--------	--------------	--------------

Fonte: os autores.

Após a escolha da amostra, buscou-se identificar o endereço de correio eletrônico e a pessoa da empresa para envio do questionário. Em seguida, procedeu-se o envio do questionário por meio da *internet*, em setembro de 2007, às pessoas indicadas pelas empresas, para responderem ao instrumento de pesquisa, sem a interferência das pesquisadoras.

O procedimento adotado no levantamento dos dados foi de natureza primária, por meio da aplicação de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Richardson (1999, p. 189), destaca que “[...] a informação obtida por meio de um questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo.” O instrumento de pesquisa é composto por 10 blocos de questões, o primeiro é relacionado ao perfil do respondente, o segundo corresponde ao perfil da empresa e o terceiro bloco trata das perguntas específicas relacionadas a cada dimensão do CI. A aplicação do questionário tem como objetivo identificar as formas de gerenciamento do CI nas empresas pesquisadas. O instrumento foi encaminhado aos responsáveis indicados pelas empresas, sem interferência das pesquisadoras nas respostas e devolvidos do mesmo modo, fazendo uso da *internet*. Cabe mencionar que para análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresenta-se, na sequência, o perfil dos respondentes, a caracterização das empresas da amostra, a identificação das formas de gerenciamento, dos sistemas e dos indicadores utilizados na gestão do CI e, por fim, a área mais indicada para gestão do CI, na visão dos gestores.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

O perfil dos respondentes é traçado a partir de sexo, escolaridade, formação profissional, tempo de cargo e função exercida.

Dos respondentes, 67% são do sexo masculino e 33%, do sexo feminino. Observa-se a predominância de profissionais com especialização (53,33%), principalmente nas áreas de Gestão de Negócios, Gestão Financeira e pós-graduação em Direito Tributário. Na sequência, aparecem 26,66% com mestrado e 20,01% com graduação. Sobre a formação dos respondentes, destacam-se os cursos de Ciências Contábeis 33,33% e Administração de empresas (26,66%), os quais, juntos, correspondem a 60% da formação profissional destes. Em menor proporção, identificam-se a formação nas áreas de Economia, Direito, Pedagogia e Psicologia.

Em relação ao tempo de cargo e função dos respondentes, constata-se o predomínio de profissionais com até cinco anos no cargo. Entretanto, verifica-se que 26,67% estão há mais de 20 anos no cargo. No que diz respeito à função exercida na organização, verifica-se uma considerável diversidade de funções. As funções de Gerência Contábil e Gerência Administrativa ou Administrador (em conjunto), com 26,66% cada, são preponderantes. Cabe, ainda, ressaltar: Gerência de Relações com Investidores (13,33%), Analista de Recursos (6,67%), Analista de Relações com Investidores (6,67%) e Controladoria (6,67%). E ainda, quanto às funções predominantes, têm-se a Gerência Contábil e a Gerência Administrativa ou Administrador.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

As empresas pesquisadas classificam-se entre as 500 Maiores & Melhores empresas brasileiras listadas pela Revista Exame em 2007, sendo a amostra composta por 15 empresas-casos, selecionadas de acordo com a acessibilidade dos respondentes. A caracterização das empresas é apresentada por localização geográfica, setor de atuação, classificação setorial da Bovespa, origem do controle acionário, negociação, ou não, de ações na bolsa de valores e participação nos níveis diferenciados de governança corporativa.

Verifica-se que as empresas pesquisadas localizam-se especialmente no Sudeste, (47%), seguido da região Sul (27%) e Centro-

oeste e Nordeste, com 13% igualmente. Na região Sudeste, encontram-se localizadas sete das 15 empresas investigadas, visto que, somente na cidade de São Paulo, estão instaladas cinco delas.

A partir da classificação por setor de atuação na economia, observa-se a predominância do setor energético com quatro empresas, sendo este o segmento com a maior concentração das empresas investigadas. Na segunda posição, tem-se o setor de serviços e o farmacêutico, com duas empresas cada um deles.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE GERENCIAMENTO DOS SISTEMAS E DOS INDICADORES UTILIZADOS NA GESTÃO DO CI

O CI é a capacidade mental coletiva, cuja identificação e distribuição é bastante complexa para ser realizada eficazmente, e quando as organizações conseguirem descobrir a maneira correta de explorá-las, serão vitoriosas (STEWART, 1998). Nessa perspectiva, o gerenciamento dos elementos de CI torna-se relevante para as empresas.

Observa-se entre as informações coletadas que 67% das empresas atestaram que realizam a gestão do CI e que fazem uso dessas informações para melhorar suas performances organizacionais. Já as outras cinco empresas (33%) afirmam não realizar a gestão do CI.

No que se refere, aos posicionamentos das empresas que não realizam o gerenciamento, apesar de efetuarem investimentos nos elementos de CI, observa-se que elas consideram tais investimentos importantes para a continuidade, qualidade e competitividade da empresa, sendo o retorno sobre os investimentos em CI perceptíveis, embora não mensurados. A partir dessa suposição, surge a preocupação de investigar se as empresas utilizam algum sistema ou modelo de gestão integrado para avaliar esses indicadores. Das dez (67%) empresas que afirmam realizar o gerenciamento do CI, sete (70%) utilizam o sistema integrado para a gestão. Cerca de 70% alegam que possuem um sistema ou modelo integrado para gestão do CI na organização e 30%, que não fazem uso dessa ferramenta – dados que correspondem às empresas EMP

9, EMP 13 e EMP 14, as quais apenas possuem indicadores internos e não fazem uso de um sistema integrado para mensuração de desempenho do CI na organização. Note-se que a maioria das empresas faz uso de sistemas integrados e específicos para avaliação do desempenho (70%).

Em relação às características do sistema/modelo integrado que as empresas afirmam possuir, observa-se que apesar de as empresas atestarem realizar o gerenciamento dos elementos de CI, presume-se que este ainda se encontra em fase inicial do processo de mensuração, em razão da diversidade de sistemas descritos. Verifica-se, ainda, que os sistemas relacionam-se, especialmente, com a gestão da área de Recursos Humanos.

No que concerne ao indicador utilizado na gestão das dez (67%) empresas que afirmam realizar o gerenciamento do CI, o Quadro 2 demonstra o posicionamento das empresas analisadas.

Quadro 2 – Descrição do indicador utilizado no gerenciamento do CI (continua)

Código	Descrição do indicador utilizado
EMP 2	Está sempre medindo o valor de mercado menos valor patrimonial. Coletando informações perante os colaboradores quanto à eficiência operacional e estratégica. Medindo conhecimentos adquiridos por meio de investimentos na área de treinamento, satisfação, etc.
EMP 4	Grau de atendimento das competências estratégicas.
EMP 5	Indicadores do Balanced Scorecard.
EMP 6	Participação da liderança em treinamentos de liderança; total investido em Bolsa de Estudo para Graduação e Pós-graduação; inteligência agregada (desenvolvimento pessoal e participação em Grupos de Trabalho); monitoramento da participação da empresa no mercado (market share); rotatividade de funcionários e representantes comerciais e redução de custos.
EMP 9	Encontram-se em implantação alguns indicadores na área de Gestão do Conhecimento. Atualmente está sendo medido o número de documentos bibliográficos tratados tecnicamente, esse indicador é chamado de PROTEC. Tem-se também o indicador para medir o número de Unidades Organizacionais na sede, com a prática de disseminação do conhecimento, chama-se esse indicador de AEDD. Outros indicadores estão em estudo e serão implantados a partir de 2008.
EMP 11	Indicadores internos de mensuração de cada tipo de elemento.

(conclusão)

EMP 12	Indicadores-chave de Desempenho/Balanced Scorecard.
EMP 13	Hora/aula por empregado do ano, índice de favorabilidade no clima organizacional.
EMP 14	Avaliação de desempenho.
EMP 15	Número de treinamentos por colaboradores; percentual de retenção; número de patentes registradas em um período.

Fonte: os autores.

Com base no Quadro 1, percebe-se que não há uma forma padronizada de gerenciamento dos elementos de CI praticada pelas empresas investigadas, o que nos remete à suposição de que as empresas estão em processo inicial de gerenciamento desses elementos. Entretanto, as empresas EMP 4, EMP 5 e EMP 12, que correspondem a 30%, utilizam o *Balanced Scorecard*. Esses resultados não corroboram os resultados de Antunes (2006), que constatou, em sua pesquisa, a predominância da utilização do *Balanced Scorecard* para a realização do gerenciamento do CI em 11 das 14 empresas investigadas em sua pesquisa.

Destaca-se, ainda, que a maior parte dos diversos indicadores apresentados pelas empresas está relacionada com a área de Recursos Humanos, ou seja, a avaliação do capital humano. Alguns outros pontos de destaque são: a EMP 2, a EMP 6 e a EMP 11 possuem também indicadores relacionados ao capital de clientes; e a EMP 11 e a EMP 15 demonstram indicadores de capital estrutural.

4.4 ÁREA MAIS INDICADA PARA GESTÃO DO CI, NA VISÃO DOS GESTORES

Neste subitem demonstra-se qual departamento deveria ser o responsável pela gestão do CI, na visão dos gestores, e qual a formação mais adequada do profissional a ser por ela responsável.

Frente à proporção das vantagens competitivas proporcionadas pelo CI, a criação de um departamento específico para a gestão dos ativos intangíveis busca maximizar o desempenho organizacional das empresas. Essa preocupação é fruto de investigação desta pesquisa, com o intuito

de conhecer o departamento que deveria realizar a gestão desse capital dentro das organizações e a formação mais adequada do profissional responsável. Entre as informações coletadas, percebe-se a predominância do departamento de Recursos Humanos para realizar a gestão do CI, pois nove das 15 empresas fazem essa afirmação.

A partir da tendência apresentada pelas empresas investigadas, na análise dos indicadores e sistemas de gerenciamento utilizados, verifica-se que elas apontaram para o departamento de Recursos Humanos como o mais indicado para realizar a gestão do CI. Outros departamentos, no entanto, também foram mencionados, a saber: Inteligência Competitiva, Multidisciplinar, Gestão do Capital Humano e a área específica de Capital Intelectual. Observe-se, entretanto, que esses resultados não corroboram os resultados de Antunes e Martins (2007), que constataram, em sua pesquisa, a Controladoria (36,3%) como a área mais indicada para realizar a gestão do CI, enquanto a área de Recursos Humanos responde por, apenas, 18,2% das empresas investigadas.

Constata-se que as empresas analisadas indicam que o profissional que deve ser responsável pela gestão do CI necessita de uma formação multidisciplinar, apesar de cinco empresas não terem se posicionado a respeito. Dessa forma, verifica-se que as empresas supõem que, para realizar a gestão do CI de forma eficiente, o profissional deve possuir conhecimento de inúmeras áreas, talvez pela interdisciplinaridade do tema.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo principal identificar as formas de gerenciamento do Capital Intelectual em grandes empresas brasileiras, por meio de um questionário enviado as 500 Maiores & Melhores empresas brasileiras listadas, segundo a Revista Exame de 2007. A amostra de 15 empresas brasileiras de diferentes setores de atuação foi selecionada de maneira intencional, em virtude da acessibilidade dos respondentes. Declinou-se revelar as denominações sociais das empresas

investigadas, por motivo de sigilo das estratégias organizacionais empregadas. Resgata-se, a seguir, a indagação central desta pesquisa: Quais as formas de gerenciamento do Capital Intelectual utilizadas em grandes empresas?

Em resposta à indagação, foi possível constatar que 67% das empresas investigadas realizam o gerenciamento; o motivo que leva as empresas (33%) a realizarem investimentos em CI sem gerenciamento é que elas consideram esses investimentos importantes para sua continuidade e competitividade, além de observarem retornos perceptíveis sobre os investimentos em CI, mesmos que não sejam mensurados.

Constata-se, ainda, que existe diversidade de indicadores utilizados pelas dez empresas que afirmaram realizar o gerenciamento, pois apenas as empresas EMP 4, EMP 5 e EMP 12 fazem uso do *Balanced Scorecard*; as demais utilizam indicadores especialmente relacionados à área de Recursos Humanos.

Entretanto, as empresas EMP 2, EMP 6 e EMP11 possuem indicadores relacionados ao capital de clientes, enquanto as empresas EMP 11 e EMP 15 demonstram indicadores voltados para a avaliação do capital estrutural. Destaca-se, ainda, que a maioria das empresas que realizam o gerenciamento do CI possui sistemas que apresentaram características semelhantes aos indicadores internos quanto à diversidade, por estarem voltados à avaliação do capital humano; as empresas EMP 9, EMP 13 e EMP 14 possuem apenas os indicadores internos e não fazem uso de um sistema integrado para avaliação da gestão do CI; e a área mais indicada para a gestão do CI pelo gestores foi a de Recursos Humanos, devendo o profissional responsável ter formação multidisciplinar.

Por fim, conclui-se que os sistemas utilizados para a gestão do CI relacionam-se à avaliação do capital humano e não possuem uma forma padronizada de avaliação nas empresas investigadas, possibilitando a suposição de que tais sistemas integrados estão em fase de implantação nas organizações.

Em suma, frente às limitações desta pesquisa – a restrição da amostra perante a acessibilidade dos respondentes entre as 500 maiores

empresas do Brasil e a interpretação dos resultados obtidos por meio das respostas fornecidas pelas empresas quanto aos elementos de Capital Intelectual – sugere-se, para futuros trabalhos, utilizar a comparação setorial entre as empresas da amostra utilizada nesta pesquisa e realizar o mesmo tipo de pesquisa em anos posteriores, a fim de acompanhar a evolução das formas de gerenciamento dos elementos de CI em grandes empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. **Capital intelectual**: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. In: EnANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. CD-ROM.
- ANTUNES, M. T. P. A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 41, p. 21-37, maio/ago. 2006.
- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Gerenciando o capital intelectual: uma abordagem empírica baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, 55. ed. v. 13, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2007.
- BACKES, R. G.; OTT, E.; WIETHAEUPER, D. Evidenciação do capital intelectual: análise de conteúdo dos Relatórios de Administração de companhias abertas brasileiras. In: EnANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. CD-ROM.
- BROOKING, A. **Intellectual capital**: core asset for the third millennium enterprise. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.; GALLON, A.V. Uma metodologia multicritério (MCDA-C) para apoiar o gerenciamento do capital intelectual organizacional: proposta de construção de um modelo. In: ENADI, 1., 2007, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

DACORSO, A. L. R. **Tomada de decisão e risco**: a administração da inovação em pequenas indústrias químicas. 2000. 236 p. Dissertação (Mestrado em Administração)–Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

ELISENHARD, K. M. Buindling theories from case study research. In: HUBER, G. P.; VAN DE VEM A. (Ed.). **Longitudinal fiel research methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

ENSSLIN, S. R.; DUTRA, A. A avaliação do capital intelectual como o subsídio para gerenciar e alavancar o desempenho organizacional. In: CONTECSI, 4., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2007. CD-ROM.

ENSSLIN, S. R. et al. Diagnóstico do capital intelectual informado pelas ferramentas gerenciais Navegador do Capital Intelectual e o Balanced Scorecard: uma proposta de gerenciamento. In: ENANGRAD, 15., 2004, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: ENANGRAD, 2004. CD-ROM.

EXAME, Melhores & Maiores. **As 500 maiores empresas do Brasil**. São Paulo, ago. 2007.

FARIAS, F. S.; FARIAS, I. Q.; PONTE, V. M. R. Gerenciamento do capital intelectual: um estudo em empresas do setor têxtil cearense. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

FITZ-ENZ, J. **Retorno do investimento em capital humano**. São Paulo: Makron Books, 2001.

GALLON, A. V. et al. Estratégias metodológicas da produção científica em capital intelectual: uma análise de 2000 a 2006. In: EnEPQ, 1., 2007, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KLEIN, D.A. **A gestão estratégica do capital intelectual**: recursos para economia baseada no conhecimento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LEV, B. **Ativos intangíveis**: o que vem agora? Abril, 2002. Disponível em: <http://www.jrbrands.com.br/PDFs/intangibles_next_port.pdf>. Acesso em: 31 out. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MOURA, S. F. et al. O valor do intangível em Instituições de Ensino Superior: um enfoque no capital humano. In: EnANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. CD-ROM.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHNORRENBERGER, D. **Identificando, avaliando e gerenciando os recursos organizacionais tangíveis e intangíveis por meio de uma Metodologia Construtiva (MCDA):** uma ilustração na área econômico-financeira. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOMENSI, U. F.; TONTINI, G. O Balanced Scorecard e seu inter-relacionamento com outros métodos de gestão. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 23-31, jan./mar. 2001.

STEWART, T. A. **Capital intelectual:** a nova vantagem competitiva das empresas. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações:** gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TINOCO, R. M.; GONDIM, S. M. G. A avaliação de desempenho em uma universidade pública estadual: com a palavra a comunidade acadêmica. In: EnANPAD, 27., 2003, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. CD-ROM.

XAVIER, R. A. P. **Capital intelectual:** administração do conhecimento como recurso estratégico para profissionais e organizações. São Paulo: STS, 1998.

ADEQUAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA NBC T -15

Sabrina Nascimento*
Irani Rocha**
Marines Boff***
Ilse Maria Beuren****

Resumo

O artigo buscou identificar o nível de evidenciação ambiental das empresas de capital aberto classificadas na Revista Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição de 2007, considerando o exercício social de 2005 (período anterior), e os exercícios sociais de 2006 a 2008 (períodos posteriores) da entrada em vigor da NBC T 15 e compará-los ao desempenho econômico-financeiro obtido pelas empresas analisadas. A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e com abordagem quantitativa. Analisou-se os Relatórios e Demonstrações Financeiras de 2005 a 2008 de 22 empresas listadas pela revista Você S/A. Concluiu-se que: (i) a categorização da evidenciação ambiental das empresas, observou-se que das 680 informações evidenciadas, estas são distribuídas em 99 Informações Completas (IC), 126 Informações Incompletas (II) e 455 Informações Ausentes (IA); (ii) no nível de pontuação da evidenciação ambiental, 55% das empresas receberam conceito insuficiente, 35% conceito regular e 9% conceito bom; (iii) a NBC T 15 estimulou a evidenciação das informações somente no ano posterior à sua entrada em vigor, tendo em vista o comportamento do ano subsequente; e (iv) detectou-se

* Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Professora do Curso de Matemática no Centro Universitário Leonardo da Vinci; irani1976@hotmail.com

*** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Professora de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Santa Catarina; marinesboff@hotmail.com

**** Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade de São Paulo, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina; jlklein@uol.com.br

de forma embrionária a relação entre o nível de evidenciação ambiental e o desempenho econômico-financeiro nas empresas que mais evidenciaram.

Palavras-chave: Evidenciação Ambiental. Evidenciação. NBC T-15. Desempenho Econômico-Financeiro.

1 INTRODUÇÃO

Quando se faz parte de determinada organização, seja como funcionário, como investidor, sócio e/ou administrador, que dispõe de conhecimento sobre sua cultura e estrutura organizacional, suas políticas e atividades, nem sempre se conhece sua real situação econômica e financeira, assim como sua posição quanto aos aspectos sociais e ambientais inerentes às suas atividades. Para tanto, quando não participamos ativamente de uma organização, possuímos conhecimentos bastante limitados sobre suas ações. Entretanto, ambos somente poderão obter tais informações e conhecimentos se a empresa disponibilizá-las.

As empresas de capital aberto, principalmente, as de grande porte, de alguma forma divulgam fatos e atos decorrentes de suas atividades diárias, os quais são compilados de acordo com sua natureza e divulgados publicamente aos interessados. Ponte e Oliveira (2004) destacam que há diversas formas de se evidenciar uma informação, onde o objetivo principal é que esta informação seja divulgada com qualidade e quantidade que atenda às necessidades de seus usuários. Assim, depreende-se que a evidenciação de informações ambientais, tema bastante debatido na literatura acadêmica, é fundamental nos relatórios e demonstrações divulgados pelas empresas (PONTE; OLIVEIRA 2004).

Nesse contexto, observa-se que diferentes grupos de *stakeholders*, em especial, os órgãos reguladores e os de vigilância, estão colocando grande pressão sobre as empresas para se tornarem ambientalmente mais responsáveis (JOSE; LEE, 2007), o que nos remete a pensar que os interesses desses grupos vão além das questões de cunho econômico e financeiro. Nesse meio de pressões impostas pelos diferentes *stakeholders*,

as empresas são impulsionadas a atitudes de restabelecimento do ambiente penalizado pelo desenvolvimento, assim como atitudes proativas de manutenção e preservação, buscando a perpetuidade ambiental, a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

No entanto, uma mesma informação pode não ser útil a todos os usuários, o que conduz a uma tarefa complexa de normatizar a estruturação e divulgação de informações ambientais de empresas de diferentes localizações, porte e ramo de atividade. Tal tarefa cabe ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o qual estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observados no exercício profissional contábil.

Dessa maneira, a partir de 1º de janeiro de 2006 entrou em vigor a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n. 15 (NBC T 15), aprovada pela Resolução CFC n. 1003/04, a qual estabelece procedimentos para a empresa evidenciar informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar sua participação e responsabilidade para com a sociedade. A norma clarifica e entende por informação de natureza ambiental aquela que demonstra a interação da entidade com o meio ambiente em que está inserida.

Albuquerque e Calvalcante (2007, p. 8) ressaltam que “a necessidade de evidenciar está inserida no interesse de atender aos usuários.” Dessa forma, esta pesquisa tem como principal objetivo identificar o nível de evidenciação ambiental das empresas de capital aberto classificadas na Revista Exame 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição de 2007, considerando o exercício social de 2005 (período anterior), e os exercícios sociais de 2006 a 2008 (períodos posteriores) da entrada em vigor da NBC T 15 e compará-los ao desempenho econômico-financeiro obtido pelas empresas analisadas.

Este trabalho demonstra sua relevância ao analisar o grau de evidenciação ambiental nas informações divulgadas nos Relatórios da Administração (RA), Notas Explicativas (NE) e Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFCs) das empresas de capital aberto pertencentes à listagem da Revista Você S/A – Exame – As Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição especial 2007. Boff et al. (2009)

destacam que estas empresas apresentam um conjunto de iniciativas voltadas à estratégia e gestão empresariais, cidadania, diversidade e preocupação com o desenvolvimento. Nesse sentido, espera-se contribuir com a literatura acerca da sustentabilidade em nível empresarial. Conforme Gallon, Beuren e Hein (2008, p. 144) o importante é que as informações constantes nos relatórios divulgados pelas empresas sejam relevantes, transparentes e verdadeiras, a fim de servir de suporte aos acionistas nas tomadas de decisões.

2 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

É por intermédio das empresas que as pessoas consomem produtos e serviços que, invariavelmente, conectam-se com os recursos advindos da natureza. A indústria e seus produtos exercem grandes impactos sobre o ambiente externo. Essa relação das empresas com os recursos naturais não deve estar em dissonância com as expectativas de seus clientes e preservação ambiental. Callado, Callado e Almeida (2008, p. 35) destacam que “as atuais dinâmicas dos mercados e dos consumidores no mundo globalizado têm introduzido novos paradigmas e desafios para o ambiente dos negócios, indistintamente da natureza corporativa que as empresas possuam.”

Dessa maneira, Lima e Viegas (2002, p. 47) afirmam que “não se trata da empresa ser, ou não, ecologicamente correta. A preocupação com a questão ambiental é ética e econômica. A empresa tornou-se dependente dessa questão para permanecer no mercado.” Corroborando com essa definição, Beuren e Gallon (2006) mencionam como fatores preponderantes para que a empresa sobreviva no mercado o processo de divulgação das informações sobre a gestão aos usuários externos. A divulgação de informações contábeis de maneira uniforme para todo o mercado proporciona credibilidade à empresa junto ao mercado de capitais.

Nesse sentido, as empresas que já compreenderam a questão da evidenciação das informações devem comunicar o realizado e o planejado

quanto ao seu envolvimento com as questões ambientais, sendo a evidenciação um importante instrumento contábil. Para Gonçalves, Pirani e Borger (2007, p. 2), a “evidenciação deve ser encarada como uma prestação de contas (*accountability*) à sociedade, sendo fundamental sua transparência, consistência e inteligibilidade.” Melo, Ponte e Oliveira (2007, p. 33) ressaltam que “o verdadeiro intuito da *disclosure* é mostrar informações relevantes que possam transmitir segurança e confiança àqueles que pretendem investir em uma empresa.”

Dantas, Zendersky e Niyama (2004, p. 2) advertem que a evidenciação significa divulgar informações com qualidade, oportunidade e clareza. As divulgações devem proporcionar aos usuários informações suficientes para que possam formar uma compreensão das atividades desenvolvidas pela empresa e visão dos seus riscos, observando aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância. Assim, conforme Nossa (2002, p. 54), “as empresas necessitam mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados alcançados”, o que vem a contribuir com a transparência do desempenho nas questões ambientais aos seus diversos usuários, sejam eles internos ou externos.

A administração tem a opção de evidenciar ou não determinadas informações ainda não obrigatórias por Lei, o que varia de acordo com a concepção de cada gestor da sua responsabilidade com a sociedade em que interage. Conforme Nossa (2002, p. 31), “à medida que uma companhia vê o seu concorrente produzir e divulgar informações ambientais aumenta a pressão para que ela também faça essa evidenciação.” Nesse sentido, para Melo, Ponte e Oliveira (2007, p. 31) “o mercado globalizado prioriza as empresas dispostas a mostrar transparência nas demonstrações contábeis.”

A contabilidade disponibiliza às empresas um conjunto de demonstrações contábeis adequadas à evidenciação e divulgação de todas as informações inerentes às atividades desenvolvidas, oportunizando aos interessados acesso a tais informações de forma sistematizada e compreensível. Conforme Ferreira (2003, p. 7), “a abordagem social da contabilidade obriga-a a participar ativamente da pesquisa sobre como

informar os eventos realizados pelas organizações que podem afetar o meio ambiente e, concomitantemente, cuidar da mensuração desses eventos.”

Entre o conjunto das demonstrações contábeis, destaca-se o relatório da administração e as notas explicativas. A Lei das Sociedades por Ações, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 133, prevê a elaboração e apresentação do relatório da administração, ao final de cada exercício, com informações inerentes aos negócios da empresa e principais fatos administrativos (BOFF et al., 2009). Apesar do relatório da administração estar previsto em Lei, a qual orienta vários itens necessários à sua elaboração, ele é ainda um dos relatórios mais flexíveis do conjunto das demonstrações contábeis, obrigatórias às empresas de capital aberto. Isto ocorre pela sua característica qualitativa, que se propõe a facilitar a compreensão da mensagem da empresa ao público interno e externo a ela. Nessa ótica, a administração elabora o conteúdo do relatório da administração de acordo com a Lei e com a extensão e profundidade que considerar pertinente aos seus negócios. Silva, Rodrigues e Abreu (2004, p. 2) ressaltam que “este relatório, por ser menos técnico e mais descritivo que os outros documentos, têm um forte poder de comunicação, podendo prestar conta dos atos praticados e apresentar expectativas sobre desempenhos futuros.”

Assim, as notas explicativas devem fornecer, além das políticas e práticas contábeis, descrições de fatos ou eventos e detalhes de rubricas apresentadas nas demonstrações acima ou informações sobre valores que não são passíveis de inclusão naquelas demonstrações (NPC 27). As notas explicativas representam um dos demonstrativos obrigatórios pela Lei n. 6.404/76, que visam esclarecer aos usuários os critérios utilizados pela entidade, a fim de um melhor entendimento quanto à sua situação patrimonial, financeira e econômica.

3 NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA – NBC T 15

De acordo com Moura (2008, p. 57), “a norma é um documento de caráter privado, elaborada por uma entidade credenciada”, sendo que sua adoção é voluntária, o que a diferencia de leis que são regulamentadas por poderes públicos, onde sua adoção é compulsória.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n. 1.003/04, aprovou, em 19 de agosto de 2004, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma estabelece os procedimentos para evidenciação das informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e responsabilidade social e ambiental das empresas. O item 15.1.2 da NBC T 15 esclarece o entendimento de informações de natureza social e ambiental: “entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.”

Dessa maneira, a norma estabelece que tais informações, quando divulgadas, devem ser entendidas como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. Mesmo que a empresa divulgue as informações supracitadas nas notas explicativas ou no relatório da administração, ela precisa divulgá-las, também, em outro demonstrativo complementar, denominado Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental. Da mesma forma, a NBC T 15 esclarece que a entidade poderá acrescentar ou detalhar outras informações que julgar relevantes além daquelas dispostas no item 15.2, e que, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de auditoria independente quando a empresa for submetida a tal processo. No item 15.2, a NBC T 15 especifica as informações a serem divulgadas quanto à Geração e Distribuição de Riqueza; Recursos Humanos; Interação da Entidade com o Ambiente Externo; Interação com o Meio Ambiente.

Especificamente no item 15.2.4 a NBC T 15 versa sobre as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente que devem ser evidenciadas, como: a) para a melhoria do meio ambiente,

investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais; b) investimentos e gastos para a preservação ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com empregados para sua educação ambiental, d) outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais que a empresa teve; g) valor das multas e das indenizações referentes ao tema ambiental, administrativas ou judicial; h) contingências e passivos ambientais.

O IASB determina na norma IAS 8 que a administração da empresa deverá seguir os requisitos recomendados nessa norma para divulgar informações relevantes aos usuários das demonstrações contábeis. Acrescenta que, “na ausência de uma norma ou interpretação específica, a administração deve utilizar-se de seu julgamento para desenvolver e aplicar políticas contábeis que sejam relevantes para os usuários das demonstrações contábeis, e confiáveis no contexto das demonstrações como um todo.” Nossa (2002, p. 32) destaca que regras e regulamentações básicas para elaboração dos relatórios ambientais são necessárias, não interessando se essa divulgação é juntamente com as demonstrações contábeis ou separadamente. Portanto, mesmo a empresa não adotando a NBC T 15, ela pode divulgar informações de caráter ambiental e social em relatórios específicos e complementares ao conjunto das demonstrações contábeis.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo teve como objetivo identificar o nível de evidenciação ambiental das empresas de capital aberto classificadas na Revista Exame 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição de 2007, considerando o exercício social de 2005 (período anterior), e os exercícios sociais de 2006 a 2008 (períodos posteriores) da entrada em vigor da NBC T 15 e compará-los ao desempenho econômico-financeiro obtido pelas empresas analisadas. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva que de acordo com Martins e Theóphilo (2007, p.61) neste tipo de estudo “o pesquisador não tem controle sobre os eventos e variáveis, buscando aprender a totalidade

de uma situação e, criticamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.” Quanto à abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como quantitativa. Richardson (1999) afirma que “é freqüentemente aplicada nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.”

O universo da presente pesquisa é composto pelas 150 empresas, listada pela Revista Você S/A – Exame – As Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição especial 2007, sendo a amostra composta pelas 22 empresas de capital aberto escolhidas pela acessibilidade, por negociarem suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), além de apresentarem um conjunto de iniciativas em estratégia e gestão, saúde, remuneração, cidadania empresarial, diversidade, desenvolvimento e liderança (BOFF et al., 2009).

No que diz respeito à coleta dos dados, estes foram de origem secundária, uma vez que se utilizaram os Relatórios da Administração (RA), as Notas Explicativas (NE) e as Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFCs) das empresas analisadas no sítio da Bovespa no período de 2005 a 2008. Richardson (1999) menciona que as fontes secundárias são aquelas obtidas por meio de obras bibliográficas ou de relatórios de pesquisas anteriores, entre outros documentos. Na sequência, realizou-se a tabulação das informações em duas etapas: uma com o auxílio de um *checklist*, este instrumento contemplava 8 perguntas que possibilitavam a classificação das empresas analisadas de acordo com a evidenciação ambiental, propiciando identificar a adequação das empresas selecionadas às recomendações propostas pela NBC T-15. A segunda etapa utilizou as Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFCs) para o cálculo dos índices econômico-financeiros, segundo as fórmulas propostas por Matarazzo (2008), sendo eles: Liquidez, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Liquidez Seca.

Nesse contexto, foram analisados os Relatórios da Administração (RAs), Notas Explicativas (NEs) e Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFCs), no período de 2005 a 2008 das 22

empresas selecionadas, onde foram buscadas as informações para o preenchimento das sentenças apresentadas no *checklist* formulado a partir das recomendações da NBC T-15. Considerando as informações evidenciadas pela pesquisa e disponibilizadas pela empresa, categorizou-se a evidenciação em informação completa (IC), informação incompleta (II) e informação ausente (IA), multiplicando-as pelos seus respectivos pesos definidos como IC = 5; II = 3 e IA = 1, de acordo com Boff et al. (2009), conforme as informações do Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias da qualidade das informações

CATEGORIAS	POSIÇÃO	SIGNIFICADO	PESOS
IC	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa no relatório da administração ou nas notas explicativas.	5
II	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se no relatório da administração ou nas notas explicativas, porém, de maneira incompleta, deficitária	3
IA	Informação Ausente	A informação prevista não se encontra no relatório da administração e nas notas explicativas.	1

Fonte: Beuren, Boff e Hein (2008 apud BOFF et al., 2009, p. 7).

O Quadro 1 demonstra as categorias da qualidade das informações referentes à evidenciação das empresas analisadas, posteriormente, atribuiu-se a pontuação a cada uma delas, onde estas puderam ser classificadas em: insuficiente, regular, boa e ótima, de acordo com as informações expostas no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação da evidenciação social

PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO
32 a 63 pontos	Insuficiente
64 a 96 pontos	Regular

97 a 128 pontos	Boa
129 a 160 pontos	Ótima

Fonte: adaptado de Boff et al. (2009, p. 7).

A partir dos quatro anos analisados, o mínimo de pontuação que uma empresa poderia fazer é 32 pontos e o máximo 160 pontos. Nesse sentido, a principal limitação da pesquisa deve-se à subjetividade presente na análise documental, que envolve as interpretações e decodificações pessoais por parte do pesquisador.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se: (i) a caracterização das empresas analisadas, (ii) categorização da evidenciação ambiental das empresas; (iii) comparação do nível de pontuação da evidenciação ambiental considerando-se os períodos anteriores e posteriores da entrada em vigor da NBC T-15; (iv) classificação da evidenciação ambiental das empresas no período investigado; e (v) cotejamento entre o nível de evidenciação ambiental com o desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS

As empresas analisadas se classificam entre as 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição de 2007, publicada pela Revista Você S/A, sendo a amostra composta por 22 empresas. Observa-se que 45% das empresas selecionadas não participam dos níveis diferenciados de Governança Corporativa da BOVESPA, 27% das empresas participam do Nível 1, 5% atuam no Nível 2 e apenas 23% atuam nos níveis mais altos de Governança Corporativa, ou seja, no Novo Mercado. Destaca-se ainda que 27% das empresas atuam no segmento de Energia Elétrica, seguidas pelas empresas do segmento de Bancos e Material Rodoviário com 14% e as empresas de Eletrodomésticos com 10% e, por fim, as empresas do

segmento de Papel e Celulose, Petroquímico, Bebidas, Cigarro e Fumo, Serviços Médicos, Máquinas e Equipamentos, Produto de Uso Pessoal e Tecidos, Vestuário e Calçados, com 4%, respectivamente. Ressalta-se, ainda, que as empresas com o maior número de funcionários são: Banco Bradesco S.A, Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV e Unibanco respectivamente.

5.2 CATEGORIZAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS

Neste tópico, demonstra-se a categorização da evidenciação ambiental das empresas analisadas considerando a quantificação das informações evidenciadas proposta por Boff et al. (2009) que a classifica em: Informações Completas (IC), Informações Incompletas (II) e Informações Ausentes (IA).

Observa-se que a pontuação predominante corresponde às Informações Ausentes (IA), com 66,91%, seguida pelas Informações Incompletas (II), com 18,53%, e as Informações Completas (IC), com 14,56% presentes nas 22 empresas analisadas nos períodos investigados. Destaca-se ainda que as empresas: AES Sul Distr. Gaúcha de Energia S.A, AES Tietê S.A, Ampla Energia e Serviços S.A, Cia Energética de Minas Gerais-cemig, Cia Energética do Ceará e CPFL Geração de Energia S. A, todas do segmento de Energia Elétrica apresentaram 71 evidenciações, o que corresponde a 71,72% das Informações Completas (IC) em relação às demais categorias de informações, II e IA.

Por meio da análise de categorias, constatou-se que as empresas com o maior número de Informações Completas (IC) foram: AES Tietê S.A, Cia Energética de Minas Gerais-cemig, Cia Energética do Ceará, Cia Energética do Ceará e CPFL Geração de Energia S. A, variando entre 14 a 15 IC. No entanto, quatro empresas destacam-se pelas Informações Incompletas (II): Marcopolo S.A com (18-II) evidenciações, Whirlpool com (12-II), Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV e Natura Cosméticos S/A com (11-II) evidenciações. Quanto à ausência de evidenciações destacam-se outras quatro empresas: Springer S.A (32-IA)

evidenciações, Lojas Renner S.A com (31-IA) evidenciações, Odontoprev com (24-IA) e Banco Industrial e Comercial S. A (23-IA).

Percebe-se o elevado percentual de Informações Ausentes (IA), com 66,91% correspondente às evidenciações ambientais. Estes resultados corroboram com os achados de Oliveira (2005), que analisou as empresas do segmento químico e petroquímico, sendo elas: Petrobrás, Braskem, Refap, Copesul, Bunge Fertilizantes, Basf, Petroquímica União e OPP. O autor destaca que estas empresas mostram-se pouco adequadas às exigências da NBC T 15 no que concerne às Informações de Natureza Social e Ambiental.

5.3 COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE PONTUAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL CONSIDERANDO OS PERÍODOS ANTERIORES E POSTERIORES DA ENTRADA EM VIGOR DA NBC T-15

Comparando o nível total de pontuação de Evidenciação Ambiental e considerando os períodos anteriores e posteriores da entrada em vigor da NBC T-15, quanto à evidenciação no ano de 2005, anterior à entrada em vigor da NBC T 15, tem-se o somatório geral das evidenciações (319 pontos).

Entretanto, no ano 2007 posterior à entrada em vigor da regulamentação o somatório geral de evidenciações ambientais totalizou 376 pontos, assim constata-se um aumento das evidenciações no ano posterior à norma publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Ressalta-se ainda que, comparando os anos posteriores à NBC T 15, em 2007, temos 376 pontos e em 2008 320 pontos concernentes às evidenciações, onde se observa um decréscimo de 56 pontos na divulgação das informações. Nesse sentido, infere-se que a norma estimulou a evidenciação das informações ambientais no ano de 2007, imediatamente posterior à sua entrada e vigor da NBC T 15, porém por meio do decréscimo dessas divulgações em 2008 observa-se um comportamento contrário nos anos subsequentes nas empresas analisadas, corroborando com os achados de Oliveira (2005).

5.4 CLASSIFICAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS NO PERÍODO INVESTIGADO

Referente à classificação da Evidenciação Ambiental em boa, regular e insuficiente das empresas pesquisadas adaptadas de Boff et al. (2009), no Quadro 3 apresentam-se os resultados.

Quadro 3 – Classificação da evidenciação ambiental das empresas (continua)

QUARTIS	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO FINAL	EMPRESAS
1° (32 a 63 pontos)	Insuficiente	24	Odontoprev
	Insuficiente	26	Banco Industrial e Comercial S. A
	Insuficiente	32	Springer S.A
	Insuficiente	34	Lojas Renner S.A
	Insuficiente	38	Souza Cruz
	Insuficiente	42	Banco Bradesco S.A
	Insuficiente	44	Plascar part. Industrial
	Insuficiente	48	Unibanco
	Insuficiente	50	Aracruz Celulose S.A
	Insuficiente	54	Ampla Energia e Serviços S.A
	Insuficiente	56	Whirlpool
2° (64 a 96 pontos)	Regular	66	Braskem S. A
	Regular	66	Weg
	Regular	68	Marcopolo S.A
	Regular	74	Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV
	Regular	74	Natura cosméticos AS
	Regular	84	Cia Energética de Minas Gerais-cemig
	Regular	92	AES Sul Distr. Gaúcha de Energia S.A
	Regular	94	Cia Energética do Ceará

(conclusão)

QUARTIS	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO FINAL	EMPRESAS
3° (97 a 128 pontos)	Boa	100	CPFL Geração de Energia S. A
	Boa	104	AES Tietê S.A

Fonte: os autores.

As empresas podem ser classificadas nas categorias: insuficiente, quando atingirem de 32 a 63 pontos; regular, de 64 a 96 pontos; boa, de 97 a 128 pontos; ótima, de 129 a 160 pontos. Observa-se no Quadro 3 que as empresas foram classificadas quanto à sua pontuação final. Dessa maneira, 12 empresas (Odontoprev, Banco Industrial e Comercial S. A, Springer S.A, Lojas Renner S.A, Souza Crus, Banco Bradesco S.A, Plascar part. Industrial, Unibanco, Aracruz Celulose S.A, Ampla Energia e Serviços S.A, whirlpool, Fras-le S.A), representando 55% da amostra estudada, obtiveram conceito insuficiente quanto ao nível de Evidenciação Ambiental; a soma de seus pontos ficou entre 24 a 58, dessa maneira, enquadram-se no 1° quartil. Cabe aqui destacar que as empresas Odontoprev e Banco Industrial e Comercial S.A. disponibilizam seus relatórios de administração e suas notas explicativas a partir de 2006 apenas, não apresentando esses relatórios em 2005.

Em relação ao conceito regular, apresentam-se 8 empresas (Braskem S. A, Weg, Marcopolo S.A, Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV, Natura cosméticos SA, Cia Energética de Minas Gerais-cemig, AES Sul Distr. Gaúcha de Energia S.A, Cia Energética do Ceará), representando 36% da amostra em questão, a pontuação dessas empresas ficou entre 66 e 94, pertencendo ao 2° quartil.

Por último, 2 empresas, CPFL Geração de Energia S.A. e AES Tietê S.A classificam-se num nível de Evidenciação boa, representando apenas 9% da amostra estudada. Nesse sentido, essas empresas são as que apresentaram maior nível de Evidenciação Ambiental. Infere-se que, dessa maneira, nenhuma empresa apresentou conceito ótimo, ou seja, alto nível de evidenciação. Corroborando com esse resultado, apresenta-se o estudo feito por Oliveira (2005), quando concluiu que as

demonstrações contábeis das empresas estudadas mostraram-se pouco adequadas às novas necessidades dos usuários da informação contábil, e paralelamente, insuficientes para atender às exigências da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

5.5 COTEJAMENTO ENTRE O DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Nesta subseção, apresenta-se a comparação entre o Desempenho Econômico-Financeiro das empresas analisadas, calculada por meio das fórmulas propostas por Matarazzo (2008) de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (PL), Liquidez Seca e Lucratividade (Margem Bruta). Para efeito do cálculo fez-se a coleta das informações nas DFCs das empresas analisadas nos anos de 2005 a 2008. Na sequência, aplicou-se as fórmulas dos indicadores econômico-financeiros e, por fim, realizou-se o somatório dos índices correspondentes aos períodos analisados. Entretanto, o Nível de Evidenciação das Informações são frutos do Quadro 3 apresentado anteriormente.

Quanto ao Desempenho Econômico-Financeiro, observa-se no índice de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido que a primeira posição é ocupada pela AES Tietê S.A., com (5,059), seguida pela Natura (2,909), Odontoprev (2,238), Souza Cruz (2,118) e a Ambev (1,297). Entretanto, no índice de Liquidez Seca, temos em primeiro lugar o Banco Bradesco, com (12,501), na sequência aparecem: Odontoprev (13,955), Springer (10,776), CPFL (8,743) e a Ampla (8,677). E, por fim, no índice de Liquidez Seca, a ocupante da primeira posição é AES Tietê S.A., com (3,021), Natura (2,74), Ampla (2,630), Souza Cruz (2,264) e Odontoprev (2,140).

No que se refere ao Nível de Evidenciação das Informações Ambientais, observa-se a liderança das empresas do segmento de energia elétrica, pois a primeira posição é ocupada AES Tietê, com 104 pontos, seguida pelas empresas CPF (100 pontos), Coelce (94), AES Sul (92) e Cemig (84). Nesse sentido, infere-se que o nível de evidenciação das

informações acaba por influenciar no desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas de forma incipiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou identificar o nível de evidenciação ambiental das empresas de capital aberto classificadas na Revista Exame 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição de 2007, considerando o exercício social de 2005 (período anterior), e os exercícios sociais de 2006 a 2008 (períodos posteriores) da entrada em vigor da NBC T 15 e compará-los ao desempenho econômico-financeiro obtido pelas empresas analisadas.

Quanto à categorização da Evidenciação Ambiental das empresas selecionadas, constatou-se que as Informações Ausentes (IA) foram predominantes, com 66,91%, seguida pelas Informações Incompletas (II), com 18,53% e as Informações Completas (IC), que representaram 14,56%. Destas, as empresas de Energia Elétrica apresentaram o maior número de evidenciações completas, que correspondem a 71 evidenciações (71,72%) das Informações Completas (IC) em relação às demais categorias de informações, II e IA. Ressalta-se que estes resultados corroboram com os achados de Oliveira (2005), quando demonstra a pouca adequação às exigências da NBC T 15 no que concerne à Evidenciação das Informações de Natureza Social e Ambiental.

Sobre a comparação do nível de pontuação da Evidenciação Ambiental considerando os períodos anteriores e posteriores à entrada em vigor da NBC T 15, constata-se que no ano de 2005, anterior à publicação da norma, o somatório das evidenciações chegou a 319 pontos. Para tanto, no ano de 2007, posterior à legislação, as evidenciações totalizaram 376 pontos, demonstrando um acréscimo de 56 pontos. Entretanto, este comportamento não foi observado no ano de 2008, que apresentou 320 pontos, ocorrendo um decréscimo de 56 pontos. Neste contexto,

acredita-se que a norma estimulou a evidenciação das informações ambientais somente no ano posterior à sua entrada em vigor, tendo em vista o comportamento dos anos subsequentes nas empresas analisadas, confirmando os achados de Oliveira (2005).

Referente à classificação da Evidenciação Ambiental das empresas, observou-se que 12 empresas obtiveram conceito insuficiente, pois sua pontuação variou de 24 a 58 pontos, sendo elas: Odontoprev, Banco Industrial e Comercial S. A., Springer S.A., Lojas Renner S.A., Souza Cruz, Banco Bradesco S.A., Plascar part. Industrial, Unibanco, Aracruz Celulose S.A., Ampla Energia e Serviços S.A., whirlpool, Frasle S.A. Para tanto, com conceito regular, cuja pontuação varia de 66 a 94 pontos, houve 8 empresas: Braskem S. A., Weg, Marcopolo S.A., Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV, Natura cosméticos SA, Cia Energética de Minas Gerais-cemig, AES Sul Distr. Gaúcha de Energia S.A., Cia Energética do Ceará. E, por último, apenas duas empresas apresentaram uma boa evidenciação, correspondendo a 9% das empresas selecionadas - CPFL Geração de Energia S. A e AES Tietê S.A. Ressalta-se, ainda, que estes dados elucidam a pesquisa realizada por Oliveira (2005), onde afirma que as demonstrações contábeis estão pouco adequadas às novas necessidades de seus usuários, bem como insuficientes para atender às recomendações da NBC T -15.

Quanto à comparação do Desempenho Econômico-Financeiro ao Nível de Evidenciação das Informações Ambientais, infere-se que o nível de evidenciação das informações acaba por influenciar no desempenho das empresas, pois mesmo caracterizando-se como uma análise embrionária desta relação, percebe-se que no período analisado a AES Tietê, ocupante da primeira posição do *ranking* de evidenciação, também ocupou as primeiras posições nos indicadores de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido e Liquidez Seca. Frente às limitações da presente pesquisa, recomenda-se para futuras pesquisas: (i) reaplicar o estudo em empresas de capital fechado, listadas na Revista Exame 150 Melhores Empresas para Você trabalhar; e (ii) Reaplicar a pesquisa

em anos posteriores, a fim de verificar a evolução e/ou involução das informações ambientais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. S.; CAVALCANTE, P. R. N. O Nível de Evidenciação das Informações Contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba. In: EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

BEUREN, I. M.; GALLON, A. V. Análise do conteúdo da evidenciação nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. 1 CD-ROM.

BOFF, M. L., et al. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T – 15. In: Seminário de Administração, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009, CD-ROM.

CALLADO, A. L. C.; CALLADO, A. A. C.; ALMEIDA, M. A. A utilização de indicadores de desempenho não-financeiros em Organizações agroindustriais: um estudo exploratório. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 10, n. 1, p. 1-152, jan./abr. 2008.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, p. 141-165, 2008.

GONÇALVES, R. C. M. G.; PIRANI, D. C.; BORGER, F. G. Qualidade das informações sobre responsabilidade social divulgadas pelos bancos privados com ações listadas no índice de sustentabilidade empresarial da Bovespa. In: EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

JOSE, A.; LEE, S-M. Environmental Reporting of Global Corporations: A Content Analysis based on Website Disclosures. **Journal of Business Ethics**, n. 72. p. 307-321, 2007.

LIMA, D. V.; VIEGAS, W. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, n. 30, p. 46-53. set./dez. 2002.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, F. M. A.; PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 31-42 set./dez. 2007.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental**. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, R. de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica)–Centro Universitário Álvares Penteado – Unifecap, São Paulo, 2005.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, n. 36, p. 7-20, set./dez. 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, C. A. T.; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

ANÁLISE DA GESTÃO DE ESTOQUE EM UMA EMPRESA DO SETOR VAREJISTA DE CALÇADOS

Mariana Bevilaqua*
Wagner Bueno**
Sabrina do Nascimento***

Resumo

Atualmente, as organizações têm buscado meios para realizar uma gestão eficiente de seu estoque. A gestão de estoques em uma organização demonstra e aponta quais melhorias devem ser feitas na empresa e o que realmente está correto, para buscar a obtenção da vantagem competitiva em relação aos concorrentes, e ainda, têm-se a oportunidade de atender prontamente a seus clientes, no momento e na quantidade desejada. O estudo teve por objetivo analisar o controle de gestão de estoque em uma empresa do setor calçadista com sede em Chapecó, SC. Na metodologia, optou-se por uma pesquisa descritiva realizada por meio de estudo de caso simples com uma abordagem quantitativa dos dados. Na análise dos dados, utilizaram-se planilhas eletrônicas, nas quais as informações relacionadas aos indicadores foram acondicionadas, e em seguida realizaram-se o cálculo da Curva ABC, a elaboração do mapa de indicadores de desempenho gerencial dos estoques, o *mark-up* médio multiplicador, além do diagrama de causa e efeito e a matriz GUT. Os resultados revelam que o problema da empresa na gestão de seus estoques reside na aquisição dos itens sem necessidade; a sugestão de melhoria proposta pelo estudo, refere-se à redução de itens com categoria “A” em estoque, que são sandália salto alto, fechado salto alto e Sandália salto médio, e aumentar a quantidade nos itens que obtiveram maior eficácia em vendas, como a categoria sandália rasteira, botas e fechado salto rasteiro, analisando sempre o período de sazonalidade do produto.

* Tecnóloga em Logística pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; marianabvq@hotmail.com

** Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; wagner.bueno@unoesc.edu.br

*** Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

Palavras-chave: Gestão de estoque. Empresa do setor varejista. Estudo de caso.

1 INTRODUÇÃO

Gestão de estoques é um conceito que está presente em praticamente todo tipo de organização; desde o começo da sua história, as pessoas têm usado o estoque em diferentes recursos, como ferramenta para ter como apoio no desenvolvimento da sua organização (GARCIA et al., 2006).

Nogueira (2012) afirma que o controle de estoque exerce influência de grande importância nos custos de rentabilidade das empresas. Os estoques absorvem o capital que poderia ser investido de outras maneiras na organização, desviam fundos de outros usos potenciais e, ainda, apresentam o mesmo custo de capital que qualquer outro projeto de investimento.

A gestão trata de um investimento, se a empresa tiver um bom gerenciamento, conseqüentemente aumentará os lucros e o fluxo de caixa, caso contrário, perderá dinheiro. Apesar da sua importância, a gestão de estoques ainda é negligenciada em muitas empresas, chegando a ser uma questão não estratégica, outras empresas já perceberam que a gestão pode trazer muitas vantagens competitivas (GARCIA et al., 2006).

No ambiente empresarial, se por um lado baixos níveis de estoque podem levar perdas de economias de escala e altos custos de falta de produtos, por outro lado, o excesso de estoques representa custos operacionais e de oportunidade do capital empatado (GARCIA et al., 2006).

Atualmente, as organizações têm buscado meios para realizar a gestão de seus estoques. Martins et al. (2004 apud OLIVEIRA; SILVA, 2014) afirmam que a gestão de estoques constitui uma série de ações que permitem ao administrador verificar se os estoques estão sendo bem utilizados, bem localizados, bem manuseados e bem controlados.

O estoque é definido por Slack et al. (1997 apud OLIVEIRA; SILVA, 2014) como acumulação de recursos materiais em um sistema de transformação. Muitas vezes, estoque é usado para descrever qualquer

recurso armazenado. Não importa o que está sendo armazenado no estoque, ou onde ele está posicionado na operação, ele existirá porque há uma diferença de ritmo ou de taxa entre fornecimento e demanda.

Estoque é tudo aquilo que precisa ser armazenado ou estocado em determinados locais da empresa, para isso, é necessário haver uma boa gestão, da qual se obtém a garantia de um bom abastecimento de materiais à empresa, proporcionando economias nas compras ou na produção dos lotes, melhorando a flexibilidade do processo produtivo, além da rapidez e eficiência no atendimento às necessidades (OLIVEIRA; SILVA, 2014). Depreende-se que o estudo dos estoques demonstra e aponta quais as melhorias a serem feitas na empresa e o que realmente está correto, para buscar a obtenção da vantagem competitiva em relação aos concorrentes, e ainda, têm-se a oportunidade de atender prontamente a seus clientes, no momento e na quantidade desejada.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o controle de gestão de estoque em uma empresa do setor calçadista com sede em Chapecó, SC. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar a empresa objeto do estudo;
- b) elaborar o diagrama de causa e efeito para o auxílio da gestão dos estoques na empresa pesquisada;
- c) confeccionar a matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência);
- d) analisar o estoque da empresa analisada a partir da Curva ABC;
- e) calcular o *mark-up* multiplicador médio dos produtos comercializados pela empresa analisada.

2 GESTÃO DE ESTOQUES

Para Garcia et al. (2006), a gestão de estoques é um conceito que está presente em praticamente todo tipo de organização, uma vez que desde o começo da sua história as pessoas têm usado o estoque em diferentes recursos e ferramentas para subsidiar o desenvolvimento

das organizações. Ballou (2004, p. 271) entende por estoque as “[...] acumulações de matérias-primas, suprimentos, componentes, materiais em processo e produtos acabados que surgem em numerosos pontos do canal de produção e logística das empresas.”

Almeida e Schlüter (2009) afirmam que os estoques são recursos físicos acumulados que têm por objetivo satisfazer um sistema produtivo qualquer. Eles funcionam como amortecedores entre um sistema de produção e a demanda de uma organização, ou seja, os estoques permitem que a empresa possa desenvolver seus processos produtivos normalmente, distribuindo a produção de seus itens ao longo do mês, enquanto os pontos de venda têm os itens disponíveis para atender à demanda de seus consumidores simultaneamente.

A decisão de estocar ou não determinado produto dependerá da complexidade ou facilidade de aquisição desse item. Algumas empresas adotam uma visão tradicional da gestão de estoque, em que se faz necessário o estoque para manter os produtos e para acomodar a variação da demanda e produzir lotes econômicos em volumes superiores ao necessário, ou seja, a visão tradicional dos estoques tem por objetivo não perder vendas (NOGUEIRA, 2012). De acordo com Nogueira (2012), a gestão de estoque compreende o planejamento, a gestão da demanda e o controle dos estoques.

Nesse contexto, a gestão de estoques compreende o planejamento do estoque, seu controle e sua retroalimentação sobre o planejamento, o qual consiste na determinação dos valores que o estoque terá com o correr do tempo, como nas datas de entrega e saída dos materiais e na determinação dos pontos de pedido de material. O controle está no registro dos dados reais, correspondente aos planejados mencionados. A retroalimentação é a comparação entre os dados de controle e os dados do planejamento, a fim de constatar os desvios e determinar as causas (CHING, 2010).

Os objetivos da gestão de estoques incluem manter um processo produtivo abastecido com os itens necessários à sua operação adequada. Estoques bem administrados aumentam a produtividade e reduzem os

custos de ineficiências relacionadas a incapacidades pela falta de itens para a produção, esse fato compensa os custos de se manterem os estoques, os quais não são baixos (ALMEIDA; SCHLÜTER, 2012).

Nogueira (2012) afirma que o controle de estoque exerce influência nos custos de rentabilidade das empresas. Os estoques absorvem o capital que poderia ser investido de outras maneiras, desviam fundos de outros usos potenciais e, ainda, apresentam o mesmo custo de capital que qualquer outro projeto de investimento da empresa. Para Ballou (2011), o controle de estoque compreende uma parte vital do composto logístico de uma organização, pois ele absorve de 25 a 40% dos custos totais do negócio. Dessa forma, torna-se relevante a correta compreensão de seu papel na logística e de como podem ser gerenciados pela organização.

3 CUSTOS DE ESTOQUES E A CURVA ABC

Garcia et al. (2006, p. 15) ressaltam que os “[...] principais custos associados à gestão de estoques podem ser divididos em três áreas principais: custo de pedido, custos de manutenção de estoques e custo de falta.” Os custos de manutenção estão associados a todos os custos necessários para manter certa quantidade de produtos por um período de tempo. Os custos de compra estão associados ao processo de aquisição das quantidades precisas para a reposição do estoque. E, por sua vez, os custos de falta são aqueles que ocorrem caso haja demanda por itens que estão em falta no estoque (BALLOU, 2011).

Para aferir os custos que envolvem a gestão de estoques de uma organização, torna-se imprescindível analisar a cadeia de valor em que a empresa se encontra inserida. Existem algumas metodologias de custeio que podem auxiliar nessa tarefa, como o ABC (*Activity Based Costing* ou Custeio Baseado em Atividades), o qual, em razão da complexidade das operações logísticas na cadeia de suprimento, tem por objetivo mensurar os custos dessa cadeia. A metodologia de custeio ABC foi desenvolvida a partir do trabalho do Prof. Robert S. Kaplan da *Harvard Business School* e

tem apresentado resultados satisfatórios em várias aplicações na indústria, no comércio e nas empresas prestadoras de serviços (NOVAES, 2007).

4 O MARK-UP MÉDIO MULTIPLICADOR

Para formar preços de venda dos produtos a partir do custo é utilizada a metodologia *mark-up*, ou seja um número índice multiplicador aplicado sobre o custo da mercadoria ou do produto/serviço a ser vendido. O *mark-up* permite que o preço de venda formado tenha por objetivo cobrir o próprio custo da mercadoria, as despesas operacionais e financeiras, os tributos sobre a venda, os tributos sobre o lucro, e ainda forneça a margem de contribuição desejada pela empresa para cobrir todas essas variáveis e sobrar lucro para a organização (PADOVEZE, 2012).

Lima (2009, p. 41) define o *mark-up* como “[...] a soma de uma margem fixa ao custo unitário do produto a fim de se obter o preço final.” Dessa forma, o *mark-up* é a fixação de preço, com uma margem fixa que possa cobrir outros custos, os quais não foram incluídos no custo unitário do produto (LIMA, 2009).

O *mark-up* é usado para indicar quanto do preço do produto está acima do seu custo de produção e distribuição. O preço de venda é o valor que deverá cobrir o custo direto da mercadoria, as despesas variáveis, as despesas fixas e, ainda, obter um lucro líquido desejável. Nesse contexto, deve-se realizar a comparação entre o preço do produto praticado pelo mercado e o preço estimado pela empresa. Caso o preço praticado pelo mercado esteja menor que o preço calculado pela empresa, esta deverá desenvolver uma nova ação para diminuir os seus custos e despesas ou aceitar receber um lucro líquido menor sobre o produto comercializado (MARQUES, 2013).

5 O GIRO DE ESTOQUE E A COBERTURA DE ESTOQUES

De acordo com Martins (2002, p. 159), “[...] o giro de estoques mede quantas vezes, por unidade de tempo, o estoque se renovou ou

girou.” Gasnier (2002, p. 166) conceitua o giro de estoque como “[...] a velocidade de renovação dos estoques dentro de um período, usualmente um ano, abrangendo tanto o estoque consolidado (global) quanto especificamente determinado item.”

E a fórmula para realizar o cálculo do Giro de Estoque pode ser estimada, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Fórmula para estimar o Giro de Estoque

Giro de estoque = Valor consumido no período
Valor do estoque médio no período

Fonte: adaptado de Martins (2002).

Além do cálculo do Giro de Estoque (Quadro 1), torna-se relevante realizar o cálculo da Cobertura de estoques. Martins (2002) entende que a cobertura de estoques indica a quantidade média de dias suficiente para cobrir a demanda média da empresa em um dado período de tempo. Esta cobertura de estoque pode ser calculada a partir da fórmula apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Fórmula para estimar a Cobertura de Estoque

Cobertura (em dia) = Número de dias do período em estudo
Giro

Fonte: adaptado de Martins (2002).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na metodologia, optou-se por uma pesquisa descritiva por meio de estudo de caso básico com abordagem quantitativa dos dados. Este estudo buscou analisar o controle de gestão de estoque em uma empresa do setor calçadista com sede em Chapecó, SC. A pesquisa descritiva, para Gil (1999, p. 70), tem como objetivo principal “[...] descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.”

O estudo de caso simples foi realizado em uma franquia no setor varejista de calçados, com o intuito de compreender os fenômenos sociais complexos dessa organização, cuja denominação social será preservada por questões estratégicas. Destaca-se, ainda, que essa empresa foi escolhida pela acessibilidade e disponibilidade das informações. Em relação ao estudo de caso, Yin (2003, p. 21) menciona que é “[...] uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.”

A coleta de dados de natureza primária foi realizada a partir do sistema de controle gerencial da franquia utilizado pela organização durante o segundo semestre de 2014, e as informações coletadas correspondem aos estoques da empresa durante o ano 2013 (01/01/2013 a 31/12/2013), que compreenderam as coleções verão e inverno deste ano. Para Prodanov e Freitas (2013), os dados primários recebem essa designação por se tratarem de informações coletadas em “primeira-mão”, ou seja, por não se encontrarem registrados em nenhum outro documento. O sistema utilizado pela empresa apresenta opções de seleção, em que se coletam informações relacionadas ao *mark-up* médio, ao giro de estoque completo por categoria que se refere à quantidade de recebimento, às vendas, ao estoque atual e aos dias em estoque.

Para análise dos dados, utilizaram-se as planilhas eletrônicas do *Microsoft Excel*, nas quais as informações relacionadas aos indicadores foram acondicionadas e, posteriormente, realizou-se o cálculo da Curva ABC, o mapa de indicadores de desempenho gerencial dos estoques, o *mark-up* médio multiplicado, além do diagrama de causa e efeito e a matriz GUT. Ressalta-se que para ser elaborada a planilha de análise da Curva ABC, adotou-se que o giro de estoque se refere à eficácia de vendas, uma vez que não foi possível conseguir dados suficientes para realizar o cálculo do giro de estoque da empresa analisada.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se a caracterização da empresa objeto do estudo, bem como o diagrama de causa e efeito e a matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) utilizada na identificação dos potenciais problemas e na análise dos riscos que envolvem a gestão de estoque da empresa analisada. E, ainda, analisa os custos de estoque por meio da curva ABC e indicadores gerenciais.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA ANALISADA

A empresa estudada caracteriza-se como uma franquia de calçados femininos, situada no centro da cidade de Chapecó, SC. Essa franquia configura-se como uma das maiores marcas do varejo de calçados femininos *fashion* da América Latina. A marca apresenta conceito, alta qualidade e *design* contemporâneo em seus produtos.

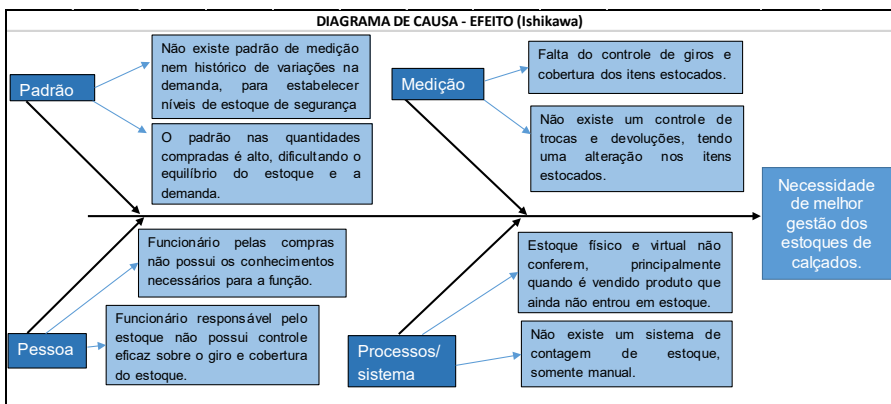
A rede de franquias X, nomenclatura utilizada para preservar a razão social da empresa por motivos estratégicos, possui mais de 356 lojas distribuídas em 180 municípios em todos os estados brasileiros. A franquia surgiu em 1972, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais e acumula 41 anos de história com a comercialização de nove milhões de pares de sapatos por ano, além de bolsas e acessórios.

Em 2014, a franquia completou 12 anos em Chapecó, SC. O quadro de funcionários da empresa é formado por 10 pessoas, sendo um gerente, um subgerente, quatro vendedores, um caixa, um estoquista, uma zeladora e um colaborador, que atua no departamento financeiro. Nesse contexto, o estoque da empresa conta atualmente com 5.098 itens, com preços de venda que variam de R\$ 99,90 a R\$ 599,90. Esses produtos dividem-se em categorias, como: sandália rasteira, sandália salto baixo, sandália salto médio, sandália salto alto, botas, fechado salto rasteiro, fechado salto baixo, fechado salto médio, fechado salto alto. Em cada coleção nova os produtos mudam e os grupos são selecionados por famílias e categorias.

7.2 DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO PARA GESTÃO DOS ESTOQUES

O diagrama de causa efeito, conhecido também como espinha de peixe, configura-se como um instrumento que representa as possíveis causas que levam a determinado efeito na organização (MARSHALL JUNIOR et al., 2003). A análise de causa e efeito possibilita a explicação das variações de um processo ou do resultado dele (ASSEN; BERG; PEITERSMA (2010). O Diagrama 1 demonstra o diagrama de causa e efeito elaborado para a empresa X.

Diagrama 1 - Causa e efeito




Fonte: os autores.

De acordo com o Diagrama 1, observa-se a partir das informações coletadas na empresa X, que esta precisa de uma gestão dos estoques de calçados que atenda a sua demanda cotidiana, uma vez que as ações de seus colaboradores (pessoas) e sistema de informação gerencial (processos/sistemas) resultam atualmente na falta de um padrão de medição, controle dos giros de estoque deficiente, falta de cobertura dos itens estocados e, ainda, a falta de controle das trocas e devoluções realizadas por seus clientes.

7.3 MATRIZ GUT

Para Marshall Junior et al. (2003), a matriz GUT é utilizada para identificar os potenciais problemas da gestão de estoque, além da análise de riscos por meio de uma escala que varia de 1 (menor pontuação) a 5 (maior pontuação), segundo a intensidade dos problemas e os riscos identificados a partir dos impactos que causam esses fatores à gestão de estoque da empresa analisada. Dessa forma, aqueles problemas identificados que receberem a maior pontuação devem ser tratados de maneira prioritariamente pelos gestores. Na sequência, o Quadro 3 expressa a Matriz GUT elaborada para a gestão dos estoques da empresa X.

Quadro 3 – Matriz GUT – Gravidade, Urgência e Tendência

	Gravidade	Urgência	Tendência	Nota
	Extremamente grave	Extremamente urgente	Se não for resolvido, piora imediatamente	5
	Muito grave	Muito urgente	Vai piorar a curto prazo	4
	Grave	Urgente	Vai piorar a médio prazo	3
	Pouco grave	Pouco urgente	Vai piorar a longo prazo	2
Sem gravidade	Sem urgência	Sem tendência de piorar	1	
Problema	Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade
1- Aquisição de itens sem necessidade	5	5	5	15
2- Estoque com alta cobertura em dias	5	5	4	14
3- Períodos de inventário defasado	5	4	4	13
4- Aumento no valor e no estoque parado	4	4	4	12
5- Falta de qualificação dos funcionários	4	4	4	12
6- Falta de controles específicos no estoque	4	3	4	11
7- Falta de um sistema eficaz de recebimento/vendas	5	3	3	11
8- Ocorrência de erros nas contagens	4	3	3	10

Fonte: adaptado de Marshall Junior et al. (2003).

Conforme o Quadro 3, observa-se que o problema que obteve a maior pontuação foi a aquisição de itens sem necessidade pela empresa analisada (15 pontos), a segunda posição é ocupada pelo problema de estoque com alta cobertura em dias (14 pontos), na terceira posição aparecem os períodos de inventário defasado (13 pontos) e a quarta posição é ocupada pelos problemas aumento no valor e no estoque parado e falta de qualificação dos funcionários, ambos com 12 pontos. Nesse contexto, percebe-se que o maior problema enfrentado pela empresa X compreende a aquisição de itens sem necessidade, o que acarreta estoque de itens elevado e produtos sem giro de estoque.

7.4 ANÁLISE DA CURVA ABC

A análise da Curva ABC permite levantar informações para identificar os itens do estoque que necessitam de melhorias e, assim, os gestores podem tomar decisões a partir de informações sólidas. Essa metodologia divide o estoque em três grupos distintos, de acordo com sua ordem de importância; os itens do grupo A correspondem a uma pequena quantidade de itens e representam 70% do valor total do estoque, os itens do grupo B compreendem um valor médio e representam 20% do valor do estoque e, por fim, os itens do grupo C, que apesar de serem muitos, são os itens de baixo valor agregado e representam 10% do valor estocado na empresa (MARTINS, 2002).

Para a elaboração da Curva ABC na empresa X, foram coletadas informações em seus relatórios gerenciais, como o estoque inicial e final do período analisado, a eficácia do recebimento e das vendas, os valores dos produtos estocados e o *mark-up*. O estoque da empresa X compreende 5.098 itens recebidos e divididos em nove grupos (categorias), sendo eles: (1) sandália rasteira, (2) botas, (3) fechado salto rasteiro, (4) sandália salto baixo, (5) sandália salto alto, (6) sandália salto médio, (7) fechado salto médio, (8) fechado salto baixo e (9) fechado salto alto.

O Quadro 4 demonstra a aplicação da metodologia da Curva ABC a partir das movimentações do estoque da empresa X durante 2013. Ressalta-se, ainda, que para a análise da Curva ABC foram utilizados indicadores, como: eficácia de recebimento e vendas (%), estoque do período em unidades (Um), quantidade de produtos vendidos no período (Un), faturamento do período (R\$), quantidade de produtos recebidos (Un), preço médio de venda dos produtos (R\$), *mark-up* médio multiplicado (R\$) e quantidade de produtos por categoria (Un). Os indicadores foram analisados a partir das nove categorias adotadas pela empresa para a classificação dos seus produtos em estoque e os três grupos A, B e C.

Quadro 4 – Classificação da Curva ABC na empresa X durante 2013 por indicador e categoria

ABC EFICÁCIA				ABC ESTOQUE				ABC VENDA QUANTIDADE			
CÓD	Categoria	EFICÁCIA RECEBIMENTO X VENDA	ABC 70/20/10	CÓD	Categoria	Estoque	ABC 70/20/10	CÓD	Categoria	Venda	ABC 70/20/10 VENDA QUANT
1	Sandalia Rasteira	100,00%	A	5	Sandalia Salto Alto	328	A	6	Sandalia Salto Alto	972	A
2	Botas	96,00%	A	9	Fechado Salto Alto	290	A	1	Sandalia Rasteira	917	A
3	Fechado Salto Rasteiro	93,12%	A	6	Sandalia Salto Medio	225	A	3	Fechado Salto Rasteiro	717	A
4	Sandalia Salto Baixo	86,92%	A	8	Fechado Salto Baixo	146	B	6	Sandalia Salto Medio	447	B
5	Sandalia Salto Alto	74,77%	A	7	Fechado Salto Medio	118	B	9	Fechado Salto Alto	270	B
6	Sandalia Salto Medio	66,52%	B	3	Fechado Salto Rasteiro	53	C	4	Sandalia Salto Baixo	206	B
7	Fechado Salto Medio	61,81%	B	4	Sandalia Salto Baixo	31	C	7	Fechado Salto Medio	191	C
8	Fechado Salto Baixo	52,60%	C	2	Botas	1	C	8	Fechado Salto Baixo	162	C
9	Fechado Salto Alto	48,21%	C	1	Sandalia Rasteira	0	C	2	Botas	24	C
TOTAL 100 % EFICÁCIA IDEAL		900,00%		TOTAL		1192		TOTAL		3906	

ABC PREÇO MÉDIO VENDA				ABC FATURAMENTO				ABC RECEBIMENTO			
CÓD	Categoria	PREÇO MÉDIO DE VENDA	ABC 70/20/10	CÓD	Categoria	Venda	ABC FATURAMENTO 70/20/10	CÓD	Categoria	Recebimento PEÇAS	ABC 70/20/10 RECEBIMENTO QUANT
2	Botas	R\$ 339,90	A	5	Sandalia Salto Alto	R\$ 253.478,16	A	5	Sandalia Salto Alto	1300	A
5	Sandalia Salto Alto	R\$ 260,78	A	1	Sandalia Rasteira	R\$ 185.215,66	A	1	Sandalia Rasteira	917	A
9	Fechado Salto Alto	R\$ 242,34	A	3	Fechado Salto Rasteiro	R\$ 123.818,73	A	3	Fechado Salto Rasteiro	770	A
7	Fechado Salto Medio	R\$ 226,86	A	6	Sandalia Salto Medio	R\$ 100.543,71	B	6	Sandalia Salto Medio	672	A
6	Sandalia Salto Medio	R\$ 224,93	A	9	Fechado Salto Alto	R\$ 65.431,80	B	9	Fechado Salto Alto	560	B
8	Fechado Salto Baixo	R\$ 216,61	A	7	Fechado Salto Medio	R\$ 43.330,26	B	7	Fechado Salto Medio	309	B
4	Sandalia Salto Baixo	R\$ 203,77	B	4	Sandalia Salto Baixo	R\$ 41.976,62	C	8	Fechado Salto Baixo	308	C
1	Sandalia Rasteira	R\$ 201,98	B	8	Fechado Salto Baixo	R\$ 35.090,82	C	4	Sandalia Salto Baixo	237	C
3	Fechado Salto Rasteiro	R\$ 172,69	C	2	Botas	R\$ 8.157,60	C	2	Botas	25	C
TOTAL		R\$ 2.089,86		TOTAL		R\$ 857.043,36		TOTAL		5098	

ABC QUANT MODELOS POR CATEGORIA				ABC MARKUP MÉDIO MULTIPLICADOR			
CÓD	Categoria	QUANT MODELO P/ CATEGORIA	ABC QUANT MODELO P/ CATEGORIA 70/20/10	CÓD	Categoria	MARKUP MÉDIO MULTIPLICADOR	ABC FATURAMENTO MARKUP MÉDIO MULTIPLICADOR 70/20/10
5	Sandalia Salto Alto	213	A	6	Sandalia Salto Medio	2,27	A
1	Sandalia Rasteira	196	A	5	Sandalia Salto Alto	2,26	A
3	Fechado Salto Rasteiro	132	A	4	Sandalia Salto Baixo	2,25	A
6	Sandalia Salto Medio	119	A	1	Sandalia Rasteira	2,24	A
9	Fechado Salto Alto	73	B	9	Fechado Salto Alto	2,22	A
7	Fechado Salto Medio	59	B	7	Fechado Salto Medio	2,21	A
8	Fechado Salto Baixo	55	C	3	Fechado Salto Rasteiro	2,2	B
4	Sandalia Salto Baixo	48	C	8	Fechado Salto Baixo	2,16	B
2	Botas	4	C	2	Botas	2,02	C
TOTAL		899		TOTAL		R\$ 19,83	

Fonte: os autores.

A partir das informações apresentadas no Quadro 4, percebe-se que o indicador de eficácia demonstra o giro de estoque, e constata-se ainda que os itens não correspondem ao giro do estoque, mas à eficácia de vendas (recebimento *versus* vendas). Destaca-se que não foram disponibilizados dados suficientes pela empresa para a análise completa do giro e da cobertura, e para efeito desta pesquisa, utilizou-se a eficácia de venda dos produtos.

Com base no Quadro 4, elaborou-se um mapa de indicadores de desempenho gerencial para a gestão dos estoques na empresa X.

Quadro 5 – Mapa de indicadores de desempenho gerencial para gestão dos estoques da empresa X

MAPA DE INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL									
CÓD	Categoria	ABC 70/20/10 EFICÁCIA RECEBIMENTO X VENDA	ABC 70/20/10 ESTOQUE	ABC 70/20/10 VENDA QUANT	ABC FATURAMENTO 70/20/10	ABC 70/20/10 RECEBIMENTO QUANT	ABC 70/20/10 PREÇO MÉDIO VENDA	ABC MARKUP MÉDIO MULTIPLICADOR 70/20/10	ABC QUANT MODELO P/ CATEGORIA 70/20/10
1	Sandalia Rasteira	A	C	A	A	A	B	A	A
2	Botas	A	C	C	C	C	A	C	C
3	Fechado Salto Rasteiro	A	C	A	A	A	C	B	A
4	Sandalia Salto Baixo	A	C	B	C	C	B	A	C
5	Sandalia Salto Alto	A	A	A	A	A	A	A	A
6	Sandalia Salto Medio	B	A	B	B	A	A	A	A
7	Fechado Salto Medio	B	B	C	B	B	A	A	B
8	Fechado Salto Baixo	C	B	C	C	C	A	B	C
9	Fechado Salto Alto	C	A	B	B	B	A	A	B
		↑	↓	↑	↑	↑	↑	↑	↓
		MELHOR	MELHOR	MELHOR	MELHOR	MELHOR	MELHOR	MELHOR	MELHOR

Fonte: os autores.

O Quadro 5 demonstra o mapeamento dos indicadores utilizados para a gestão do estoque e permite a leitura e a compreensão destes em relação a cada categoria de produtos comercializados pela empresa X, bem como a sua classificação da Curva ABC em seus três grupos de itens: A (70% do valor total do estoque), B (20% do valor total do estoque) e C (10% do valor total do estoque) e a sua respectiva ordem de importância dentro do valor total dos estoques da empresa.

Nesse contexto, percebe-se que os maiores itens com classificação A foram da categoria sandália de salto alto (5), a única categoria que possui em todos os indicadores a classificação “A”. Em relação a esse produto, cabe mencionar que, no período analisado, obteve o maior recebimento de itens, apresenta boa classificação no indicador de eficácia de recebimento *versus* vendas, além de alto estoque de itens (328), e no período foram recebidas 1.300 unidades. Esse produto apresenta, ainda, a maior quantidade de modelos recebidos na categoria e, conseqüentemente, o maior faturamento (R\$ 253.478,16/ano), o preço médio de venda configura-se entre os mais rentáveis, perdendo apenas para a categoria botas (2), e o *mark-up* médio multiplicador também se encontra entre os melhores da empresa.

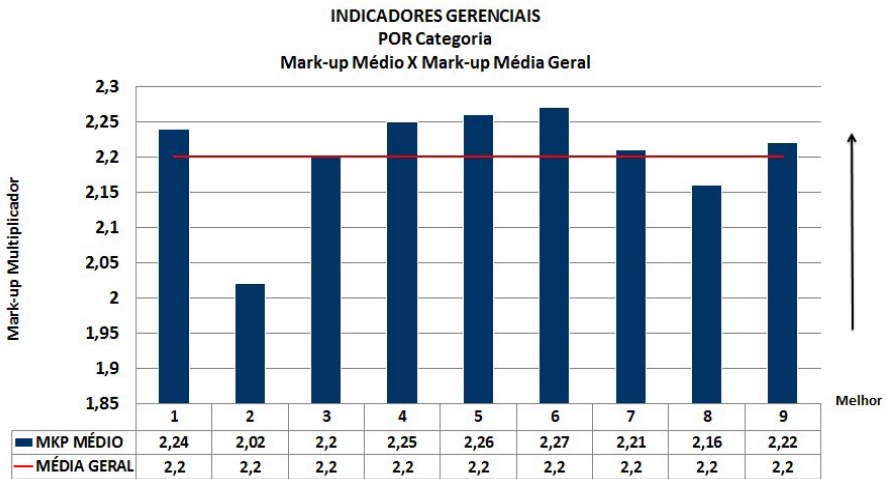
Ao analisar os produtos da categoria botas (2), encontra-se um dos melhores índices de estoque da empresa em relação ao preço médio de venda, porém, o recebimento é o menor entre as categorias analisadas, o que gera um menor faturamento no período (R\$ 157,60), uma vez que foram recebidos no período 25 itens, restando apenas um em estoque. Depreende-se que quanto maior o indicador da eficácia de vendas maior será o faturamento da empresa X e menor será o seu estoque. No caso das botas, se a empresa adquirir maior quantidade de modelos de itens, conseqüentemente aumentará a sua saída, resultando em um faturamento melhor e, por sua vez, serão melhores a sua rentabilidade e lucratividade, visto que o preço médio de venda desse produto é o de maior valor.

Destaca-se, ainda, a categoria sandália rasteira (1), que demonstra sua relevância quando comparada às demais categorias de produtos comercializados pela empresa, uma vez que sua eficácia de vendas é de 100% no período, quando foram vendidos 917 itens, com faturamento de R\$ 185.215,66, porém, com um preço médio de venda baixo. Ressalta-se que as demais categorias de produtos comercializados pela empresa X também influenciam o seu faturamento, porém, seus estoques são os mais altos e os com menor saída, exceto o item fechado salto rasteiro (3), que obteve uma grande venda no período, porém, o seu preço médio de venda é o pior entre as categorias analisadas, obtendo a classificação C, de acordo com a Curva ABC.

7.5 MARK-UP MÉDIO DOS ITENS COMERCIALIZADOS PELA EMPRESA PESQUISADA

O Gráfico 1 apresenta o *mark-up* médio dos itens comercializados pela empresa X durante 2013, segundo suas categorias de classificação.

Gráfico 1 – *Mark-up* médio dos itens comercializados pela empresa X por categoria



Fonte: os autores.

Com base nos relatórios da empresa, conseguiu-se o valor do *mark-up* médio por modelo das categorias e percebe-se que a média geral de todas as categorias é de 2,2.

Conforme o Gráfico 1, observa-se que os melhores índices de *mark-up* estão acima e abaixo da média geral, a categoria que representa o maior *mark-up* é o item sandália salto médio (6) com 2,27, na segunda posição aparece o item sandália salto alto (5), que chega a 2,26. Percebe-se, ainda, que o *mark-up* da categoria 5, a qual representa 74,77% de eficácia de vendas e apresenta a maior quantidade de modelos das categorias, é o segundo melhor da empresa. Verifica-se que a demanda atende à necessidade e seu preço médio de venda é um dos melhores, porém, seu estoque é de 25,23%, sendo o maior das categorias; com a chegada dos novos produtos, é indispensável que a empresa reduza esse percentual. Neste contexto, sugere-se que a empresa reduza o seu *mark-up* multiplicador, o que resultará em um preço de venda menor, a chamada “promoção ou queima de estoque”, que resulta em uma maior saída dos produtos parados e a redução dos itens estocados.

Em relação à categoria botas (2), observa-se que ela representa o menor índice de *mark-up* médio, chegando à 2,02 durante 2013.

O preço unitário está entre os maiores das categorias analisadas, conseqüentemente, seu preço médio de venda também se configura entre os maiores praticados pela empresa. A pouca quantidade de modelos afeta de forma decisiva a venda dessa categoria; ao considerar o *mark-up* o menor de todas categorias percebe-se que para manter o nível de competitividade frente a seus concorrentes, é exigido um *mark-up* diferenciado nesse produto.

O fato de a empresa ter escolhido o menor *mark-up* para a categoria botas é pelo seu alto valor agregado na categoria. Desse modo, se a empresa aumentar esse número, a categoria teria um preço muito elevado, perdendo para a concorrência, que, por sua vez, teria preços mais acessíveis para ofertar. Com a alta eficácia de vendas de 96%, é a categoria que chegaria ao maior faturamento da empresa por possuir o maior preço médio de venda. Portanto, a disponibilidade de estoque de itens e modelos influencia na venda.

A partir da análise do *mark-up*, constata-se que a empresa necessita de produtos que possam agregar maior rentabilidade. No exemplo da categoria botas (2), torna-se necessária uma disponibilidade de itens em estoque, pois são itens que têm grande importância tanto em preço quanto na eficácia de vendas. Assim, sabe-se que apesar de poucos itens adquiridos, esse produto obteve uma das melhores saídas, com um dos menores estoques do período (0,08%).

Uma sugestão de melhoria proposta para a empresa seria a redução da aquisição de itens que anteriormente não tiveram muita saída ou que ficaram em estoque, como a sandália salto alto, podendo, assim, adquirir itens de outras categorias, como as botas, na próxima compra. Desse modo, a empresa terá um aumento no seu faturamento, uma diminuição de itens em estoque sem necessidade, e terá também maior disponibilidade de modelos das outras categorias, uma vez que se percebe a demanda por seus produtos entre seus clientes.

Reduzir a aquisição de outras categorias, as quais obtiveram classificação “C” na análise da Curva ABC em eficácia de vendas, como o item fechado salto alto, que possui o segundo maior estoque, de 24,33%,

também será uma opção de melhoria que a empresa poderá adotar na gestão de seus estoques.

Nesse contexto, o gestor deverá estar atento às mudanças sugeridas por esta pesquisa ao adquirir produtos que realmente agreguem valor e que atendam às demandas necessárias; como as opções de sandália salto alto são inúmeras e as opções de botas são menores, terá que associar a quantidade necessária para cada categoria, reduzir a aquisição para as que obtiveram um restante de estoque alto e aumentar para as que poderão, de alguma forma, trazer maior faturamento para a empresa. Dessa forma, a empresa poderá atender a diversos públicos, pois tendo maior diversidade de modelos em todas as categorias, poderá utilizar a estratégia de vendas casadas.

8 CONCLUSÃO

O estudo teve por objetivo analisar o controle de gestão de estoque em uma empresa do setor calçadista com sede em Chapecó, SC. Na metodologia, optou-se por uma pesquisa descritiva realizada por meio de estudo de caso simples com uma abordagem quantitativa dos dados.

A partir da coleta de dados e da aplicação de instrumentos de gestão de estoque, foram identificadas oportunidades de melhoria às quais se relacionou e se sugeriu a aplicação destas de forma periódica, principalmente no momento de aquisição de novos produtos. A análise da Curva ABC permitiu selecionar e priorizar os itens que merecem maior atenção, podemos visualizar as oportunidades de redução de custo, a otimização do estoque de produtos e a diminuição dos itens que afetam de forma decisiva o alto estoque. Estoques excessivos são desperdício e aumento de custos, ou seja, ineficiência gerencial.

Com os indicadores apresentados, o gestor deverá estar atento à aquisição das categorias apresentadas, a sazonalidade deve ser observada com atenção em determinados períodos para evitar faltas e/ou excesso de produtos, já que os itens são comprados com três meses de antecedência; como se sabe que a categoria botas tem saída mais significativa no

inverno, são necessários itens que supram a necessidade durante esses meses. O gestor deverá pesquisar sobre o público-alvo de cada estação, dessa forma, o processo na tomada de decisão será agilizado na hora da compra. Um ponto interessante é a chegada do Natal, o período de maior venda para a empresa, então os itens comprados antecipadamente deverão ser necessários para suprir a demanda, já que novos clientes surgem, a busca por produtos é constante e a quantidade de venda casada é maior.

E, por fim, concluiu-se que o problema da empresa na gestão de seus estoques reside na aquisição dos itens sem necessidade, assim, a sugestão de melhoria proposta pelo estudo se refere à redução de itens com categoria “A” em estoque, que são sandália salto alto, fechado salto alto e sandália salto médio, e aumentar a quantidade nos itens que obtiveram maior eficácia em vendas, como as categorias sandália rasteira, botas e fechado salto rasteiro, analisando sempre o período de sazonalidade do produto. Os produtos parados em estoque não geram um retorno satisfatório do capital investido pela empresa e nesse sentido, devem ser analisados, controlados e mensurados por meio da boa gestão na aquisição de produtos, o que interfere diretamente na gestão do estoque da empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Celio Mauro Placer Rodrigues de; SCHLÜTER, Mauro Roberto. **Estratégia logística**. Curitiba: IESDE, 2012.

ASSEN, Marcel van; BERG, Gerben van del; PIETERSMA, Paul. **Modelos de Gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/ logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, Eduardo Saggiore et al. **Gestão de estoques**: otimizando a logística e a cadeia de suprimentos. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

GASNIER, Daniel Georges. **A dinâmica dos estoques**: Guia prático para planejamento, Gestão de Materiais e Logística. 2. ed. São Paulo: IMAM, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Rodrigo Otávio das Chagas. **Processo de formação de preços**. Curitiba: IESDE, 2009.

MARSHALL JUNIOR, Isnard et al. **Gestão da qualidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MARQUES, Wagner Luiz. **Estudo de finanças especiais**. Cianorte, 2013.

MARTINS, Petrônio Garcia. **Administração dos Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOGUEIRA, Amarildo de Souza. **Logística Empresarial**: uma visão local com pensamento globalizado. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Marcela Maria Eloy Paixão; SILVA, Rafaella Machado Rosa. **Gestão de estoque**. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/895c3ab2654ab5a9c11b63e22780aaf3.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2003.

EPISTEMOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO: ABORDAGENS DAS PUBLICAÇÕES NA BASE SCIELO BRASIL, DE 1998 A 2008

Rodrigo Cardoso Santos*
Amelia Silveira**
Sabrina Nascimento***
Irani Rocha****

Resumo

Este estudo objetivou analisar a produção científica sobre epistemologia nos periódicos indexados na base de dados SciELO Brasil, no período de 1998 a 2008. A pesquisa exploratória, com método qualitativo, adotou a análise documental e bibliográfica, e a técnica de análise de conteúdo. A amostra foi intencional. Na base SciELO Brasil, na área de Ciências Sociais Aplicadas, seis periódicos e 15 artigos são da área de Administração, em que o periódico Ciência da Informação foi o mais produtivo. Segundo os resultados, predominam os artigos de revisão, com método qualitativo e técnicas bibliográficas e bibliométricas. Foucault, Bourdieu e Latour foram os principais pensadores nos artigos analisados. As terminologias recorrentes foram epistemologia, institucionalização, pós-moderno e paradigma. O comportamento da literatura revelou que o assunto epistemologia está centrado em discussões das contestações das estruturas preconcebidas da construção do conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologia. Administração. Base de dados SciELO Brasil.

1 INTRODUÇÃO

* Doutor em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau; rodrigocardososc@yahoo.com.br

** Pos-Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo; amelia@floripa.com.br

*** Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

**** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau; irani1976@hotmail.com

Os estudos que abordam a tendência de crescimento ou o declínio de um assunto, em determinado período de tempo, em bases de dados referenciais, permitem avaliar o desenvolvimento de um tema de interesse. Da mesma forma, estes estudos possibilitam conhecer os objetivos de pesquisa e os enquadramentos teóricos adotados, assim como os métodos empregados na realização da pesquisa e as principais contribuições ao tema. Estes estudos oportunizam, ainda, identificar, analisar, ordenar, classificar e categorizar o assunto, sistematizando o conhecimento científico, segundo critérios que emergem do próprio fazer científico. Assim, esse conhecimento se constitui em medida ou indicador que revela a orientação e a dinâmica da estrutura da produção científica em uma literatura.

Como questão norteadora de pesquisa, convém perguntar: Qual a produção científica em Epistemologia, em periódicos brasileiros indexados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), em Administração? Tem-se como objetivo geral analisar a produção científica sobre epistemologia nos periódicos indexados na base SciELO Brasil, no período de 1998 a 2008.

Para tanto, selecionou-se como lócus ou objeto de estudo a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), que se caracteriza como uma Biblioteca Científica Eletrônica em Linha, atuando como um modelo voltado para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos. A disseminação da comunicação científica nos países em desenvolvimento, e particularmente na América Latina e no Caribe, México e Países Ibéricos, se constitui em sua finalidade. A literatura brasileira gerada em termos científicos integra essa base de dados.

Assim, o estudo buscou a análise dos títulos de periódicos e os artigos científicos sobre epistemologia, considerados como produtos documentais das Ciências Sociais Aplicadas. O período de tempo determinado foi de 1998 a 2008, considerando que o primeiro artigo sobre epistemologia publicado em periódico brasileiro na área de Administração, e recuperado na divisão SciELO Brasil, com texto completo e disponível

em linha, foi indexado no ano 1998. Do universo de oito áreas disponíveis nessa base de dados, a área das Ciências Sociais Aplicadas foi selecionada de maneira intencional, de conveniência, sendo esta interdisciplinar, e tendo a área de Administração como uma delas. Esse interesse se justifica, uma vez que essa área, de aplicação abrangente em seus aspectos teóricos e empíricos, é contemplada em periódicos científicos brasileiros como: Ciência da Informação; Revista de Administração Contemporânea (RAC); Revista de Administração Pública (RAP); Revista Contabilidade & Finanças; Revista de Economia Política; e, Perspectivas em Ciência da Informação.

Este trabalho volta-se, desse modo, para a análise da literatura acadêmica brasileira contemporânea relativa à epistemologia, em Administração, a fim de tornar conhecidos os principais resultados teóricos e empíricos no campo de estudo, bem como classificar o assunto do ponto de vista da epistemologia. Assim, justifica-se a investigação na medida em que contribui para aumentar o conhecimento dessa literatura brasileira publicada em periódicos científicos indexados na base SciELO Brasil. A revisão da literatura que ampara o assunto está em sequência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A epistemologia pode ser considerada um ramo da filosofia que se dedica ao estudo da investigação científica e de seu produto: o conhecimento científico. Em sua composição, segundo Bunge (1980), congrega os seguintes enfoques: teoria do conhecimento científico, metodologia, lógica, semântica, ontologia, axiologia, ética e estética nas ciências.

Chisholm (1969) também relacionou a epistemologia com a teoria do conhecimento científico. Da mesma forma, Blanché (1988) entende o significado de epistemologia como teoria do conhecimento científico ou teoria da ciência. Explica que a epistemologia abrange o estudo científico dos princípios e dos resultados das diversas ciências, ou seja, o conhecimento científico. Bezerra Filho (1971) é outro autor

que se refere à epistemologia como uma prática teórica, tendo por matéria-prima as representações ideológicas e sua transformação em conhecimento científico.

O conhecimento científico abrangendo vários saberes, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, tem na epistemologia um instrumento que permite entender a evolução desse conhecimento, assim como estudar a produção científica em suas estruturas, paradigmas e inter-relacionamentos com o sujeito, a sociedade e a história das civilizações como um todo.

Convém destacar que a evolução da epistemologia apresentou um período clássico, que correspondeu de Platão a Russel, sendo o período moderno ligado à fundação do Círculo de Viena, em 1927, tendo Popper como um dos principais representantes (BUNGE, 1980). Sousa (1978) discorre sobre esses pensadores e suas obras, e discute os conflitos entre as correntes de epistemologia, oportunizando o aprofundamento do assunto. O assunto epistemologia como disciplina, originalmente vindo da filosofia, permite embasar e sedimentar as formas de pensamentos, percepções, certezas de como cada afirmação ou inferência é observada pelos pesquisadores na produção do conhecimento.

A produção do conhecimento científico gera um conhecimento acumulado, que, por sua vez, consolida-se na literatura científica das áreas específicas, e que possibilita e oportuniza avançar e inovar na ciência. A literatura científica é registrada nos canais formais da comunicação científica e refere-se à documentação dos trabalhos produzidos pelos cientistas. São principais componentes dos canais formais os periódicos científicos e mais recentemente, as versões eletrônicas destes (MUELLER, 1995).

Os periódicos científicos comunicam e disseminam os conhecimentos científicos acumulados nas diferentes áreas, servindo, ainda, de parâmetro/medida de determinada literatura científica, entre outros, nessa mesma linha de entendimento, na área de Administração.

Com esse entendimento, foi realizado o presente estudo, que permitiu vislumbrar como está sendo desenvolvido e construído o

conhecimento de epistemologia na área de Administração, no contexto das Ciências Sociais Aplicadas. O método e as técnicas de pesquisa adotados no presente estudo constam a seguir.

3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa apresenta-se como exploratória, com método qualitativo. A pesquisa exploratória possui como principal objetivo esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral do problema (HAIR JUNIOR et al., 2005). O método qualitativo garante a riqueza dos dados, permitindo entender um fenômeno na sua totalidade, facilitando a exploração de contradições e paradoxos (VIEIRA; ZOUAIN, 2004). É de cunho bibliográfico ao revisar a literatura do tema como *focus* analítico instrumentado. Para Merriam (1987), esse tipo de revisão consiste na coleta e seleção das fontes relevantes e, a seguir, na redação da resenha na forma de um ensaio com narrativa corrente. É ainda documental, uma vez que o objeto de estudo se constitui de artigos completos disponíveis em linha e publicados em periódicos científicos em uma base de dados bibliográfica. Trata-se, dessa forma, de um trabalho inicial que investiga uma literatura publicada e a sistemática do assunto epistemologia, em âmbito nacional, na área de Administração.

Tendo como estratégia de busca as palavras epistemologia ou epistemological, sem limitação de período de tempo e área, foram acessados, em uma primeira fase, os títulos de periódicos científicos que integram a base SciELO Brasil, na área das Ciências Sociais Aplicadas, cujo somatório foi de 247 (100%) periódicos e 428 (100%) artigos. Desse número inicial, selecionou-se a área de Administração; 8 (3,2%) títulos de periódicos e 20 (4,67%) artigos foram identificados. Continuando esse processo de definição da amostra, buscando assegurar a qualidade do lócus da pesquisa, definiu-se como critério que esses oito títulos deveriam constar na lista de periódicos apresentada pelo Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no triênio

2007/2009, na área de Administração. Considerando esse procedimento, 6 (2,43%) periódicos e 15 (3,5%) artigos científicos foram definidos como amostra de estudo. Esses seis periódicos, em ordem de produtividade, foram os seguintes: Ciência da Informação; Revista de Administração Contemporânea (RAC); Revista de Administração Pública (RAP); Revista Contabilidade & Finanças; Revista de Economia Política; e, Perspectivas em Ciência da Informação. Os autores selecionados nesses periódicos, em ordem cronológica de publicação, encontram-se a seguir: Alvarenga (1998); Nehmy e Paim (1998); Assmann (2000); Francelin (2003); Francelin (2004); Bruno (2005); Peci, Vieira e Clegg (2006); Hiry-Cherques (2006); Oddone (2007); Carvalho e Souza (2007); Campos e Costa (2007); Schiehl, Borba e Murcia (2007); Martins (2008); Job e Alvarenga (2008) e Paulani (2008).

A segunda fase da pesquisa foi de análise desses documentos científicos selecionados. Para tanto, houve a caracterização dos seguintes pontos de referência dos periódicos analisados: a denominação dos títulos dos periódicos; o número do periódico segundo a International Standard Serial Number (ISSN); a quantidade de volumes disponíveis na Base SciELO Brasil e de artigos de epistemologia na área de Administração; e, a área de abrangência dos periódicos analisados.

A terceira fase da pesquisa voltou-se para o processo de determinação do comportamento da literatura constante nos artigos selecionados. Foi amparada pela análise de conteúdo (BARDIN, 1979; BAUER, 2002). Assim, verificou-se o conteúdo dela (RICHARDSON et al., 1989). Para tanto, essa análise se desenvolveu com a exploração e a codificação dos artigos científicos selecionados, permitindo atingir uma representação de seu conteúdo (BARDIN, 1979). Essas regras foram estabelecidas quanto às unidades de registro, sendo estas a representatividade do objetivo, da metodologia, dos embasamentos teóricos e das contribuições da literatura estudada para a epistemologia na área de Administração. Essa categorização foi estabelecida *a priori*, como objetivo de pesquisa. Nesse tipo de abordagem qualitativa o interesse volta-se para a identificação das unidades de significados (US),

que se consubstanciam em categorias. Para amparar a análise dessa literatura quanto às categorias das abordagens epistemológicas, adotou-se a classificação apresentada por Francelin (2004), sendo construída por 23 unidades de significado, construídas com a base em um referencial desenvolvido sobre o pensamento filosófico-científico pós-moderno. Para tanto, essas unidades de significados foram identificadas nos 15 (100%) artigos analisados, indiferente do local onde eram constantes, ou seja, no título, resumo, texto, etc. Não foram evidenciadas as referências e as notas de rodapé. Nessa categorização, visando melhorar a compreensão do assunto, optou-se por classificar primeiro os autores citados no texto do artigo, identificando-os como teóricos em epistemologia e, em seguida, pelas terminologias da temática estudada.

Nessa fase de análise, ainda seguindo os ditames da técnica de análise de conteúdo, foram adotadas regras de quantificação, por meio de contagem simples de frequência, identificando-se a presença ou a ausência das 23 categorias previamente definidas e a frequência com que apareciam. Da mesma forma, quando identificadas e determinadas as novas categorias na literatura analisada, estas foram incorporadas *a posteriori*, como elementos significativos do assunto. Ressalta-se que, neste estudo, as 23 unidades apresentadas por Francelin (2004) foram ampliadas para 45 unidades de significados. Os resultados apresentados revelam o encontrado, relatam ou narram, de forma sistematizada, o conteúdo do que se encontrava disperso na literatura analisada sobre epistemologia.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa seguem a ordem dos objetivos específicos. Para tanto, foram caracterizados os produtos documentais em análise; determinado o comportamento da literatura; e, categorizadas as abordagens epistemológicas dos artigos analisados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOCUMENTAIS

Nos títulos dos periódicos indexados na base SciELO Brasil, que publicaram artigos sobre Epistemologia, no período determinado, verifica-se que 40% da produção científica em epistemologia ou *epistemological* se encontram no periódico Ciência da Informação; este possui o maior número de volumes disponíveis na base analisada. Ressalta-se, ainda, que nenhuma das revistas analisadas possui fator de impacto analisado pelo *Journal Citation Research* (JCR).

Quanto ao editor científico, os responsáveis pela edição desses periódicos científicos, são os seguintes, respectivamente: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), Fundação Getulio Vargas (FGV), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) da Universidade de São Paulo (USP), Centro de Economia Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) da Escola de Ciência da Informação. No que se refere ao editor distribuidor, os artigos estão na Base SciELO Brasil; o periódico Ciência da Informação também é indexado pela base *Wilson*.

4.2 DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO DA LITERATURA

Buscando determinar o comportamento da literatura dos artigos analisados, investigaram-se os objetivos e as metodologias utilizadas.

4.2.1 **Objetivos dos artigos analisados**

A análise dos artigos permitiu determinar as abordagens de epistemologia, ou seja, os pontos enunciados pelos autores e/ou as realidades do uso do conhecimento em epistemologia.

Alvarenga (1998) ressaltou as relações entre a arqueologia do saber e a bibliometria. Neste estudo, sugeriu a viabilidade da utilização

dos estudos bibliométricos como útil para trabalhos arqueológicos e epistemológicos, incorporando novas categorias de análise aos estudos desenvolvidos sob a ótica da arqueologia. Nesse caso específico, utilizou a ótica da arqueologia do saber proposta por Foucault (1972).

Nehmy e Paim (1998) focalizaram a discussão nas formas de abordagem da qualidade da informação na área de Ciência da Informação. Para tanto, no esforço de se desvelarem limitações e desafios para a construção teórica de conceitos, consideraram o que recomenda Bachelard (1978), para o que chama de obstáculo epistemológico. Utilizaram, também, para a análise da qualidade da informação, os conceitos de Marchand (1990), que define cinco tendências e propostas teóricas de tratamento da qualidade da informação: abordagem transcendente; abordagens baseadas no usuário; no produto; na produção, e, abordagem da qualidade como um dos aspectos do valor.

Assmann (2000) limitou-se a alguns aspectos da profunda transformação das formas do aprender na era das redes ou na assim chamada de sociedade da informação. Destaca o dilema do uso da mídia eletrônica de forma racional, refutando o lado subjetivo de seu uso, até mesmo com receio de substituição do homem em seus aspectos de ensino em sala de aula. Esta pesquisa faz uma ligação da construção do conhecimento na era da tecnologia da informação e da sociedade do conhecimento.

Francelin (2003) abordou a obra de Morin (2002) e complementa com a de Bachelard (1978), fazendo um cruzamento de ideias e conceitos desses dois autores, e de como esses conhecimentos podem interessar à ciência da informação.

Francelin (2004) realizou uma pesquisa bibliométrica na tentativa de compreender a ciência da informação no contexto da pós-modernidade, tentando sustentar que a ciência da informação passa por um processo de busca paradigmática. As rupturas e crises paradigmáticas proporcionaram o debate em torno de uma nova ciência, na qual o desenvolvimento do conhecimento se processa por meio de contextos relacionais e de complexidade. A mudança na relação do sujeito com o objeto toma parte no processo de desmistificação da razão, sugerindo a necessidade de uma teoria do conhecimento aberta à transversalidade de pensamento e a quase

todos os eventos de ordem e de desordem que conduzam a uma pluralidade conceitual e metodológica. Para tanto, fundamenta o desenvolvimento do pensamento filosófico científico ocidental até a pós-modernidade. Procedeu a levantamento e à análise de artigos de periódicos da ciência da informação no Brasil, do período de 1972 a 2002, citando clássicos do pensamento científico e sua evolução no tempo (FRANCELIN, 2004).

Bruno (2005), na área de Economia, explicitou as condições epistemológicas que fazem das macroanálises em termos de regulação uma alternativa possível às tradicionais abordagens pelo equilíbrio de mercado. Apresentou uma pesquisa bibliográfica acerca da teoria de regulação, com paralelos com a teoria do equilíbrio e com a fundamentação teórica de Bachelard (1978), Lukács (1979), Bourdieu (1987, 1992), Giddens (1998) e Boyer (2003).

Peci, Vieira e Clegg (2006) desenvolveram um trabalho nas áreas de estudos organizacionais, administração pública, sociologia, economia e nos estudos culturais, aplicando a perspectiva pós-estruturalista, particularmente aquela apresentada por Foucault (1972), à abordagem institucional e chamando de novo institucionalismo. Essa abordagem se posiciona contra os pressupostos básicos da escola racional, que se guiam pela ontologia reducionista do individualismo e pela epistemologia empiricista do economicismo, assim como do funcionalismo estrutural. Consta uma crítica à epistemologia empírica, sendo esta reducionista para a análise das teorias organizacionais (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006).

Hiry-Cherques (2006) estudou a aplicação da forma de investigar de Bourdieu às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Defendeu que não se pode compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito, e que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, às manifestações. Parte de um construtivismo fenomenológico, que busca na interação entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações.

Oddone (2007) resgata a noção de epistemologia social, uma disciplina científica proposta em diversas ocasiões, a partir do início da

década de 1950, por dois bibliotecários e pesquisadores americanos: Egan e Shera (1961). Considerando que o conceito de epistemologia social é entendido como o estudo da produção, do fluxo e do consumo de qualquer tipo de produto intelectual, relaciona esse enfoque com teorias concebidas por autores contemporâneos como Elias (1994), Foucault (1972), Lévy (1993) e Latour (2000).

Carvalho e Souza (2007), por intermédio de Vroom (1964), descreveram os componentes da motivação no trabalho voluntário. A epistemologia não é tratada diretamente, mas como forma de análise de discurso, ou seja, o que leva as pessoas a se motivarem à participação voluntária.

Campos e Costa (2007) analisaram a atividade de pesquisa nos programas de pós-graduação nas áreas de Administração e de Política Pública, mais especificamente, a pesquisa realizada no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado com vistas à produção de teses e dissertações. Salientaram a importância de atribuir outro olhar para a pesquisa em Administração, e o uso da epistemologia como forma de busca e debate do uso em pesquisa social à luz de Mills (1975), Morgan (1983), Gergen (1994) e Alvesson (2000). Buscaram estimular uma atitude reflexiva que se traduza em atenção para a ontologia e a epistemologia as quais sustentam o projeto de pesquisa, bem como em compromisso com as consequências do conhecimento a ser produzido. Sugeriram um modo particular de ser pesquisador e ilustraram como essa proposta vem sendo implantada na prática de orientação e em seminários de pesquisa.

Schiehl, Borba e Murcia (2007) realizaram um ensaio teórico do resultado de reflexões acerca de questões epistemológicas sobre a contabilidade financeira. Na perspectiva epistemológica, este trabalho buscou traçar perspectivas filosóficas, históricas, sociológicas e discursivas que guiarão a pesquisa acadêmica na área de Contabilidade Financeira.

Martins (2008) salientou, em um editorial, a importância do estudo da epistemologia no campo das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente em Ciências Contábeis e controladoria. Destacou a importância da epistemologia como forma de estudar a gênese dos conceitos e da qualidade dos textos produzidos e as reflexões a respeito

de Contabilidade e Controladoria, como forma de legitimar a produção científica na área Contábil (MARTINS, 2008).

Job e Alvarenga (2008) ressaltaram que as características das fontes de informação utilizadas pelos pesquisadores podem contribuir para os estudos epistemológicos; caracterizar elementos textuais e explorar suas potencialidades ampara o conhecimento do campo científico em uma determinada área. Realizaram um levantamento bibliométrico e quantitativo dos perfis dos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2004.

De maneira bastante específica, Paulani (2008) respondeu às críticas referidas a um de seus artigos, quando escreveu sobre os conceitos de Habermas (1990). O artigo não carrega um enfoque específico de epistemologia, somente conceitos de Habermas (1990) sobre a subjetividade frente ao racionalismo científico.

4.2.2 Metodologias utilizadas nos artigos

Predominaram nos documentos analisados os artigos de revisão, definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003), na NBR 6022 sendo qualitativos e de cunho bibliográfico, em sua maioria. O de Francelin (2004) e o de Job e Alvarenga (2008) foram ainda bibliométricos. A abordagem quantitativa se encontra no artigo de Carvalho e Souza (2007). O de Martins (2008) apresentou-se como um editorial.

4.3 CATEGORIZAÇÃO DAS ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS

Os resultados da pesquisa nos 15 (100%) artigos selecionados sobre o assunto epistemologia na área de Administração, na base SciELO Brasil, foram divididos em terminologias utilizadas e citações aos autores teóricos de epistemologia. A Tabela 1 apresenta a quantidade de terminologias utilizadas, com as respectivas quantidades verificadas no texto, título, resumo e palavras-chave dos artigos.

Tabela 1 – Distribuição de terminologias por série absoluta decrescente (2009)

Categorias das terminologias	Títulos dos periódicos												Total															
	Perspectiva em Ciência da Informação						Revista de Administração Contemporânea							Revista de Contabilidade & Finanças						Revista de Economia Política								
	Localização dos autores			Localização dos autores			Localização dos autores			Localização dos autores				Localização dos autores			Localização dos autores			Localização dos autores								
	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P				
Pós-moderno	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Epistemologia	35	2	2	6	1	0	0	0	0	1	0	0	0	5	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	4	0	0	60
Filosofia da Ciência	2	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Teoria do Conhecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paradigmas	7	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Mistura de padrões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diluição de conceitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança na relação Sujeito/ Objeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crise e metanarrativas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

		Categorias												Total					
		Títulos dos periódicos																	
		Ciência da Informação		Perspectiva em Ciência da Informação		Revista de Administração Contemporânea		Revista de Administração Pública		Revista de Contabilidade & Finanças		Revista de Economia Política							
Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores		Localização dos nomes dos autores							
G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P
Desmistificação da racionalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pluralismo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Senso comum	2	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7
Revoluções científicas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Continuo, descontínuo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teoria do caos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transversalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contextos relacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Institucionalização	2	0	0	0	0	0	0	33	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	38

Legenda: G = geral; T = título; R = resumo; P = palavras-chave.
 Fonte: o(s) autor(es).

Analisando a Tabela 1, evidenciam-se as 45 unidades de significados criadas propostas pelo presente estudo oriundas das 23 unidades apresentadas por Francelin (2004), em que se nota que a categoria epistemologia se encontra concentrada em um único periódico, o da Ciência da Informação. Essa constatação demonstra as interfaces entre os saberes, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade da área de Administração no contexto das Ciências Sociais Aplicadas. Essa concentração também confirma os dados da pesquisa de Francelin (2004), que tem como resultado a mesma concentração, no mesmo periódico. Com base nesta Tabela 1, verifica-se que os termos epistemologia, institucionalização, pós-moderno e paradigmas foram os mais recorrentes. Há concentração em um único periódico, o de Ciência da Informação; institucionalização consta em um único artigo, com repetidas verbalizações.

A Tabela 1 permite demonstrar, ainda, que o assunto epistemologia, a qual deveria constar como assunto nos artigos analisados, apresenta baixas incursões nos demais periódicos analisados, quando comparados com o periódico Ciência da Informação. Os três periódicos voltados para as temáticas de Administração de Empresas, Administração Pública e Contabilidade não apresentam resultados mais consistentes nessa categorização. A quantidade de zeros, verificada na Tabela 1, demonstra a dispersão dos assuntos, assim como a necessidade e o esforço da construção do conhecimento em epistemologia na área de Administração. Nesse primeiro resultado constam 18 categorias para as terminologias de epistemologia na área de Administração.

O segundo resultado da pesquisa está presente na Tabela 2, a qual apresenta os nomes dos autores mais citados nos textos dos 15 (100%) artigos analisados, e que fundamentam os estudos em epistemologia na área de Administração. Para tanto, cada um dos autores foi categorizado como uma unidade de significado das 45 unidades de significado estudadas, sendo localizadas no texto (Geral = G), no resumo (R), no título (T) e nas palavras-chave (P). Nesse sentido, a Tabela 2 apresenta a distribuição dos autores pelo somatório da frequência decrescente, bem como os títulos dos periódicos analisados e a localização dos nomes dos autores, no artigo, em cada revista.

Tabela 2 – Distribuição dos autores citados nos artigos estudados por série absoluta decrescente – julho/2009

Autores citados	Categorias												Total											
	Títulos dos periódicos																							
	Ciência da Informação		Perspectiva em Ciência da Informação		Revista de Administração Contemporânea		Revista de Administração Pública		Revista de Contabilidade & Finanças		Revista de Economia Política													
Localização dos autores		Localização dos autores		Localização dos autores		Localização dos autores		Localização dos autores		Localização dos autores		Localização dos autores												
G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P					
Pierre Bourdieu	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	166	1	2	1	0	0	0	0	5	0	1	0	181
Michael Foucault	83	1	3	1	0	0	0	35	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126
Bruno Latour	116	0	2	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	125
Jesse Shera	39	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
Karl Marx	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	1	32
Pierre Lévy	27	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30
Margaret Egan	26	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
Norbert Elias	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
Edgar Morin	19	0	1	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Gaston Bachelard	14	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	22
Thomas Kuhn	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	13
Robert Boyer	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	10
Georg Lukács	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	8

		Categorias																								Total
		Títulos dos periódicos																								
Autores citados	Localização dos no- mes dos autores	Perspectiva em Ciência da Infor- mação				Revista de Admi- nistração Contem- porânea				Revista de Admi- nistração Pública				Revista de Contabilidade & Finanças				Revista de Econo- mia Política								
		G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P	G	T	R	P					
Karl Popper	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	7
Mats Alvesson	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Wright C. Mills	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Anthony Giddens	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5
Gareth Morgan	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Jerold L. Zimmerman	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Max Weber	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Ross L. Watts	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Kenneth J. Geigen	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Serge Latouche	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Legenda: G = geral; T = título; R = resumo; P = palavras-chave.

Fonte: o(s) autor(es).

De acordo com a Tabela 2, nota-se que os autores mais citados são: Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Bruno Latour. Infere-se, nesse sentido, que o assunto epistemologia está centrado em discussões das contestações das estruturas preconcebidas da construção do conhecimento, que traduz na indução da importância do sujeito social de Pierre Bourdieu; da análise do discurso e suas formas de dominação e poder de Michel Foucault; e, da teoria socioantropológica de Bruno Latour, que determina a importância da interação do sujeito e do ambiente no fazer científico. Destaca-se que os autores Imre Lakatos, Paul Feyrabend, Richard D. Whitley e Jean F. Lyortard tiveram seus nomes localizados na revista Contabilidade & Finanças apenas uma vez no corpo do texto.

5 CONCLUSÃO

Comparando com as demais áreas do conhecimento constantes na Base SciELO Brasil, evidenciou-se que a quantidade de títulos de periódicos e de artigos com a palavra epistemologia ou epistemological se concentra, basicamente, nas Ciências Humanas e nas Ciências da Saúde, com 90,18% da produção publicada. A área das Ciências Sociais Aplicadas apresenta 4,67% dos artigos publicados; 0,1% são de periódicos exclusivos da área de Administração. Mesmo com essa produção científica ainda reduzida em face das demais áreas do conhecimento, a epistemologia vem se consolidando como assunto de interesse nessa literatura. No período de 1998 a 2008 houve crescimento nesse assunto. Na distribuição dos 15 (100%) artigos analisados, 9 (60%) foram publicados nos últimos três anos: Ciência da Informação; Revista de Administração Contemporânea (RAC); Revista de Administração Pública (RAP); Revista Contabilidade & Finanças; Revista de Economia Política; e, Perspectivas em Ciência da Informação.

Entre os periódicos analisados, a revista Ciência da Informação foi a mais produtiva, no assunto epistemologia, com 40% dos artigos. Esse periódico, editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), desde 1972, foi pioneiro nessa área e em

estudos e pesquisas sobre as atividades do setor de informação em ciência e tecnologia.

A determinação do comportamento dessa literatura permitiu vislumbrar como está sendo desenvolvido e construído o conhecimento de epistemologia, na área de Administração, e no contexto das Ciências Sociais Aplicadas. Pode-se afirmar que houve predomínio do método qualitativo e das técnicas bibliográficas e bibliométricas no fazer científico dos artigos analisados. Os artigos de revisão predominaram.

O comportamento da literatura revelou que o assunto epistemologia está centrado em discussões das contestações das estruturas preconcebidas da construção do conhecimento. Nesse sentido, por meio dos objetivos, metodologias e contribuições dos artigos selecionados, salienta-se a importância das interações do homem e seu ambiente como forma de pensar e construir ciência em Administração.

Ao categorizar as abordagens epistemológicas nos artigos estudados, verificou-se pouca concentração quanto às terminologias. A epistemologia, a institucionalização, o pós-modernismo e os paradigmas são as mais expressivas em quantidade. A dispersão é evidenciada pela pouca quantidade de repetições acerca desses termos. Da mesma forma, quanto aos pensadores da área, citados pelos autores dos artigos para amparar o tema da epistemologia na área de Administração, há pouca concentração. O assunto epistemologia está centrado em Pierre Bourdieu, Michel Foucault e em Bruno Latour. O elenco de autores totalizou 27 pensadores. Segundo os resultados, predominam os artigos de revisão, com método qualitativo e técnicas bibliográficas e bibliométricas. Esta pesquisa apresentou 45 unidades de significados criadas a partir do estudo de Francelin (2004).

Sendo uma abordagem inicial, exploratória, com método qualitativo, essa investigação apresenta naturais limitações e restrições. Entretanto, o conhecimento científico gerado e verificado nesta pesquisa considerou o comportamento da literatura e os aspectos relacionados com os direcionamentos terminológicos e de autores citados, oferecendo subsídios para ampliar o entendimento do fazer científico

em epistemologia na área de Administração. Espera contribuir para a disseminação na esfera da informação científica e tecnológica, no âmbito dos trabalhos que tratam de epistemologia, na área de Administração.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, 1998.

ALVESSON, M. **Reflexive methodology**: new vistas for qualitative research. London: Sage, 2000.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, ago. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022 – informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, M. V. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEZERRA FILHO, C. et al. **Epistemologia**: teoria da ciência. Petrópolis: Vozes, 1971.

BLANCHÉ, R. **A epistemologia**. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

BOYER, R. **Les institutions dans la théorie de la régulation**. Paris: CEPREMAP, 2003.

BRUNO, M. Macroanálise, regulação e o método uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista. **Revista Economia Política**, v. 25, n. 4, dez. 2005.

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso de atualização. São Paulo: EDUSP, 1980.

CAMPOS, A. M. de S. M.; COSTA, I. de S. A. da. Espaços e caminhos para a pesquisa em administração: estimulando a prática da reflexividade. **Revista de Administração Pública**, v. 41, 2007. (Edição Especial).

CARVALHO, V. D. de; SOUZA, W. J. de. Pobres no ter, ricos no ser: trabalho voluntário e motivação na Pastoral da Criança. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, jun. 2007.

EGAN, M. E.; SHERA, J. H. **Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 2, ago. 2003.

FRANCELIN, M. M. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, ago. 2004.

GERGEN, K. **Organization theory in the postmodern era**. London: Sage, 1994.

GIDDENS, A. **The third way**: the renewal of social democracy. Malden: Polity Press, 1998.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HAIR JÚNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, fev. 2006.

JOB, I.; ALVARENGA, L. Citações presentes em teses e perfis de pesquisadores: fontes de indícios para se estudar a área da educação física. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, dez. 2008.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000. 440 p.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARCHAND, D. Managing information quality. In: WORMELL, I. (Ed.). **Information quality**: definitions and dimensions. London: Taylor Graham, 1990.

MARTINS, G. de A. Editorial: epistemologia da pesquisa contábil. **Rev. Contab. Financ.**, v. 19, n. 48, dez. 2008.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORGAN, G. **Beyond method**: strategies for social research. Newbury Park: Sage, 1983.

MORIN, E. **A ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MUELLER, S. P. M. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Revista Esc. Biblioteconomia UFMG**, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995.

NEHMY, R. M. Q.; PAIM, I. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, 1998.

ODDONE, N. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 1, abr. 2007.

PAULANI, L. M. A aventura da crítica. **Revista Economia Política**, v. 28, n. 1, mar. 2008.

VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do “real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, set. 2006.

POPPER, K. R. **Examen de certains problèmes fondamentaux**: la logique de la découverte scientifique. Paris: Payot, 1982.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SCHIEHLL, E.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.-R. Financial accounting: an epistemological research note. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 45, dez. 2007.

SOUSA, D. de. **Epistemologia das ciências sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

VROOM, V. H. **Work and motivation**. New York: Wiley, 1964.

ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PERSPECTIVAS CONTÁBIL E ECONÔMICA DO CAPITAL INTELECTUAL REALIZADA NO BRASIL

Alessandra Carvalho Vasconcelos^{*}

Sabrina Nascimento^{**}

Sandra Rolim Ensslin^{***}

Resumo

A pesquisa sobre Capital Intelectual (CI) caracteriza-se por uma variedade de visões e interpretações, uma vez que ainda não se desenvolveram escolas dominantes de pensamento. No contexto internacional, Marr (2005) aponta nove perspectivas a partir das quais o CI é examinado. Entretanto, no Brasil, verifica-se que noções de várias perspectivas transitam paralelamente em um mesmo trabalho. Assim, com este artigo, objetivou-se realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do CI, desde 1994, por meio de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados em periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis/CAPES*. Esta pesquisa, do tipo exploratória e descritiva, revisou 54 artigos, sendo 16 da PC e 38 da PE. Note-se que o trabalho investigou o CI a partir do conhecimento gerado pelo tema em publicações científicas, fato que explica sua base epistemológica. Entre os principais resultados, destacam-se: a existência de mais artigos devotados a reflexões teóricas, tanto na PC quanto na PE; o conhecimento sobre CI entre os pesquisadores brasileiros e os internacionais, na PC encontra-se em estágio diferente e na PE encontra-se alinhado; e a afiliação teórica que informa os pesquisadores brasileiros apresenta menor dispersão conceitual na PC do que na PE. Palavras-chave: Capital intelectual. Perspectiva contábil. Perspectiva econômica. Estudo epistemológico.

^{*} Doutora em Engenharia da Produção, Professora da Universidade Federal do Ceará; alegallon@terra.com.br

^{**} Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

^{***} Doutora em Engenharia da Produção, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina; sensslin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o Capital Intelectual (CI), que integra o *rol* dos ativos de natureza intangível, pode ser caracterizada por uma variedade de visões e interpretações, uma vez que ainda não se desenvolveram escolas dominantes de pensamento, o que teria o resultado positivo de possibilitar uma linguagem comum entre os pesquisadores (KAUFMANN; SCHNEIDER, 2004).

Assim, há pouco consenso e muita confusão relacionados à terminologia utilizada para se referir a esses recursos e à definição do conceito de CI. Tal fato pode ser explicado pelo caráter multidisciplinar da área de CI. A argumentação em favor do caráter multifacetado do CI é motivada por questões do seguinte tipo: Qual a explicação científica sobre como o CI, incorporado nas pessoas, nos processos internos e no relacionamento externo, é transformado em vantagens competitivas? Como o CI pode causar forte impacto na efetividade da criação de valor da empresa? Por que o CI permanece sub-explorado em alguns contextos organizacionais? A presente pesquisa assume que a busca por respostas a essas perguntas deve invocar múltiplas disciplinas para contemplar as complexas funções de negócios, sob o viés do CI.

No contexto internacional, Marr (2005) aponta nove perspectivas a partir das quais o CI é examinado – economia, estratégia, contabilidade, finanças, evidenciação, *marketing*, gestão de recursos humanos, sistemas de informação e direito – e sugere a investigação e o mapeamento das diferentes perspectivas disciplinares, com vistas a se proceder a um levantamento dessas diferentes linhas de pensamento. Entretanto, no contexto brasileiro, verificam-se trabalhos que exploram o CI sob as diversas perspectivas, sem que haja um estabelecimento da afiliação teórica, de tal forma a definir a linha de pensamento subjacente ao trabalho. Nesse sentido, noções de várias perspectivas transitam paralelamente em um mesmo trabalho, o que pode vir a dificultar o entendimento da mensagem ao leitor.

Assim, argumenta-se a necessidade de se investigar e mapear as diferentes perspectivas das pesquisas que, no contexto brasileiro, lançam o olhar para o CI, conforme manifestadas no conjunto de artigos selecionados para o presente estudo. Assim, emergem as perguntas de pesquisa que orientam este trabalho: *Quais as características da produção científica sobre as Perspectivas Contábil e Econômica do Capital Intelectual no Brasil? O que tem sido explorado/tratado nessas abordagens no contexto nacional?* A partir desses questionamentos, com este artigo objetivou-se realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do CI – desde o aparecimento do tema em 1994 – a partir de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados em periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis/CAPES*.

Para tanto, os métodos e os procedimentos metodológicos que compreendem as técnicas de pesquisa utilizadas no estudo epistemológico da produção científica sobre as PC e PE, do CI são a bibliometria e a análise de conteúdo de 54 artigos científicos, sendo 16 da PC e 38 da PE, desde 1994, quando surge maior preocupação pelo tema no contexto organizacional e o conseqüente interesse acadêmico. Destaca-se, ainda, que os artigos dos periódicos foram obtidos por meio da busca eletrônica, especialmente por meio da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); nos casos de indisponibilidade dos textos integrais na internet, estes foram obtidos nos periódicos impressos.

Do exposto, observe-se que este trabalho investiga o “conhecimento” sobre CI a partir das pesquisas sobre o tema, publicadas em importantes fóruns nacionais. Assim, a questão epistemológica perpassa a discussão sobre CI nos vários trabalhos e pretende apresentar o estado em que se encontra o conhecimento/entendimento dos pesquisadores brasileiros sobre a PC e a PE do CI, bem como desvendar as características metodológicas (dados demográficos) das pesquisas em cada uma das perspectivas.

A estrutura da pesquisa inicia-se pela introdução, na sequência, aparece o referencial teórico que fundamenta a pesquisa e aborda o

CI e a epistemologia sob o olhar da perspectiva contábil e econômica, categorizada por Marr (2005). A terceira e quarta seções compreendem os aspectos metodológicos utilizadas no estudo para coleta de dados, classificação e análise dos dados, além do enquadramento metodológico. Na quinta seção, têm-se a discussão dos resultados e, por fim, na sexta seção, abordam-se as considerações finais do estudo.

2 CAPITAL INTELECTUAL: A EPISTEMOLOGIA E O OLHAR DA PERSPECTIVA CONTÁBIL E ECONÔMICA

A palavra epistemologia é derivada das palavras gregas *episteme* (conhecimento) e *logos* (teoria). No sentido amplo da palavra, Japiassu (1992, p. 16-17) conceitua epistemologia como o “[...] estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e seus produtos intelectuais.” Para Martins (1994, p. 13), a epistemologia “[...] trata de uma disciplina cuja função essencial consiste em submeter a prática dos cientistas a uma reflexão, tendo como objetivo a investigação científica, em seu processo de gênese, de formação e de progressiva estruturação.” Segundo Von Krogh e Roos (1995), a epistemologia trata do entendimento da origem, natureza e validade do conhecimento; ela procura fornecer o conhecimento sobre o conhecimento. Portanto, a epistemologia trata da análise sobre o que significa o termo conhecimento em si.

Nesse contexto, Martins (1996, p. 1) afirma que “[...] não há mais dúvidas de que o conhecimento deve ser considerado como um processo e não como um dado adquirido uma vez por todas.” E nessa perspectiva, “[...] a epistemologia tem como objeto de estudo o processo de produção do conhecimento científico.” (SOUZA, 2005, p. 30). Por procurar inspecionar as produções científicas, os estudos epistemológicos entram, conforme Castro (1977), no cerne da epistemologia da ciência, que tem um caráter intracientífico, isto é, que representa um polo do processo intrínseco à produção científica. Em outras palavras, Souza (2005, p. 30) explicita que a “[...] epistemologia é um ramo da filosofia que

estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento produzido pelo homem.”

Do exposto, conjectura-se que, por meio de uma investigação epistemológica das produções científicas sobre CI, poderão ser explicitadas as estratégias metodológicas desses trabalhos, o perfil dos pesquisadores da área e as fontes de referências que apoiaram seus desenvolvimentos, bem como desveladas as definições sobre o assunto conforme os autores, o foco, as indagações e limitações, a evolução do tema, os resultados e as novas tendências que organizam o campo específico de atuação do CI. Uma vez que este artigo busca analisar o conhecimento do CI sob a PC e a PE, faz-se necessário apresentar o conhecimento que informa ambas as perspectivas.

Na PC, o objetivo de uma demonstração financeira é fornecer informação relevante para a tomada de decisões econômicas sobre a posição financeira e o desempenho da empresa, conforme consta no Comitê de Normas de Contabilidade Financeira (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD, 1978), na Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS 1, par. 34) e no modelo do Comitê Internacional de Normas de Contabilidade (IASB) para a preparação e apresentação de declarações financeiras (IASB, Comitê Internacional de Normas de Contabilidade, 1989 par. 12). Acredita-se que investimentos em intangíveis sejam fontes importantes para o desempenho futuro, mas regras contábeis rigorosas de reconhecimento de bens fazem com que a maioria dos bens intangíveis, desenvolvidos internamente, não possam ser incluídos nos balanços patrimoniais.

Stolowy e Jeny-Cazavan (2001) argumentam que a maioria das regulamentações oferece uma definição conceitual geral dos intangíveis, que é acompanhada de uma lista de itens ou categorias de bens intangíveis. As organizações contábeis, em sua maioria, incluem em suas definições de intangíveis: a promessa de benefícios futuros, a falta de substância física e a natureza não-monetária. A Norma Contábil Internacional (IAS 38) especifica que a empresa pode reconhecer um bem apenas se ele for identificável, controlado e se houver a probabilidade de que benefícios futuros especificamente atribuídos ao bem sejam gerados

para o empreendimento. Uma outra especificação é que os custos possam ser medidos de maneira confiável. Esses critérios de reconhecimento se aplicam tanto aos bens adquiridos quanto aos desenvolvidos pela própria empresa. Se algum bem intangível não satisfizer esses critérios, a IAS 38 exige que tal item seja tratado como custo. A incerteza em relação aos benefícios futuros dos intangíveis, sua singularidade em certas ocasiões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) e a importância da confiabilidade sobre a relevância em sistemas contábeis atuais reduzem a lista de itens reconhecidos como bens intangíveis. Apesar da grande lista de recursos intangíveis relevantes para as organizações, as categorias reconhecidas como bens na área de contabilidade referem-se, principalmente, a intangíveis adquiridos (não gerados internamente): fundo de comércio, pesquisa e desenvolvimento e outros intangíveis identificáveis, como patentes, *software*, licenças, direitos de reprodução ou marcas. Ou seja, bens intangíveis identificáveis podem ser declarados individualmente, e os bens não identificáveis não podem.

Na Perspectiva Econômica (PE), a inclusão do conhecimento como um fator no estudo do crescimento econômico moderno foi aperfeiçoado pelos estudiosos do período pós-Segunda Guerra Mundial, que investigaram as fontes de aperfeiçoamento da produtividade na economia americana. Apesar de os economistas clássicos reconhecerem a importância atribuída aos intangíveis como o principal direcionador do crescimento econômico, tanto na teoria econômica quanto na teoria de crescimento, os estudos têm sido desenvolvidos bem lentamente, e apenas a partir de 1959 (MARR, 2005). Por sua vez, a análise microeconômica tem estado à frente da macroeconomia em relação ao estudo do CI. Estudos microeconômicos focam em questões relacionadas à criação e à manutenção da vantagem competitiva em organizações. Assim, as questões relacionadas à aprendizagem e aos intangíveis tornaram-se particularmente evidentes, em contraste com o entendimento de aprendizagem na teoria neoclássica, que se referia, principalmente, aos ganhos de produtividade no capital humano.

Questões sobre a aprendizagem (organizacional) são fundamentais para a recente economia de CI. A aprendizagem permite que as empresas modifiquem e desenvolvam novas tecnologias, estruturas e práticas operacionais em face das condições econômicas variáveis. Também permite a criação de ativos intangíveis como base para a criação de vantagens competitivas sustentáveis. Cada vez mais, os pesquisadores reconheceram que o conhecimento está frequentemente embutido nos processos e “rotinas” das empresas. Isso sugere que a “co-especialização” dos “ativos complementares” (TEECE, 1986) e das atividades não se refere apenas aos ativos físicos, mas também envolve a interconexão e a ligação próxima entre os ativos físicos e o conhecimento. Nessa perspectiva, os ativos de conhecimento – uma classe de ativos intangíveis – possuem aspectos referenciados pelos economistas como bens públicos: o seu consumo por um indivíduo não reduz a quantidade deixada para outro; isso é especialmente verdadeiro no caso do conhecimento científico.

Como palavras finais, conforme Souza (2005), a produção científica se relaciona com os procedimentos que envolvem e respaldam o processo investigativo, quando demonstra preocupação com as abordagens metodológicas e com as diversas maneiras de interpretar a realidade; como também denota atenção com as várias formas de construção do objeto científico. Nesse sentido, a diversidade de perspectivas sobre o CI, as abordagens metodológicas empreendidas e as variadas estratégias, técnicas e instrumentos utilizados nas pesquisas sobre o assunto justificam estudos epistemológicos, como o que se apresenta.

3 MATERIAL

Como esta pesquisa utiliza a análise documental (documentos publicados em forma de artigos científicos), os materiais avaliados são os periódicos de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com classificação Nacional (A, B e C) pelo *Qualis/CAPES*, no triênio 2007/2009. A seleção da amostra dos periódicos parte da premissa de que estes se configuram como importantes veículos de disseminação da

pesquisa na área contábil-administrativa, por se tratar de revistas com significativo índice de impacto (conforme entendimento vigente da CAPES). Assim, diante da amostra selecionada, a pesquisa restringe a investigação aos fóruns reconhecidos, especificamente na área contábil-administrativa, que apresentam pesquisas sobre CI, com abordagem contábil e econômica.

A pesquisa abrangeu todas as publicações reunidas nos periódicos nacionais pela classificação Qualis/CAPES relacionados às PC e PE do CI, desde 1994, quando surge maior preocupação pelo tema no contexto organizacional, e o conseqüente interesse acadêmico.

Os artigos dos periódicos foram obtidos por meio da busca eletrônica, especialmente por meio da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); nos casos de indisponibilidade dos textos integrais na *internet*, estes foram obtidos nos periódicos impressos.

O critério utilizado para a seleção dos artigos foi baseado na ocorrência das terminologias empregadas para identificar o CI, conforme localizado no título e/ou no resumo dos artigos. Quanto às terminologias utilizadas para identificar os artigos enquadrados na PC, encontra-se recorrência dos termos: tratamento contábil, linguagem contábil, *goodwill*, mensuração, contabilização, evidenciação contábil, demonstrações contábeis, contabilidade, *intangibles accounting* e *accountancy practices*. Quanto às terminologias utilizadas para identificar os artigos enquadrados na PE, encontra-se recorrência dos termos: avaliação, indicadores para avaliação, otimização, controle gerencial, gestão, competências gerenciais, gestão do conhecimento, gerência do conhecimento, apropriação econômica e valor econômico. Ressalta-se que, para garantir maior confiabilidade das inferências deste estudo, os procedimentos adotados incluíram, inicialmente, a análise por um dos pesquisadores e posterior checagem por outros dois pesquisadores, separadamente. Entretanto, como qualquer outro critério de classificação, está sujeito à subjetividade.

Foram identificados 54 artigos sobre CI no período de análise, sendo 16 da PC e 38 da PE. Destaca-se que a REAd foi a fonte que mais publicou artigos sobre CI e a PE, e a RC&F (USP) e a Pensar Contábil (CRC-RJ), sobre

a PC. Torna-se importante, ainda, ressaltar que apesar deste estudo abranger o período de 1994 a 2007, as duas primeiras pesquisas publicadas sobre o CI nas perspectivas analisadas foram: “Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill e do ativo intelectual”, de Almeida e Hajj (1997), no Caderno de Estudos/FIPECAFI, antiga RC&F (USP), e “Desmistificando o Capital Intelectual na Contabilidade”, de Santos (1999), na Revista Pensar Contábil (CRC-RJ).

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Quanto à metodologia, este estudo caracteriza-se como descritivo-exploratório. Descritivo, por apresentar os indicadores das publicações científicas da área de CI com enfoque contábil e econômico; exploratório, por buscar conhecer o estado em que se encontram as pesquisas e o que levará à construção de um panorama sobre essas perspectivas. Para a consecução do objetivo proposto, as técnicas de pesquisa utilizadas são a bibliometria e a análise de conteúdo. A bibliometria, para Macias-Chapula (1998, p. 134), “[...] é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada.” A análise de conteúdo, utilizada para o mapeamento dos artigos, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter indicadores que permitam a geração de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 2004).

Com o intuito de se conhecer alguns dados demográficos dos estudos sobre CI, na etapa do estudo bibliométrico (predominantemente quantitativa), as pesquisas sobre as PC e PE foram separadas e os seguintes procedimentos metodológicos em cada uma das três etapas de análise foram adotados: (1) Na apresentação das características da produção científica em CI, verificou-se a natureza do estudo, considerado teórico (conceitual, ilustrativo ou conceitual aplicado) ou prático (estudo de caso, pesquisa *survey* ou estudo experimental); a abordagem metodológica considerou a dimensão qualitativa, a quantitativa e a qualitativa-quantitativa; a fonte de coleta dos dados considerou dados primários, secundários ou

ambos; a esfera do estudo foi definida entre privada, pública ou ambas, e a nacionalidade considerada foi a brasileira, a internacional, ou ambas, em relação às empresas pesquisadas e ao número de autores por artigo; (2) Na caracterização dos autores mais prolíficos na área de CI verificou-se: os autores mais prolíficos e sua afiliação institucional, a IES com maior número de publicações, e a unidade da federação (UF) com maior vínculo dos autores. Justifica-se a escolha da plataforma *Lattes* (www.lattes.cnpq.br) como fonte de dados sobre os autores (UF, IES e departamento de vínculo) pelo fato de esse banco de dados disponibilizar as informações curriculares dos pesquisadores de forma padronizada. Entretanto, vale ressaltar que a base de dados escolhida apresenta limitações, uma vez que as informações disponíveis são preenchidas pelos próprios autores e não são passíveis de comprovação; e (3) No levantamento das fontes de referência utilizadas nas publicações sobre CI verificou-se: as obras e os autores mais citados nos periódicos, nos eventos nacionais e internacionais e nas teses e dissertações. Para tal, foram consideradas as seguintes etapas: foram verificadas as referências da área de CI utilizadas para a elaboração dos 54 artigos selecionados, em que foram identificadas 553 referências (176 nos artigos da PC e 377 da PE), sendo estas categorizadas em livros, artigos de periódicos, artigos de eventos, teses e dissertações ou outros; na sequência, as referências a artigos de periódicos e de eventos foram dispostas de acordo com a classificação do *Qualis/CAPES* e outros sem classificação; e as referências às teses e dissertações foram dispostas conforme a IES e o departamento aos quais foram apresentadas.

Na etapa do mapeamento, predominantemente qualitativa, os 54 artigos selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo detalhada. Ao longo do processo de leitura e interpretação dos artigos, foram identificados alguns focos importantes de análise. Esses focos serviram de base para a elaboração de uma ficha padronizada, para a análise de conteúdo individual de cada artigo. A ficha padronizada contemplou os seguintes tópicos de busca: definições de CI, o foco (objetivo), indagações suscitadas, evolução do tema ao longo do período

analisado, principais resultados, limitações manifestadas, e novas tendências da área e recomendações sugeridas.

Cumprir esclarecer alguns pontos importantes sobre a etapa do mapeamento: nem todos os artigos se prestaram a fornecer todas as informações referentes aos itens listados na ficha padronizada; e como, até o momento, não foi identificado nenhum levantamento de tal natureza sobre CI, no contexto brasileiro, os enfoques e categorias foram elaborados pelos autores desta pesquisa, com o intuito de repassar conhecimento ao que tem sido pesquisado sobre o tema, apesar de se tratar de um *survey*, principal limitação desta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se os resultados do estudo bibliométrico e do mapeamento das pesquisas, em cada uma das perspectivas analisadas.

5.1 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Os resultados da bibliometria, obtidos pelo levantamento dos dados demográficos, na PC e na PE, são analisados, segundo os aspectos apontados na seção anterior.

5.1.1 Características da produção científica

Quanto à natureza dos estudos, verifica-se que os artigos da PC são especialmente teóricos (60%), predominantemente ilustrativos (100%); já os da PE apresentam uniformidade entre os estudos teóricos (50%) e práticos (50%). Os estudos teóricos são do tipo conceitual aplicado (58%) e ilustrativo (42%), e nos estudos práticos, a predominância recai no estudo de caso, único ou múltiplo (84%), seguido pelo *survey*.

No que se refere à abordagem metodológica e à fonte de coleta de dados utilizada nas pesquisas sobre CI, observa-se que os artigos da PC foram desenvolvidos especialmente com abordagem quantitativa

(50%), e que há equilíbrio entre a utilização não simultânea de fontes primárias e secundárias (demonstrações e outros relatórios contábeis); já na PE, a abordagem é predominantemente qualitativa (53%), sendo os estudos realizados com fontes primárias (68%), basicamente por meio de entrevistas e questionários.

Tanto na PC quanto na PE, nota-se que os estudos, em sua maioria, foram aplicados a amostras consistindo de empresas públicas e privadas; entretanto, na PC, há equilíbrio entre a procedência nacional (50%) e internacional (50%) (Polônia, Portugal e Reino Unido) e na PE, todos os estudos foram aplicados em empresas nacionais.

Sobre a quantidade de autores por artigo, percebe-se que a maior parte dos artigos, tanto da PC quanto da PE, foi desenvolvida por dois autores; entretanto, no caso da PC, esta foi seguida por três autores e na PE, por apenas um autor.

Do exposto, ressalta-se o enfoque epistemológico deste estudo, uma vez que relaciona a pesquisa científica em CI com os procedimentos que envolvem e respaldam o processo investigativo e demonstra preocupação com as abordagens metodológicas (SOUZA, 2005).

5.1.2 Perfil dos pesquisadores

Verifica-se que a autora Ilse Maria Beuren (FURB) se revela como a mais prolífica da PC; os autores Eduardo Kazuo Kayo, Herbert Kimura e Maria Thereza Pompa Antunes apresentam maior produção na PE. Observe-se que a autora Antunes (Mackenzie) é a única que se classifica no *ranking* das duas perspectivas. Ressaltam-se as parcerias firmadas, inclusive interinstitucionais, entre esses autores, entre as quais citam-se: Beuren (FURB) e Colauto (UFMG); Martins (USP) e Antunes (Mackenzie); e Bilich (UnB) e Da Silva (CNPq).

Observa-se que a IES com o maior número de publicações sobre CI é a Mackenzie, SP, independente da perspectiva analisada. É bem provável que isso esteja associado à existência da linha de pesquisa ou área de concentração Finanças Estratégicas do Programa de Pós-Graduação em

Administração da instituição, o qual possui o tema específico Gestão e avaliação de ativos intangíveis. Ressalta-se, ainda, que os autores da área contábil estão vinculados principalmente aos departamentos de Ciências Contábeis (16) e Administração (12); já na área econômica, verifica-se a predominância de autores vinculados à Administração (46), seguido da Engenharia de Produção (6).

Quanto às unidades da federação (UFs) de vínculo dos autores, constata-se o potencial de São Paulo, independente da perspectiva estudada, seguido de outros Estados, entre eles Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina, possivelmente porque essas UFs, notadamente proeminentes, possuem cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração e em Contabilidade.

5.1.3 Perfil das referências utilizadas

Verifica-se que a tese de doutorado de Martins (1972) e o livro de Edvinsson e Malone (1997 – versão em inglês e 1998 – versão em português) foram as obras mais citadas na PC e na PE, respectivamente. Destacam-se os estudos clássicos desenvolvidos por Brooking (1996), Stewart (1998) e Sveiby (1998). Observe-se, entretanto, a influência e/ou responsabilidade da ausência de se separar os trabalhos segundo o olhar sobre o qual o CI é investigado. Por exemplo, as obras de Brooking (1996) e Stewart (1998) exploram o CI sobre uma PE estratégica e não sobre uma PC; como os autores as utilizaram, entretanto, elas foram consideradas. Assim, o estudo estabelecido da noção de CI na perspectiva sobre a qual é utilizada torna-se essencial.

Paralelamente à análise das obras mais citadas, efetuou-se um exame acerca das fontes de referência sobre CI, nas PC e PE, no qual foi possível constatar a utilização de 176 referências na produção dos 16 artigos e a utilização de 377 referências na produção dos 38 artigos analisados, respectivamente. Independentemente da perspectiva, os livros configuram-se como a fonte mais utilizada, sendo 49% para a PC e 47% para a PE. Na sequência, os periódicos foram as fontes mais utilizadas: 20% para PC e 36% na PE. Os artigos publicados em eventos, teses e dissertações

são responsáveis por 22% das fontes na PC e 11% na PE. Diferentemente do esperado pelos autores, verifica-se que a maioria dos artigos publicados em periódicos, citados como referência, independentemente da perspectiva analisada – 53% para a PC e 57% para a PE – foi publicada em periódicos internacionais não classificados pelo *Qualis/CAPES*, por exemplo, *Journal of Accounting, Auditing and Finance* e *American Economic Review*, seguido, na PC, pelos periódicos Nacionais sem classificação (14%) e na PE, pelos periódicos Internacionais B (17%). No caso da PC, observa-se que a maioria dos artigos publicados em eventos utilizados como referência foi publicada em eventos não classificados pelo *Qualis/CAPES*, evidenciando que o tema estudado também é foco de discussão em congressos e seminários ainda sem qualificação – o que talvez ocorra pelo fato de o CI se configurar como um tema emergente. Na PE, os mais citados foram publicados em eventos Internacionais A. Assim, constata-se que independentemente de periódico ou evento, a maioria dos artigos referenciados foram publicados em fóruns internacionais, possivelmente pela maior disseminação do tema no contexto internacional.

5.2 MAPEAMENTO

No mapeamento da produção científica sobre CI com ênfase nas perspectivas analisadas, foram realizadas análises de conteúdo orientadas por uma ficha padronizada para anotações e registros das dimensões epistemológicas consideradas nesta pesquisa. Os resultados do mapeamento, obtidos por meio da análise de conteúdo dos artigos em cada uma das perspectivas, segundo os aspectos apontados na seção 4, são apresentados a seguir.

Na análise dos artigos sobre CI que fazem evidência à PC do assunto, percebe-se a existência de um alinhamento, entre os autores, no que diz respeito aos fundamentos que devem compor uma definição do CI. Nessa perspectiva, o CI é visto como um dos elementos do grupo dos ativos intangíveis (AIs), considerado um recurso com potencialidade de geração de benefícios futuros (SANTOS; SCHMIDT, 2004; COLAUTO;

BEUREN; MEDINA, 2005; COLAUTO; BEUREN, 2005; PEREZ; FAMÁ, 2006; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b). Barros (2007) lembra que esse recurso é obtido exclusivamente dos seres humanos que desenvolvem seu potencial, gerando conhecimento e inovando os objetivos das organizações, transformados em benefícios para as organizações e seus acionistas e proprietários. Patrocínio, Kayo e Kimura (2007), por sua vez, destacam a capacidade dos AIs de geração de riqueza no futuro, a qual em última análise, pode ser avaliada pelo fluxo de caixa descontado, já que eles geram uma expectativa positiva de fluxo de caixa futuro (COLAUTO; BEUREN; MEDINA, 2005). Alguns afirmam que o CI é parte integrante do *goodwill* (ALMEIDA; HAJJ, 1997; ANTUNES; MARTINS, 2002; COLAUTO; BEUREN, 2005; COLAUTO; BEUREN; MEDINA, 2005; CAVALCANTE; CALDAS NETO; ANDRADE, 2006), conceito complexo que há muito tempo é conhecido e estudado pela Contabilidade; outros, entretanto, ressaltam que o CI – principal agente transformador dos bens e serviços no contexto atual – ainda é pouco estudado e discutido pela Contabilidade (OLIVEIRA; BEUREN, 2003). Por fim, em linhas gerais, o CI é tratado no enfoque contábil com um dos responsáveis pelo contraste entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas (ANTUNES; MARTINS, 2002; SÁ, 2003; OLIVEIRA; BEUREN, 2003; REIS, 2005; PEREZ; FAMÁ, 2006; PATROCÍNIO; KAYO; KIMURA, 2007; FERREIRA; SARMENTO; FIJALKOWSKA, 2007; BARROS, 2007). A partir da evidência do CI na PC, pode-se sugerir a seguinte definição: *o CI faz parte do grupo dos AIs, pois apresenta potencialidade de geração de benefícios futuros, representando todo, ou quase todo o goodwill da empresa, sendo, portanto, um dos principais motivos para explicar a diferença entre o valor contábil (valor patrimonial) e o valor de mercado das empresas.* Torna-se importante ressaltar que: praticamente todas as pesquisas enquadradas neste estudo na PC efetivamente adotam e trabalham na investigação com essa afiliação teórica; e o conhecimento sobre CI na PC entre os pesquisadores brasileiros e os internacionais (que informaram a literatura apresentada na seção 2) encontram-se em estágios diferentes.

Nos artigos voltados à PE, as definições de CI próprias dos autores tratam o CI como um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas, destacando sua importante característica econômica (ANTUNES; MARTINS, 2002; REIS, 2005; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b; PATROCÍNIO; KAYO; KIMURA, 2007). Muitos autores destacam que os AIs, como por exemplo o CI, estão se transformando em um dos principais fatores de vantagem competitiva para as empresas (OLIVEIRA; BEUREN, 2003; KAYO et al., 2006a; KAYO et al., 2006b; FURLANETTO; OLIVEIRA, 2006; ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b), porque, como comentam Perez e Famá (2006), esses são ativos singulares, cujas características únicas poderiam permitir a diferenciação entre elas. Para que haja o desenvolvimento e o acúmulo do CI, os autores dos artigos com enfoque econômico advertem para a necessidade da sinergia entre as pessoas (detentoras do conhecimento) e o ambiente organizacional (ANTUNES; MARTINS, 2007a; ANTUNES; MARTINS, 2007b), destacando que as organizações podem obter vantagens competitivas por meio de uma gestão voltada para o conhecimento (GONÇALVES FILHO; GONÇALVES, 2001; BARBOSA; GOMES, 2002; SABBADINI; FERREIRA FILHO, 2006; FURLANETTO; OLIVEIRA, 2006; COLAUTO; BEUREN, 2006; GOLDONI; OLIVEIRA, 2007; GALAS; BARROS; IPIRANGA, 2007). A partir da evidência do CI na PE, pode-se sugerir a seguinte definição: *o CI, por meio do conhecimento e da aprendizagem organizacional, é capaz de promover a criação de valor organizacional e consequente vantagem competitiva, o que vem por configurá-lo como um impulsionador do crescimento econômico.*

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral da pesquisa consistiu em realizar um estudo epistemológico da produção científica sobre as Perspectivas Contábil (PC) e Econômica (PE) do Capital Intelectual (CI) – desde o aparecimento do tema

em 1994 – a partir de um estudo bibliométrico e de um mapeamento dos artigos publicados nos periódicos nacionais, classificados pelo *Qualis/CAPES*.

Quanto aos dados demográficos do estudo bibliométrico, despertou a atenção dos autores de forma positiva, pois confirmou a expectativa destes, o fato de os estudos teóricos terem superado, em quantidade, os estudos práticos, na PC, e serem equivalentes na PE: o referencial teórico sinalizou a existência de diferentes visões e interpretações de CI; nesse sentido, esperava-se encontrar um maior número de artigos devotados a reflexões teóricas, o que ocorreu. Quanto ao mapeamento do conteúdo dos artigos, despertou a atenção dos autores o fato de que o conhecimento sobre CI entre os pesquisadores brasileiros e os pesquisadores internacionais, na PC, encontrar-se em estágio diferente e na PE encontrar-se alinhado; a afiliação teórica que informa os pesquisadores brasileiros apresenta menor dispersão conceitual na PC do que na PE.

Do exposto, ressalta-se que na análise das semelhanças e diferenças das características metodológicas e no enfoque das produções científicas enquadradas nas PC e PE, identificou-se que elas apresentam peculiaridades marcantes, tanto no exame bibliométrico quanto no mapeamento, ratificando a relevância deste estudo, o qual observa a natureza multidimensional do tema. Entretanto, torna-se importante evidenciar que, por se tratar de um *survey*, principal limitação da pesquisa, sugere-se para futuros estudos: ampliar a amostra incluindo a análise de teses e dissertações; e verificar possíveis similaridades ou divergências das características das publicações sobre CI em periódicos nacionais de Economia, classificados pelo *Qualis/CAPES*.

Apesar das limitações, acredita-se que a análise epistemológica realizada em publicações nacionais sobre as PC e PE do CI promoveu uma discussão introdutória sobre o assunto, e que seus achados apresentam contribuição acadêmica que poderá servir de referência não apenas para iniciantes, mas também para pesquisadores estabelecidos, que venham se interessar pela pesquisa na área de CI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. M.; HAJJ, Z. S. Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do goodwill e do ativo intelectual. **Caderno de Estudos**, São Paulo: FIPECAFI, v. 9, n. 16, p. 66-83, jul./dez. 1997.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: FEA/USP, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.

ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-21, jan./abr. 2007a.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Gerenciando o capital intelectual: uma abordagem empírica baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, ano 55, v. 13, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2007b.

BARBOSA, J. G. P.; GOMES, J. S. Um estudo exploratório do controle gerencial de ativos e recursos intangíveis em empresas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 29-48, maio/ago. 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, L. P. S. A importância do capital intelectual nas organizações e os desafios da contabilidade para demonstrar a criação de valor de natureza intangível. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro: CRC-RJ, v. 9, n. 36, p. 14-19, abr./jun. 2007.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CAVALCANTE, P. R. N.; CALDAS NETO, C.; ANDRADE, G. M. Capital intelectual e goodwill: ativos intangíveis de difícil mensuração. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro: CRC-RJ, v. 8, n. 33, p. 20-25, jul./set. 2006.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Avaliação do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 85-101, maio/ago. 2005.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M.; MEDINA, E. A. M. A tridimensionalidade da linguagem contábil na mensuração de ativos com ênfase na avaliação do capital intelectual. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 1-26, set. 2005.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Proposta para avaliação da gestão do conhecimento em uma empresa comercial. **Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 67-77, maio/ago. 2006.

FERREIRA, L.; SARMENTO, M.; FIJALKOWSKA, J. Intangibles accounting: a comparative study between Portugal and Poland. **Revista ANGRAD**, São Paulo, v. 8, p. 93-107, jan./mar. 2007.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Objectives of financial reporting by business enterprises**. Statement of financial accounting concepts. CT: FASB, 1978.

FURLANETTO, A.; OLIVEIRA, M. Fatores estratégicos para implantação de projetos de gestão do conhecimento. **Revista Gestão & Produção**, v. 4, n. 4, p. 37-53, set./dez. 2006.

GALAS, E.S.; BARROS, F. S. O.; IPIRANGA, A. S. R. Gestão do conhecimento em uma instituição pública de pesquisa: um estudo no centro de informações tecnológicas e comerciais para fruticultura tropical. **Revista Eletrônica de Administração**, ano 55, v. 13, n. 1, jan./abr. 2007.

GOLDONI, V.; OLIVEIRA, M. Indicadores para a gestão do conhecimento na visão de especialistas. **Revista Eletrônica de Administração**, ano 57, v. 13, n. 3, set./dez. 2007.

GONÇALVES FILHO, C.; GONÇALVES, C. A. Gerência do conhecimento – desafios e oportunidades para as organizações. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo: FEA/USP, v. 8, n. 1, jan./mar. 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Framework for the preparation and presentation of financial statement**. London: IASB, 1989.

JAPIASSU, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

KAUFMANN, L.; SCHNEIDER, Y. Intangibles: a synthesis of current research. **Journal of Intellectual Capital**, Bradford, v. 5, n. 3, p. 366-388, 2004.

KAYO, E. K. et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul./set. 2006a.

KAYO, E. K. et al. Os fatores determinantes da intangibilidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 112-130, set./dez. 2006b.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; BASSO, L. F. C. Avaliação de ativos intangíveis e analytic hierarchy process: um ensaio sobre a hierarquização dos direcionadores não-financeiros de valor. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 3, n. 3, p. 230-241, set./dez. 2005.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MARR, B. **Perspectives on intellectual capital**: multidisciplinary insights into management, measurement, and reporting. Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

MARTINS, G. A. **Epistemologia da pesquisa em administração**. 1994. 110 p. Tese (Livre Docência)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARTINS, G. A. Epistemologia da pesquisa em administração. 1996. In: ASSEMBLÉIA ANUAL CLADEA, 31., 1996, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, 1996.

OLIVEIRA, J. M.; BEUREN, I. M. Tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: FEA/USP, n. 32, p. 81-98, maio/ago. 2003.

PATROCÍNIO, M.R.; KAYO, E. K.; KIMURA, H. Aquisição de empresas, intangibilidade e criação de valor: um estudo de evento. **Revista de Administração**, São Paulo: FEA/USP, v. 42, n. 2, p. 205-215, abr./jun. 2007.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: FEA/USP, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

REIS, L. G. As dificuldades de mensuração e conseqüente divulgação nas demonstrações contábeis do capital intelectual: uma reflexão teórica. **Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 16, n. 2, maio/ago. 2005.

SÁ, A. L. Ativo intangível e garantia do capital. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro: CRC-RJ, ano 6, n. 19, p. 31-33, fev./abr. 2003.

SABBADINI, F. S.; FERREIRA FILHO, E.P. Teoria da criação do conhecimento organizacional aplicada a uma indústria de bebidas. **Revista Eletrônica de Administração**, ano 8, v. 7, n. 1, jan./jun. 2006.

SANTOS, A. Desmistificando o capital intelectual na contabilidade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro: CRC-RJ, n. 5, ago./out. 1999.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. Análise e evidenciação contábil da propriedade intelectual. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 15, n. 1, jan./abr. 2004.

SOUZA, I. G. A. **Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no programa do mestrado multiinstitucional em ciências contábeis**. 2005. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)–Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional, UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Recife, 2005.

STOLOWY, H.; JENY-CAZAVAN, A. International accounting disharmony: the case of intangibles. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 14, n. 5, p. 477-496, 2001.

TEECE, D. Profiting from technological innovation. **Research Policy**, v. 15, n. 6, p. 285-305, 1986.

VON KROGH, G.; ROOS, J. **Organisation epistemology**. London: Macmillan Press, 1995.

MULHERES COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR AO CÔNJUGE: INFLUÊNCIAS NO CASAMENTO

Aline Cviatkovski*
Michele Gaboardi Lucas**

Resumo

Por meio deste trabalho, buscou-se refletir sobre a influência gerada no casamento em razão da remuneração da esposa ser superior à do esposo. O objetivo foi analisar a relação conjugal quando a remuneração da esposa é superior à do seu esposo, investigar as influências no relacionamento, explorar os sentimentos do casal e identificar os fatores que influenciam no relacionamento do casal. Esta pesquisa é qualitativa, descritiva e exploratória; foi utilizada como técnica para análise e interpretação dos dados a análise de conteúdo, dados esses obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Os participantes entrevistados foram quatro casais de um município do Oeste catarinense, em que a esposa possui a remuneração superior à do cônjuge. Comenta-se sobre as mudanças que ocorreram com o passar do tempo, a evolução que as mulheres tiveram, tanto pessoal quanto profissionalmente, bem como as modificações que aconteceram no casamento. Como resultado, pôde-se perceber que as influências causadas pela remuneração superior da esposa variam de casal para casal; esse fator é visto de diferentes maneiras, de acordo com a organização e a estruturação familiar que possuem.

Palavras-chave: Casamento. Influência. Remuneração.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta alguns tópicos que estão sendo debatidos na atualidade, assuntos esses que estão modificando a sociedade, fazendo quebrar crenças e tabus que ainda estavam inseridos no dia a dia, como o homem não ser mais visto como o único provedor da família. Hoje

* Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; aline_cvi@hotmail.com

** Psicóloga, Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; opmichele@hotmail.com

em dia os relacionamentos estão mudados, sejam as relações conjugais, as questões familiares e as de trabalho. No decorrer dos anos o olhar se modificou, principalmente, quando falamos de casamento e trabalho.

Este trabalho trata sobre a remuneração da esposa ser superior à do esposo e a possível influência que isso traz ao casamento. Cada casal reage de uma forma; muitos casais se sentem bem, pois é possível que os dois se satisfaçam profissionalmente e a remuneração dela ser maior não implica e nem modifica nada na relação conjugal, já em outras situações, a remuneração da esposa ser superior à do seu esposo, faz com que ele se sinta submisso e dependente.

Neste artigo, é comentado sobre a história da mulher e sobre as mudanças que ocorreram no casamento. É possível rever como a mulher era tratada há alguns anos, e como ela é vista atualmente, visualizar seu crescimento pessoal e profissional no decorrer dos anos. Já, referente ao casamento, é comentado sobre as mudanças que ocorreram com o passar do tempo, como a organização familiar se modificou, desde arranjos simples, e até sobre quem é o principal responsável pelo sustento da casa.

O objetivo principal é analisar a relação conjugal quando a remuneração da esposa é superior à do seu esposo. Os objetivos específicos são investigar as influências no relacionamento, explorar os sentimentos do casal sobre a remuneração da esposa ser superior à do esposo, e identificar os fatores que influenciam no relacionamento do casal. A pesquisa baseou-se em uma das linhas de pesquisa do Curso de Psicologia – Processos Comportamentais e Desenvolvimento Humano – tendo como problema de pesquisa, se a mulher ganhar uma remuneração superior ao seu cônjuge, isso influencia na relação conjugal?

Por mais que esse assunto possa parecer simples, é necessário investigá-lo com atenção, pois as crenças que estão presentes na nossa sociedade em relação à remuneração do esposo e da esposa podem impactar nos cônjuges envolvidos de diferentes formas, principalmente, quando a esposa tem a remuneração maior que a de seu esposo.

2 CASAMENTO

O casamento vem passando por várias mudanças, ele já não tem mais a mesma formatação que tinha anos atrás. O mundo está mudando, os comportamentos das pessoas estão mudando, conseqüentemente, o casamento e as formas de relacionamento também estão modificando a forma de se estabelecer. A visão de mundo já não é a mesma do passado, as estruturas familiares não são mais iguais, as pessoas estão pensando de uma maneira diferenciada, e as mudanças que mais são visualizadas atualmente são as em relação às mulheres.

Giddens (2005) diz que alguns fatores que se encontravam no casamento de 30 anos atrás ainda permanecem intactos nos casamentos atuais, uma dela é a visão que o homem e a mulher têm sobre o casamento; essa visão continua parcialmente a mesma, as mulheres casam para viver uma vida amorosa, já os homens casam para constituir uma família. Mas muitas coisas já mudaram, como, por exemplo, apenas o homem poderia trabalhar fora e a mulher deveria ser submissa ao seu marido. Hoje, os dois podem trabalhar fora e a questão da submissão da mulher está menos acentuada.

A expectativa que os novos cônjuges tinham sobre o casamento é diferente da que se tem agora. Lins (2012) comenta que as mulheres ficavam satisfeitas com a união, quando o homem era chefe de casa e bem-sucedido financeiramente e profissionalmente. Antigamente quando um homem e uma mulher se casavam, quem comandava a casa era o homem, a mulher era apenas a dona de casa. Mulher ideal era aquela que apenas cuidava dos filhos, limpava a casa e se submetia aos desejos do marido.

Quando dois indivíduos iniciam uma vida conjugal, segundo Guimarães (2010), acontecem mudanças e estas são a base para a construção da nova família que está se formando. Nos primeiros dias, muitas vezes, é discutido e comentado sobre o funcionamento e o andamento da casa, dos afazeres e, principalmente, dos gastos, e em que o dinheiro vai ser utilizado. Muitas vezes, essas questões nem são discutidas, mas acabam se organizando de acordo com as necessidades

do dia a dia do casal. Sem ocorrer um debate podem aparecer dificuldades em relação a vários pontos, inclusive a respeito das questões financeiras.

Diniz (1996) comenta que, apesar de os trabalhos de casa ser divididos, sempre um dos cônjuges acaba fazendo mais, assumindo a liderança dos trabalhos domésticos. Tudo depende dos compromissos que os cônjuges precisam assumir como faculdade e filhos. Pode-se dizer que uma dupla carreira exige um nível maior de aperfeiçoamento, o que necessita de mais estudos e acaba ocasionando um acúmulo de compromissos, como trabalho fora de casa, trabalhos domésticos e estudos (graduação e pós-graduação, mestrados). Assim, os indivíduos necessitam de uma flexibilidade maior para poder lidar com tudo sem machucar o cônjuge ou atrapalhar o casamento. Algumas vezes, o parceiro que não tem esse compromisso extra, pode se sentir inferior, ou até abandonado pelo outro parceiro.

O casamento, segundo Lins (2012), está relacionado com a satisfação do casal, fator que hoje em dia, está difícil de medir. Com as mulheres trabalhando fora de casa e conquistando sua independência, é necessário que elas abram mão de certas atividades que até tempos atrás eram desempenhadas por elas, como os cuidados com a casa, com os filhos e os benefícios oferecidos os maridos. A independência financeira da mulher faz com que o casamento mude seu rumo, e os cônjuges desempenhem papéis diferenciados, principalmente a mulher que conquistou sua identidade e poder.

2.1 MULHERES E SUA INDEPENDÊNCIA

De acordo com Souza, Baldwin e Rosa (2000), na época da colonização do Brasil, as mulheres eram vistas de duas formas, mão de obra, com muita força, vontade de trabalho, e também como objeto sexual, principalmente as mulheres africanas e as indígenas. Já quando se tratava das mulheres portuguesas que vieram junto com seus maridos para colonizar, elas eram consideradas incapazes de fazer o que os homens faziam, elas eram ensinadas a ser uma boa esposa e deveriam apenas saber

cuidar da casa, dos filhos e aceitar as relações extraconjugais que seus maridos mantinham com outras mulheres. Elas não podiam aprender a ler e a escrever, pois, segundo os homens, elas não precisavam disso para sobreviver.

Quando a mulher vai para o mercado de trabalho, apesar de se submeter a jornadas de trabalho sem ter a remuneração merecida, segundo Fischer (2002), as mulheres continuavam no emprego para criar sua história como assalariadas e continuarem mudando os valores que, até então, eram seguidos. Essas mulheres eram exploradas pelos patrões, mas, mesmo assim, seguiam com o trabalho que tinham. Atualmente, as mulheres estão se valorizando mais na questão de emprego, elas buscam formação, estudos, fazem faculdade, pós-graduação, mestrado, doutorado, estão, cada vez, mais assumindo espaços que até algumas décadas atrás eram exclusivos para os homens.

Segundo Bruschini (1995), as mulheres cresceram dentro do mercado de trabalho a partir da década de 1980, período em que elas começaram a ser valorizadas, e época em que o custo de vida aumentou e o homem sozinho trabalhando fora já não conseguia sustentar a família. Isso fez com que as mulheres também procurassem emprego, para ajudar o esposo a sustentar a casa ou manter o sustento da família sozinhas.

Fischer (2002) comenta que as mulheres já se tornaram as provedoras do lar e começaram a demonstrar a importância que sua remuneração tem no sustento da casa e dos filhos. Elas construíram sua própria identidade e desenvolveram o seu poder sobre a casa, fato que até algum tempo atrás era desconhecido.

Mas nem todos os cônjuges são iguais; alguns esposos apóiam suas esposas para o seu desenvolvimento profissional, outros preferem ter sua esposa em casa para desempenhar o papel no lar, alguns não aceitam que sua mulher esteja financeiramente melhor que ele. Como cada casal é diferente, as influências que a remuneração superior da mulher tem no casamento também são diferenciadas, de acordo com cada estrutura familiar e relacionamento que o casal possui. Alguns podem visualizar

a remuneração superior de uma maneira, enquanto outros perceber de outra forma, tudo é de acordo com a estrutura do casal.

2.2 INFLUÊNCIAS NO CASAMENTO

Atualmente, os casais não são mais os mesmos de antigamente; a estrutura familiar está mudada, pois existem vários fatores que fazem com que o casamento seja diferente. Anos atrás eram os homens que trabalhavam fora para o sustento da família, mas com o passar do tempo as mulheres também saíram de casa para trabalhar e ganhar o seu próprio dinheiro. Hoje em dia, algumas mulheres têm remunerações maiores que seus maridos e, muitas vezes, são somente elas que trabalham fora. Essa questão de ela ter remuneração superior que ele pode afetar o relacionamento dos dois, dependendo do entendimento que ambos têm sobre o assunto.

Diniz (1996) comenta que depois que as mulheres foram reconhecidas e passaram a trabalhar fora de casa, com boa remuneração, muitas vezes, maior que a dos seus maridos, a satisfação no casamento está diminuindo. Para muitos casais, a mulher estar trabalhando fora é um ponto negativo para a construção da vida conjugal. Para muitos casais além de a esposa trabalhar fora também entra a questão da dupla carreira, que é quando a esposa toma conta do lar e possui uma profissão, um emprego que necessita de energia e disposição para desenvolvê-los e acaba não tempo para as intimidades do casal.

De acordo com Diniz (2009), os papéis na família se modificam, homens e mulheres estão exercendo os mesmos papéis dentro de casa, ou, muitas vezes, até trocados. O homem cuida dos afazeres de casa, dos filhos e a mulher passa o dia todo fora de casa, trabalhando e estudando, fazendo novos cursos para se estabelecer profissionalmente e financeiramente. A mulher está a cada dia mais sendo vista e reconhecida e os seus esposos, muitas vezes, entendem que, como eles, elas também precisam de reconhecimento e sucesso profissional. Os esposos estão mais flexíveis em relação ao serviço doméstico e à independência financeira da

mulher, comentando até que se elas não trabalhassem fora de casa não teriam alcançado o que têm hoje, como, por exemplo, os bens materiais.

Quando duas pessoas se casam, atualmente, elas não são apenas cônjuges, mas também sócios, pois, como Giddens (2005) coloca, as mulheres estão trabalhando fora, ajudando o marido a sustentar a família. Tudo isso resulta da globalização em que estamos vivendo, sempre querendo mais, e os dois cônjuges precisam trabalhar para conseguir viver bem, com algumas regalias. Em alguns casos o casamento já é considerado como uma empresa na qual os cônjuges precisam contribuir tanto financeiramente quanto com o lado afetivo para que a empresa gere lucro.

Com o passar do tempo o casal aprende a unir as remunerações, dividir e gastar juntos. Segundo Guimarães (2010), com a mulher trabalhando, a remuneração do marido vai para pagar as contas e segura para os gastos próprios e o salário dela, uma parte vai para contas conjuntas, para terem uma prevenção e também para comprarem novos imóveis, e a outra parte fica para os gastos dela mesma. Uma parte do dinheiro também é guardada para ser utilizada pelo casal em jantares e intimidades para a manutenção do casamento. Quando um dos cônjuges não tem acesso ao dinheiro, este se torna dependente e não consegue construir a sua identidade financeira.

O casamento relacionado com a independência da mulher pode gerar para muitos casais desconforto, pois as esposas recebem mais que os esposos, deixando de lado aquele rótulo de que o homem precisa ser o provedor da casa. Mas, diferentemente, para outros casais, esse mesmo fato pode não influenciar, ou, ainda, melhorar o relacionamento do casal, pois podem ter mais momentos de lazer em razão das condições financeiras favoráveis para investir na relação conjugal.

3 MÉTODO

As abordagens de pesquisa utilizadas no decorrer do trabalho foram a qualitativa, a descritiva e a exploratória, estas buscam maior

conhecimento do tema abordado, identificando os fatores relevantes para serem relacionados com as informações obtidas por intermédio das entrevistas com os casais. A análise utilizada foi a de conteúdo; segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo, busca conhecimentos variáveis, como psicológicos, sociais e históricos, busca mensagens particulares a respeito do assunto comentado por meio de indicadores construídos.

A população pesquisada foi de quatro casais; a esposa apresentava remuneração superior que à do seu esposo, com uma diferença salarial de um salário mínimo, no momento da pesquisa equivalente a R\$ 724,00. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada com 14 questões, sendo respondida no mesmo momento com ambos os cônjuges. Considerando que se tratava de pesquisa descritiva, pôde-se analisar as expressões não verbais com as falas; para que isso fosse possível, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para serem analisadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir das entrevistas, pôde-se realizar a análise de conteúdo, observando os pontos relevantes de cada casal, associando com o referencial teórico. Acrescentam-se na análise alguns pontos que chamaram a atenção durante a entrevista, considerando as informações fornecidas durante a pesquisa. Em seguida, para a melhor compreensão da análise, é apresentado breve um resumo sobre a organização de cada casal e a composição familiar:

- a) Casal 1: Casados há 10 anos, com dois filhos, ele com 39 anos e ela com 33 anos. A esposa passou a ter a remuneração superior ao esposo três anos atrás. Os cônjuges não possuem formação de nível superior completo, mas o esposo está no último ano da graduação, e ela possui ensino médio completo e cursos profissionalizantes;

- b) Casal 2: Juntos há 5 anos, sem filhos, esposa com 25 anos e esposo com 32 anos. A esposa sempre teve a remuneração maior que o esposo; ela é formada em curso superior e ele em curso técnico;
- c) Casal 3: Casados há 10 anos, com dois filhos, os dois com 37 anos. A partir do sexto ano de casamento a esposa passou a ter maior remuneração em relação à do esposo. Ambos os cônjuges são formados no ensino superior;
- d) Casal 4: Casados há 7 anos, sem filhos, ela com 27 anos e ele com 34 anos. Ela graduada no ensino superior e com uma especialização iniciada, o esposo com o ensino médio incompleto. A esposa sempre teve a remuneração superior à do esposo.

Para realizar a interpretação dos dados, as respostas foram divididas em categorias, possibilitando a melhor qualificação e análise dos dados. As categorias possibilitam aos pesquisadores organizar as informações a serem repassadas para o leitor, de forma compressiva, podendo atrair sua atenção e podendo gerar curiosidade sobre o assunto. As categorias estabelecidas foram: influências no casamento, sentimentos do casal e fatores que influenciam.

4.1 INFLUÊNCIAS NO CASAMENTO

A primeira categoria apresenta as influências no casamento. Sobre esse assunto, pôde-se considerar tudo o que faz com que o casal mude de atitude, ou simplesmente causa um descontentamento nos cônjuges. Essas influências podem ser tanto positivas quanto negativas.

Segundo relatos do Casal 1, o dinheiro não é de um ou outro, mas, sim, o dinheiro das remunerações são dos dois, ele é utilizado para a família. As contas são divididas; relatam que sempre foi assim, o que

mudou agora é que o casal pode comprar coisas melhores, a partir do salário dela ser maior. Um exemplo está na seguinte fala da esposa 1, “Antes ia e pegava um achocolatado, hoje tu vai dá o melhor, vai lá e pega um melhor.” (informação verbal). Para Fischer (2002), as mulheres começaram a fazer a diferença nas contas da casa, pois por meio da remuneração que recebem com seu trabalho, elas conseguem ajudar o marido a pagar as contas do mês e até a comprar outros móveis e imóveis.

Nesse caso, pode-se verificar que as influências geradas pela remuneração da esposa ser superior à do esposo são positivas, pois por intermédio dessa remuneração os cônjuges puderam melhorar a qualidade de vida do casal, podendo comprar produtos melhores, investir em mais bens para a família, como eles mesmos socializaram que adquiriram um apartamento.

Já no Casal 2, as influências que foram observadas foi a questão de a esposa tomar as iniciativas em relação às decisões que seriam realizadas pelo casal. Uma frase relevante para demonstrar essas influências está descrita na fala da esposa 2: “Eu decido, vamos lá e no fim eu passo o cartão de crédito também [...]” (informação verbal). Para Fischer (2002), a partir do episódio das esposas começarem a receber maiores remunerações que os esposos as mulheres foram vistas como provedoras do lar com os maridos, podendo ter maior contribuição nas contas, ou até mesmo total comando e responsabilidade sobre elas.

Nesse segundo casal, percebe-se que a mulher não é apenas aquela que auxilia o esposo nas despesas da casa, mas aquela que coordena como será o pagamento das contas, a sua remuneração paga a maioria das contas; o esposo apenas repassa uma pequena parcela de sua remuneração para o pagamento das despesas. Ela assumiu toda a responsabilidade da casa, exercendo o papel de provedora do lar e seu esposo papel de contribuinte.

No Casal 3, o esposo possuía uma remuneração maior quando casaram, em razão de ela estar iniciando a carreira, e ele estar estabilizado em um emprego na área de sua formação acadêmica. Após seis anos de casamento, ela passou a ter uma remuneração superior, isso fez com

que ele ficasse incomodado, pois como o esposo mesmo fala: “Me senti um pouco incomodado, afinal, culturalmente os homens são o ‘esteio’ (significado: amparo) da família, e isto constitui também o econômico.” (informação verbal). Segundo Lins (2012), a organização familiar de patriarcado foi passando de geração em geração durante muito tempo, sendo sempre considerado o esposo como superior, dominador e provedor. Atualmente, a sociedade mudou, o sistema patriarcal não predomina mais na sociedade, mas ainda alguns casais vivem dessa forma, ou enfrentam algumas dificuldades para mudar sua forma de pensar e agir diante da situação.

Em alguns casos quando existe uma resistência sobre a remuneração superior da esposa, o esposo utiliza-se da dominação do dinheiro, sendo ele que organiza e paga as despesas da casa, guardando em contas conjuntas o que sobra, para ainda exercer o papel administrador. Segundo Guimarães (2010), o homem, que estava acostumado a ser o provedor da casa, mesmo tendo a remuneração inferior que a da esposa, continua administrando as finanças, mostrando que eles entendem mais sobre investimentos e se mantendo em papel importante na família e, principalmente, na relação conjugal.

Segundo o Casal 3, não importa mais quem tem remuneração superior, o que importa é que as contas sejam pagas e que a família se mantenha bem podendo investir em bens. Os autores Souza, Baldwin e Rosa (2000) dizem que a demonstração de negação do esposo sobre a maior remuneração da esposa está ligada aos tempos passados, em que a esposa era submissa ao esposo, acatando às ordens e vivendo à maneira dele. Quando ele percebeu que não seria dessa forma, pois a esposa estava profissionalmente e financeiramente estabilizada, bate um repentino incômodo em relação às mudanças que poderiam acontecer a partir disso.

O Casal 4 comenta, por sua vez, que o que importa para eles é trabalhar para conseguir construir sua vida conjugal, e que a remuneração de um ser maior que a do outro não influencia no casamento, o que pode ser visualizado na fala do esposo 4: “Nós entendemos que o dinheiro que recebemos ele é um só. Independente de qual salário está sendo pego o

dinheiro para pagar tal conta [...] (informação verbal).” E também pode ser observado na fala da esposa 4: “Nossas despesas não são divididas, então, achamos que por este fato fica mais fácil de ter uma relação tranquila, não existe a comparação que no final do mês um sobrou mais que o outro, sabemos que se guardarmos algum valor é dos dois” (informação verbal). Segundo Guimarães (2010), os casais em que ambos os cônjuges se dedicam à vida profissional, além da vida conjugal, gerenciam de uma maneira diferente o dinheiro das remunerações, fazendo planos sobre seu futuro desde o namoro, conseguindo administrar o dinheiro de forma que os dois contribuam nas despesas da casa, podendo armazenar uma quantia para a segurança, o conforto e o lazer do casal.

Nesse casal, percebe-se que os dois estão estimulados a seguir uma carreira, tendo ou não uma formação em ensino superior. Buscam um futuro melhor, sem privilegiar quem possui a remuneração maior; o dinheiro restante no final de cada mês é guardado para futuros investimentos para o casal. Dessa forma, pode-se visualizar que para eles as remunerações ficam juntas e depois são pagas as despesas fazendo com que o casal não perceba quem paga determinada conta, assim, acabam não percebendo quem paga mais.

4.2 SENTIMENTOS DO CASAL

A segunda categoria está relacionada com os sentimentos do casal em relação à remuneração superior da esposa, buscando expor os sentimentos dos cônjuges sobre o assunto em questão.

O Casal 1 comenta que ela ter uma remuneração maior que ele gera uma melhora na qualidade de vida da família, possibilitando a eles ficar mais tempo juntos, desfrutando do trabalho semanal, podendo adquirir mais bens, pois a esposa se igualou ao marido no salário e agora está com a remuneração superior. Isso pode ser visualizado no comentário do esposo: “Eu não tenho vergonha que ela ganha mais, pra mim é bom, melhorou a nossa vida.” (informação verbal). Segundo Guimarães (2010), os casais necessitam se estabelecer financeiramente para alcançar um

investimento e um futuro confortável, possibilitando viagens para o casal. Assim, pôde-se verificar que esse casal busca estabilidade financeira, para isso os dois trabalham. E a questão de a esposa ter a remuneração maior que ele não importa, pois o objetivo dos dois é o mesmo, o importante é alcançar o que almejam. Quem possui a remuneração maior é um fator irrelevante para o casal.

Para o Casal 2, o sentimento de dependência da família em relação ao esposo, se transfere para a esposa; ela assumiu as contas da casa, ela que administra o dinheiro e as contas, o esposo ainda não assumiu nenhuma responsabilidade quanto a isso. Até alguns meses atrás, a esposa era gerente do esposo, e, por incentivo dela, ele passou a trabalhar em outra empresa na qual sua remuneração aumentou. Segundo Lins (2012), geralmente, o homem é forte, não tem oportunidade de relaxar e nem de ficar doente e, quando criança, era protegido e cuidado pela mãe. O homem também tem mais resistência a se entregar a uma paixão, mas quando se entrega, muitas vezes, visualiza na esposa, o papel da mãe, de cuidadora e atenciosa, associado ao papel de mulher, gerando, então, certa dependência com a esposa, sem conseguir se libertar e se sustentar sozinho.

O esposo do Casal 3, após perceber que sua esposa possuía uma remuneração superior à dele, sentiu receio em virtude do que poderia acontecer com a autonomia financeira da esposa, situação esta retratada na fala do esposo: “[...] fiquei mais constrangido, emburrado, como posso te dizer, com receio do que poderia acontecer depois desta vida econômica mais autônoma dela [...]” (informação verbal). Pôde-se perceber que o esposo a partir da remuneração superior da esposa, passou a ter medo do que poderia acontecer com sua relação conjugal, com o comportamento de sua esposa e como ele seria visto por ela e por seus filhos. Com o tempo o esposo começou uma nova formação, em busca de uma remuneração maior, para que em um futuro próximo ele possa aumentar sua renda e quem sabe voltar a ter um salário superior ao cônjuge. Esse fato demonstra que o esposo ainda não está completamente adaptado à situação, ainda há pontos para serem analisados e repensados enquanto casal.

Para os cônjuges do Casal 4, a esposa ter a remuneração superior não gerou mudanças nos sentimentos do casal e pode ser demonstrado a partir do que o esposo comenta: “[...] o fato de ter uma remuneração menor não muda a maneira de se sentir, seria a mesma coisa que se eu recebesse mais que ela.” (informação verbal). Conforme comenta o casal, o importante é que as dívidas sejam quitadas, como está explícito na fala do esposo “...importante é que todas as contas sejam pagas.” (informação verbal). Segundo Giddens (2005), atualmente, para que os casamentos deem certo é necessário além do amor, da cumplicidade e do respeito, estabelecer uma parceria entre os cônjuges, devem levar o casamento como uma instituição em que os dois são sócios e precisam colaborar para que ela dê certo.

Nesse casal, percebe-se a sociedade citada por Giddens (2005), pois como já comentado, eles juntam o dinheiro para o pagamento das despesas e depois guardam o que sobra para benefícios ao casal, o que pode ser comparado com uma instituição que trabalha em prol de lucros e crescimento para a empresa e não apenas para benefícios de um dos seus associados.

4.3 FATORES QUE INFLUENCIAM

A terceira categoria se refere aos fatores que influenciam no relacionamento conjugal, principalmente, em relação à esposa ter a remuneração superior ao cônjuge. Acredita-se que um fator importante a ser considerado, é o fato de observar quando a esposa passou a ter a remuneração superior ao cônjuge, se foi antes do casamento, ou se ela passou a ter a remuneração maior que o esposo após algum tempo de casamento. Esse fato pode ser visualizado nos quatro casais, porém, cada um reagiu de uma maneira, de acordo com a estrutura familiar e de como aconteceram essas mudanças.

O Casal 1 comenta que o aumento de salário dela foi gradual e que não sentiram quando ela teve essa diferença de remuneração, e a partir do aumento de salário da esposa, podem sair mais vezes juntos,

passar dias diferentes juntos. Conforme comenta Diniz (2009), a situação financeira é importante no desenvolvimento de um casal. Esse fator está sendo considerado pelos casais, pois para conseguir um futuro melhor, precisam de dinheiro e trabalho. Sobre isso, considera-se o que a esposa do Casal 1 comenta: “Se você tá bem no financeiro parece que as coisas ficam melhor.” (informação verbal). Na maioria das vezes, as questões financeiras são um dos principais pontos ligados com satisfação ou insatisfação no casamento.

A esposa do Casal 2, acredita que um dos fatores que influenciam para a esposa ter a remuneração superior ao esposo é a questão da formação, conforme ela cita: “A princípio, tipo, eu já tinha faculdade, sou formada, então, e ele não tem, acho que desde o início ele viu, né. Eu imagino que ele pensasse assim: ‘Ah, ela estudou mais e eu menos’, então seria mais lógico mesmo eu ganhar mais.” (informação verbal). Diniz (1996) comenta que o fato de ela possuir um grau de escolaridade maior que ele acabou sendo uma consequência para que ela tivesse um cargo maior na empresa e com isso a remuneração superior à do esposo.

Outro fator que tem influência sobre o casamento é a questão da esposa já ser independente e o esposo ainda não ter assumido as responsabilidades. No Casal 2, a esposa já morava sozinha, e o esposo morava com seus pais; então, a partir da união, cada um ficou com o papel que já estava acostumado, essa questão está representada na fala da esposa: “A princípio, como eu já tinha a gestão da casa, dizemos assim, ele não assumiu esse papel ainda, né. Ele passa um valor por mês pra pagar as contas.” (informação verbal). Segundo Guimarães (2010), quando a mulher possui uma remuneração considerável e é por meio dela que as contas são pagas, pode ocorrer uma mudança de poder entre os cônjuges, principalmente se a esposa é a responsável pela manutenção e organização das finanças do casal.

Um dos fatores que estão presentes no Casal 3 é a resistência que o esposo teve em relação à remuneração da esposa, em virtude da cultura em que estava inserido e na qual estava acostumado a viver. Segundo Fischer (2002), o homem estava acostumado a ser o provedor da

casa, sustentando a família com seu salário, enquanto a mulher cuidava dos filhos e da casa.

Sobre a resistência do esposo citado no parágrafo anterior, pode-se sugerir que ocorreu pelo fato de que quando se casaram ele era o provedor da casa e por muito tempo continuou sendo ele quem pagava as contas, por ter a remuneração superior à da esposa. Quando ela progrediu profissionalmente e se sobressaiu a ele na questão da remuneração, ele não conseguiu aceitar bem dessa mudança, sentindo-se insatisfeito e com receio de perder o papel principal que, até então, exercia perante sua família.

No Casal 4, a esposa trabalhava em uma empresa antes de casar e o esposo morava no interior e não possuía um salário fixo. Quando casaram, o esposo passou a trabalhar na mesma empresa que sua esposa, conseqüentemente, ela ganhava mais por ter mais tempo na organização. Quando estava quase se formando na graduação, ela começou a trabalhar na sua área de formação e sua remuneração aumentou ainda mais. Isso pode ser considerado, pois como eles já conviviam com isso, quando casaram já estavam habituados com a situação; esse fator está retratado na fala da esposa:

Como eu era mais tempo que estava trabalhando era normal receber mais que ele que estava começando, sendo que trabalhávamos na mesma empresa. Depois como eu estava na faculdade, surgiu a oportunidade de trabalhar na área que estava estudando, e, conseqüentemente, o salário aumentou mais que o dissídio da empresa onde ele continuava trabalhando e continuou sendo assim, mas nós não nos importamos, para nós é normal. (informação verbal).

Segundo Diniz (2009), o casal terá sucesso, se ambos os cônjuges estiverem satisfeitos. E para que isso aconteça, é necessário que um cônjuge incentive o outro para ir em busca de seus ideais, sempre pensando na satisfação mútua, sendo ela conjugal, profissional ou pessoal. Se os dois estão buscando um futuro melhor juntos, provavelmente, a questão de

a esposa ter a remuneração superior à do esposo não irá influenciar de forma negativa, conforme visualizado no Casal 4.

O fato de a esposa estar trabalhando na empresa há mais tempo, fez com que iniciassem o casamento com ela tendo a remuneração maior que o esposo, situação que se manteve até nos dias atuais. Como a esposa sempre teve a remuneração maior, o casal entendeu que isso é normal em razão do tempo de empresa de ambos e, posteriormente, por causa do seu grau de escolaridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu analisar as influências ocorridas no casamento quando a esposa possui a remuneração superior à do esposo. Depois de realizadas as entrevistas, pôde-se observar, a partir das análises dos dados, que cada casal reage de uma maneira diante de cada situação. Cada casal possui uma estrutura diferente, de acordo com sua organização enquanto casal, estas sendo discutidas e pensadas desde o namoro e aperfeiçoadas com o tempo de casados.

Percebe-se nesses quatro casais entrevistados diversas formas de pensar; eles, organizam-se de formas diferentes, e para cada casal o fato de a esposa ter a remuneração superior à do esposo tem significados distintos. O que se pode visualizar em todos os casais, apesar de pensarem diferente, é que existe um objetivo comum: o propósito de trabalhar, estabelecer-se financeiramente e conseguir conquistar seus bens em conjunto.

Pode-se visualizar que a remuneração superior da esposa influencia na relação conjugal, o que se modifica de casal para casal é que para alguns a influência é positiva, pensando na melhor qualidade de vida conjugal. Para outros a influência foi negativa, principalmente no início dessa mudança, considerando a forma como ocorreu o aumento da remuneração da esposa.

No decorrer da pesquisa, algumas limitações foram superadas, duas das principais foram a dificuldade em encontrar casais participantes

e o contratempo no agendamento do encontro para a realização da entrevista. A partir disso, pôde-se pensar que muitos casais, mesmo nos dias atuais, ainda têm receio em comentar sobre a esposa ter a remuneração superior. É possível supor, dessa forma, que algumas pessoas ainda não estão preparadas para falar abertamente sobre essa questão; isso pode estar relacionado diretamente com o fator da cultura, crenças e também o modelo patriarcal, que fez e faz parte da sociedade. Em alguns casos o homem se sente envergonhado e não faz questão de se expor; muitas vezes, ninguém de sua convivência sabe que a esposa possui a remuneração superior.

Para pesquisas futuras, sugere-se questionar sobre a organização do trabalho doméstico, considerando como o casal se organiza quanto a isso, e fazer a relação com a maior remuneração da esposa, se isso ocasionou mudanças nas divisões de papéis, na organização da casa, no cuidado com os filhos, entre outros aspectos que podem ser visualizados.

A partir das entrevistas realizadas, os casais tiveram a oportunidade de expor sentimentos que até aquele momento, que de acordo com eles, não foram debatidos. Pode ser pertinente a realização de uma nova pesquisa com os mesmos entrevistados, pois poderia ser visualizada a diferença de percepção que os casais teriam sobre esse assunto após terem sido questionados, podendo, assim, ocorrer uma comparação entre a nova pesquisa e a pesquisa anterior.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRUSCHINI, C. **Mulher e trabalho**: Políticas de recursos humanos em empresas de ponta. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/512.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

DINIZ, G. R. S. Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. **Cadernos de Anpepp**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n01a10.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

DINIZ, G. R. S. **O casamento contemporâneo em revista**. In: FÉRES-CARNEIRO (Org). **Casal e família**: Permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FISCHER, I. R. **A Participação da Mulher no Orçamento Familiar**. Ouro Preto, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_PO8_Fischer_texto.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo em nós. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUIMARÃES, C. M. B. **Até que o dinheiro nos separe**: A questão financeira nos relacionamentos. Porto Alegre: Saraiva, 2010.

LINS, R. N. **A cama na varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências. 7. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

PERLIN, G. D. B. **Casamentos contemporâneos**: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9274>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SOUZA, E.; BALDWIN J. R.; ROSA, F. H. da. **A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 ago. 2013.

O ENSINO CONTÁBIL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Odir Luiz Fank^{*}
Sabrina Nascimento^{**}
Rodrigo Angonese^{***}
Rita Buzzi Rausch^{****}

Resumo

O perfil e a formação do profissional de Ciências Contábeis dependem, em boa parte, da estrutura curricular oferecida pelas instituições de ensino nos seus cursos de Ciências Contábeis. Diante disso, o estudo tem como objetivo identificar as áreas do conhecimento que contemplam as disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina. A metodologia utilizada na pesquisa configura-se como descritiva, conduzida mediante levantamento documental e análise de dados quantitativa. Foram analisadas as matrizes curriculares disponibilizadas pelas instituições de ensino superior nos seus *sítes*. A amostra constituiu-se de 30 matrizes curriculares. Os resultados demonstraram que do total das disciplinas oferecidas pelas instituições de ensino superior nos seus cursos de Ciências Contábeis, 53,13% estão diretamente relacionadas à área contábil, 10,07% à área da administração, 8,81% à área do direito, e com 5,67% as disciplinas relacionadas à área da filosofia e sociologia. As áreas de informática, psicologia, letras e educação não apresentaram uma participação expressiva,

^{*} Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Professor e Coordenador da Faculdade de Itapiranga; coo@seifai.edu.br

^{**} Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

^{***} Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau; rangonese@upf.br

^{****} Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau; rausch@furb.br

mesmo observando a importância que possuem para o profissional de contabilidade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ciências Contábeis. Matrizes Curriculares.

1 INTRODUÇÃO

Com as exigências que estão sendo impostas pelo mercado, surge a necessidade do processo educacional se adequar para atender essas necessidades. Para Althoff e Domingues (2008, p. 1), “a necessidade de compreender a complexidade das questões sócio-culturais da atualidade está exigindo um novo tipo de educação que contemple as várias dimensões do ser humano e da sociedade como um todo.” As autoras complementam que “o mundo atual demanda profissionais com capacidade cognitiva e com competências sociais de nível elevado, assim como flexibilidade, autonomia, polivalência e disposição para adequação a ocorrências novas.” As instituições de ensino superior devem estar preocupadas em formar profissionais competentes e competitivos, que saibam desempenhar suas atividades profissionais e que possam atender às exigências do mercado de trabalho, adaptando-se facilmente às mudanças que ocorrem.

Roseli et al. (2006) destacam que a universidade não possui apenas o papel referente ao ensino das profissões, mas, também, o papel de produzir conhecimentos, capacitar o estudante para fazer questionamentos e críticas e de responder aos problemas e desafios vivenciados pela sociedade em diferentes momentos. Conforme os autores, destaca-se a necessidade de os futuros profissionais estarem preparados para enfrentar as dificuldades relacionadas à sua profissão, sempre com o intuito de buscar soluções que possam auxiliar nas tarefas diárias. Althoff e Domingues (2008) mencionam que ao se preparar para enfrentar as dificuldades relacionadas à profissão, o profissional adquire conhecimento por meio da instituição de ensino superior. Dessa forma, a instituição de ensino tem o papel de oferecer ao futuro profissional meios para que ele possa adquirir o conhecimento necessário para atender às necessidades do mercado.

Diante do exposto, surge a seguinte questão problema deste estudo: Quais áreas do conhecimento são contempladas nas disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina? Apresenta como objetivo geral identificar quais áreas de conhecimento são contempladas nas disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina.

A relevância deste estudo tem por base a discussão que ocorre referente às disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e na pressão exercida pelo mercado sobre as instituições de ensino, objetivando que as IES formem profissionais capazes de responder rapidamente às necessidades impostas sobre a profissão contábil. Entende-se que estudar a composição das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis é importante, uma vez que serão analisadas quais disciplinas compõem as matrizes curriculares e se ocorre a integração da teoria e prática, bem como a relação de disciplinas de outros cursos necessárias à formação dos discentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fornece suporte teórico para a pesquisa contempla o perfil do profissional contábil e as tendências do ensino na área contábil, além de discutir a formação das matrizes curriculares dos cursos com disciplinas específicas ou disciplinas interdisciplinares.

2.1 PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Houve uma época em que o profissional contábil delimitava sua atuação apenas ao registro e guarda dos registros contábeis. Porém, novos campos de atuação se abriram para o bacharel em Ciências Contábeis devido às mudanças socioeconômicas, que provocaram a ampliação das relações econômicas entre os países, aumento do número de empresas multinacionais que se instalaram no país, ênfase em relatórios gerenciais

com quantidade maior de informações, aumento das exigências legais inseridas no código civil e o maior rigor na prestação de contas, tanto dos sócios quanto da comunidade (FIGUEIREDO; FABRI, 2000). Marion e Santos (2006, p. 5) afirmam que

[...] hoje, se espera que o contador esteja em constante evolução, e além de uma série de atributos indispensáveis nas diversas especializações da profissão contábil. Não sendo mais possível, sobreviver no momento atual com aquela postura de escriturador, guarda-livros, despachante e atividades burocráticas de maneira geral.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho exigem que os alunos estejam preparados para tais evoluções, assim como as instituições de ensino que devem preparar seus alunos para atender às exigências impostas, suprimindo as necessidades do mercado. Iudícibus (2004, p. 35) menciona que:

[...] o homem contador põe ordem, classifica, agrega e inventaria o que o homem produtor, em seu anseio de produzir, vai às vezes desordenadamente, amalhando, dando condições a este último para aprimorar cada vez mais a quantidade e a qualidade dos bens produzidos, por meio de obtenção de maiores informações sobre o que conseguiu até o momento.

Figueiredo e Fabri (2000, p. 35) ressaltam que “muito do que hoje é aceito como contabilidade não era reconhecido há 50 anos, e, seguramente, daqui a 50 anos a contabilidade se modificará profundamente em relação ao que é hoje.” Os autores afirmam ainda que o atual cenário da contabilidade incorpora mudanças nas atitudes sociais, no progresso da tecnologia da informação e na utilização dos novos métodos. Assim, a contabilidade vem modificando seu papel voltado para a escrituração e preparação de demonstrativos contábeis e dedicando-se mais ao gerenciamento e tomada de decisões nas organizações (FIGUEIREDO; FABRI, 2000).

Marion (2005) menciona que a contabilidade é a linguagem dos negócios e que as funções do profissional de contabilidade envolvem a coleta de dados, registro dos dados e processamento, geração de relatórios para os usuários utilizarem no processo de tomada de decisão. Serra Negra (2004, p. 12) destaca que “o profissional de hoje e do futuro em Contabilidade é aquele que faz parte da decisão, que auxilia outros a tomarem decisões, o que significa trabalhar juntamente com uma gama variada de outros profissionais.”

O conhecimento adquirido pelo aluno no ensino superior, somado com suas habilidades pessoais e experiência acumulada no decorrer dos anos, permite ao graduado em Ciências Contábeis escolher a área em que pretende atuar profissionalmente. A Resolução 560 do Conselho Federal de Contabilidade, em seu artigo 4º, estabelece que

[...] o contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

Percebe-se a partir da afirmação anterior que contabilista tem uma vasta opção de perspectivas que podem ser seguidas em sua atuação profissional. Figueiredo e Fabri (2000, p. 41) destacam que o profissional da contabilidade deve manter-se em permanente atualização e que “a aquisição do conhecimento ao longo da vida profissional é direcionada aos interesses e especializações particulares.” Os autores comentam sobre a necessidade do profissional contábil em adquirir conhecimentos que excedem aqueles relacionados aos assuntos profissionais. Os autores

recomendam atualização com as mais recentes tecnologias, arte, música, política, costumes e hábitos de outros povos, entre outras áreas.

Berti (2001) destaca, ainda, a necessidade de conhecimentos complementares além daqueles relacionados à área contábil, pois os contabilistas auxiliam as empresas na área de gestão dos negócios com base em conhecimentos de administração, economia, direito e humanas. Percebe-se que para um profissional possuir uma visão holística da empresa e poder opinar a respeito dos caminhos a serem trilhados no processo de tomada de decisão, há a necessidade dele apresentar uma gama de conhecimentos que extrapolam exclusivamente os conhecimentos contábeis. Dessa maneira, os contabilistas que buscarem habilidades interdisciplinares estarão mais preparados para desenvolverem suas atividades diárias e, conseqüentemente, serão capazes de apresentar novas soluções para as mudanças que ocorrem no ambiente organizacional.

2.2 TENDÊNCIAS PARA O ENSINO DA CONTABILIDADE

O desafio do ensino superior é socializar o conhecimento. Para alcançar esse objetivo, é preciso um ambiente que proporcione e estimule o espírito crítico e criativo, novos questionamentos e proposições. Na contabilidade, busca-se a descoberta de novas tecnologias de informação e de gestão (CAPACCHI et al., 2007). Oliveira (2003 p. 30) menciona que:

[...] o ensino da contabilidade deve ter como propósito prover a tomada de decisão considerando os recursos escassos, incluindo a identificação de decisões cruciais das áreas e a determinação de objetivos e metas; fornecer subsídios à direção e controle efetivo de recursos humanos e materiais; prover relatórios gerenciais sobre o custo de recursos com identificação dos pontos críticos e oportunidades de melhoria; facilitar o controle e a função social.

Entende-se que o ensino na área contábil deve perpassar o domínio da técnica, uma vez que o discente deve desenvolver um senso

crítico e proatividade para a resolução de problemas e tomada de decisão. Para isso, deve compreender a realidade que o circunda, devendo o conhecimento técnico ser articulado com outras áreas do saber.

O Parecer CNE/CES 10/2004, quando menciona sobre o curso de graduação em Ciências Contábeis, no seu artigo 4º determina que o profissional deve revelar a competência e habilidade de “demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil.” Para isso, torna-se necessário que o curso contemple em sua matriz curricular disciplinas afins, que tratem sobre outras áreas, além da contabilidade.

Watson et al. (2005) mencionam que um ponto relevante do curso de graduação é a matriz curricular, pois quando há uma relação positiva entre as matrizes curriculares e as características do curso escolhido pelo aluno, ocorre uma melhor formação profissional desse aluno. Essa relação positiva entre as matrizes curriculares e as características do curso tornam-se mais importantes nas áreas de negócios, como a contabilidade, pois o aluno precisa obter o conhecimento técnico da sua área de formação, mas também precisa ter um conhecimento de outras áreas que possam auxiliar a sua atividade profissional.

A instituição de ensino superior precisa assumir seu papel, pois ela tem responsabilidade na formação dos indivíduos do presente e do futuro. É ela que tem como atribuição socializar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento humano e científico, e, para tal, necessita ter compromisso e participação nos assuntos atuais, bem como manter estreita relação entre teoria e prática.

Para Porto e Régnier (2003, p. 9), “a educação agrega valor aos sistemas produtivos ao mesmo tempo em que se torna um valor superlativo de humanidade e do grau de civilidade e de desenvolvimento de um país.” Conforme os autores, com a educação toda a sociedade tem incrementos, pois com pessoas instruídas ocorrem discussão de ideias, promovendo melhorias.

Com o intuito de poder auxiliar nesse processo da educação, a instituição de ensino superior precisa oferecer um ambiente propício para o conhecimento. Paviani e Pozenato (1984, p. 14) ressaltam que “[...]”

a convivência universitária, o espírito universitário, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre as pessoas, é tão importante quanto as atividades docentes e de pesquisa, tão decisivo para a formação dos indivíduos quanto as bibliotecas e os laboratórios.”

Para buscar atender os fins que os cursos de graduação se propõem, as instituições de ensino utilizam como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, que foram homologadas em 16 de dezembro de 2004. Em relação aos cursos de graduação em ciências contábeis, as Diretrizes Curriculares Nacionais apresentam as competências e as habilidades desejadas para o formando em contabilidade:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de formação contábil e de controle

gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (BRASIL, 2004, p. 2).

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o MEC estabelece as competências e as habilidades desejadas para o formando em contabilidade. Percebe-se que as diretrizes apresentam critérios em relação às competências, como também critérios de interdisciplinaridade e ética.

Em relação ao ensino de contabilidade no Brasil, Venturi et al. (2008, p. 2) mencionam que

[...] as atividades didáticas de ensino da Contabilidade no Brasil tiveram início no começo do século XIX, sendo que era caracterizado como essencialmente técnico. Nessa época era muito comum a figura do guarda livros, numa abordagem pragmática, sendo que em termos acadêmicos as disciplinas de contabilidade eram ministradas em outros cursos, pois não se tinha um curso regulamentado de Ciências Contábeis na época.

Em relação ao Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, de acordo com Rosella et al. (2006, p. 29), “foi instituído pelo Decreto-lei n. 7.988, de 22 de setembro de 1945, com duração de quatro anos, concedendo o título de bacharel em Ciências Contábeis para aqueles que o concluíssem.” Os autores destacam que pela Lei n. 1.401, de 31 de julho de 1951 foram criados dois novos cursos, um de Ciências Contábeis e outro de Ciências Atuariais.

No Estado de Santa Catarina, de acordo com Schlindwein (2007), os primeiros cursos de graduação em Ciências Contábeis foram implantados na Universidade Federal de Santa Catarina em 1965 por meio do parecer 39/SESU/MEC/65, de 08 de fevereiro de 1965.

Principalmente, a partir da década de 2000, ocorreu um crescimento considerável no número de instituições de ensino superior no país. Com esse crescimento no número e IES, e buscando preparar melhor o aluno para as necessidades do mercado, os profissionais da área da educação promovem reuniões, palestras, seminários com o intuito de discutir métodos de aprendizado, alteração das matrizes curriculares do curso e a melhor forma de integrar professor-aluno. Alguns autores defendem que a matriz deveria conter mais disciplinas específicas do curso, tornando o mesmo técnico, enquanto outros autores defendem que a matriz deveria conter disciplinas mais interdisciplinares. A seguir, esses temas serão abordados.

2.2.1 Disciplinas específicas

As matrizes curriculares em sua maioria são elaboradas conforme as diretrizes ministeriais em termos do conteúdo mínimo a ser cursado em cada período letivo. Alguns autores discutem essa forma de elaborar as matrizes, pois algumas falhas ocorrem. Entre as falhas mais citadas pelos autores, pode-se destacar que não deveríamos ter um currículo com o mesmo formato em regiões distintas de um país com tantas diversidades econômicas. A segunda diz respeito ao grande número de disciplinas de outras áreas, que se apresentam em volume muito expressivo em detrimento às disciplinas específicas da área contábil (CAPACCHI et al., 2007).

Em relação à primeira falha mencionada, Serra Negra (2004, p. 13) afirma que “[...] sociedades diferentes exigem comportamentos diferentes. Portanto, a educação contábil em cada instituição tem que levar em consideração os conjuntos de valores de cada lugar.”

Quanto à segunda falha mencionada, que diz respeito ao grande número de disciplinas de outras áreas, que se apresentam em volume muito expressivo em detrimento a disciplinas específicas da área contábil pode-se fazer uma comparação a outros cursos. Capacchi et al. (2007) mencionam que cursos, como de Agronomia, Medicina, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Direito, entre outros são direcionados para

ênfatisar a prática profissional. Os alunos desses cursos iniciam a prática profissional já nos primeiros semestres. Os autores ressaltam que nos cursos de Ciências Contábeis, na sua maioria, a prática, quando existe, restringe-se a um ou dois semestres em um laboratório de informática e, em alguns casos, os alunos participam de Empresas Júnior, ao final do curso. Essa pouca relação entre teoria e prática pode causar dificuldades aos alunos quando forem para o mercado, pois não estarão preparados na prática para exercer as funções exigidas.

Para Serra Negra (2004), o fato de a maioria dos estudantes de graduação estudar no período noturno, em virtude de trabalharem durante o dia, limita a possibilidade de maior aprendizado, pois os estudantes, em muitos casos, chegam cansados nas salas de aula e com pouca motivação, tornando as aulas pouco proveitosas. Para Serra Negra (2004, p. 11):

[...] segundo inúmeras pesquisas do ensino contábil, o perfil discente do Curso Superior de Ciências Contábeis no Brasil aponta, em sua maioria absoluta, para adultos na faixa etária acima de 23 anos que estudam no turno noturno em virtude de trabalharem durante o dia. Dessa forma, o processo de formação dos alunos em Ciências Contábeis pressupõe a utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem que coloquem o professor como facilitador e orientador desse processo.

Entre as críticas mais frequentes em relação aos cursos de Ciências Contábeis destacam-se que eles apresentam um caráter excessivamente teórico e que assim não preparam o aluno para a atividade profissional (SERRA NEGRA, 2004). O autor resalta que cabe aos coordenadores, professores e alunos encontrarem uma forma que possibilite ajustar as matrizes curriculares, com o intuito de relacionar tanto o conhecimento teórico quanto o prático.

Laffin (2001, p. 25) destaca que “a formação dos bacharéis em Ciências Contábeis, apesar de contemplar outras áreas do conhecimento em seu currículo, é eminentemente técnica e não abriga uma preocupação de formação ampla, preocupando-se mais com a técnica

de registro e controle isolados.” Deve existir uma preocupação na formação do aluno, tanto para o mercado de trabalho, quanto também formar cidadãos que possam contribuir com seus princípios para o bem da sociedade em geral. Oliveira (2003) ressalta que o desafio é captar as mudanças no mercado para que se obtenha uma eficácia no ensino da Contabilidade, uma vez que as mudanças ocorridas no âmbito econômico e tecnológico tem superado a educação contábil, levando a um aumento na lacuna entre as necessidades do mercado do trabalho e a academia.

Essa preocupação também é demonstrada por Figueiredo e Fabri (2000, p. 37), quando mencionam que “o enfoque tradicional da educação em contabilidade tem sido o de focalizar os ensinamentos quase que totalmente nos procedimentos de contabilização dos dados contábeis.” Essa abordagem resulta, segundo os autores, em uma restrição ao objetivo da contabilidade e impede o reconhecimento das mudanças sociais e econômicas que tornam obsoletas muitas práticas adotadas. Assim, destaca-se a importância de um currículo que forme um profissional habilitado a perceber e adaptar-se às mudanças. O parecer CNE/CES 67 (2003, p. 7) também alerta a esse respeito e menciona que “não se cogita mais o profissional ‘preparado’, mas o profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável.”

Oliveira (2003, p. 31) menciona que é necessário que os profissionais de contabilidade

[...] rompam esses limites, de forma a atuar como gestores de todas as informações das organizações, incluindo as relações com fornecedores, clientes, funcionários, com a sociedade e com os processos internos. A esses elementos chamamos de condições necessárias, pois são essenciais para atingir com consistência os resultados financeiros.

Percebe-se, dessa forma, que são exigidas competências do profissional da contabilidade que envolve uma gama de conhecimentos variados, de diversas áreas, e que os currículos oferecidos pelas instituições, na medida do possível, devem atender a essa necessidade de mercado.

2.2.2 Disciplinas Interdisciplinares

Na área das Ciências Sociais Aplicadas, como administração e contabilidade, a interdisciplinaridade é um instrumento capaz de unir disciplinas com conteúdos específicos ou generalizados, como também pode se basear em uma formação que atenda a níveis básicos, intermediários e avançados, relacionando, de forma geral, a teoria com a prática. A interdisciplinaridade, no Curso de Ciências Contábeis, nem sempre é observada de forma explícita dentro da matriz curricular e nas ementas do curso, principalmente, na relação entre as disciplinas, no que diz respeito às pesquisas feitas sobre o assunto (JANTSCH; BIANCHETTI, 2004).

Miranda e Miranda (2006) apresentam duas razões para adotar-se a interdisciplinaridade. A primeira é a globalização, a partir da fusão das áreas afins; a segunda é superar a fragmentação do conhecimento, ou seja, a impressão que o discente tem de estudar algo distinto das demais áreas, como também do docente considerar a sua disciplina a mais importante, passando essa visão aos alunos. Assim, Jantsch e Bianchetti (2004, p. 198) esclarecem que

[...] o interdisciplinar está se estabelecendo, hoje, não porque os homens decidiram, mas sim pela pressão, pelas necessidades colocadas pela materialidade do momento histórico. A materialidade histórica exige a presença da ciência e da tecnologia em qualquer espaço de atuação e de possível colaboração da universidade, seja no sentido instrumental ou no sentido da criação.

Araújo, Araújo e Moraes Júnior (2009) ressaltam que o profissional contábil necessita de conhecimentos diversos, como, por exemplo, de psicologia, sociologia, filosofia, direito, administração e economia, para que ele possa enxergar outras áreas das Ciências Humanas, como também das Ciências Sociais Aplicadas, da qual a contabilidade faz parte.

O próprio Parecer CNE/CES 10 (2004, p. 3) no artigo 8º estabelece a necessidade da interdisciplinaridade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis por meio de atividades complementares.

[...] as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

O Parecer complementa afirmando que as atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando.

Por ser um tema bastante relevante e que gera discussão, a interdisciplinaridade vem sendo utilizada em pesquisas científicas, alimentando a discussão em relação à sua aplicação ou não. Padoan e Clemente (2006), em seu estudo, analisaram a possibilidade de se ver alguns pontos de interdisciplinaridade, principalmente, no final do curso, pois a partir daí cresce o número de disciplinas aplicáveis e mais relacionadas. Os autores verificaram que o professor é fundamental como facilitador desse processo de interdisciplinaridade, pois pode disponibilizar conteúdos e técnicas atualizadas, promovendo a harmonização das disciplinas, alinhado com as necessidades e mudanças que o mercado exige.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa descritiva foi classificada como documental. Gil (1999) menciona que a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Silva e Grigolo (2002) contribuem mencionando que a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo,

contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel (SILVA; GRIGOLO, 2002).

Quanto à abordagem, classificou-se a pesquisa como quantitativa. Para Roesch (1999, p. 130-140), se “o propósito do projeto implica medir relações entre as variáveis (associação ou causa-efeito), em avaliar o resultado de algum sistema ou projeto, recomenda-se utilizar preferentemente o enfoque da pesquisa quantitativa.” A autora destaca ainda que “na pesquisa de caráter quantitativo, os processos de coleta e análise de dados são separados no tempo”, significando que a coleta antecede a análise dos dados. De qualquer maneira, a autora menciona que ambas as fases estão relacionadas entre si e é a maneira como os dados são coletados que determinará o tipo de análise a se realizar.

A população objeto do estudo foi obtida junto ao sítio do Ministério da Educação, composta pelo total dos cursos de ensino superior em Ciências Contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina. Optou-se pelos cursos oferecidos na modalidade presencial. O total de cursos oferecidos, conforme consulta realizada na data de 23 de outubro 2010 foi de 49 cursos.

Relacionados os cursos, o segundo passo foi consultar os *websites* das instituições com o objetivo de obter as matrizes curriculares dos cursos. Para as instituições que ofereciam o mesmo curso em diferentes *campus*, foi considerada a estrutura curricular do *campus*-sede. Nem todos os cursos disponibilizavam a matriz curricular *on line*. Ao final da consulta, foram encontradas 30 matrizes curriculares que constituíram a amostra para a pesquisa.

Obtidas as matrizes curriculares, as informações sobre as disciplinas foram tabuladas em planilha eletrônica e analisadas por frequência absoluta. Foram consideradas todas as disciplinas que constavam nas matrizes curriculares, independente de classificarem-se como obrigatórias ou optativas. Não foram consideradas as ementas de cada disciplina nem a carga horária, visto que nem todas as matrizes curriculares disponibilizadas ofereciam essas informações. O número de disciplinas totalizou 1.340. As disciplinas foram agrupadas em 15 grandes áreas, por afinidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina com suas respectivas áreas do conhecimento e o total de disciplinas atribuído a elas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Área do conhecimento *versus* número de disciplinas por área

Área do Conhecimento	Número de disciplinas	Percentual (%)
Contabilidade	712	53,13
Administração	135	10,07
Direito	118	8,81
Social	76	5,67
Economia	76	5,67
Matemática	63	4,70
Pesquisa	40	2,99
Estatística	38	2,84
Linguística	32	2,39
Psicologia	23	1,72
Informática	13	0,01
Línguas estrangeiras	10	0,00
Educação Física	2	0,00
Educação	1	0,00
História	1	0,00
Total	1.340	100,00

Fonte: os autores.

Conforme a Tabela 1 percebe-se que o maior número de disciplinas está relacionado à contabilidade, este resultado demonstra a tendência de os cursos de ciências apresentarem um grande número de disciplinas específicas. Verifica-se que no Curso Ciências Contábeis 53,13% das disciplinas estão diretamente relacionadas ao curso e a outra metade do curso corresponde a disciplinas afins, pertencentes às outras áreas do conhecimento, que objetivam complementar a formação do contabilista, dotando-o de uma visão mais abrangente em relação ao contexto em que o profissional irá desempenhar suas funções.

O currículo do Curso de Ciências Contábeis é enriquecido pelas contribuições de outras áreas científicas. A primeira área que mais contribui é a de administração, com 10,07% do total das disciplinas, até porque a administração faz parte da mesma grande área de cursos afins. Em seguida, aparece a área de direito, com 8,81%. A área social que inclui disciplinas ligadas à filosofia e à sociologia e assuntos relacionados à responsabilidade social e ambiental aparece em terceiro lugar, junto com a área da economia. O fato de a área social estar na terceira posição, somente atrás das áreas de administração e direito e na frente de outras importantes áreas do conhecimento, revela a preocupação das instituições de ensino em oferecer um programa que priorize questões ligadas ao comportamento humano na sociedade. Uma das razões para essa área se destacar entre as demais pode advir da pressão social e do mercado de trabalho, que valoriza qualidades ligadas ao comportamento ético e socialmente responsável nas organizações. Destaca-se a pouca disponibilidade de disciplinas de línguas, tanto da língua portuguesa quanto de língua estrangeira.

Empatada no número de disciplinas com a área social, aparece a área da economia (CSA) e, logo na sequência, com 4,7% das disciplinas, encontra-se a área da matemática. As áreas da pesquisa e da estatística aparecem com 2,99% e 2,84%, respectivamente.

As demais áreas somadas respondem por 6,12% das disciplinas consultadas. Entre estas áreas, chama a atenção disciplinas oferecidas no Curso de Ciências Contábeis relacionadas à educação e história, áreas que na concepção destas instituições também podem colaborar para a formação do profissional contábil. Outro fator que vale destacar é a baixa participação de disciplinas ligadas à informática, à psicologia e à língua estrangeira. A informática constituiu-se como uma área que alavancou o potencial da contabilidade por tratar dados e gerar relatórios das informações. A psicologia torna-se fundamental para a contabilidade, pois auxilia o profissional a entender fenômenos ligados ao comportamento organizacional.

Realizado esse apanhado geral dos resultados, descrevem-se nas demais Tabelas, aspectos importantes relacionados a cada grande

área. Na Tabela 2 demonstra-se a composição das principais disciplinas tratadas no Curso de Ciências Contábeis.

Tabela 2 – Principais disciplinas tratadas no curso de ciências contábeis

Disciplinas do curso de ciências contábeis	Número disciplinas	Percentual (%)
Contabilidade societária	165	23,17
Trabalho de conclusão e estágio	63	8,85
Custos	58	8,15
Contabilidade fiscal	55	7,72
Prática contábil e laboratório	54	7,58
Auditoria	49	6,88
Contabilidade gerencial e controladoria	46	6,46
Contabilidade pública	42	5,90
Análise das demonstrações contábeis	38	5,34
Perícia	29	4,07
Tópicos contemporâneos	27	3,79
Teoria da contabilidade	25	3,51
Outras	21	2,95
Contabilidade internacional	21	2,95
Sistemas de informações contábeis	11	1,54
Contabilidade do agronegócio	8	1,12
Total	712	100,00

Fonte: os autores.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que na área de contabilidade as disciplinas mais trabalhadas são aquelas relacionadas aos aspectos societários, com 23,17%, seguidas pelas disciplinas que tratam do trabalho de conclusão e estágio supervisionado, com 8,85%. Destacam-se, nesse grupo, as disciplinas ligadas à prática contábil e laboratório, disciplinas ligadas a aspectos práticos das atividades do profissional contábil no seu dia a dia. Percebe-se a preocupação das instituições em formar um profissional que atenda às necessidades do mercado de trabalho.

Em contraponto, a disciplina de teoria da contabilidade é oferecida em 83,33% das instituições. Cruzando essas informações, há evidências que podem sinalizar a preocupação das instituições em oferecer um

profissional que detenha conhecimentos operacionais da contabilidade. A disciplina de teoria da contabilidade é uma das disciplinas que oferece o suporte necessário ao entendimento conceitual da contabilidade. Assim, esses conhecimentos capacitam o aluno a refletir sobre o procedimento mais adequado a ser seguido quando se depara com uma situação que não é padrão. Logo, cabe a discussão se o objetivo do curso superior é formar um profissional capacitado para realizar tarefas rotineiras, ou, por outro lado, formar um profissional habilitado para resolver problemas e se adaptar ao contexto em que a contabilidade atua.

Destaca-se, também, que a área de contabilidade do agronegócio apresentou apenas oito disciplinas. Considerando que a área agrícola do Estado de Santa Catarina é representativa, haveria também a necessidade de as instituições oferecerem maior oportunidade aos alunos para capacitação nesta área. Na Tabela 3 têm-se as disciplinas relacionadas à administração.

Tabela 3 – Disciplinas relacionadas à administração tratadas no Curso de Ciências Contábeis

Disciplinas relacionadas à administração	Número de disciplinas	Percentual (%)
Administração financeira	30	22,22
Gestão de negócios	22	16,30
Orçamento empresarial	20	14,81
Teoria geral da administração	17	12,59
Empreendedorismo	13	9,63
Jogos de empresa	8	5,93
Marketing	6	4,44
Administração de recursos humanos	5	3,70
Sistemas de informação	5	3,70
Estratégia	4	2,96
Outras	4	2,96
Administração de materiais	1	0,76
Total	135	100,00

Fonte: os autores.

Na Tabela 3, verifica-se que as disciplinas que mais aparecem nos cursos de Ciências Contábeis estão ligadas à área financeira, gestão

de negócios, orçamento empresarial e teoria geral da administração. Juntas essas disciplinas respondem por 65,92% de todas as disciplinas de administração, A seguir, na Tabela 4, têm-se as disciplinas de Direito tratadas no Curso de Ciências Contábeis.

Tabela 4 – Disciplinas de Direito tratadas no Curso de Ciências Contábeis

Disciplinas relacionadas ao direito	Número de disciplinas	Percentual sobre o total (%)
Direito tributário	48	40,68
Direito do trabalho	27	22,88
Instituições de direito público e privado	18	15,25
Direito Comercial/Societário	15	12,71
Outros	10	8,47
Total	118	100,00

Fonte: os autores.

Diante das informações apresentadas na Tabela 4, observa-se que entre os Cursos de Ciências Contábeis analisados concentram 40,68% das disciplinas da área do direito tributário. Se somadas as disciplinas relacionadas ao direito do trabalho com as disciplinas da área do direito tributário, totalizam 63,56% das disciplinas. Portanto, percebe-se que a ênfase na formação do profissional contábil está concentrada para a área do direito, em disciplinas do direito tributário e do trabalho.

A Tabela 5 apresenta as disciplinas relacionadas às ciências humanas abordadas nos cursos de ciências contábeis.

Tabela 5 – Disciplinas relacionadas às ciências humanas abordadas nos Cursos de Ciências Contábeis analisados

Disciplinas relacionadas às ciências humanas	Número de disciplinas	Percentual sobre o total (%)
Ética	32	42,11
Sociologia	26	34,21
Filosofia	16	21,05
Outras	2	2,63
Total	76	100,00

Fonte: os autores.

Observa-se na Tabela 5 a preocupação das instituições em oferecer uma formação que contemple aspectos relacionados à ética, sociologia e filosofia, sendo áreas do conhecimento que demonstram uma preocupação com a sociedade. Na Tabela 6 têm-se as disciplinas relacionadas à economia.

Tabela 6 – Disciplinas relacionadas à economia tratadas nos Cursos de Ciências Contábeis estudadas

Subáreas do grupo economia	Número de disciplinas	Percentual sobre o total (%)
Economia Geral	40	52,63
Mercado de capitais	20	26,32
Análise de investimentos	13	17,11
Outras	3	3,95
Total	76	100,00

Fonte: os autores.

A partir das informações constantes na Tabela 6, percebe-se que a maior parte das disciplinas que tratam de economia no Curso de Ciências Contábeis classificam-se como disciplinas de economia geral. Nesse grupo encontram-se disciplinas que foram nominadas como economia I e II, microeconomia macroeconomia, economia brasileira, fundamentos de economia, introdução à economia, etc. Portanto, entende-se que são disciplinas que abordam aspectos fundamentais da

economia aplicados à contabilidade. De modo mais específico, em segundo lugar, aparece o subgrupo de disciplinas da economia, ligado por afinidade ao assunto mercado de capitais. As disciplinas que tratam sobre análise de investimento aparecem em terceiro lugar, com 17,11% do total.

A Tabela 7 apresenta as disciplinas relacionadas à matemática, metodologia da pesquisa, estatística, linguística e psicologia tratadas nos cursos de ciências contábeis investigados.

Tabela 7 – Disciplinas relacionadas à matemática, metodologia da pesquisa, estatística, linguística e psicologia tratadas nos cursos de ciências contábeis

Grupos e subgrupos	Número de disciplinas	Percentual (%)
Matemática		
Matemática fundamental	29	46,03
Matemática financeira	34	53,97
Total matemática	63	100,00
Pesquisa		
Metodologia científica	40	100,00
Estatística		
Fundamentos de estatística	30	78,95
Métodos Quantitativos	8	21,05
Total estatística	38	100,00
Linguística		
Comunicação e expressão	17	53,13
Leitura, interpretação e		
produção de textos	6	18,75
Português	9	28,13
Total da linguística	32	100,00

Fonte: os autores.

Na Tabela 7 percebe-se que a abordagem matemática nos cursos de ciências contábeis restringe-se à matemática fundamental e à financeira. Esta situação repete-se nas demais subáreas; percebe-se que alguns cursos optam por oferecer duas disciplinas das subáreas nos cursos, enquanto que outros optam por oferecer apenas uma disciplina.

Na subárea de pesquisa, optou-se por concentrar todas as disciplinas sob uma mesma terminologia. Na subárea de estatística, todos os cursos analisados oferecem uma disciplina sob essa temática, enquanto

que outros oferecem também alguma disciplina mais aprofundada, relacionada a métodos quantitativos.

Na área da linguística, percebe-se que prevalecem três disciplinas, sendo que a mais comum é aquela que se relaciona com a comunicação e expressão. Com menor ênfase aparecem também disciplinas relacionadas à língua portuguesa e à leitura, produção e interpretação de texto. Em relação à área da linguística, percebe-se que poucas instituições de ensino oferecem disciplinas de língua estrangeira.

Disciplinas relacionadas à leitura, interpretação e produção de textos, bem como relacionadas à língua portuguesa, são importantes para a formação do profissional contábil, pois sua rotina é regulada por leis, normas e regulamentos que dependem de correta interpretação e escrita. Diante disso, recomendam-se pesquisas futuras para investigarem os motivos que ocasionam a baixa oferta de disciplinas relacionadas a essa temática.

As outras subáreas (psicologia, informática, línguas estrangeiras, educação física, educação, história) não foram detalhadas devido à baixa representação demonstrada na Tabela 1. Entretanto, pesquisas futuras também podem investigar os motivos da baixa representatividade de disciplinas ligadas à informática e à psicologia, áreas que o profissional contábil depende para exercer suas atividades com êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional da área contábil necessita de conhecimentos específicos de outras áreas do conhecimento para exercer suas atividades. Conhecimentos sobre administração, direito, ética, sociologia, língua portuguesa, estatística, economia, são fundamentais para que o profissional consiga compreender e atuar no ambiente em que está inserido. Considerando esse contexto, este estudo teve como objetivo identificar as disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de ciências contábeis oferecidos no Estado de Santa Catarina e obter um panorama sobre as disciplinas das mais diversas áreas do conhecimento que estão sendo oferecidas aos alunos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que do total das disciplinas relacionadas, 53,13% estão relacionadas à área contábil. As demais estão divididas entre as diversas áreas do conhecimento que interessam o profissional de contabilidade. A área que mais se destaca na formação do profissional contábil, exceto a contábil, é a administração com 10,07% do total, seguida pela área do direito, com 8,81% e, em terceiro lugar, a área social, que envolve a filosofia, sociologia e ética e a área da economia, com 5,67%.

Percebe-se uma preocupação por parte das instituições em oferecer uma formação que contemple quesitos éticos, sociais e humanistas. Por outro lado, algumas áreas, como a psicologia e a informática não apareceram na mesma proporção de sua importância para o profissional da contabilidade.

Finalizando, recomendam-se pesquisas para melhor esclarecer os motivos que ocasionam a baixa oferta de disciplinas importantes para o profissional da contabilidade, principalmente, aquelas ligadas à área da informática, psicologia, linguística, e, até mesmo, disciplinas ligadas à área contábil, como contabilidade do agronegócio.

Também, pesquisa semelhante pode ser realizada considerando os cursos que são oferecidos na modalidade a distância. Ressalta-se que os resultados desta pesquisa limitam-se à amostra analisada e não devem ser generalizados. Os resultados de outras pesquisas também podem colaborar para o entendimento deste fenômeno, como pesquisas que possam considerar a carga horária das disciplinas, carga horária do curso, semestre em que as disciplinas são oferecidas e ementa.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, N. S.; DOMINGUES, M. J. C. S. Práticas interdisciplinares nos cursos de graduação em Ciências Contábeis: mito ou realidade. In: II CONGRESSO ANPCONT, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: BA, 2008.

ARAUJO, A.; ARAUJO, M. I. O.; JUNIOR, V. F. M. Percepção sobre a atitude interdisciplinar dos professores no curso de ciências contábeis: Um estudo nas universidades norte rio grandenses. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

BERTI, A. **Diagnóstico empresarial**: teoria e prática. São Paulo: Ícone, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 10/2004**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2010.

CAPACCHI, M. et al. A prática do ensino contábil no estado do rio grande do sul: Uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In: **CONGRESSO ANPCONT, 1.**, 2007. Gramado. Anais... Gramado, 2007.

FIGUEIREDO, S.; FABRI, P. E. **Gestão de empresas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LAFFIN, M. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 127, 2001.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C.; SANTOS, M. C. **Os Dois Lados de Uma Profissão**. 2005. Disponível em: <www.monografias.com>. Acesso em: 23 out. 2010.

MIRANDA, C.; MIRANDA, R. A. M. Interdisciplinaridade e métodos de ensino no curso de contabilidade: um estudo no Nordeste Paulista. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006, v. 6, p. 1-15.

OLIVEIRA, A. B. S. (Coord.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PADOAN, F. A. C.; CLEMENTE, A. A interdisciplinaridade no ensino da Contabilidade: um estudo empírico da percepção dos docentes. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006, v. 6, p. 1-15.

PAVIANI, J.; POZENATO, J. **A universidade em debate**. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1984.

PORTO, C.; REGNIER, K. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil: Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2010.

ROESCH, S. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSELLA, M. H. et. al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, I. R. (Org.). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHLINDWEIN, A. C. **O ensino de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino da Mesorregião do Vale do Itajaí/SC:** uma análise das contribuições curriculares da Resolução CNE/CES N. 10/2004. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)– Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

SERRA NEGRA, C. A. Reflexões sobre os quatro pilares da educação no ensino superior de ciências contábeis. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 118, p. 6-14, out. 2004.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

VENTURI, J. et al. Satisfação dos alunos do curso de ciências contábeis da UNIFRA: um estudo à luz das equações estruturais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

WATSON, S. F. et al. Accounting education literature review (2003-2005). **Journal of Accounting Education**. United States, n. 25, 2005.

POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ESTUDANTES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SOB A ÓTICA DO CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX (CEI)

Juthielli Tormem^{*}
Sabrina Nascimento^{**}
Suzete Antonieta Lizote^{***}

Resumo

A criação de negócio está atrelada à busca por oportunidades, ao planejamento para o novo empreendimento, a recursos, entre outras questões (KICKUL et al., 2009). Conhecer melhor o perfil empreendedor dos discentes ou o seu potencial empreendedor se configura como parte preponderante das influências as quais este indivíduo está exposto para a criação ou não do seu próprio negócio. Esta pesquisa buscou analisar o potencial empreendedor dos discentes dos cursos de uma instituição de ensino superior (IES) privada a partir do modelo de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*. A amostra foi composta por 205 estudantes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Tecnologia em Logística e Gestão Comercial, de uma instituição privada no Estado de Santa Catarina. Na metodologia, optou-se pela pesquisa descritiva por meio de uma *survey* de abordagem quantitativa dos dados. Para tanto, a coleta de dados utilizou o instrumento de pesquisa proposto por Carland e Carland (1996) composto por 33 pares de questões fechadas que aferem o potencial empreendedor. Os resultados apontam que entre os discentes investigados identificou-se a presença do potencial empreendedor conforme a escala do *CEI* em suas quatro dimensões. Observou-se, ainda, a predominância da categoria empreendedora presente em 81,46% dos entrevistados, seguida pela categoria microempreendedor, com 17,56%, e a categoria macroempreendedor, com 0,97%. Esses achados confirmam,

^{*} juthytormen@yahoo.com.br

^{**}Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

^{***}Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Itajaí; lizote@univali.br

ainda, os resultados de outros estudos empíricos que aplicaram o *CEI* em contextos culturais distintos.

Palavras-chave: Potencial empreendedor. *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*. Instituição de ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

O mundo empresarial se constitui como uma fonte essencial do conhecimento do empreendedorismo principalmente para os estudantes, sobretudo os acadêmicos. Pode-se dizer que este é o ambiente ideal para se extrair o aprendizado necessário, uma vez que nele se encontram as forças produtivas, econômicas, sociais e políticas para se desenvolver um perfil empreendedor (DOLABELA, 1999). Para Dolabela (1999, p. 30), “[...] o empreendedor cria e aloca valores para os indivíduos e para a sociedade, ou seja, é fator de inovação tecnológica e crescimento econômico.”

Dolabela (1999) ressalta que o comportamento dos empreendedores tem mais importância para uma organização do que as estruturas colocadas em jogo, porque tem embutido no seu âmago os valores do desenvolvimento. Bernardi (2012) ressalta que as características da personalidade dos indivíduos empreendedores, uma correta modelagem do negócio e um planejamento bem elaborado aumentam as chances de sucesso de uma organização. Nesse contexto, o comportamento ou a intenção empreendedora de um indivíduo é necessária para que se possa iniciar uma empresa e saber decidir sobre os problemas e os riscos típicos da atividade empresarial. O empreendedor é surpreendido frequentemente por situações em que pode estar preparado, ou não, para tomar as decisões sobre problemas inesperados (BERNARDI, 2012).

Para Reis e Armond (2012), um empreendedor não tem seu perfil propriamente definido, este indivíduo deve obter características, como: disciplina, saber identificar os riscos, ter capacidade de planejamento, ser capaz de visualizar uma oportunidade de negócio antes de realizar um investimento, ser tolerável com os erros e buscar aprender com eles e, ser um líder capaz de motivar e gerenciar pessoas e processos que envolvem

uma organização. De acordo com Kickul, et al. (2009) a criação de negócio está atrelada à busca por oportunidades, ao planejamento para o novo empreendimento, a recursos, entre outras questões. Neste contexto, conhecer melhor o perfil do empreendedor ou seu potencial empreendedor se configura como parte preponderante das influências as quais este indivíduo está exposto para a criação ou não do seu próprio negócio.

Com o intuito de compreender o potencial empreendedor no contexto brasileiro, algumas pesquisas empíricas foram realizadas com estudantes universitários (CULTI-GIMENEZ, et al., 2006, NASCIMENTO, et al. 2014), com comerciantes (VIEIRA et al., 2013), clientes e futuros empreendedores (FERREIRA, 2005; FREITAS, et al., 2009) e, ainda, com empresários (KOERNIJEZUK, 2004). Em linha com os estudos empíricos realizados, esta pesquisa buscou analisar o potencial empreendedor dos discentes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão Comercial, Logística e Comércio Exterior de uma instituição de ensino superior (IES) privada a partir do modelo de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*. Para alcançar o propósito central do estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) delinear o perfil dos discentes analisados;
- b) traçar as características empreendedoras a partir do *CEI*;
- c) classificar os discentes analisados de acordo com o índice proposto por Carland e Carland (1996);
- d) comparar os resultados desta pesquisa com outros estudos empíricos.

2 EMPREENDEDORISMO

Em relação ao empreendedorismo, acreditava-se que por meio dele era possível fomentar o desenvolvimento político e econômico de um país ao incentivar as mudanças de comportamento e promover oportunidades de negócios para as pessoas. Degen (2009, p. 401) afirma que “[...] no século passado, muitos economistas e professores, incluindo o autor, acreditavam

que bastava incentivar o empreendedorismo entre os jovens para promover o desenvolvimento econômico, reduzindo ou mesmo eliminando a pobreza.”

O empreendedorismo começou a ser fomentado a partir da metade da década de 1990, para atender às demandas organizacionais, caracterizar mudanças nas negociações, incentivar melhorias na economia perante a globalização acirrada e, ainda, obrigar as empresas a buscarem soluções para remodelar sua produção e gerenciamento. Essas mudanças incluíram o reaproveitamento de materiais, a utilização seletiva de mão de obra, a modernização nas negociações, os processos logísticos e a descoberta de novos mercados (ANGELO, 2003).

Com o intuito de se adequar às novas demandas sociais e organizacionais, o empreendedorismo vem galgando seu espaço no ambiente dinâmico em que se vive. Nesta perspectiva, encontrar pessoas com perfil empreendedor torna-se imprescindível. Dornelas (2008) destaca que os empreendedores são pessoas com visões diferentes, que gostam do que fazem, são motivados, ousam e buscam por algo diferente no mercado e, ainda, são capazes de fazer acontecer e empreender. Gerber (2011, p. 22) afirma que “[...] o empreendedor vive no futuro; nunca no passado e raras vezes no presente. Sua maior felicidade é sentir-se livre para construir imagens de conjecturas e hipóteses.” Para Degen (2009, p. 15), os indivíduos empreendedores necessitam de um perfil que “[...] se ilustra por duas características importantes para ser bem-sucedido no futuro: primeiro tentar adaptar o mundo a si; segundo, ter necessária disposição para assumir os riscos e superar desafios e sacrifícios pessoais para ter sucesso.”

Ortigara (2008) ressalta que o desafio do empreendedor é árduo em termos de negócio, considerando os avanços tecnológicos e os desafios complexos que envolvem a gestão que relativamente demandariam novas competências para executar projetos com criatividade e um estilo de ação eficaz determinante para a execução de um trabalho composto por diferenciação (ORTIGARA, 2008). Assim, torna-se relevante identificar as características individuais que envolvem a figura do empreendedor, uma vez que ele difere as qualidades e as influências predominantes em cada comportamento que permite desenvolver interesses, valores e percepções nos negócios (BERNARDI, 2012). Dessa forma, identificar características individuais, atitudes e perfil de comportamento dos

indivíduos mostra-se relevante para identificar o potencial empreendedor, das pessoas que desejam empreender ou que possuem um espírito empreendedor, para auxiliar nos processos que envolvem as organizações para que juntos gerem uma vantagem competitiva sustentável.

3 CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX (CEI)

O índice de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)* que de acordo com Carland e Carland (1996), obtém quatro características a serem abordadas, as quais correspondem ao potencial empreendedor. Segundo Gimenez e Júnior (2004, p. 112), “[...] o CEI está direcionado à maneira de agir e pensar no que se refere a empreender, é um fator determinante para buscar diferenciação dos indivíduos e mensurar a competência necessária para o desenvolvimento pessoal.” Dessa forma, o modelo conceitual teórico proposto por Carland e Carland (1996) apresenta quatro dimensões que contemplam as características psicológicas dos empreendedores, sendo elas: Traços de Personalidade (TP), Propensão ao Risco (PR), Propensão à Inovação (PI) e Postura Estratégica (PE). Essas dimensões juntas resultam em três grupos ou categorias: microempreendedor, empreendedor e macroempreendedor, que atestam o potencial de cada indivíduo.

A dimensão Traços de personalidade (TP) compreende “[...] a necessidade de realizar e criar, que garante competências necessárias para exercer tarefas diferenciadas com motivação e habilidade no desenvolvimento de suas atividades.” (CULTI-GIMENEZ et al., 2006, p. 3). Essa dimensão compreende o perfil do empreendedor que implica em ser tolerável e saber aceitar as críticas para obter sucesso. Gerber (2004, p. 15) afirma que para “[...] o empreendedor obter sucesso precisa alcançar os objetivos e manter o equilíbrio necessário para atrair resultados positivos, porém, a personalidade garante atitudes, dedicação e boa vontade.”

Na dimensão Propensão ao Risco (PR), para os empreendedores, os desafios de atingir aos objetivos são maiores do que assumir as possibilidades do fracasso. Eles estão dispostos a correr qualquer risco para obter oportunidades mesmo estando errados ao tomar decisões,

precisam estar preparados para determinadas situações (Byrne, 2012). Conforme Reginato et al. (1995, p. 44) “[...] todas as atividades têm seus riscos, mas o fato é de que as pessoas deixam de empreender para não perder seus direitos e benefícios trabalhistas quando se trata de estar trabalhando em uma empresa e adquirir recursos para não sofrer com prejuízos e perder seu patrimônio.”

Quanto à dimensão Propensão à Inovação (PI), a inovação vem diferenciando os serviços empresariais ao longo dos anos, e apesar de enfatizar a qualidade de serviços e produtos, estabeleceu meios tecnológicos para garantir a visão tecnológica. Ela, ainda, identifica os pontos positivos no mundo empreendedor, criando pontos estratégicos e ideais que atuam dentro da organização com uma vantagem competitiva do ser humano que possui capacidade de criação e renovação (HASCHIMOTO, 2006).

E, por fim, a Postura estratégica (PE), que deve estar ligada ao modelo de gestão empresarial, o qual identifica as tomadas de decisões em todas as áreas da empresa, além de garantir uma visão integrada em qualquer atuação, independente do porte e da sua determinada postura dentro da organização (RAZZOLINI FILHO, 2012). Para Carland e Carland (1996), esta dimensão avalia o indivíduo que tem capacidade de percepção sobre os negócios, explora as oportunidades disponíveis no momento certo e tem habilidade na tomada de decisão.

No índice de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, após a distribuição das características empreendedoras dispostas nas quatro dimensões citadas, realiza-se a classificação de acordo com a pontuação obtida para efeito do cálculo da escala para mensurar o potencial empreendedor a partir de três grupos ou categorias. Primeira categoria, o microempreendedor (0 a 15 pontos): conforme Carland, Carland e Hoy (1992), este possui um negócio que não visa crescimento direto, mas que pode se tornar uma referência em sua cidade ou comunidade. Esse tipo de empreendedor vê seu negócio como a fonte primária para a renda familiar ou para estabelecer emprego familiar. Considera sua empresa um aspecto importante da sua vida, mas não será “consumido” por ela e buscará a sua satisfação pessoal por meio de alguma atividade externa

ao seu negócio. O sucesso, para o microempreendedor, pode ser medido pelo seu grau de liberdade e pela estabilidade de seu negócio, o que proporcionará condições de aproveitar a vida.

Segunda categoria, o empreendedor (16 a 25 pontos): os indivíduos concentram seus esforços para o lucro e o crescimento do seu negócio. Seus objetivos são mais ousados que os do microempreendedor, mas ao atingir o seu padrão desejado de sucesso, possivelmente o seu foco também mudará para outros interesses externos ao seu negócio. Esse tipo busca a inovação, normalmente procurando melhorias para os produtos, serviços e procedimentos já estabelecidos, em vez de engendrar algo totalmente novo, pois essas melhorias possuem menos probabilidades de desestabilizar o caminho para o sucesso que é tão importante para o empreendedor. O sucesso para as pessoas que se enquadram nessa categoria pode ser simbolizado por reconhecimento, admiração e riqueza (CARLAND; CARLAND; HOY, 1992).

Terceira categoria, o macroempreendedor (26 a 33 pontos): acredita-se que o seu próprio envolvimento com seu negócio é o caminho para a autorrealização. Costuma associar o seu sucesso ao crescimento e lucro do seu negócio, mas o seu interesse não é monetário, mas, sim, como um placar, para medir o seu sucesso pessoal, pois o que realmente deseja é dominar o seu mercado. Esse tipo é considerado inovador e criativo e está constantemente em busca de novos caminhos para transformar seus sonhos em novos produtos, mercados, indústrias e desafios. Um macroempreendedor verá seu negócio como um meio de mudar a indústria e tornar-se uma força dominante. Seus esforços giram em torno do seu empreendimento com força e determinação.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é de caráter descritivo, uma vez que busca analisar o potencial empreendedor dos discentes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão Comercial, Logística e Comércio Exterior de uma instituição de ensino superior (IES) privada

a partir do modelo de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*. Para Bonat (2009, p. 12), “[...] a pesquisa descritiva não tem como objetivo a proposição de soluções, mas sim a descrição de fenômenos.” Gressler (2004, p. 54) afirma que “[...] a pesquisa descritiva descreve fatos e características que estuda o número elevado de elementos, das variáveis pesquisadas, precisa ser interpretada para poder comparar, classificar, mensurar, avaliar e atingir os objetivos estudados de seus interesses de uma determinada população.”

A população deste estudo é composta por 331 discentes dos Cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Tecnologia em Logística e Gestão Comercial de uma instituição de ensino privada do Oeste de Santa Catarina. E a amostra compreende os 205 discentes que responderam ao instrumento de pesquisa em sala de aula durante os meses de setembro e outubro de 2014. Dessa forma, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento, ou *survey*, ao compreender uma amostra expressiva em relação ao universo pesquisado.

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa. Para Fachin (2006, p. 78), pesquisas de natureza quantitativa buscam a “[...] quantificação científica envolve um sistema lógico que sustenta a atribuição de números, cujos resultados sejam eficazes.” Bonat (2009, p. 11) ressalta que este tipo de pesquisa “[...] vai aferir aquilo que pode ser mensurado, medido, contado. Possui, portanto, um alto teor descritivo. Afasta a análise de questões pessoais, e por isso, é tão privilegiada pelo positivismo.”

Para a coleta de dados utilizou-se o instrumento proposto por Carland e Carland (1996) composto por 33 pares de questões fechadas, que buscam aferir o potencial empreendedor a partir de quatro dimensões: traços de personalidade (TP), propensão à inovação (PI), propensão ao risco (PR) e postura estratégica (PE). Ressalta-se que esse instrumento foi traduzido e validado no contexto nacional por meio de vários estudos empíricos que o utilizaram. Para Fachin (2006, p. 158), o instrumento de pesquisa “[...] consiste em um elenco de questões que são submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se coletar informações. E,

para que a coleta de informações seja significativa, é importante verificar como, quando e onde obtê-las.” Destaca-se que o instrumento de pesquisa utilizado neste estudo é composto por dois blocos, sendo o primeiro relacionado a informações para traçar o perfil dos entrevistados, como gênero, faixa etária, atividades profissionais desenvolvidas e se possui intenção de abrir seu próprio negócio. O segundo bloco é composto pelos 33 pares de questões do instrumento de Carland e Carland (1996).

No que se refere aos procedimentos de análise de dados, após a aplicação dos instrumentos de pesquisa, realizou-se a organização de todas as informações coletadas em planilhas eletrônicas nas quais se utilizou a estatística descrita para as primeiras análises. Na sequência, procedeu-se a classificação da pontuação para o cálculo do *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, no qual os respondentes considerados microempreendedores obtinham uma pontuação de 0 a 15 pontos, a categoria empreendedora é aferida pelos respondentes que atingirem de 16 a 25 pontos e, por fim, a categoria macroempreendedora, quando os respondentes atingem de 26 a 33 pontos.

5 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Para realizar a discussão dos achados desta pesquisa, procurou-se analisar o perfil dos discentes dos cursos de ciências sociais aplicadas investigados, identificar as características empreendedoras medidas pelo *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, classificar o potencial empreendedor dos discentes pesquisados a partir do CEI e comparar os resultados desta pesquisa com estudos empíricos anteriores.

5.1 PERFIL DOS DISCENTES DOS CURSOS DE SOCIAIS APLICADAS ANALISADOS

Nesta pesquisa, foram analisados 205 estudantes dos cursos de ciências sociais aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Tecnologia em logística e Tecnologia em Gestão

comercial de uma instituição de ensino superior privada localizada no oeste do estado de Santa Catarina.

Quanto ao gênero, verificou-se que 124 pessoas pertencem ao gênero feminino e 81 são do gênero masculino e a faixa etária é composta por uma média de idade de 22,9 anos, sendo que a média de idade do gênero feminino corresponde a 22,65 anos e o gênero masculino, a 23,8 anos.

Em relação às atividades profissionais desenvolvidas, 90,73% dos entrevistados (186 discentes) alegam exercer atividades profissionais e possuir um trabalho remunerado, e apenas 9,26% (19 discentes) alegam que não estão trabalhando no momento. Entretanto, no que se refere à intenção desses discentes de abrir seu próprio negócio, 70,73% (145 discentes) mencionaram que possuem essa intenção e 29,26% (60 discentes) revelaram que não pretendem empreender.

5.2 CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS MEDIDAS PELA ESCALA DO CEI

O modelo teórico adotado nesta pesquisa tem por base o *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, o qual considera quatro características para descrever o potencial de um empreendedor: Postura Estratégica (PE); Propensão à Inovação (PI); Propensão ao Risco (PR) e Traços de Personalidade (TP).

Em relação à Postura Estratégia (PE), Culti-Gimenez et al. (2006) ressaltam que essa dimensão busca identificar as oportunidades que os indivíduos têm para tomar decisões de acordo com suas necessidades, para determinar suas percepções referentes a suas intenções dentro da empresa e, ainda, com o intuito de proporcionar o crescimento do seu negócio com base em seus ideais próprios. A Tabela 1 apresenta as características empreendedoras relacionadas aos discentes dos cursos de ciências sociais aplicadas investigados a partir da perspectiva da Postura Estratégica (PE).

Tabela 1 – Características empreendedoras dos discentes analisados com base na Postura Estratégica (PE)

Questões	Respostas sem característica empreendedora	Respostas sem característica empreendedora	Respostas com característica empreendedora	Respostas com característica empreendedora
	N. de respostas	Percentual (%)	N. de respostas	Percentual (%)
01	34	16,58	166	80,97
04	39	19,02	182	88,78
05	65	31,7	164	80,00
08	19	9,26	169	82,43
09	137	66,82	83	40,48
11	125	60,97	62	30,24
12	68	33,17	149	72,68
20	72	35,12	104	50,73
21	132	64,39	43	20,97
23	81	39,51	133	64,87
24	101	49,26	88	42,92
27	83	40,48	107	52,19
28	122	59,51	97	43,31

Fonte: adaptado de Nascimento et al. (2014).

Observa-se na Tabela 1, nas respostas dos discentes com características empreendedoras estabelecidas a partir do *CEI*, a questão que obteve maior potencial empreendedor, com 88,78% dos respondentes, foi a Questão 4 “eu gostaria que este negócio crescesse e se tornasse uma empresa forte”. Na segunda posição, com 82,43% das respostas, aparece a Questão 8 “um plano deveria ser escrito para ser efetivo”. E a terceira posição foi ocupada pela Questão 1 “os objetivos por escrito para este negócio seriam cruciais”, que obteve 80,97%. Esses resultados confirmam os achados da pesquisa realizada por Nascimento et al. (2014), em que as Questões 4 e 8 também ficaram entre as três primeiras colocadas que definem o potencial empreendedor dos discentes em relação à postura estratégica.

Observa-se na Tabela 1, quanto às respostas dos discentes sem características empreendedoras, que a Questão 9 “eu dividiria meu tempo entre este negócio, família e amigos” obteve maior pontuação, com 66,82% das respostas. A segunda posição foi ocupada pela Questão 21 “nada sobre

gerenciar um negócio é sempre rotina”, com 64,39% dos respondentes. E, por fim, a terceira posição, com 60,97%, é ocupada pela Questão 11 “uma das coisas mais importantes em minha vida seria este negócio”. Estes achados corroboram os resultados da pesquisa de Nascimento et al. (2014), na qual as questões com maior pontuação entre os discentes sem características empreendedoras também foram as Questões 9 e 21.

No que se refere à Propensão à Inovação (PI), que demonstra o comportamento do empreendedor na busca por oportunidades e práticas de negócios, que identifica os processos administrativos que possam trazer resultados significativos em relação à criatividade e à motivação dos colaboradores da empresa e, ainda, agirem com uma perspectiva empreendedora para gerar competência aos processos gerenciais ao passo que podem proporcionar inovação em seus serviços e atividade para gerar um diferencial competitivo no mercado em que atuam (DORNELAS, 2008). Na Tabela 2, discorre-se sobre as características relacionadas à Propensão à Inovação (PI).

Tabela 2 – Características empreendedoras dos discentes analisados com base na Propensão à Inovação (PI)

Questões	Respostas sem característica empreendedora	Respostas sem característica empreendedora	Respostas com característica empreendedora	Respostas com característica empreendedora
	N. de respostas	Percentual (%)	N. de respostas	Percentual (%)
17	115	56,09	105	51,21
19	106	51,7	83	40,48
22	155	75,60	48	23,41
25	64	31,21	124	60,48
33	78	38,04	136	66,34

Fonte: adaptado de Nascimento et al. (2014).

Na Tabela 2, verifica-se que entre as questões com características empreendedoras se sobressai a Questão 33 “é mais importante ver as possibilidades nas situações”, com um percentual de 66,34%. A segunda posição é ocupada pela Questão 25 “eu adoro a ideia de tentar ser mais esperto que os concorrentes”, com 60,48% das respostas. Na terceira posição, com 51,21%, aparece a Questão 17 “eu sempre procuro por novas maneiras de fazer as coisas”. Na pesquisa de Nascimento et al. (2014), as

questões que demonstram a Propensão à Inovação (PI) são representadas pelas questões 33, 25 e 17, que coincidem com resultados desta pesquisa.

Quanto às questões que representam os respondentes que não demonstram características empreendedoras, a maior representatividade está na Questão 22 “eu prefiro as pessoas que são realistas”, com 75,6% das respostas, em segundo lugar, com 56,09%, têm-se a Questão 17 “eu procuro estabelecer procedimentos padrões para que as coisas sejam feitas certas”. E, por fim, a terceira posição, com 51,7%, é ocupada pela Questão 19 “eu penso que os procedimentos operacionais padrões são cruciais”. Esses achados condizem com os resultados de Nascimento et al. (2014).

Quanto às características empreendedoras da dimensão Traços de Personalidade (TP), de acordo com Hall, Lindzey e Campebell (2000, p. 229), compreende como a “[...] personalidade é constituída por tendências determinantes que desempenham um papel ativo no comportamento do indivíduo.” Na sequência, a Tabela 3 expressa os resultados associados às características dos respondentes que se referem aos Traços de Personalidade (TP).

Tabela 3 – Características empreendedoras dos discentes analisados com base nos Traços de Personalidade (TP)

Questões	Respostas sem característica empreendedora	Respostas sem característica empreendedora	Respostas com característica empreendedora	Resposta com característica empreendedora
	N. de respostas	Percentual (%)	N. de respostas	Percentual (%)
02	104	50,73	102	49,75
03	141	68,78	56	27,31
06	85	41,46	119	58,04
07	58	28,29	134	65,36
10	46	22,43	140	68,29
13	137	66,82	71	34,63
14	121	59,02	62	30,24
15	156	76,09	52	25,36
16	55	26,82	148	72,19
18	134	65,36	95	46,34
29	87	42,43	123	60,00
32	107	52,19	134	65,36

Fonte: adaptado de Nascimento et al. (2014).

Com base na Tabela 3, constata-se que a partir das respostas dos discentes com características empreendedoras, a primeira posição, com 72,19% das respostas dos entrevistados, fica com a Questão 16 “o desafio de ser bem sucedido é tão importante quanto o dinheiro”. Na segunda posição, com 68,29% das respostas, tem-se a Questão 10 “eu tendo deixar minha cabeça governar meu coração”, e com um empate na terceira posição aparecem as questões 7 “eu não descansaria até que nós fossemos os melhores” e a 32 “eu me preocuparia com os direitos das pessoas que trabalhassem para mim”, com um percentual de 65,36% cada uma delas.

Nas questões sem características empreendedoras, com 76,09%, a Questão 15 “eu penso que eu sou uma pessoa prática” ocupa a primeira posição. Em seguida, na segunda posição, com 68,78%, está a Questão 3 “eu não iniciaria este negócio se eu não tivesse certeza de que seria bem sucedido”. E, por fim, na terceira posição, com 66,82%, vem a Questão 13 “as pessoas que trabalhassem para mim gostariam de mim”. Na dimensão de Propensão ao risco, a Tabela 4 demonstra os resultados sobre as características dos respondentes em relação à Propensão ao Risco.

Tabela 4 – Características empreendedoras dos discentes analisados com base na Propensão ao Risco

Questões	Respostas com característica empreendedora		Respostas sem característica empreendedora	
	N. de respostas	Percentual (%)	N. de respostas	Percentual (%)
26	151	73,65	44	21,46
30	163	79,51	47	22,92
31	87	42,43	78	38,04

Fonte: adaptado de Nascimento et al. (2014).

Percebe-se na Tabela 4, que nas questões em que os respondentes apresentam características empreendedoras, a primeira posição é ocupada pela Questão 30 “se você quer que um negócio cresça você tem que assumir alguns riscos”, com 79,51%. Na segunda posição, com 73,65% das respostas, aparece a Questão 26 “se você quer exceder a concorrência,

“você tem que assumir alguns riscos”, e na terceira posição, com 42,43%, tem-se a Questão 31 “eu realmente não sentiria falta de trabalhar para alguém”. E os resultados apresentados corroboram parcialmente com os achados de Nascimento et al. (2014) nesta dimensão.

5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS A PARTIR DO *CEI*

Os resultados da aplicação do índice do *CEI*, que classifica em microempreendedor, empreendedor e macroempreendedor os discentes das ciências sociais aplicadas de uma instituição de ensino superior localizada no estado de Santa Catarina, são expostos na Tabela 5.

Tabela 5 - Classificação dos discentes a partir do índice de *Carland Entrepreneurship Index* (*CEI*)

Categoria do CEI	N. de respondentes	Percentual (%)
Microempreendedor	36	17,56
Empreendedor	167	81,46
Macroempreendedor	02	0,97
TOTAL	205	100

Fonte: os autores.

A partir das informações apresentadas na Tabela 5, percebe-se que os discentes pesquisados, em sua maioria, demonstram um potencial empreendedor, com 81,46% das respostas, o que corresponde a 167 respondentes. Na segunda posição, têm-se os microempreendedores, com 17,56% dos entrevistados, e os discentes classificados como macroempreendedores correspondem a apenas dois dos entrevistados analisados. Destaca-se que esses resultados corroboram com os achados de Nascimento et al. (2014) e Culti-Gimenez et al. (2006).

Na sequência, a Tabela 6 demonstra os resultados da comparação da classificação a partir do índice de *Carland Entrepreneurship Index* (*CEI*) entre os cursos das ciências sociais aplicadas na instituição de ensino superior pesquisada.

Tabela 6 – Classificação dos discentes a partir do índice de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)* por curso analisado

Cursos das ciências sociais aplicadas analisados	N. de respondentes	Microempreendedor %	Empreendedor %	Macroempreendedor %
Gestão Comercial	07	14,28	85,71%	0
Ciências Contábeis	75	14,66	85,33%	0
Administração	67	13,43	85,07%	1,49
Comércio Exterior	35	28,57	68,57%	2,85
Tecnologia em Logística	21	23,81	76,19%	0

Fonte: os autores.

Na Tabela 6, constata-se que, entre os cursos de graduação das ciências sociais aplicadas investigados, sobressai-se aqueles classificados como potencial empreendedores, em que a primeira posição é ocupada pelo curso de Gestão Comercial (85,71%), seguido pelos Cursos de Ciências Contábeis (85,33%) e Administração (85,07% dos respondentes). Na segunda categoria do *CEI* com maior representatividade dentro da amostra analisada, aparecem os microempreendedores em que se sobressaem o Curso de Comércio Exterior (28,57%) dos entrevistados, Tecnologia em Logística (23,81%) e Ciências Contábeis (14,66%). Na terceira e última categoria, macroempreendedor, tem-se a primeira posição ocupada pelo Curso de Comércio Exterior (2,85% dos respondentes) e Administração, com 1,49%.

5.4 COMPARAÇÕES DOS RESULTADOS DO PRESENTE ESTUDO COM OUTRAS INVESTIGAÇÕES EMPÍRICAS

Ao se realizarem as comparações dos resultados desta pesquisa com os estudos empíricos realizados por Nascimento et al. (2014), os quais analisaram discentes dos Cursos de Administração em uma IES privada catarinense, com a pesquisa de Vieira et al. (2013), que investigou comerciantes da cidade de Londrina, PR, com o estudo de Freitas et al. (2009), que abordou os clientes e futuros empreendedores, com Culti-

Gimenez et al. (2006), que também analisaram discentes do Curso de Turismo, com Ferreira (2005), que investigou empresas que atuam no varejo de materiais de construção civil na cidade de Curitiba, PR e com Koenijezuk (2004), que pesquisou empresários, percebe-se todos buscaram aplicar o índice de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, conforme os achados expostos na Tabela 7.

Tabela 7 – Comparação dos achados da pesquisa com estudos anteriores que utilizaram o CEI

Categorias do CEI	Pesquisa atual (%)	Nascimento et al. (2014) (%)	Vieira et al. (2013) (%)	Freitas et al. (2009) (%)	Culti-Gimenez et al.(2006) (%)	Ferreira (2005) (%)	Koenijezuk (2004) (%)
Microempreendedor	17,56	13,46	33	12,9	15,65	41,75	28,4
Empreendedor	81,46	83,65	67	86,5	83,67	57,28	67,5
Macroempreendedor	0,97	2,88	0	0,6	1	1	4,1

Fonte: adaptado de Nascimento et al. (2014).

Diante dos resultados apresentados na Tabela 7, verifica-se a predominância da categoria empreendedora presente em 81,46% dos entrevistados, seguida pela categoria microempreendedor, com 17,56%, e a categoria macroempreendedor, com 0,97%. Os achados deste estudo estão em linha com os estudos empíricos realizados por Nascimento et al. (2014), Vieira et al. (2013), Freitas et al. (2009), Culti-Gimenez et al. (2006), Ferreira (2005) e Koenijezuk (2004), uma vez que em todas as pesquisas a categoria do *CEI* com a maior representatividade foi a empreendedora. Para Carland, Carland e Hoy (1992), os indivíduos que se enquadram nesta categoria da escala do *CEI* concentram seus esforços para o lucro e o crescimento da organização. E, ainda, buscam a inovação, procuram melhorias nos produtos e serviços realizados em vez de procurar algo totalmente novo. Assim, o sucesso para esses indivíduos se traduz em reconhecimento, admiração e riqueza.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou analisar o potencial empreendedor dos discentes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão Comercial, Logística e Comércio Exterior de uma instituição de ensino superior (IES) privada a partir do modelo de *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*.

Em relação ao perfil dos 205 respondentes analisados, todos eram dos cursos de ciências sociais aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Tecnologia em logística e Tecnologia em Gestão comercial. Quanto ao gênero, observou-se a predominância do feminino (124 entrevistados), com uma média de idade próxima dos 23 anos. Destaca-se que 90,73% dos discentes analisados exercem atividades profissionais e possuem um trabalho remunerado e que 70,73% mencionaram a intenção de abrir seu próprio negócio.

No que se refere às características empreendedoras mensuradas a partir do *CEI* identificou-se a presença das quatro dimensões do modelo teórico, sendo elas: Postura Estratégica (PE), Propensão ao Risco (PR), Traços de Personalidade (TP) e Propensão à Inovação (PI). Ressalta-se que esses achados corroboram parcialmente com os resultados de Nascimento et al. (2014).

Quanto à classificação do potencial empreendedor dos discentes analisados por meio do *Carland Entrepreneurship Index (CEI)*, verifica-se a predominância de discentes com a perspectiva empreendedora (81,46%), seguidos da perspectiva de microempreendedores, com 17,56% dos entrevistados, e apenas dois discentes classificados como macroempreendedores, visto que estes achados corroboram com os resultados de Nascimento et al. (2014) e Culti-Gimenez et al. (2006). Entretanto, ao realizar a classificação da escala do *CEI* por curso de graduação, percebe-se que os discentes do Curso de Gestão Comercial apresentaram um perfil empreendedor maior em relação aos outros cursos analisados. E, ainda, nas perspectivas de microempreendedores

e macroempreendedores, observa-se a predominância do Curso de Comércio Exterior.

Ao realizar um cotejamento entre resultados desta pesquisa e os achados de estudos empíricos, observa-se a predominância da categoria empreendedora presente em 81,46% dos entrevistados, seguida pela categoria microempreendedor, com 17,56%, e a categoria macroempreendedor, com 0,97%. Estes resultados corroboram com os resultados de Nascimento et al. (2014), Vieira et al. (2013), Freitas et al. (2009), Culti-Gimenez et al. (2006), Ferreira (2005) e Kornijezuk (2004).

Conclui-se que o estudo entre os discentes investigados identificou a presença do potencial empreendedor conforme a escala do *CEI* em suas quatro dimensões. Esses achados confirmam ainda os resultados de outros estudos empíricos, como os de Nascimento et al. (2014), Vieira et al. (2013), Freitas et al. (2009), Culti-Gimenez et al. (2006), Ferreira (2005) e Kornijezuk (2004), os quais aplicaram o *CEI* em contextos culturais distintos. Sugere-se, para futuras pesquisas, a análise das intenções empreendedoras desses discentes, que mencionaram a intenção de abrir seu próprio negócio e, ainda, um estudo longitudinal para aferir o potencial empreendedor destes discentes após terem concluído os cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ANGELO, E. B. **Empreendedor corporativo**: a nova postura de quem faz a diferença. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedor e gestão**: fundamentos, estratégias e Dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012.

BYRNE, J. **Empreendedores Extraordinários**: 25 celebridades do empreendedorismo moderno e suas finanças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BONAT, D. **Metodologia da pesquisa**. 3ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

CARLAND, J. C.; CARLAND, J. W. The theoritetical bases and dimensionality of the carland entrepreneurship index. **Conference University of jyvaskyla**, Filand, p. 1-24, 1996. Disponível em: <<http://www.thedrscarland.com>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CARLAND, J. W.; CARLAND, J. A. C.; HOY, F. S. **An entrepreneurship index**: an empirical validation. In: *Frontiers of Entrepreneurship Research*, 1992.

CULTI-GIMENEZ, S. et al. Comportamento empreendedor de alunos do curso de turismo. **Cadernos da Escola de Negócios**. v. 4, n. 4, jan./dez. 2006.

DEGEN, R. J. **Empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Person Prentice Hall. 2009.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Ed. de Cultura, 1999.

DEMO, P. **Metodologia Científica**: em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo Corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, J. M. **Potencial empreendedor e liderança criativa: um estudo com varejistas de materiais de construção da cidade de Curitiba/PR**. 2005. 133 p. Dissertação (Mestrado em Administração)– Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

FREITAS, A. A. F. et al. O potencial empreendedor de empreendedores informais clientes de programas de microcrédito: uma avaliação sob as perspectivas de capital humano e gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. CD-ROM.

GERBER, M. E. **Empreender**: fazendo a diferença. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

GERBER, M. E. **O Mito do Empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2011.

GRESSLER, L. A. **Introdução à Pesquisa**: projetos e relatórios. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, C. S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. **Teorias da Personalidade**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

HASCHIMOTO, M. **Espírito Empreendedor nas Organizações**: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006.

INÁCIO JÚNIOR, E.; GIMENEZ, F. A. P. Potencial Empreendedor: um instrumento para mensuração. **Revista de Negócios**, v. 9, n. 2, p. 107-116, 2004.

JAÉN, I.; LIÑÁN, F. Work values in a changing economic environment: the role of entrepreneurial capital. **International Journal of Manpower**, v. 34, n. 8, p. 939-960, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria hipóteses e variáveis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

NASCIMENTO, S. et al. Potencial empreendedor dos discentes do curso de administração de uma instituição privada à luz do Carland *Entrepreneurship Index* (CEI). In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: EGEPE, 2014. CD-ROM.

PESSOA, R. W. A.; NASCIMENTO, L. F.; SOARES NETO, E. Perfil dos Empreendedores Formais de Aracati/CE. **Revista alcance**, v. 15, n. 2. p. 209- 225, maio/ago. 2008.

RAZZOLINI FILHO, E. **Administração da Pequena e Média Empresa**. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2012.

REIS, Evandro Paes dos; ARMOND, Álvaro Cardoso. **Empreendedorismo**. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2012.

REGINATO, A. P. et al. **Projeto talentos empreendedores**: voar é preciso; Iniciação Empresarial. Rio Grande do Sul. Sebrae, 1995.

VIEIRA, S. F. et al. Formação de estratégias em micro e pequenas empresas do comércio de Londrina: uma abordagem sob a perspectiva das configurações. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 7, n. 1, jan./abr. 2013.

KORNIJEZUK, F. B. S. **Características empreendedoras de pequenos empresários de Brasília**. 2004. 129 p. Dissertação (Mestrado em Administração)–Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2004.

REDUÇÃO DE PERDAS NOS PROCESSOS LOGÍSTICOS EM UMA EMPRESA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS CHAPECÓ – SC

Marcelo Antonio dos Santos*

Wagner Bueno**

Sabrina do Nascimento***

Resumo

Este estudo buscou identificar as perdas (avarias) decorrentes do processo logístico de uma empresa de armazenagem e distribuição de bebidas, com sede em Chapecó/SC. Na metodologia, optou-se por uma pesquisa descritiva por meio de um estudo de caso simples com uma abordagem quantitativa dos dados. Ao analisar os processos logísticos dos setores de distribuição e armazenagem, identificou-se oito motivos causadores de avarias, sendo que dois tipos de avarias obtiveram destaque ao representar 65% sobre o valor total de produtos danificados durante os processos analisados. Os dois tipos de avarias que se sobressaíram foram o operadores de empilhadeira e o carregamento nos fornecedores de mercadorias. Concluiu-se que a empresa deve atuar de forma emergencial a fim de solucionar estes dois tipos de problemas logísticos. A pesquisa propõe, ainda, ao setor de armazenagem, a realização de treinamento e capacitação dos operadores de empilhadeira, uma vez que estes foram responsáveis pelo maior índice de danos causados aos produtos no período analisado. Para facilitar o planejamento e realização deste treinamento foi elaborado um plano de ação com base no Quadro 5W2H, com o intuito de discriminar o cronograma, as responsabilidades e custos desta atividade. E por fim, a sugestão de melhoria proposta na pesquisa de estudo quanto

* Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó, Graduando de Tecnologia em Logística na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marcelo.antonio@hotmail.com.br

** Especialista em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas, Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; wagner.bueno@unoesc.edu.br

*** Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

a identificar os prejuízos na forma de perdas de mercadoria no período analisado, poderia garantir um incremento de aproximadamente R\$ 14.996,62 (Quatorze mil e novecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos) à sua lucratividade. Além, de amenizar o impacto de outros custos e despesas ao processo logístico da Organização.

Palavras-chave: Perdas. Sistemas de operações logísticas. Empresa de armazenagem e distribuição de bebidas.

1 INTRODUÇÃO

Na busca por soluções para os problemas organizacionais, pesquisadores e gestores vêm desenvolvendo modelos e instrumentos para auxiliar na gestão das empresas. Ferraz (2013) destaca que, nos últimos anos, várias ferramentas de gestão se tornaram corriqueiras no cotidiano das pequenas e médias empresas. Estas ferramentas ou modelos de gestão podem auxiliar os administradores a entender tanto a própria empresa quanto o mercado em que a organização atua. Para Van Assen, Van Berg e Pietersma (2009, p. 1), os modelos de gestão configuram-se como “uma forma de comunicação que elimina dificuldades abstratas e proporciona abrangência.”

Van Assen, Van Berg e Pietersma (2009, p. 1) destacam que “os modelos podem ser aplicados de forma estratégica, tática ou operacional: alguns são ferramentas de solução de problemas para aumentar a eficiência e eficácia; a maioria foi criada para resolver problemas específicos.” Os modelos de gestão não garantem ao gestor tratar um problema de forma objetiva, porém fornecem percepções que podem permitir escolhas que almejem a eficiência organizacional e auxiliem no processo de tomada de decisão.

A partir dos modelos de gestão proporcionar ferramentas aos gestores que auxiliem no processo de gerenciamento da organização, principalmente, quanto aos processos logísticos de armazenagem e distribuição que envolve uma empresa. Dessa forma, o estudo busca identificar as perdas (avarias) decorrentes do processo logístico de uma empresa de armazenagem e distribuição de bebidas, com sede em Chapecó/SC. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa busca-se

examinar as avarias ocorridas com os produtos no setor de armazenagem, aferir as avarias ocorridas no setor de distribuição e a classificação por meio da Curva ABC das principais perdas ocorridas no processo logístico da empresa analisada. E, por fim, apresentam-se as sugestões de melhoria ao processo logístico investigado.

2 A CADEIA DE VALOR

Para que uma organização possa tomar decisões acertadas, ela precisa ter esclarecidos aspectos relacionados a seu posicionamento no mercado, a partir deste ponto poderá transformar em valores para seus clientes características que somente ela possui. Segundo Porter (1985 apud VAN ASSEN; VAN BERG; PIETERSMA 2009, p. 13) “a vantagem competitiva somente pode ser compreendida ao se analisar a empresa como um todo.”

Dessa forma, a cadeia de valor é um modelo de gestão elaborado por Michael Porter que auxilia a empresa a analisar atividades específicas que possibilitem à organização criar valor e vantagem competitiva (VAN ASSEN; VAN BERG; PIETERSMA, 2009). Nesse contexto, a forma como uma organização executa e controla as operações da cadeia em que se encontra inserida determina os custos e afeta seus lucros. A seguir, a Figura 1 demonstra as atividades primárias e secundárias da cadeia de valor.

Figura 1 – Cadeia de Valor Atividades Primárias e Secundárias



Fonte: Van Assen, Van Berg e Pietersma (2009, p. 13).

Meirim (2014) ressalta que as atividades primárias contemplam:

- logística interna como atividades relacionadas com o manuseio de materiais, armazenagem, controle de estoques utilizado para receber e disseminar os insumos de um produto;
- operações: atividades necessárias para converter os insumos fornecidos pela logística interna na forma de produto final;
- logística externa: atividades relacionadas com a coleta, armazenagem e distribuição física do produto final para o cliente;
- Marketing e Vendas: atividades concluídas para fornecer os meios que permitam que os clientes adquiram os produtos e induzam a adquiri-los;
- Serviços: atividades destinadas a realçar ou manter o valor de um produto.

As atividades que apoiam e auxiliam as atividades primárias, de acordo com Van Assen, Van Berg e Pietersma (2009) correspondem:

- infraestrutura: inclui a gestão geral, administrativa, legal, financeira, contabilidade, assuntos públicos, de qualidade;
- gestão de recursos humanos: recrutamento, desenvolvimento, retenção e compensação de colaboradores e gestores;
- desenvolvimento tecnológico: desenvolvimento tecnológico para apoiar as atividades da cadeia de valor;
- investigação e desenvolvimento: automação de processos, design;
- aquisição/compra: todos os processos que a empresa realiza para adquirir os recursos necessários para trabalhar.

2.1 CICLO PDCA

O Ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é uma ferramenta muito utilizada pelas organizações e visa ao aumento da qualidade e planejamento dos processos, auxiliando na tomada de decisão e no alcance dos objetivos. O PDCA é separado em etapas, que representam o planejamento, a implantação das ações necessárias, o monitoramento do que está sendo realizado e a execução das ações para buscar a melhoria contínua.

Conforme Sebrae (2005), o P de planejamento é a fase inicial do PDCA, onde é realizada a identificação do problema e a sua análise, sempre buscando identificar quais as causas para, posteriormente, planejar da melhor forma os planos de ação, visando atingir os objetivos. O D é a segunda etapa do PDCA, onde são colocados em prática os planos de ação elaborados durante o planejamento. Todos os colaboradores envolvidos devem ser treinados para que a execução do que foi planejado ocorra da melhor forma possível. O C de *Check* é uma das etapas mais importantes do PDCA, pois verifica se tudo está sendo realizado de forma eficaz. Uma maneira de acompanhar os procedimentos é por meio de auditorias internas, o que facilita o comparativo entre o que foi planejado e o que foi realizado. E, por fim, o A corresponde à aplicação de ações corretivas quando encontradas falhas durante a verificação, atacando diretamente as causas que impediram a execução do que foi planejado. Dessa forma, quando os resultados são alcançados, são estabelecidos padrões que podem ser transformados em novos procedimentos ou normas.

O 5W2H é uma ferramenta que auxilia no planejamento e identificação de cada passo da ação para a solução do problema, tornando o processo simples e organizado, onde é informado o problema e o cronograma para a implantação das ações corretivas. De acordo com Franklin e Nuss (2006), um plano de ação deve estar estruturado para permitir a rápida identificação dos elementos necessários à implementação do projeto. Estes elementos básicos podem ser descritos pelo que se convencionou chamar 5W2H.

2.2 CLASSIFICAÇÃO ABC

A Curva ABC decorrente da metodologia de custeio ABC (*Activity Based Costing* ou Custeio Baseado em Atividades), também conhecida como Análise de Pareto ou Regra 80/20, foi desenvolvida por Joseph Moses Juran, um consultor da área da qualidade, o qual identificou que 80% dos problemas são causados por 20% dos fatores. De acordo com Castro (2010), a nomenclatura “Pareto” vem de uma homenagem ao economista italiano Vilfredo Pareto, conhecido por pesquisas que identificaram que 80% da riqueza da Itália pertenciam a 20% da população.

A Curva ABC classifica os produtos ou processos a partir de uma ordem decrescente de importância, onde a classe A: o valor ou quantidade de itens, correspondendo a 20% do total; Classe B: a quantidade ou valor intermediário dos itens, correspondendo a 30% do total; e a Classe C: de menor importância, tem o seu valor ou quantidade, correspondendo a 50% do total. Ressalta-se que os parâmetros descritos não podem ser encarados como uma regra matematicamente fixa e exata. Estes itens podem variar de organização para organização nos percentuais descritos. Por isso, é preciso atenção na hora de realizar a análise da Curva ABC (CASTRO, 2010).

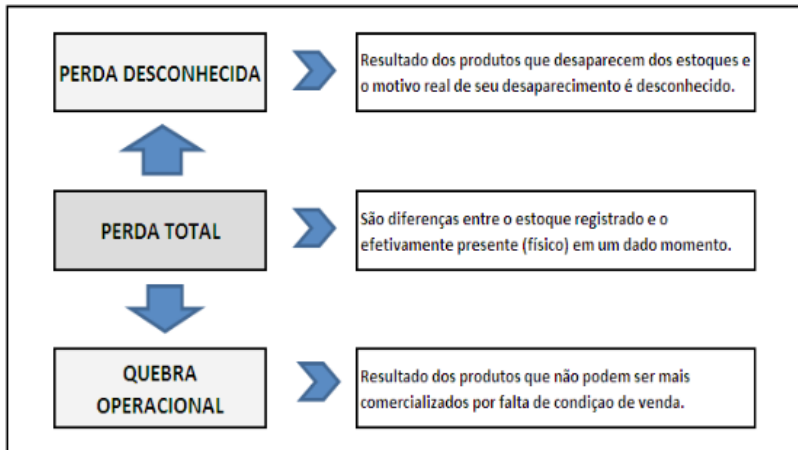
A utilização mais comum da curva ABC acontece no gerenciamento de estoques, a fim de realizar um controle apurado dos produtos em estoque, e, ainda, busca a redução de custos sem comprometer o nível de atendimento ao cliente. Esta metodologia auxilia na classificação dos itens em estoque de acordo com a importância para o negócio. Entretanto, esta classificação pode ser utilizada em outros departamentos ou setores da empresa, como para identificar os principais clientes, os fornecedores potenciais, os problemas comuns à organização e outras análises (CASTRO, 2010).

2.3 PERDAS DE MERCADORIA

As empresas buscam o desenvolvimento organizacional a partir de seus esforços no departamento comercial e na redução de

despesas. Porém, reduzir despesas sem uma análise prévia pode ocasionar mais prejuízos do que benefícios. Nesse aspecto, a logística integrada proporciona grande vantagem a organizações com planejamento bem definido. A gestão e prevenção de perdas de mercadoria permite à empresa proteger seu patrimônio, tendo em vista que perdas representam prejuízos a seu ativo.

Figura 2 – Perda Total, Perda Desconhecida e Quebra Operacional



Fonte: adaptado de Arcoverde (2010 apud VENTURA 2011).

Para Oliveira Sobrinho (2008) a prevenção de perdas tem o intuito de combater o desperdício de materiais e a introdução de práticas preventivas para que as perdas sejam reduzidas nas organizações, uma vez que as perdas totais são divididas em perdas desconhecidas e quebras operacionais (perdas conhecidas), conforme aponta a Figura 2.

2.3.1 Perdas Desconhecidas

As perdas desconhecidas correspondem às mercadorias adquiridas pela empresa e que fazem parte de seu estoque, porém no momento da realização do inventário de estoques não são localizadas, sendo o motivo da falta desconhecido. Ventura (2011, p. 31) conceitua as perdas desconhecidas como sendo “mercadorias que foram compradas

e ‘desapareceram’ dos estoques da loja, em determinado momento, sem que se saibam os motivos.”

Perdas desconhecidas podem ocorrer de várias formas Ventura (2011) identifica algumas causas dessas perdas desconhecidas como: a) Furto interno – é o furto realizado por colaboradores da empresa que geralmente acontece na área de armazenamento e vendas; b) furto externo, realizado por pessoas que frequentam a empresa, clientes ou não clientes, também pode ocorrer no ato da entrega dos produtos no ponto de venda sem que os colaboradores percebam; c) fraude de fornecedores e Clientes, a não conferência da chegada da mercadoria ao depósito, produtos em quantidades menores ou maiores do que a solicitada e descrita na nota fiscal; d) erros administrativos e operacionais, são erros que ocorrem de forma não intencional pelos colaboradores da empresa e acarretam prejuízos; e) erros na utilização de sistemas informatizados que ocorrem por meio dos erros de digitação dos dados; f) consumo de mercadoria por funcionários e clientes, são mercadorias que são consumidas e não são pagas; g) quebras e danos não registrados são mercadorias avariadas e que não possuem mais condições de venda, normalmente, estas são descartadas ou despejadas sem o registro de baixa no estoque; h) acordo de funcionário com cliente, são acordos feitos de forma proposital entre colaboradores da empresa e fornecedores ou clientes, para que sejam beneficiados de forma fraudulenta.

2.3.2 Quebra Operacional

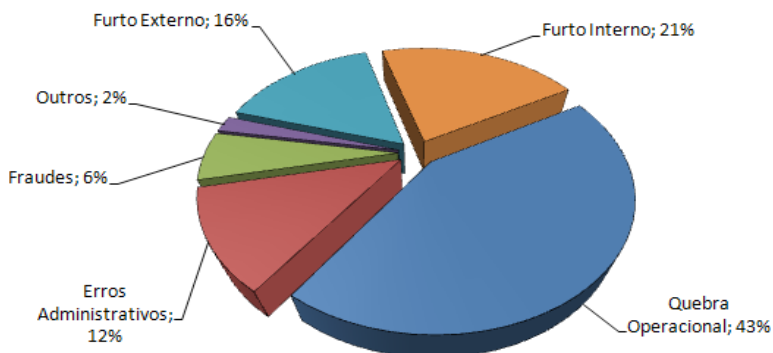
Lapa (2010 apud VENTURA, 2011, p. 33) afirma que as “quebras são as mercadorias identificadas como impróprias para o consumo e para comercialização, e que apesar de estarem presentes no estoque, não possuem mais utilidade por estarem avariadas, deterioradas ou vencidas.” Essas quebras afetam a margem de lucro da empresa de forma negativa, uma vez que não serão vendidas e sim descartadas.

A quebra operacional normalmente ocorre por falha na execução das rotinas dos colaboradores e são catalogadas pela empresa, o que

facilita a verificação dos fatores geradores da quebra operacional. Estas deverão ser registradas no sistema de automação para que os estoques sejam atualizados e sua estatística seja controlada. As quebras devem ser informadas no sistema na data de sua identificação para que sejam tomadas ações preventivas e reativas (VENTURA, 2011).

São inúmeros os fatores geradores da quebra operacional. Arcoverde (2010 apud VENTURA, 2011) aponta alguns dos fatores que podem ocasionar a quebra operacional, como: a) recebimento inadequado de produtos – o colaborador responsável pelo recebimento dos produtos deve conferir todos os produtos, é comum receber produtos com data de validade reduzida, má-qualidade, amassados, sujidades e produtos danificados; b) mau gerenciamento de estoques – o gerenciamento dos estoques é um fator primordial para que não ocorram quebras operacionais. Torna-se relevante utilizar o sistema PEPS (Primeiro a Entrar e Primeiro a Sair) na gestão dos estoques, pois os produtos podem ter seu prazo de validade vencido antes de serem destinados ao mercado; c) qualidade precária das mercadorias; d) armazenar o produto em local inadequado e à mercê do tempo, ou poeira, pode reduzir a qualidade do produto e impossibilitar sua venda; e) erros nas operações são falhas relacionadas ao transporte e movimentação, como o acondicionamento inadequado dos produtos e empilhamento incorreto; f) acidentes causados por clientes ou funcionários, são quebras causadas de forma não intencional, normalmente devido à queda da mercadoria; g) manipulação incorreta de produtos são avarias causadas pela manipulação incorreta dos produtos; h) compras em excesso, produtos estocados de forma excessiva podem sofrer aumento nas quebras devido ao manuseio frequente e desnecessário; e i) locais sem condições apropriadas para armazenamento, produtos armazenados em locais úmidos, com grande oscilação de temperaturas ou sujos. Na sequência, o Gráfico 1 demonstra o panorama das avarias ocorridas nos armazéns brasileiros de acordo com o estudo desenvolvido por Jarnyk (2008).

Gráfico 1 – Avarias nos Armazéns do Brasil



Fonte: Jarnyk (2008, p. 13).

A ocorrência de quebras de mercadorias durante a realização de operações logísticas de armazém é um dos fatores responsáveis pela geração de prejuízos às organizações, uma vez que as quebras têm impacto na margem de lucratividade da empresa. Segundo Jarnyk (2008, p. 9), “as quebras e perdas consomem a margem e reduzem a competitividade da empresa no mercado.” A quebra operacional é responsável por cerca de 43% do volume de quebras e perdas de produtos nas empresas brasileiras, sendo assim qualquer que seja o percentual de redução no índice de quebras, este trará impacto imediato na lucratividade da organização (JARNYK, 2008).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa configura-se como uma pesquisa descritiva a partir de um estudo de caso simples, com uma abordagem quantitativa dos dados. De acordo com Stake (2000 apud ALVES-MAZZOTTI, 2006) em relação à estratégia de pesquisa que adotam, a técnica de estudo de caso tem como base o interesse individual no caso analisado e não nos métodos de investigação, que podem ser qualitativos ou quantitativos. Em relação

à abordagem quantitativa, Rover (2010, p. 21) ressalta que esta “se refere a tudo que pode ser transformado em números e quantificado.”

A empresa objeto de estudo compreende uma distribuidora de bebidas localizada na cidade de Chapecó com filiais distribuídas em outras cidades do estado de Santa Catarina, a qual não será divulgada sua denominação social por motivos estratégicos. Cabe mencionar que a filial estudada, com sede na cidade de Chapecó, corresponde a maior unidade da empresa em volume armazenado e, conseqüentemente, transportado para outras filiais do grupo.

Destaca-se, ainda, que a empresa conta com um *Share* de mercado no segmento de cervejas equivalente a 70% de sua área de atuação, com aproximadamente 500 colaboradores diretos, além de uma frota de mais de 100 veículos responsáveis pela retirada de mercadorias nas fábricas fornecedoras e também para distribuição a 130 municípios atendidos na área de atuação da empresa.

A coleta de dados ocorreu nos meses de agosto a outubro de 2014, no sistema de controle gerencial da empresa, onde foram coletados dados referente a perdas de mercadorias causadas por falha no manuseio, informações relacionadas ao volume e aos valores de produtos danificados. Estes dados foram analisados a partir da estatística descritiva e planilhas eletrônicas do *Microsoft Excel*.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, busca-se examinar as avarias ocorridas com os produtos no setor de armazenagem, aferir as avarias ocorridas no setor de distribuição e a classificação por meio da Curva ABC das principais perdas ocorridas no processo logístico da empresa analisada. E, por fim, apresentam-se as sugestões de melhoria ao processo logístico investigado.

4.1 AVARIAS OCORRIDAS NO SETOR DE ARMAZENAGEM

A partir das informações coletadas no sistema de controle gerencial adotado pela empresa analisada, foram identificados oito tipos de avarias causadas aos produtos ocorridas nas operações da empresa. Estas avarias foram apontadas pelos gestores entrevistados como avarias de maior impacto sobre a lucratividade da organização, confirmando as informações coletadas no sistema da empresa. Destaca-se que entre os oito tipos de avarias causadas aos produtos comercializados pela organização, cinco estão relacionados a tarefas executadas pelo setor de armazenagem e três relacionadas a tarefas do setor de distribuição.

Os tipos de perdas identificados como de maior incidência no setor de armazenagem foram: a) operador de empilhadeira – são as avarias causadas pelo operador do equipamento devido à falha no manuseio da máquina ou erro na execução das tarefas; b) carregamento diurno – são avarias causadas durante a separação de pedidos durante o dia; c) carregamento noturno – compreendem as avarias causadas durante a separação de pedidos no turno da noite; d) despejo vencido – configuram-se como os produtos que venceram dentro do armazém e foram destinados para despejo ou descarte; e) consumo interno – se referem aos produtos destinados para consumo durante as refeições dos colaboradores e também consumação indevida no interior do armazém. A Tabela 1 demonstra os tipos de avaria encontrados no setor de armazenagem, o volume em litros, o valor dos produtos avariados e o percentual de responsabilidade dos colaboradores.

Tabela 1 – Avarias no setor de armazenagem constatadas na empresa analisada

Nº	Tipo da Avaria	Volume Litros	Valor (R\$)	% Responsabilidade
1	Operador de Empilhadeira	1.658	R\$ 7.521,03	58%
2	Carregamento Interno Diurno	940	R\$ 2.118,02	16%
3	Carregamento Interno Noturno	736	R\$ 2.115,77	16%
4	Despejo (Vencido)	315	R\$ 677,47	5%
5	Consumo Interno (Refeição)	375	R\$ 488,97	4%
Acumulado		4.023	R\$ 12.921,26	100%

Fonte: os autores.

Observa-se na Tabela 1 que um volume significativo de avarias ocorre durante a movimentação dos produtos, com maior destaque para avarias causadas pelos operadores de empilhadeira (58%). Cabe mencionar que todos os produtos manuseados no armazém da empresa em algum momento são movimentados com auxílio das empilhadeiras, o risco de que algum dano ocorrer nos produtos torna-se maior, o que caracteriza este tipo de avaria como sendo uma quebra operacional. Para Arcoverde (2010, p. 35 apud VENTURA, 2011, p. 33), a quebra operacional corresponde às “falhas relacionadas ao transporte e movimentação” de mercadorias.

O setor de armazenagem na organização é responsável por toda movimentação interna de mercadorias, conferência, carga, descarga, estocagem, separação de pedidos e gestão de estoques. Este setor tem uma função relevante na preservação da qualidade dos produtos comercializados pela empresa e na imagem desta perante os clientes, uma vez que todo volume de produtos destinado ao mercado passa por este departamento.

4.2 AVARIAS OCORRIDAS NO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Entre os tipos de avarias identificadas no setor de distribuição da empresa analisada, tem-se: a) carregamento dos fornecedores – representam as perdas ocorridas no trajeto da fábrica para a empresa

(revenda), após o veículo ter saído da fábrica que normalmente ocorrem devido a acidentes de trânsito ou mau acondicionamento do produto no veículo; b) equipe de distribuição – correspondem às perdas causadas no trajeto da empresa ao cliente, normalmente ocorrem por falha no manuseio e acondicionamento do produto nos veículos de entrega; e c) Trocas – são os produtos que venceram ou foram danificados nos pontos de venda e foram substituídos pela empresa para o cliente por produtos em condições de consumo, estes produtos ao retornar para a empresa são descartados. Na sequência, a Tabela 2 demonstra as avarias detectadas no setor de distribuição, o volume em litros, os valores correspondentes a estas avarias e o percentual de responsabilidade.

Tabela 2 – Avarias no setor de distribuição constatadas na empresa analisada

Nº	Tipo da Avaria	Volume Litros	Valor (R\$)	% Responsabilidade
1	Carregamento Fornecedores	2.955	R\$ 7.444,78	73%
2	Equipe de Distribuição	655	R\$ 2.670,50	26%
3	Trocas	13	R\$ 35,18	0%
Acumulado		3.623	R\$ 10.150,47	100%

Fonte: os autores.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que o maior volume de perdas está vinculado ao carregamento dos fornecedores (73%) estes danos ocorrem durante o trajeto da fábrica (fornecedor) para a revenda (empresa), seja este ocasionado por acidentes de trânsito ou pelo mau acondicionamento dos produtos nos veículos. O departamento de distribuição é responsável por toda parte de movimentação externa das mercadorias, ou seja, pela entrega física dos produtos aos clientes e também pelo transporte dos produtos adquiridos pela empresa junto às fábricas fornecedores.

4.3 CLASSIFICAÇÃO ABC NA EMPRESA ANALISADA

Após a análise individual dos setores nos itens anteriores, realizou-se a avaliação dos volumes consolidando os motivos de perdas

causados no armazém e na distribuição da empresa. Durante a análise atribuída à classificação ABC aos motivos que causam as avarias aos produtos, objetivou-se verificar qual entre os oito tipos de avaria tem maior representatividade sobre o valor total de perdas dentro do período analisado.

O tratamento a partir da classificação ABC permite a escolha dos procedimentos mais adequados para cada categoria. Alvarenga e Novaes (2000) ressaltam que, na Logística, o emprego da classificação ABC é bem amplo e não se aplica unicamente ao controle de estoque. Na sequência, a Tabela 3 demonstra os valores das avarias consolidadas na empresa durante o período investigado.

Tabela 3 – Avarias consolidadas no setor de Armazém e Distribuição na empresa analisada a partir da classificação ABC

Nº	Tipo da Avaria	Volume Litros	Valor (R\$)	% Responsabilidade	%	ABC
1	Operadores de Empilhadeira	1.658	R\$ 7.521,03	33%	65%	A
2	Carregamento Fornecedores	2.955	R\$ 7.444,78	32%		
3	Equipe de Distribuição	655	R\$ 2.670,50	12%	30%	B
4	Carregamento Interno Diurno	940	R\$ 2.118,02	9%		
5	Carregamento Interno Noturno	736	R\$ 2.115,77	9%		
6	Despejo (Vencido)	315	R\$ 677,47	3%	5%	C
7	Consumo Interno (Refeição)	375	R\$ 488,97	2%		
8	Trocas	13	R\$ 35,18	0,2%		
Acumulado		7.646	R\$ 23.071,73	100%	100%	

fonte: os autores.

A partir da Tabela 3, percebe-se que foram classificados dois itens como “A”, três itens como “B” e três itens do tipo “C”. Os itens classificados como “A” representam 65% do valor total das avarias ocorridas na empresa e correspondem a R\$ 14.965,81. Dessa forma, torna-se necessário um tratamento prioritário aos Operadores de Empilhadeira e o Carregamento de Fornecedores.

Observa-se ainda na Figura 3, que a perda logística total estimada no período do trimestre foi de R\$ 23.071,73. Sugere-se uma perda anual de aproximada de R\$ 92.286,92 e uma projeção de perdas em cinco anos de R\$ 461.434,60. Assim, destaca-se a representatividade deste estudo, tendo em vista que este montante poderia ser aplicado em melhorias na estrutura da empresa.

4.4 SUGESTÃO DE MELHORIA AO PROCESSO LOGÍSTICO ANALISADO

Neste item, propõem-se algumas tratativas para auxiliar a empresa na redução dos índices de perdas nos setores de armazenagem e distribuição. Por se tratarem de quebras operacionais, normalmente ocorridas por falha na execução de algum processo por parte do colaborador, torna-se necessário modificar o padrão de execução, a fim de que os colaboradores mantenham a qualidade dos processos internos e externos.

Em virtude das necessidades logísticas de mercado em muitos casos ocorre a consolidação ou desconsolidação das cargas entre os veículos de coleta, entrega e os terminais de carga. Estas operações acabam por expor os produtos a possíveis impactos, vibração, compressões e perfurações, o que impossibilita, em muitos casos, sua comercialização. Para Neves (2013), as movimentações excessivas nas mercadorias expõem estes materiais a maiores possibilidades de danos e/ou avarias decorrentes de seu manuseio.

Para tratar as falhas dos operadores de empilhadeira, sugere-se que sejam realizados treinamentos com estes colaboradores, a fim de que tenham o conhecimento de como operar as máquinas e manusear adequadamente cada tipo de produto. Falhas ocorridas nos processos de carga e descarga normalmente comprometem por completo o produto avariado, em virtude do fracionamento dos itens. Neves (2013) destaca que um problema decorrente das operações, sobretudo no transporte de carga fracionada, decorre dos diferentes tipos, valores e características das mercadorias manuseadas.

Ainda com o objetivo de sugerir melhorias aos processos logísticos da empresa analisada, realizou-se a elaboração de um plano de ação, a fim de planejar a execução do treinamento dos colaboradores, a definição das responsabilidades por meio de um roteiro detalhado e estimar os custos esperados no processo. Conforme Franklin e Nuss (2006, p. 2), uma das alternativas sugeridas para a empresa seria a adoção de um “Plano de Ação que deve estar estruturado para permitir a rápida identificação dos elementos necessários à implementação do projeto. Estes elementos básicos podem ser descritos pelo que se convencionou

chamar 5W2H.” O Quadro 1 apresenta o plano de ação elaborado com o auxílio do 5W2H.

Quadro 1 – Plano de ação 5W2H desenvolvido de acordo com as necessidades da empresa estudada

Análise - 5W2H											
Assunto: Treinamento Operadores de Empilhadeira						Data: A definir					
What (O que?)	Who (Quem?)	Why (Porquê?)	Where (Onde?)	When (Quando?)	How (Como?)	How Much (Quanto?)	Status				
							P	D	C	A	
Treinamento Operadores de Empilhadeira	Técnico/ Coordenador de Armazém	Reduzir Índice de avarias causadas por erro do operador	Setor de Armazenagem	A definir	Capacitação dos Operadores quando ao correto manuseio do maquinário e produtos	R\$ 0,00					
Status:		PLANEJAMENTO	EXECUÇÃO	PARTICIPANTES:							
		CONTROLE	ANÁLISE	Técnico Empilhadeira							
				Coordenador de Armazém							
				Operadores de Empilhadeira							

Fonte: adaptado de Franklin e Nuss (2006).

Conforme o Quadro 1, a empresa deverá realizar um treinamento aos operadores de empilhadeira que deverá ser ministrado por um técnico conhecedor das características e funcionalidades destes equipamentos, no intuito de orientar sobre o manuseio e manutenção das mesmas. O treinamento deverá ser supervisionado pelo coordenador de armazém, que deverá explanar sobre as especificidades dos produtos manuseados, as diferentes embalagens e os cuidados que devem ser adotados no seu manuseio. Ressalta-se que a adoção desta prática não incorrerá em custos diretos para a empresa, uma vez que a fornecedora do equipamento disponibiliza um técnico de forma gratuita para treinar seus clientes potenciais e o coordenador de armazém que dispõe dos conhecimentos específicos necessários em relação ao tipo e manuseio dos produtos comercializados pela empresa. Dessa forma, acredita-se que não será necessária a contratação de uma consultoria externa para executar esta atividade.

Quanto às falhas ocorridas nos processos de carregamento com os fornecedores, propõe-se a utilização de um *Check-list* de carregamento. Neste processo, o motorista (funcionário da empresa compradora)

deverá acompanhar o carregamento do veículo e ao seu término apontar as condições físicas dos produtos e de armazenagem das mercadorias no interior do veículo, bem como se foi seguido o padrão de carregamento antes do início da viagem. Em caso de não conformidade, o motorista deverá sinalizar ao responsável da fábrica e ao gerente de frota da revenda as inconsistências para realizar o carregamento adequadamente. O Quadro 2 demonstra o *Check-list* de carregamento elaborado a partir das necessidades identificadas no processo logístico da empresa analisada.

Quadro 2 – *Check-list* Carregamento elaborado a partir das necessidades identificadas no processo logístico da empresa analisada

Check List Carregamento		
Data: Placa: Motorista:		
Itens	Motorista	Armazém
	Quem fez:	Quem fez:
	Data:	Data:
CARREGAMENTO FÁBRICA	OK / Ñ-OK	OK / Ñ-OK
1 Arrumação dos Pallets		
2 Amaração da Carga		
3 Validade do Produto		
4 Qualidade dos produtos/Embalagens		
Inspecção Motorista: O Motorista deverá realizar a verificação dos itens descritos neste check list antes do início da rota. Em caso de inconformidade em algum dos itens o motorista deverá sinalizar imediatamente ao responsável pela frota. Caso o motorista não realize a verificação dos itens, todos serão considerados como OK, e o mesmo será responsabilizado em caso de não conformidade após nova verificação.		
Aferição Armazém: Após o retorno de rota será feita nova aferição nos veículos, sendo esta de responsabilidade do Coordenador de Armazém/Conferente. Em caso de não conformidade em algum dos itens o mesmo deverá sinalizar imediatamente o responsável pela frota.		

Fonte: os autores.

Ao retornar para a empresa o conferente deverá realizar uma nova validação do *Check-list*. Em caso de não conformidade, na sinalização do *Check-list* realizada pelo conferente o motorista poderá ser penalizado. Nesse contexto, o *Check-list* se caracteriza como uma lista de tarefas utilizada para a verificação que pode mudar em decorrência do objetivo e local onde é utilizado. E, assim, por meio de um controle criterioso dos processos logístico e a criação de rotinas de trabalho, tende-se a reduzir o índice de erros ocorridos nos processos logísticos de armazenagem e distribuição da empresa analisada.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou identificar as perdas (avarias) decorrentes do processo logístico de uma empresa de armazenagem e distribuição de bebidas, com sede em Chapecó/SC. Na metodologia optou-se por uma pesquisa descritiva por meio de um estudo de caso simples, com uma abordagem quantitativa dos dados.

Ao realizar a coleta de dados na empresa analisada e analisar os processos logísticos dos setores de distribuição e armazenagem, identificou-se oito motivos causadores de avarias, sendo que dois tipos de avarias obtiveram destaque ao representar 65% sobre o valor total de produtos danificados durante os processos analisados.

De maneira geral, após análise dos oito tipos de avarias classificados pela Curva ABC, concluiu-se que a empresa deve atuar de forma emergencial, a fim de solucionar estes problemas logísticos. A pesquisa propõe ao setor de armazenagem a realização de treinamento e capacitação dos operadores de empilhadeira, uma vez que estes foram responsáveis pelo maior índice de danos causados aos produtos no período analisado. Para facilitar o planejamento e realização deste treinamento foi elaborado um plano de ação com base no Quadro 5W2H, com o intuito de discriminar o cronograma as responsabilidades e custos desta atividade.

Como alternativa para solucionar o principal fator gerador de avarias nos processos de distribuição, que ocorre durante o carregamento nas fábricas fornecedoras, sugere-se a utilização de um *check-list*. O preenchimento do *check-list* pelo motorista torna-o responsável pela fiscalização durante o carregamento, qualidade dos produtos adquiridos pela empresa no ato do carregamento e no momento do carregamento o motorista é o único representante da empresa capaz de validar as condições da mercadoria.

E por fim, a sugestão de melhoria proposta na pesquisa de estudo quanto a identificar os prejuízos na forma de perdas de mercadoria no período analisado, poderia garantir um incremento de

aproximadamente R\$ 14.996,62 (Quatorze mil e novecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos) à sua lucratividade. Além, de amenizar o impacto de outros custos e despesas ao processo logístico da Organização.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. N. N. **Logística Aplicada – Suprimento e Distribuição Física**. São Paulo: Blucher, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e Abusos do Estudo de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Cortez, v. 36, n. 129, 2006.

VAN ASSEN, M.; VAN BERG, G.; PIETERSMA, P. **Modelos de Gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CASTRO, C. H. de. **Curva ABC - Análise de Pareto - O que é e como funciona**. 2010. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-e-como-funciona-a-curva-abc-analise-de-pareto-regra-80-20/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FERRAZ, E. A principal Ferramenta para ajudar na Gestão de uma Empresa. **EXAME**, 2013.

FRANKLIN, Y.; NUSS, L. F. **Ferramenta de Gerenciamento**. 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos08/465_PA_FerramentadeGerenciamento02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

JARNYK, R. **Gestão de Perdas e Quebras Operacionais**. 2008. Disponível em: <http://www.portalapas.org.br/imagens/Palestra_RonaldoJarnyk.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

MEIRIM, H. **A Logística e a Cadeia de Valor**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-logistica-e-a-cadeia-de-valor/12196/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

NEVES, M. O. **Avárias em transportes...** Isso pode matar a sua empresa! 2013. Disponível em: <<http://www.logweb.com.br/novo/conteudo/artigo/31204/avarias-em-transportes-isso-pode-matar-a-sua-empresa/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ROVER, A. **Metodologia da Pesquisa**. Joaçaba: Unoesc Virtual, 2010.

SEBRAE. **Ferramentas da Qualidade**. 2005. Disponível em: <<http://www.dequi.eel.usp.br/~barcza/FerramentasDaQualidadeSEBRAE.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SERAFIM, A. **O Modelo de Cadeia de Valor de Michael Porter**. Disponível em: <<http://www.portal-gestao.com/item/6991-o-modelo-de-cadeia-de-valor-de-michael-porter.html>>. Acesso em: 25 out. 2014.

OLIVEIRA SOBRINHO, O. A. **Programa de Prevenção de Perdas: Sua Empresa Possui um Projeto Diretor para Prevenir as Perdas?** 2008. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br>>. Acesso em: 05 out. 2014.

VENTURA, L. **Como minimizar despesas com perdas no estoque de uma rede de farmácias do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis 2011. Disponível em: <<http://www.logweb.com.br/novo/conteudo/artigo/31204/avarias-em-transportes-isso-pode-matar-a-sua-empresa/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SATISFAÇÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DO VALE DO ITAJAÍ

Odir Luiz Fank*
Sabrina Nascimento**
Rita Buzzi Rausch***

Resumo

O artigo buscou aferir o nível de satisfação dos discentes regularmente matriculados no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada do Vale do Itajaí, com base no modelo proposto por Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003). A amostra é composta por 194 alunos regularmente matriculados na instituição que correspondem a 71,32% da população deste estudo. Optou-se por uma pesquisa descritiva do tipo levantamento ou *survey* com abordagem quantitativa dos dados. Pode-se concluir que 55% dos discentes atuam na área Contábil antes de concluir a graduação. Nas atividades didático-pedagógicas praticadas, observa-se a predominância da boa infraestrutura das salas de aula e mantidas em boas condições de limpeza e manutenção. Para tanto, a coordenação do Curso atende às demandas dos discentes sempre que solicitada e participa ativamente na condução do Curso, orientando docentes e discentes; o corpo docente apresenta o plano de ensino a ser seguido na disciplina e possui comportamento ético em relação aos docentes, aos alunos e à IES. Infere-se que a percepção da satisfação dos discentes em relação à IES aponta os pontos fortes da instituição e as oportunidades de melhoria, que quando observadas, tornam-se uma oportunidade salutar de desenvolvimento institucional.

Palavras-chave: Instituição de ensino superior. Satisfação dos discentes. Ciências Contábeis.

* Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Professor e Coordenador da Faculdade de Itapiranga; coo@seifai.edu.br

** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau, Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Professora de Administração e Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sabnascimento@gmail.com

*** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau; rausch@furb.br

1 INTRODUÇÃO

O crescimento presenciado no número de Instituições de Ensino Superior (IESs) privadas no Brasil com a entrada em vigor em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vem acirrando a concorrência e a competitividade entre as instituições (WALTER; TONTINI; DOMINGUES, 2005). Nesse cenário, a qualidade dos serviços oferecidos nas instituições e a satisfação dos discentes são fundamentais para que estas sobrevivam no mercado educacional. A qualidade do curso e a satisfação dos acadêmicos com o serviço oferecido determinam o desempenho e o perfil dos profissionais que ingressarão no mercado de trabalho, o qual está cada vez mais exigente. Dessa forma, Walter, Tontini e Domingues (2005, p. 1) ressaltam que “[...] o mercado educacional aproxima-se cada vez mais de um mercado onde a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes são fundamentais para a sobrevivência das IES.”

Nesse sentido, o ambiente educacional exige um padrão de qualidade nos serviços e na satisfação dos discentes, que pode ser medido por meio da imagem da instituição, pelo desempenho dos alunos no mercado de trabalho com vistas a aprimorar o processo educacional. A literatura apresenta vários estudos que denotaram uma preocupação com a satisfação dos discentes, como as pesquisas realizadas por Marion (2001), Araújo (2002), Alves e Brandalise (2002), Corrêa Neto, Miguel, Pires (2003) e Faria et al. (2004).

Assim, este trabalho teve por objetivo aferir o nível de satisfação dos discentes regularmente matriculados no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada do Vale do Itajaí, com base no modelo proposto por Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003). Para atingir esse escopo, buscou-se analisar a caracterização dos respondentes, as atividades didático-pedagógicas, a biblioteca da instituição, o laboratório de apoio utilizado pelos discentes, a secretaria do Curso analisado, a coordenação do Curso e o seu corpo docente.

Esta pesquisa demonstra sua importância ao avaliar a percepção do nível de satisfação dos discentes em relação aos serviços prestados por

uma IES privada localizada no Vale do Itajaí e comparar seus resultados com os achados de Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003), que analisaram a satisfação dos discentes em uma IES privada localizada em São Paulo. Para tanto, buscou-se evidenciar o perfil da instituição e sua evolução ou involução em relação à instituição paulista, considerando suas especificidades regionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os subsídios teóricos que fundamentam o estudo, como o Ensino de Ciências Contábeis e a qualidade dos serviços educacionais.

2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O desafio do ensino superior está na produção do conhecimento, ou seja, na capacitação intelectual de seus discentes. Para se alcançar tal objetivo, é necessário um ambiente que proporcione e estimule o espírito crítico e criativo, novos questionamentos e proposições, principalmente nas disciplinas voltadas às Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo as Ciências Contábeis.

Oliveira (2003, p. 30) ressalta que o “[...] ensino da contabilidade deve ter como propósito prover a tomada de decisão considerando os recursos escassos.” Argumenta, ainda, que esse ensino deve incluir a “[...] identificação de decisões cruciais das áreas e a determinação de objetivos e metas; fornecer subsídios à direção e o controle efetivo de recursos humanos, e materiais.” Tais conhecimentos devem orientar o aluno para que ele seja capaz de “[...] prover relatórios gerenciais sobre o custo dos recursos com identificação dos pontos críticos e oportunidades de melhoria; facilitar o controle e a função social.” De acordo com o Parecer n. CNE/CES 146/2002:

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

Como referência nacional, tem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis (BRASIL, 2005, p. 14) homologadas em 09 de maio de 2002, nas quais são apresentadas as competências e as habilidades desejadas para o formando em Contabilidade:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo as atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de formação contábil e de controle gerencial, revelando

capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação; VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (BRASIL, 2005).

A universidade é responsável pela formação dos indivíduos, sobretudo sobre uma perspectiva de criação de seu futuro. É ela que prepara e repassa o conhecimento necessário para o bom desenvolvimento humano e científico, e para tal, necessita ter compromisso e participação nos assuntos atuais, bem como coerência entre a teoria e a prática. Os futuros profissionais necessitam de preparo para enfrentar as dificuldades relacionadas com sua profissão, sempre com o intuito de buscar soluções e, estas, poderão ser baseadas na prática do dia a dia e por meio do conhecimento adquirido na universidade.

2.2 A QUALIDADE NO SERVIÇO EDUCACIONAL

As Instituições de Ensino Superior (IESs) estão buscando padrões de excelência para poder concorrer no mercado cada vez mais competitivo nessa área. Para isso, elas estão se profissionalizando, buscando satisfazer tanto a formação pedagógica do aluno e a preocupação com o ensino-aprendizagem, quanto também exigir um nível de profissionalização mais avançado por parte de seus dirigentes e corpo técnico-administrativo.

Segundo Masano (2006), no cenário competitivo atual é necessário que o fornecedor de serviços encontre constantemente alternativas de ganhos de qualidade, produtividade e inovação sustentáveis para a empresa. Mas cabe ressaltar que a administração não deve perder de vista que somente o foco no cliente e nas suas expectativas resultará na retenção desse cliente.

Jacob (2003) assevera que o crescimento considerável na quantidade de instituições de ensino superior levou a uma deterioração da qualidade. A qualidade no ensino precisa ser o foco nas instituições.

Para que isso ocorra, segundo a autora, é preciso uma nova orientação para consumidores internos (professores e funcionários de todos os setores), para consumidores externos (alunos, familiares, comunidade e fornecedores), para a prestação do serviço (educação) e para a aprendizagem, no sentido de todas as partes envolvidas se responsabilizarem em realizar a parte que lhes cabe. Seguindo, a autora destaca que, diante dessas mudanças, o ensino superior está respondendo aos fatores essenciais para a sobrevivência da organização moderna: qualidade, competência, competitividade, produtividade, avaliação, controles, participação, estratégias de *marketing*, foco no consumidor e no social e agregação de valor social e econômico. Quanto à qualidade, esta pode ser considerada um processo dinâmico de melhoria contínua da instituição de ensino superior e participante do dinamismo do processo de avaliação.

Guimarães (2005) ressalta que os alunos contribuem de forma decisiva para a qualidade do serviço e, conseqüentemente, para a sua própria satisfação. Conforme o autor, um dos grandes desafios para as instituições de ensino seria fomentar a cultura da qualidade entre seus alunos. No caso do serviço referente à educação superior, o cliente (aluno) está participando do serviço oferecido, e se ele não desempenhar bem o seu papel, afetará o resultado do serviço.

As instituições de ensino objetivam buscar a relação entre qualidade, imagem, satisfação e lealdade. Os seus esforços estão voltados para conseguir o equilíbrio entre esses pontos, pois a harmonia deles trará bons frutos para a instituição. Um estudo muito interessante que tratou dos quatro conceitos (qualidade, imagem, lealdade e satisfação) foi apresentado por Bloemer (1998 apud Onusic, 2009), que criou um modelo baseado em análise multivariada, mostrando a relação entre imagem, qualidade, satisfação e lealdade para uma instituição financeira. Conforme Onusic (2009, p. 53):

Bloemer (1998) em sua pesquisa pode notar que os três constructos qualidade, imagem e satisfação exercem influência na lealdade do consumidor de instituições financeiras. O artigo trata primeiramente da

construção do conceito de lealdade; em seguida, conceitua a diferença entre serviço de qualidade e satisfação como determinantes da lealdade. Em seguida, introduz o constructo da imagem, formulando uma hipótese em que a lealdade é resultado dos outros três elementos: qualidade, satisfação e imagem. Para Bloemer (1998), manter a lealdade em serviços é mais dependente de relação interpessoal que em outros tipos de produtos, como na indústria, por exemplo, pois no serviço existe a presença do intangível.

Percebe-se que para que o cliente seja fiel, ele precisa estar satisfeito com o serviço prestado. Para tanto, a instituição precisa ter uma boa imagem e principalmente prestar um serviço de qualidade, para que possa fidelizar o cliente, para que este possa indicar a instituição para outros potenciais clientes.

Entre os itens avaliados pelos alunos em uma instituição de ensino superior, destacam-se as atividades didático-pedagógicas, a estrutura da IES e a formação docente. Esses itens serão apresentados a seguir com maior ênfase em cada um deles.

2.2.1 Atividades didático-pedagógicas

Em razão da competitividade causada pela abertura de inúmeras IESs no país e buscando atrair novos alunos para o Curso de graduação de Ciências Contábeis, frequentemente ocorrem discussões sobre métodos de aprendizado e alteração das grades curriculares do curso. *A l g u n s* autores defendem que a grade deveria conter mais disciplinas específicas do curso, tornando-o mesmo, enquanto outros autores defendem que a grade deveria conter disciplinas mais interdisciplinares.

A grade curricular, entre outros fatores, precisa: atender ao perfil profissional esperado no projeto pedagógico, preparar o aluno para o efetivo exercício da profissão e oferecer integração profissional com a sociedade.

Para que possa otimizar o desempenho profissional da área Contábil, são cada vez mais necessários a especialização e o

aprofundamento científico cultural, promotores da eficiência e da eficácia das suas atividades. O profissional contábil que tiver habilidades diversas conseguirá demonstrar um melhor desempenho em sua atividade diária, visto que o mercado atualmente seleciona seus colaboradores por meio de exigências, não apenas de conhecimento científico, mas dinamismo, capacidade de inserção em novas realidades e eficiência (FIGUEIREDO; FABRI, 2000). Ainda, conforme Figueiredo e Fabri (2000, p. 35), “[...] muito do que hoje é aceito como contabilidade não era reconhecido há 50 anos, e, seguramente, daqui a 50 anos a contabilidade se modificará profundamente em relação ao que é hoje.” O atual cenário da Contabilidade incorpora mudanças nas atitudes sociais, o progresso da tecnologia da informação e a utilização dos novos métodos. Com isso, a Contabilidade estaria mudando o seu papel, de sua base voltada para a escrituração, preparação de demonstrações e orçamentos, para um papel mais ligado ao gerenciamento, enfatizando sua importância social (FIGUEIREDO; FABRI, 2000).

Dentro desse contexto, o contador precisa efetivamente contribuir no processo de geração de valor às organizações, devendo incorporar novas habilidades pessoais, desenvolver a capacidade de entendimento do negócio e adotar uma postura mais empreendedora. Diante desse cenário, a instituição de ensino superior precisa se adequar, orientando suas atividades didático-pedagógicas baseadas nas alterações que ocorrem na sociedade, formando profissionais capacitados para atender às exigências impostas.

2.2.2 Estrutura da Instituição de Ensino Superior (IES)

No intuito de tornarem-se competitivas no mercado, as IESs improvisam prédios, equipamentos e professores para oferecer um número maior de cursos e vagas, com o objetivo de reduzir custos para aumentar as oportunidades de ensino para mais pessoas e buscando maior retorno financeiro. Com esse processo, o ensino superior vem sofrendo

um sucateamento, diminuindo a qualidade no processo de formação do aluno.

Porém, a IES que deseja contar com prestígio perante a sociedade, precisa estar estruturada para oferecer um serviço de ensino de qualidade. Para proporcionar qualidade no ensino, a IES precisa estar estruturada com biblioteca, que permita ao aluno desenvolver o seu conhecimento, por meio de um acervo atualizado, com títulos básicos dos cursos oferecidos, tanto em qualidade quanto em quantidade. O acesso à internet deve ser fácil, contando com equipamentos e espaço físico adequados para atender às exigências. Além dessa estrutura, na instituição de ensino superior os departamentos precisam trabalhar de forma sincronizada, buscando atender às necessidades dos clientes de forma ágil e eficiente. Deve contar com horários e locais de atendimento que propiciem maior comodidade aos usuários.

2.2.3 Formação Docente

Marion (2001, p. 33) tratou da participação do estudante no processo de aprendizagem, priorizando “[...] o aluno como um agente ativo e não como um agente passivo” (método tradicional de ensino), em que este fica em uma posição passiva e o professor transmite os conhecimentos e aponta erros cometidos. Segundo o autor, o professor deve indicar o caminho (livros de texto e outros materiais) sempre buscando um maior envolvimento do discente nas atividades de ensino-aprendizagem, como, por exemplo, em seminários, simulações, análise de casos, entre outras.

Em relação aos instrumentos de ensino, Marion (2001, p. 47) aponta o “[...] giz e lousa/anotações em quadros” como um dos melhores instrumentos, citando também o microcomputador como um “instrumento indispensável como recurso auxiliar ao processo de ensino-aprendizagem.” (MARION, 2001, p. 49).

Nossa (1999, p. 55), ao defender a atuação do Professor de Ciências Contábeis em sala de aula, destaca que “[...] no processo

ensino-aprendizagem o professor é o agente ativo e deve ter como papel o elemento facilitador desse processo. Por isso, é fundamental a sua formação docente e profissional.” Dessa forma, o professor é responsável em criar possibilidades de aprendizagem à formação de seus alunos.

Laffin (2005, p. 218) estrutura a organização do trabalho do Professor de Ciências Contábeis em quatro necessidades, sendo:

1. observar que a diversidade na sua formação profissional exige também uma diversidade de leitura de mundo e de formas de atuação segundo os limites e possibilidades encontrados nas diversas instituições de ensino superior;
2. refletir sobre a formação do professor no âmbito dos conhecimentos contábeis específicos;
3. analisar e dominar opções teórico-metodológicas que sejam capazes de responder à sua concepção de trabalho pedagógico e sua interferência no real;
4. configurar possibilidades de formação continuada para o professor de contabilidade do ensino superior.

Laffin (2005) enfatiza, ainda, que ao apontar questões relacionadas à formação e à prática do Professor de Ciências Contábeis, faz-se necessário o planejamento das atividades docentes, contemplando, na sua elaboração, o momento inicial de reconhecimento daquilo que o aluno já sabe no que se refere aos conteúdos que se pretendem desenvolver. Laffin (2005, p. 218) destaca que “[...] tal procedimento possibilita ao professor sistematizar os conteúdos curriculares e as estratégias para discussões e síntese provisória.”

Nesse contexto, o sistema de pós-graduação, envolvendo cursos de mestrado e doutorado, pode auxiliar o professor no desenvolvimento de suas atividades como docente. Esses cursos se apresentam como instrumento para a busca do conhecimento, incentivando o docente a pesquisar, produzindo trabalhos científicos com o objetivo de auxiliar na sua tarefa em sala de aula e estimular os seus alunos para a prática da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa classifica-se como descritiva, que, de acordo com Castro (1977, p. 66), recebe esse enquadramento “[...] quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais seja examinada.” Assim, este estudo buscou aferir o nível de satisfação dos discentes regularmente matriculados no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada do Vale do Itajaí, com base no modelo proposto por Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003).

Para tanto, na confecção da pesquisa descritiva, realizou-se um levantamento ou *survey*, em que Tripodi, Fellin e Meyer (1981, p. 39) afirmam que pesquisas dessa natureza “[...] procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas são tipicamente representadas por estudos de *survey*.” Nesse sentido, a população da presente pesquisa contempla os 272 alunos regularmente matriculados do Curso de Ciências Contábeis da IES analisada e a amostra caracteriza-se pelos 194 alunos regularmente matriculados que responderam ao instrumento de pesquisa, compreendendo 71,32% da população. Ressalta-se que a IES privada na qual se realizou o estudo é uma instituição tradicional da região do Vale do Itajaí que possui um grande portfólio de cursos de ensino médio, idiomas, graduação e pós-graduação presente em todas as áreas do saber humano, proporcionando inúmeras opções e atendendo às demandas de seus discentes.

Cabe mencionar, ainda, que o instrumento de pesquisa aplicado foi um questionário proposto por Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003), o qual os discentes responderam em sala de aula durante o mês de março de 2010 na instituição analisada; o instrumento está estruturado em sete partes: caracterização dos respondentes; atividades didático-pedagógicas; biblioteca; laboratório de apoio; secretaria; coordenação do curso e corpo docente. Nessa disposição, estavam distribuídas 51 perguntas fechadas utilizando uma escala do tipo *Likert*, com cinco pontos, em

que: (5) “Totalmente Satisfeito”; (4) “Satisfeito”; (3) “Indiferente”; (2) “Insatisfeito” e (1) “Totalmente Insatisfeito”.

Quanto aos procedimentos para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem quantitativa. Martins e Theóphilo (2007, p. 103) afirmam que uma pesquisa é classificada como quantitativa quando pode “[...] organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados.” Para tanto, realizou-se a verificação da percepção dos discentes por meio da estatística descritiva, ou seja, utilizando o cálculo do Desvio Padrão (DP) e Média.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse item contempla os resultados encontrados na pesquisa de campo que visam atender ao objetivo do presente estudo, os quais se dividem em: caracterização dos respondentes, atividades didático-pedagógicas, biblioteca, laboratório de apoio, secretaria, coordenação do curso e corpo docente.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Para a caracterização dos respondentes, buscou-se verificar se estes atuavam na área contábil, a fase do curso que pertencem, bem como o gênero que possuem. Quanto ao gênero feminino, são 113 alunos e ao masculino 82. Para tanto, em relação à atuação na área Contábil, verificou-se que 55% afirmaram atuar na área demonstrando uma relação mais próxima ao mercado de trabalho. Em contrapartida, 45% não atuam na área até o momento.

Em relação aos acadêmicos *versus* as fases que cursavam, constata-se que a maior concentração de alunos se encontra na primeira fase do curso, com 47 alunos regularmente matriculados, seguida pela 7ª fase, com 41 alunos. A terceira posição é ocupada pela 3ª e 5ª fases, com 33 alunos matriculados regularmente.

4.2 ATIVIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

As atividades didático-pedagógicas abordam fatores sobre o currículo do curso, se este prepara para o exercício da profissão, se oferece participação em atividades de pesquisa científica e se as instalações onde são ministradas as aulas são adequadas. Para Figueiredo e Fabri (2000), para que se possa otimizar o desempenho profissional da Área Contábil, são cada vez mais necessários a especialização e o aprofundamento científico cultural, os quais são os promotores da eficiência e da eficácia das suas atividades. A Tabela 1 apresenta as atividades didático-pedagógicas praticadas na IES pesquisada.

Tabela 1 – Atividades didático-pedagógicas

	Atividades didático-pedagógicas	Média	Desvio Padrão
1	O currículo do Curso atende ao perfil profissional esperado no projeto pedagógico.	3,94	0,74
2	O curso prepara para o efetivo exercício da profissão.	3,79	0,94
3	O curso é atrativo, no sentido de oferecer integração profissional com a sociedade.	3,69	0,89
4	Oferece estágio curricular, como complementação da formação acadêmica.	3,68	1,13
5	Oferece participação em atividades de pesquisa e iniciação científica.	3,53	0,98
6	Existe oportunidade de participação em atividades de extensão.	3,51	0,98
7	Oferece oportunidade para atividade de monitoria em disciplinas.	3,28	1,02
8	O curso conta com facilidades de espaço físico para atividades acadêmicas.	3,87	0,83
9	O curso conta com salas de aula adequadas para o ensino superior.	4,09	0,81
10	As instalações são mantidas em condições de limpeza e manutenção adequadas.	3,94	0,92

Fonte: os autores.

Por meio da Tabela 1, observa-se que o item que se destacou com a maior média foi em relação ao “curso conta com salas de aula adequadas para o ensino superior.” Na sequência, as instalações são mantidas em condições de limpeza e manutenção adequadas e o currículo do curso atende ao perfil profissional esperado no projeto pedagógico, ficando com a mesma média. O item “oferece oportunidade para a atividade de monitoria em disciplinas foi o que teve a média mais baixa de todas.

4.3 BIBLIOTECA

A biblioteca constitui-se em um dos locais mais apropriados para o desenvolvimento do conhecimento. Para tanto, a IES, para precisar contar com biblioteca equipada com acervo de obras atualizado e em quantidade suficiente para atender à demanda. Precisa contar com espaço físico adequado para o estudo, dispor de funcionários que realmente estejam interessados em auxiliar os estudantes e sanar as suas dúvidas na localização de obras.

Percebe-se, em relação à biblioteca da instituição, que os itens analisados no geral obtiveram uma boa avaliação, ficando a média entre 3,58 e 4,35. O item “espaço físico para estudo é adequado” foi o que obteve a maior média, enquanto o item “o número de exemplares dos títulos é suficiente” obteve a menor média.

4.4 LABORATÓRIOS DE APOIO

Com o advento da informatização, a obtenção de material de estudo complementar facilitou consideravelmente. O acesso à internet proporcionou uma gama maior de informações, auxiliando os estudantes nas tarefas acadêmicas. A demanda de computadores no país teve um incremento significativo, porém, nem todos os estudantes têm condições de obter o seu equipamento. Nesse contexto, os laboratórios de apoio se tornam essenciais, pois são uma ferramenta de pesquisa importante para o dia a dia dos acadêmicos.

No que se refere aos laboratórios, o item “horário de funcionamento é adequado” obteve a melhor média em relação à análise dos laboratórios de apoio, com média de 3,96. O item “a qualidade dos equipamentos e serviços é compatível com as minhas necessidades” também obteve uma boa avaliação, com média de 3,81. Porém, em contrapartida, o item “existe disponibilidade de equipamentos para uso sempre que necessário” apresentou a menor média, 3,49. Observou-se nos resultados que os alunos estão satisfeitos com a qualidade dos equipamentos e serviços, mas estão insatisfeitos com a quantidade de equipamentos disponibilizados.

4.5 SECRETARIA

Para Jacob (2003), a qualidade no ensino precisa ser o foco nas instituições. Para que isso ocorra, segundo a autora, é preciso uma nova orientação para consumidores internos (professores e funcionários de todos os setores), para consumidores externos (alunos, familiares, comunidade e fornecedores), para a prestação do serviço (educação) e para a aprendizagem, no sentido de todas as partes envolvidas se responsabilizarem em realizar a parte que lhes cabe. A secretaria aqui poder ser entendida como os departamentos que constituem uma IES, financeiro, gerencial, coordenadoria de apoio aos estudantes, centros dos cursos. A secretaria tem papel fundamental dentro da instituição, pois serve de apoio para o estudante poder solucionar seus problemas e de orientação diante das suas dúvidas.

Em relação à secretaria, constata-se que o item “local de atendimento” foi o que obteve a melhor média, seguido pelo item “horário de funcionamento é o ideal.” Em contrapartida, os itens “existe agilidade no atendimento” e “é bom o atendimento dos funcionários” obtiveram as menores médias.

4.6 COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do Curso tem função estratégica dentro da IES, pois ela serve de elo de integração entre o docente e o discente, devendo intervir em casos de conflitos entre as partes, deve participar ativamente na condução do Curso, a fim de solucionar eventuais problemas que possam atrapalhar o seu desenvolvimento.

No que se refere à coordenação do Curso, esta atende às demandas dos alunos sempre que solicitado e participa ativamente na condução do Curso, orientando docentes e discentes. Porém, percebe-se que falha no item “promove a integração entre docentes e discentes”, ao qual obteve a menor média.

4.7 CORPO DOCENTE

Marion (2001, p. 33) tratou da participação do estudante no processo de aprendizagem, priorizando “[...] o aluno como um agente ativo e não como um agente passivo” (método tradicional de ensino), em que este fica em uma posição passiva e o professor transmite os conhecimentos e aponta erros cometidos. Segundo o autor, o professor deve indicar o caminho (livros de texto e outros materiais) sempre buscando um maior envolvimento do discente nas atividades de ensino-aprendizagem, como, por exemplo, em seminários, simulações, análise de casos, entre outras. O papel do docente no ensino superior possui itens que precisam ser utilizados, entre os quais: apresentar plano de ensino da disciplina; os seus objetivos; expressar com clareza o conteúdo que desenvolve, com utilização de seminários, debates e aulas expositivas, tornando as aulas dinâmicas e atrativas, estimulando e motivando o discente no aprendizado do conteúdo.

Observou-se, ainda, que os itens “ter plano de ensino a ser seguido na disciplina” e “tem comportamento ético em relação aos demais docentes, aos alunos e à IES” alcançaram as melhores médias, igualando-se com média 3,90. Os resultados demonstram que o docente

tem comportamento ético satisfatório e apresentam o plano de ensino e os objetivos da disciplina. Em contrapartida, o item “utiliza recursos didáticos diferenciados (aulas expositivas, seminários, etc.)” apresentou a menor média, 3,35. Analisando os demais itens, percebe-se que o corpo docente avaliado está falhando na parte didática ao não adotar práticas que contribuam para o aprendizado, não utiliza bibliografia diversificada e não desenvolve com clareza o conteúdo.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo aferir o nível de satisfação dos discentes regularmente matriculados no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada do Vale do Itajaí, com base no modelo proposto por Corrêa Neto, Miguel e Pires (2003). Para tanto, optou-se por uma pesquisa descritiva do tipo levantamento ou *survey* com abordagem quantitativa dos dados, em que a amostra é composta por 194 alunos regularmente matriculados na instituição analisada e corresponde a 71,32% da população deste estudo.

Nesse sentido, para responder ao objetivo principal, foram traçados alguns objetivos específicos, como: analisar a caracterização dos respondentes; as atividades didático-pedagógicas; biblioteca da instituição; laboratório de apoio utilizado pelos discentes; secretaria do curso analisado e coordenação do curso e seu corpo docente.

Em relação à caracterização dos respondentes, foi possível constatar que 55% dos discentes analisados afirmaram atuar na Área Contábil antes de concluir a graduação, evidenciando uma boa absorção do mercado de trabalho para esses profissionais. Nas atividades didático-pedagógicas praticadas na instituição analisada, observa-se a predominância da boa infraestrutura promovida pela instituição no que se refere às salas de aula adequadas para o ensino superior, além de serem mantidas em boas condições de limpeza e manutenção. Destaca-se, ainda, que na opinião dos discentes o currículo do curso atende ao perfil profissional esperado no projeto pedagógico.

Em relação à biblioteca oferecida pela instituição, os discentes tiveram no geral uma boa avaliação, cuja média ficou entre 3,58 e 4,35. Ressalta-se, ainda, que esta possui um espaço físico para estudo adequado na percepção dos discentes analisados. Dessa maneira, o laboratório de apoio utilizado pelos discentes possui horário de funcionamento adequado, além de equipamentos de qualidade que atendem às necessidades dos discentes, com média de 3,81 pontos. Para tanto, a disponibilidade de equipamentos obteve a menor média, 3,49. Entretanto, os resultados revelam que os discentes se encontram satisfeitos com a qualidade dos equipamentos e recomendam um acréscimo na quantidade disponibilizada.

Quanto ao atendimento prestado aos discentes nas dependências da instituição, em relação à secretaria que compreende os departamentos que constituem uma IES, financeiro, gerencial, coordenação de apoio aos estudantes, centros dos cursos, o item que obteve a melhor média na percepção dos discentes foi o local de atendimento; em contrapartida, os itens com menores médias foram a agilidade no atendimento e o bom atendimento dos funcionários. Para tanto, a opinião do discente em relação à coordenação do curso é que esta atende às demandas dos discentes sempre que solicitado e participa ativamente na condução do curso, orientando docentes e discentes.

E, por fim, no que concerne ao corpo docente da instituição, percebe-se que os itens que obtiveram a maior média (3,90) foram “apresentar o plano de ensino a ser seguido na disciplina” e “ter comportamento ético em relação aos demais docentes, aos alunos e a IES.” Para tanto, alguns pontos falhos foram levantados na percepção dos discentes na parte didática ao não adotar práticas que contribuam para o aprendizado, ao não utilizar bibliografias diversificadas e não desenvolver com clareza o conteúdo programático. Nesse contexto, infere-se que a percepção da satisfação dos discentes em relação à IES aponta os pontos fortes da instituição e as oportunidades de melhoria, que, quando observadas, tornam-se uma oportunidade salutar de desenvolvimento institucional. Dessa maneira, sugere-se para futuras pesquisas a

reaplicação deste estudo em outras instituições de ensino superior, a fim de realizar comparações e contribuir para o aprimoramento do tema.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.; BRANDALISE, L. T. Avaliação dos docentes do curso de administração. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2002. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANGRAD, 2002. CD-ROM.

ARAÚJO, M. G. A. **Um estudo sobre os motivos de satisfação e insatisfação dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará.** 2002. 164 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL – Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.** Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=430&Itemid=420>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. Parecer n. **CNE/CES 146/2002.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/14602DCEACTHSEMDTD.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CORRÊA NETO, D. A.; MIGUEL, P. A. C.; PIRES, S. R. I. Satisfação de alunos numa instituição de ensino superior: um estudo de caso. In: ENCONTRO DE MESTRANDOS, 7., ENCONTRO DE DOUTORANDOS EM ENGENHARIA DA UNIMEP, 3., 2003, São Pedro. **Anais...** Santa Bárbara d'Oeste: UNIMEP, 2003. CD-ROM.

FARIA, A. C. et al. O grau de satisfação dos alunos do curso de Ciências Contábeis: busca e sustentação da vantagem competitiva de uma IES privada. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

FIGUEIREDO, S.; FABRI, P. E. **Gestão de empresas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.

GUIMARÃES, R. T. **Avaliação de marca das instituições de ensino superior no segmento de mestrado e doutorado em administração**: uma abordagem multivarida. 2005. 180 p. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

JACOB, R. C. G. **Avaliação institucional e indicadores de qualidade nos cursos superiores**. 2003. 230 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LAFFIN, M. **De Contador a Professor**: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade. Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 2005.

MARION, J. C. **O ensino da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASANO, A. C. R. **Expectativas e Percepções do Mercado Bancário de Pessoas Físicas de Alta Renda no Município de São Paulo**. 2006. 175 p. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOSSA, V. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, v. 11, n. 21, p. 74-92, maio/ago. 1999.

OLIVEIRA, A. B. S. (Coord.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ONUSIC, L. M. **A qualidade de serviços de ensino superior**: o caso de uma instituição de ensino público. 2009. 161 p. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PELEIAS, I. R.; ROSELLA, M. H.; BARACHO, M. H. R. O Ensino Superior No Brasil e o Ensino da Contabilidade. In: PELEIAS, I. R. (Org.). **Didática do Ensino da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHLINDWEIN, A. C. **O ensino de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino da Mesorregião do Vale do Itajaí/SC**: uma análise das contribuições curriculares da Resolução CNE/CES n. 10/2004. 2007. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)–Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

SOUZA, C. C. M. **Fatores de qualidade percebidos pelos discentes de cursos de administração de empresas**: um estudo sobre as relações da causalidade através da modelagem de equações estruturais. 2005. 124 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)–Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2005.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. J. **Análise da pesquisa social**: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VENTURI, J. et al. Satisfação dos alunos do curso de ciências contábeis da UNIFRA: um estudo à luz das equações estruturais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008. CD-ROM.

WALTER, S. A.; TONTINI, G.; DOMINGUES, M. J. C. S.
Identificando oportunidades de melhoria em um curso superior
através da análise da satisfação dos alunos. In: ENCONTRO DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília, DF: **Anais...** Brasília, DF:
ANPAD, 2005. CD-ROM.



ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DA VIDA

A DOENÇA DE ALZHEIMER: CUIDANDO DA SAÚDE DO FAMILIAR CUIDADOR

Daniela Cristiani Lucas*
Karine Schwaab Brustolin**

Resumo

As demências e doenças degenerativas estão cada vez mais frequentes na terceira idade, deixando idosos e família de certo modo desestabilizados emocionalmente. O presente artigo buscou os cuidadores de idosos com a Doença de Alzheimer (DA) diante de uma rotina repleta de cuidados e dificuldades, descobrir os fatores causadores do estresse em quem cuida. Verifica-se neste artigo a presença de sintomas psicológicos e físicos relacionados ao estresse em cuidadores de idosos com Alzheimer que podem ter como fatores principais a idade dos cuidadores, o tempo e as atividades que realizam junto ao idoso com DA e também a ajuda e apoio que recebem de familiares e amigos. Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, foram utilizados como instrumentos o Inventário Sintomas de Stress (ISS) que tem como objetivo analisar os principais sintomas que ocorreram no último mês, semana e nas últimas 24 horas e também um questionário com perguntas objetivas que foram muito coerentes. Utilizando-se os métodos supramencionados, conseguiu-se analisar que existe um teor de estresse na fase de resistência, sendo minoria os casos que não o apresentaram, tendo empate nos casos com sintomas de predominâncias físicas e psicológicas.

Palavras-chave: Demências. Doença de Alzheimer. Estresse. Cuidadores.

1 INTRODUÇÃO

Podemos definir desenvolvimento, sinteticamente, como transformação. Processos de transformação ocorrem ao longo de toda a

* Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; dann_i_lucas@hotmail.com

** Mestre em Ciências da Saúde na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; kariscbr@bol.com.br

vida do sujeito e estão relacionados a um conjunto complexo de fatores (OLIVEIRA, 2004). A forma como o ser humano se desenvolve no decorrer dos anos, traz consigo surpresas e transformações, fazendo com que mudanças físicas, hormonais e psicológicas ocorram.

A idade é algo que não temos como mudar o seu curso. A expectativa de vida do brasileiro, segundo dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2013), passou a ser de 74,6 anos em 2012. Cinco meses e 12 dias a mais em relação à estimada em 2011 (74,1). Em 2009, Camargos, Rodrigues e Machado, utilizando a autopercepção do estado de saúde, com informações advindas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, calcularam a expectativa de vida saudável para a população brasileira com 60 anos.

De acordo com Souza pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2008), desde cerca de 40 anos atrás, a sociedade brasileira vem experimentando queda acelerada na fecundidade e na mortalidade, ao mesmo tempo, cresce de forma generalizada a escolaridade feminina, com inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e se modificam os laços entre gerações e o sistema de valores familiares. A resultante é uma sociedade diferente, com novos problemas. Um deles é a elevação da idade da população e o aparecimento de um grande contingente “muito idoso”, e o futuro promete aumento de idosos demandando cuidados e diminuição de descendentes para cuidá-los.

Pelzer e Fernandes (1997) mencionam que as demandas físicas, emocionais, econômicas e sociais podem tornar alguns membros da família exaustos, deprimidos e estressados, especialmente, aqueles que assumem com maior intensidade a função de cuidador, com consequências sobre sua saúde física e mental.

Esta pesquisa foi realizada com a intenção de analisar a possível existência do estresse em familiares de cuidadores de idosos com a Doença de Alzheimer e os fatores desencadeantes, bem como o nível de estresse que se apresenta nestes que dedicam o cuidado ao idoso com a demência.

Procurou-se com esta pesquisa conhecer e esclarecer as necessidades que os cuidadores familiares de idosos com Alzheimer têm

perante as mudanças conforme o avanço da doença e também o quanto estão vulneráveis a desenvolverem doenças em razão da sobrecarga do ato de cuidar.

2 CUIDADORES DE IDOSOS COM ALZHEIMER NA FAMÍLIA

Segundo Watanabe e Dernil (2005), o cuidado é uma ciência exercida nos hospitais principalmente pelos profissionais enfermeiros, mas também é exercido histórica e culturalmente por pessoas sem formação profissional, tanto no âmbito familiar/comunitário quanto nas Instituições de Saúde. Para denominar essas pessoas, utiliza-se a expressão “cuidadores leigos”.

De acordo com Gordilho (apud Veras (s/d)) o cuidador é a pessoa, membro ou não da família, com ou sem remuneração, que cuida do idoso doente ou dependente no exercício de suas atividades diárias, como alimentação, higiene pessoal, medicação de rotina, acompanhamento aos serviços de saúde e demais serviços requeridos do cotidiano – como a ida a bancos ou farmácias, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas, particularmente na área da enfermagem.

Segundo Bucher (1986), a família, enquanto unidade sistêmica, apresenta-se como a base do processo de individuação de seus membros e, por sua vez, é também influenciada por eles.

De acordo com Silveira (2000), a família funciona, na maioria dos casos, como uma totalidade, na qual cada indivíduo desempenha um papel que irá influenciar no todo. A partir do momento em que um membro desse grupo adoece e não cumpre mais esse papel definido, a organização anterior sofre uma alteração que desencadeia uma crise, obrigando à reestruturação de papéis.

Watanabe e Dernil (2005) denomina o indivíduo que cuida de um familiar enfermo cuidador leigo. A prática de cuidar iniciou-se, tradicionalmente, no âmbito privado do domicílio, uma vez que a estrutura familiar era multigeracional e possibilitava, assim, essa prática.

Os familiares eram reconhecidos como a fonte de cuidado para as pessoas dependentes; a figura feminina era eleita responsável por esse cuidado.

Segundo Caldas (2002), os cuidadores são denominados de acordo com os vínculos mantidos com a pessoa a quem endereçam os cuidados, ou seja, são classificados como cuidadores formais e informais, ou cuidadores principais, secundários e terciários. Utilizou a denominação cuidador formal (principal ou secundário) para o profissional contratado, e a de cuidador informal para os familiares, amigos e voluntários.

A literatura também aponta os seguintes fatores relacionados a quem exerce o papel de cuidador do idoso portador da Doença de Alzheimer: proximidade física, por viver junto e proximidade afetiva; condições financeiras e personalidade dos envolvidos (SANTOS, 2003); disponibilidade de tempo ou preparo para lidar com a situação (PENNING, 1991); e, expectativa da família de origem em relação a eles, ou seja, como se fossem designados pelos familiares para desenvolverem essa atividade (GLOBERMAN, 1994 apud FALCÃO; BUCHER-MALUSCHKE, 2009). É possível ainda que a pessoa enferma escolha por quem quer ser cuidada dentro da família, ou seja, é como se esse papel já estivesse predeterminado e fosse endereçado a alguém (SILVEIRA, 2003). A partir dessa observação, indagamos o quanto é importante as pessoas da família estarem com os enfermos durante seu tratamento, visando um ambiente familiar parecido com o seu próprio lar, mostrando o quanto isso faz bem para a sua melhora.

Na realidade brasileira, percebe-se que, em virtude do engajamento cada vez maior no mercado de trabalho, a mulher está cada vez menos disponível para exercer esse papel de cuidadora. Além disso, por diversos fatores de ordem socioeconômica, os núcleos familiares estão menores e, portanto, menos aptos para se dedicarem aos cuidados com seus idosos. Outrossim, a maioria dos sistemas formais de suporte não têm sido capazes de substituir a família com eficiência (FALCÃO; BUCHER-MALUSCHKE, 2009).

De acordo com Pelzer e Fernandes (1997), a Doença de Alzheimer pode ser considerada uma doença familiar por mudar profundamente

o cotidiano das famílias. Em estudo realizado pelas autoras com duas famílias que possuíam idosos com alta dependência em decorrência da doença, observaram que estavam sujeitas a uma constante carga de tensão que as tornava exaustas, desgastadas física e emocionalmente, ao mesmo tempo em que se apresentavam desestruturadas financeiramente.

Para Anderson (1998), cuidar de um idoso com DA pode ser uma das tarefas mais difíceis para a família, razão pela qual o cuidador necessita não somente de informações sobre a doença e suas manifestações, mas, sobretudo, que suas limitações e inseguranças sejam conhecidas e valorizadas pela equipe de saúde. Por isso, as instituições de saúde, por meio de seus profissionais, devem buscar conhecer quais as necessidades do familiar cuidador, já que ele é quem irá se responsabilizar pelo cuidado do doente no domicílio e necessita ser apoiado para que consiga viver a situação de forma mais tranquila, a fim de garantir a dignidade da pessoa doente.

Silva e Neri (2000) nos trazem que os cuidados oriundos de redes informais de apoio constituídas por filhos, por outros parentes e por amigos representam a mais importante fonte de atenção ao idoso. Em culturas como a americana, por exemplo, foi constatado que 80% dos cuidados aos idosos provêm de tais redes, em que cerca de um terço dos cuidadores são representados por uma única pessoa, em geral, o cônjuge também idoso, ou filhas de meia-idade e viúvas.

De acordo com Gastaldo (1997), espera-se que o cuidador leigo tenha adquirido autonomia suficiente para cuidar de si e da pessoa que está acompanhando. Todavia, para isso, necessita-se de um intermediador. Acredita-se que o enfermeiro pode desempenhar esse papel de facilitador, pois é um profissional que presta cuidados próximos à díade pessoa adoecida/cuidador leigo, além de estar envolvido diretamente com as questões educativas em relação aos cuidados com a saúde, também por ser conhecedor e já experiente no assunto de demências.

2.1 O ENVELHECIMENTO E A DOENÇA DE ALZHEIMER

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003), com base no censo de 2000, considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais, critério de idade estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos utilizam como parâmetro a idade de 65 anos.

Envelhecer é uma condição inerente à natureza humana cujas mudanças ocorrem, de maneira dinâmica, nos âmbitos biológico, psicológico e social do indivíduo, em razão do tempo (TORTOSA, 2002 apud FALCÃO (s/d)). Segundo Caldeira (2004), a base da pirâmide etária brasileira está cada vez mais estreita, ou seja, a população do país envelhece; concomitante a isso surgem também doenças crônico-degenerativas como o Alzheimer.

De acordo com Pereira (2006), o Alzheimer é uma das principais doenças que causam problemas de memória, perda de habilidades motoras, problemas de comportamento e confusão mental. Normalmente, o paciente afetado pelo Mal de Alzheimer não consegue efetuar habilidades simples como se vestir, cozinhar, dirigir o carro ou lidar com dinheiro. Assim, o idoso se torna completamente dependente de alguém, que sempre ou quase sempre é um filho ou familiar.

Caldeira (2004) também argumenta sobre as necessidades do idoso e as suas limitações, pois o Alzheimer causa dependência não apenas física, mas também financeira. (...) Um dos principais sintomas da doença é se esquecer dos fatos e das pessoas que fazem ou fizeram parte da sua vida. Os riscos trazidos pela doença não são apenas graves para o idoso, o familiar cuidador que está presente nesse dia a dia também sofre com a doença, principalmente, por não saber lidar com a situação, o que pode vir a desencadear inúmeros problemas para a sua saúde.

Segundo Prado et al. (2007), as demências são doenças com déficit cognitivo pronunciado e progressivo cuja incidência é maior nos idosos. Mas isso não quer dizer que, ao atingirmos certa idade, vivemos em um estado pré-patológico que acaba na Doença de Alzheimer ou

em outra forma de demência. Da mesma forma, ser criança não é um estado pré- patológico para a varicela ou a catapora. Simplesmente, nos idosos, uma série de razões (a principal das quais, que se saiba até hoje, é a diminuição do número de neurônios e de sinapses que ocorre ao longo dos anos) reduz o limiar da aparição de um quadro demencial secundário a algum fator patológico determinado.

Alzheimer ou Doença de Alzheimer (DA) é considerado uma demência, as demências enquanto “[...] síndrome do dano cognitivo persistente em adultos.” Para Green (2001), representa um significativo problema de saúde pública pela longa extensão e complexidade de manifestações funcionais, emocionais e consequências sociais, tanto para a pessoa idosa afetada quanto para seus familiares cuidadores. A Doença de Alzheimer (DA) é a causa mais comum de demência em idosos.

De acordo com Correa (1996), a Doença de Alzheimer foi diagnosticada pela primeira vez pelo neurologista alemão Alois Alzheimer em 1907, defendendo o envelhecimento prematuro do cérebro e a degeneração neurofibrilar dos neurônios, pensou-se, então, que havia uma destruição acelerada das células do cérebro e que se acumulavam muitas proteínas dentro e fora dos neurônios. Esses processos podem aparecer debilmente em anciãos, mas são intensos na DA. Tenta-se impedir o desenvolvimento do processo de involução celular e da formação de placas, já que é muito lento (superior a 30 anos), e poderia realizar-se um bom trabalho de prevenção obtendo resultados na investigação em andamento.

Desde então, começaram outros estudos mais aprofundados, por exemplo, as pesquisas que foram realizadas em 1977, mostramos que 10% das pessoas maiores de 65 anos sofrem de lesões cerebrais orgânicas que se relacionam com a senilidade. Dessas lesões, em 75% se diagnostica como DA e 25% do restante corresponde a alterações cerebrais produzidas por infartos múltiplos (ARAÚJO, 2001).

2.2 O ESTRESSE E OS SEUS SINTOMAS

Para Camelo e Angerami (2004), cada indivíduo reage de forma diferente diante de uma mesma situação. Há pessoas que se irritam e se inquietam diante de um determinado acontecimento; já outros o encaram com controle. Da formação da sua personalidade dependerá a sua atitude diante dos fatos.

Carvalho e Serafim (2002) buscaram a definição do estresse, podendo tê-la por meio da contribuição de vários autores. E em 1926, Hans Seyle utilizou o termo pela primeira vez, definindo o estresse como um conjunto de reações que o organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação que exige esforço para adaptação, e estressor “[...] é todo agente ou demanda que evoca reação de estresse, seja de natureza física, mental ou emocional.”

Para Rio (1995), são vários os tipos de estresse: o estresse físico; o estresse psíquico; o estresse por sobrecarga; o estresse por monotonia; o estresse crônico, que persiste por mais tempo, sem encontrar meios que o desativem eficientemente e o estresse agudo que dura alguns momentos, horas ou dias e depois se dissipa, esse estresse prepara o organismo para a luta ou fuga, por intermédio da ativação do sistema endócrino.

Segundo Lipp (2000), o estresse é uma reação do organismo com componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais que ocorre quando surge a necessidade de uma adaptação grande a um evento ou situação de importância. Esse evento pode ter um sentido negativo ou positivo.

Ainda, para descrever o estresse, Lipp (2000) acrescenta-o em três tipos. O estresse positivo que seria a fase inicial, produzindo adrenalina, em que dormir ou descansar talvez não seja tão importante, podendo se agravar a se tornar em estresse excessivo. O estresse ideal que tem perfil mais controlado, no qual existe uma homeostase do alerta e a recuperação. Começam a aparecer as doenças por exaustão do organismo. E, por fim, o estresse negativo, que ocorre quando a pessoa ultrapassa

seus limites e esgota sua capacidade de adaptação. É o nível que a pessoa pode chegar a adoecer.

Ainda, para descrever o estresse emocional, Lipp (2000) acrescenta que o modelo teórico do estresse passou a ser quadrifásico com a adição da fase de quase exaustão recentemente descoberta. São elas a Fase do Alerta, a positiva do estresse, quando o ser humano automaticamente se prepara para a ação. É caracterizada pela produção e ação da adrenalina que torna a pessoa mais atenta, mais forte e mais motivada.

A segunda é a Fase da Resistência, em que o organismo tenta inconscientemente reestabelecer o equilíbrio interior, a homeostase que foi quebrada na Fase de Alerta. A produtividade cai dramaticamente. Caracteriza-se pela produção de cortisol. A vulnerabilidade da pessoa a vírus e bactérias se acentua (LIPP, 2000).

A terceira fase é a de Quase Exaustão, seguindo a teoria de Lipp (2000), que foi recém descoberta, é quando a tensão excede o limite gerenciável, a resistência física e emocional começa a se quebrar, ainda há momentos em que a pessoa consegue pensar lucidamente, tomar decisões, rir de piadas e trabalhar, porém tudo isso é feito com esforço e esses momentos de funcionamento normal se intercalam com momentos de total desconforto. Há muita ansiedade nessa fase. A pessoa experimenta uma gangorra emocional. O cortisol é produzido em maior quantidade e começa a ter efeito negativo de destruir as defesas imunológicas.

E a quarta e última é a Fase de Exaustão, é a mais negativa do estresse, a patológica. É o momento em que um desequilíbrio interior muito grande ocorre. A pessoa entra em depressão, não consegue se concentrar ou trabalhar. Suas decisões, muitas vezes, são impensadas. Doenças graves podem ocorrer (LIPP, 2000).

Boabaid (2001) refere que, aproximadamente, 50% a 75% de todas as consultas médicas estão direta ou indiretamente relacionadas ao estresse, ou seja, se você força a máquina, vai acabar pagando por um preço muito alto, como uma gastrite, úlcera, ou mesmo infarto ou câncer. Isso sem contar o desequilíbrio familiar, por se envolver tanto.

Camelo e Angerami (2004) trazem-nos a ideia que o estresse em termos psicológicos, demonstra vários sintomas, como: ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, dúvidas quanto a si próprio, preocupação excessiva, inabilidade de concentrar-se em outros assuntos que não o relacionado ao estressor, dificuldade de relaxar, ira e hipersensibilidade emotiva. Deve-se buscar uma postura na qual o estresse seja um acontecimento positivo e não um empecilho ao desempenho pessoal, à saúde e à felicidade (CARVALHO; SERAFIM, 2002).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter descritivo, baseada em dados quantitativos, pois, de acordo com Machado (2010), os métodos quantitativos nas pesquisas voltadas à saúde, são de positivismo lógico, orientam-se à busca da intensidade e das causas dos fenômenos sociais, sem interesse pela dimensão subjetiva e utilizam procedimentos controlados. São objetivos e distantes dos dados (perspectiva externa), orientados à verificação e são hipotético-dedutivos. Adotam uma perspectiva de realidade estática e, ainda, são orientados aos resultados, são replicáveis e generalizáveis.

Os sujeitos alvos desta pesquisa foram os adultos de ambos os sexos, que ajudam a cuidar ou cuidam sozinhos de algum familiar idoso com a Doença de Alzheimer, participantes da Associação Municipal de Alzheimer e Demências (AMAD) do Município de Chapecó. A coleta dos dados foi realizada em um único encontro, no qual foi aplicado aos colaboradores o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (Teste de Lipp), que é um instrumento de avaliação do estresse exclusivo da Psicologia, o qual consiste no relato dos sintomas apresentados no último mês, na última semana e nas últimas 24 horas. Utilizou-se, também, um breve questionário com perguntas objetivas a respeito da rotina desses cuidadores. O presente trabalho possuiu risco mínimo, pois possibilitou a livre escolha de participação, deixando a critério do colaborador a opção de participar ou não da coleta de dados; todos receberam um termo livre

e esclarecido dos riscos e benefícios que teriam em colaborar. Foram sete cuidadores que leram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, cientes e dispostos a colaborar com o estudo.

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa mediante os resultados obtidos com o questionário e também como o teste de Lipp, sendo armazenados em um banco de dados no programa Excel para serem tabulados, interpretados e comparados para a construção dos gráficos e tabelas, apresentados de forma descritiva.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÕES DA POPULAÇÃO

Foram analisados sete cuidadores de idosos com Alzheimer participantes do grupo AMAD. Por meio do questionário, foram obtidos os dados mostrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados pessoais dos cuidadores

Cuidadores*	Idade	Estado civil	Profissão	Filhos	Moram com idoso	Tempo que passam com o idoso
RFF	47	Casada	Do lar	2	Sim	24 horas
MDL	66	Viúva	Aposentada	3	Sim	16 horas
JMBC	60	Viúva	Aposentada	2	Sim	24 horas
JFD	65	Casado	Aposentado	3	Sim	7 a 8 horas
AR	55	Solteira	Do lar	3	Sim	24 horas
CS	84	Casado	Agricultor	7	Sim	24 horas
ASV	41	Casado	Médico	1	Sim	2 horas

Fonte: os autore.

Nota: *Iniciais dos nomes dos cuidadores, para proteger as suas imagens.

De acordo com o Quadro 1, pode-se analisar que 4 dos 7 cuidadores são mulheres, o que, conforme Silveira, Caldas e Carneiro

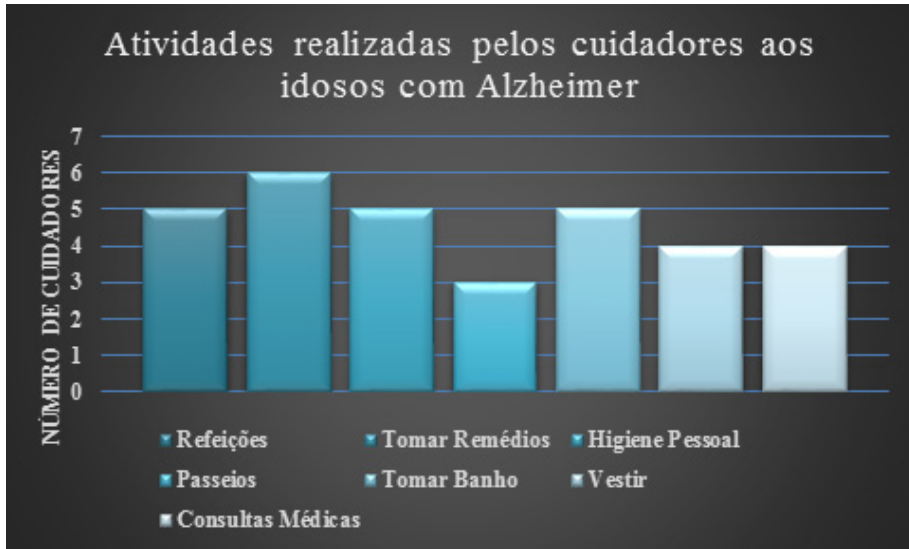
(2006), é algo da cultura. Essas pessoas, chamadas cuidadores, são, em sua maioria, mulheres que atuam como protagonistas anônimas nessa nova esfera de cuidados, o domicílio, no qual estão presentes também dimensões emocionais e afetivas. Ainda a respeito do perfil do cuidador, Neri e Carvalho (2002) apontam que na maioria dos países ocidentais, o desempenho das tarefas de cuidar em família é, geralmente, atribuição feminina, e a idade média, no geral, é de 46 anos. Outra observação importante que se pode fazer é que todos moram com esse idoso, tendo sobre ele total responsabilidade e fazendo isso de 2 a 24 horas por dia.

Segundo Bulla (apud LAWAL; REZENDE, 2015), a responsabilidade que os filhos têm com seus pais é uma forma de solidariedade entre as gerações. Os adultos cuidam de seus filhos e de seus pais idosos na perspectiva de serem amparados na velhice pela geração mais nova. Em relação ao estresse encontrado, deve-se reforçar que, quando se trata da doença de Alzheimer, o familiar cuidador enfrenta a possibilidade e o temor de também vir a ser portador da enfermidade. A literatura revela também que as filhas são as principais responsáveis em prover o cuidado ao idoso enquanto os filhos são responsáveis por fornecer ajuda financeira.

O questionário abordou assuntos do cotidiano dos cuidadores perante os idosos com Alzheimer, se recebem ajuda de alguém para executar as atividades, quais as dificuldades encontradas por eles para efetuar esses cuidados e se esses cuidadores possuem ou não momento de lazer podendo se descontrair e descansar nesse período. Foram ao todo, com as questões pessoais, 8 perguntas que fizeram parte do questionário, em que se percebeu que de sete cuidadores, três cuidam da mãe, dois cuidam da esposa, um cuida da sogra e um cuida do irmão. Segundo Karsch (2003), a literatura internacional apresenta quatro fatores presentes na designação da pessoa que assume o cuidado ao idoso dependente: parentesco (cônjuges), gênero (principalmente mulher), proximidade física (vive junto) e proximidade afetiva (conjugal, pais e filhos), o que se comprova nesse estudo também.

Abordaram-se as atividades desenvolvidas pelos cuidadores no cotidiano, obtendo-se os resultados apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Atividades realizadas pelos cuidadores aos idosos com Alzheimer



cuidadores fazem aos idosos, destacam-se os cuidados com os remédios, de sete cuidadores seis deles têm essa missão de cuidar dos horários, dos remédios que devem ser tomados, pois os idosos são dependentes de ajuda e também de atenção voltada às emoções, assim como, em seguida, têm as refeições e o banho, a higiene pessoal, o vestir e as consultas médicas que são frequentes para acompanhamento da evolução da demência.

De acordo com Pereira (2006), o Alzheimer é uma das principais doenças que causam problemas de memória, perda de habilidades motoras, problemas de comportamento e confusão mental. Considerando o comprometimento cognitivo e funcional progressivo da Doença de Alzheimer, decorrente do processo fisiopatológico neurodegenerativo, conforme Souza, Chaves e Caramelli (2007), o idoso passa a necessitar de auxílio para desempenhar atividades, como, por exemplo, deslocamento, higienização pessoal, acompanhamento, tornando-se cada vez mais

dependente de cuidados. Karsch (2003) afirma que “[...] o cuidador é a pessoa que chama para si a incumbência de realizar as tarefas para as quais o doente lesado não têm mais possibilidade, tarefas que vão desde a higiene pessoal até a administração financeira da família.”

Ainda, como podemos analisar no Gráfico 2, existem comportamentos dos idosos que dificultam os cuidados prestados por esses cuidadores.

Gráfico 2 – Comportamentos dos idosos que complicam os cuidados



Como DA é uma doença degenerativa, acaba transformando o idoso, de certa forma, em uma criança novamente; ele precisará de alguém para tomar conta dele, alguém para ajudar nas suas atividades. O Alzheimer causa alguns comportamentos de resistência e negação. De acordo com os dados do Gráfico 2, entre os sete cuidadores, quatro deles sofrem com o esquecimento e a resistência ao que falam ao idoso com Doença de Alzheimer, três sofrem com a resistência ao banho e a agressividade e um sofre com as tentativas de fuga do idoso. De acordo com Caovilla e Canineu (2002), ao procurar atendimento para um idoso com demência, grande parte dos familiares o fazem em virtude de o paciente

apresentar declínio importante na execução das atividades de vida diária ou porque estão surgindo alterações do humor e comportamento, como agitação e agressividade.

Pode-se observar, ainda, o índice dos cuidadores que possuem momento de lazer, no qual podem cuidar um pouco de si e deixar o idoso aos cuidados de outro familiar ou até mesmo de um profissional que o faça. Dentre os sete cuidadores, quatro disseram que possuem momentos de lazer e que conseguem se distrair e descansar nesses momentos, destes, três recebem visitas de outros familiares e apenas um relatou que o idoso não recebe visitas, mostrando-nos que a família está acompanhando a evolução da doença e está servindo, de algum modo, de suporte a esse cuidador, para que possa ter um tempo de cuidados consigo mesmo ou fazer atividades que, muitas vezes, não são possíveis quando está cuidando do idoso.

Os sintomas mais frequentes nos cuidadores durante as últimas 24 horas foram a insônia, a tensão muscular, a mudança no apetite, o aumento súbito de motivação e a vontade súbita de iniciar novos projetos. Os sintomas mais frequentes da semana foram o formigamento nas extremidades, o cansaço constante, a sensibilidade emotiva excessiva (estar muito nervoso), o pensar constantemente em somente um assunto, a sensação de desgaste físico constante e a diminuição da libido. E, por fim, os sintomas mais frequentes durante o mês foram, a insônia, os pesadelos, o cansaço excessivo e a perda do senso de humor.

Uma pesquisa realizada por Moraes (2000) constatou que a marcante desestruturação do núcleo familiar, decorrente do impacto social e psíquico provocado a partir da confirmação do diagnóstico da doença em um ente querido, desencadeia, entre os familiares, sofrimento e dor, principalmente por ser a doença de Alzheimer despersonalizante e incapacitante, emergindo a partir disso conflitos e estresses, que acometem os diversos membros da família, em especial, o cuidador familiar principal.

Embora possam ser muito onerados por questões físicas e emocionais, é importante salientar que nem todos os cuidadores

desenvolvem doenças, insatisfação, estresse ou sentem-se sobrecarregados. Para Neri e Carvalho (2002), existem razões que indicam que o cuidar não é uma atividade que, obrigatoriamente, causa efeitos negativos ao cuidador familiar. Isso parece depender muito da qualidade da interação do cuidador com o idoso, da história passada de relações com a pessoa por quem o cuidador deve se desvelar, dos conhecimentos sobre a condição enfrentada pelo idoso e das habilidades que tem para realizar as tarefas de ajuda.

Conforme Neri e Carvalho (2002), a ajuda recebida de outros membros da família, de amigos e de profissionais é igualmente importante para que não somente desempenhe adequadamente o seu papel, como também se sinta apoiado, envolvido e amado. Em interação constante, essas condições são parte de um conjunto de possibilidades associadas ao bem-estar do cuidador.

4.2 AVALIAÇÕES DO ESTRESSE NOS CUIDADORES

O teste de Lipp foi aplicado logo em seguida ao questionário, com os mesmos cuidadores. O Inventário de Sintomas de Estresse para adultos de Lipp, possui três quadros, em que as questões precisam ser assinaladas de acordo com os sintomas físicos e psicológicos apresentados durante as últimas 24 horas, durante a semana e durante o mês.

Com o resultado da análise do teste de Lipp, pode-se avaliar que em um todo de sete participantes, cinco apresentaram índice de estresse na fase da resistência e apenas dois não apresentaram estresse. Ainda, desses cinco que apresentaram o estresse na fase da resistência, pode-se concluir que três possuem sintomas psicológicos e dois sintomas físicos.

Baseado no teste e também no questionário, pode-se relacionar o quadro de estresse com a idade dos cuidadores, o grau de parentesco, o tempo que estes passam com os idosos e também se os fatores estressores podem ser relacionados às atividades que estes executam.

Dos três cuidadores que apresentam estresse com predominância de sintomas psicológicos, dois passam 24 horas por dia em função de

cuidar do idoso demenciado, a idade ficou entre 50 e 60 anos, sendo os cuidadores mais jovens, dois deles cuidam de suas mães com a doença, o período de cuidados variando de menos de um ano a 14 anos.

Os cuidadores que possuem sintomas psicológicos de estresse são os mais jovens, e que o tempo de cuidados não demonstrou ser um fator estressor, pois tanto o cuidador com menos de um ano de convivência com a doença apresentou a predominância de sintomas psicológicos, quanto o que cuida há 14 anos, porém o que cuida há 14 anos tem ajuda de uma cuidadora e o outro cuidador possui auxílio da família. Os três 3 cuidadores estão na fase de resistência do estresse.

Os dois cuidadores que apresentaram estresse com predominância de sintomas físicos tinham idade de 65 anos e 66, tendo como idoso com DA a esposa e o irmão, cuidando destes em um período de 4 a 14 anos, considerado um longo período de cuidados. Um possui ajuda da família para cuidar do idoso, e o outro não possui ajuda de algum familiar ou profissional.

Os dois cuidadores que não apresentaram sintomas de estresse, tinham idade de 41 e 84, sendo um cuidador da esposa e o outro da sogra, em um período de cuidados de 4 a 5 anos e 24 anos. Um possui ajuda dos filhos para cuidar da idosa com Alzheimer e o outro ajuda a esposa a cuidar da sogra. O tempo que passam com os idosos com DA é de 2 horas e o outro 24 horas.

5 CONCLUSÃO

Com base no estudo que nos mostrou um índice alto de estresse entre os cuidadores, concorda-se com Gastaldo (1997) que enfatiza a importância da saúde dessas pessoas, pois se espera que o cuidador leigo tenha adquirido autonomia suficiente para cuidar de si e da pessoa que está acompanhando. Todavia, para isso, necessita-se de um intermediador. No caso, a ajuda de um psicólogo como suporte a esses familiares cuidadores, visando aos cuidados à sua própria saúde, pois foram evidenciados sintomas de predominância psicológica. Como

a pesquisa nos trouxe, o estresse tem níveis que variam de acordo com os fatores estressores e também de pessoa para pessoa, de acordo com o seu modo de enfrentar as mudanças, relacionando aos casos pode-se analisar um número parecido de sintomas físicos e psicológicos, sendo a minoria os casos que não apresentam estresse.

Também é válido ressaltar que na população pesquisada não existiram casos de nível elevado de estresse, porém não significa que não devam ser tratados pela iminência de se tornarem elevados. Por mais que o nível seja baixo, ele existe nesses cuidadores e pode se agravar em algum momento de suas vidas, podendo trazer consequências em sua saúde, dificultando os cuidados realizados ao idoso com demência e também à sua própria rotina de cuidados, necessitando também de ajuda.

A importância desses familiares estarem recebendo ajuda tanto de profissionais da saúde quanto da família é de suma importância, pois são neles que buscam forças, energias, entendimento e conhecimento para seguirem com os cuidados proporcionando qualidade de vida para si próprios e para os idosos com demência.

Alzheimer illness: taking care of the family caregiver's health

Abstract

The dementia and degenerative diseases are becoming more frequent in seniors, leaving the elderly and the family somehow emotionally destabilized. This article sought along with caregivers of seniors with Alzheimer's disease before a routine full of cares and difficulties discover the stress causing factors in who cares. There is in this article the presence of psychological and physical symptoms related to stress on caregivers of Alzheimer's patients who may have as main factors the age of careers, the time and the activities that take place along with the elderly and the help and support they receive from family and friends. To achieve the objectives of this research were used as Stress Symptoms inventory instruments (ISS) that aims to analyze the main symptoms that occurred in the last month, week and the last 12:0 am and a questionnaire with objective questions that were very consistent. Using the above methods were able to analyze that there is a level of stress on the phase of resistance, being the minority cases

that I presented, and tie in cases with symptoms of physical and psychological predominance's.

Keywords: Dementia. Alzheimer's disease. Stress. Caregivers.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. I. P. Demência. In: CALDAS, C. P. A saúde do idoso: a arte de cuidar. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

ARAÚJO, P. B. **Alzheimer**: o idoso, a família e as relações humanas. 2. ed. Rio de Janeiro: WSK, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOABAID, F. **Sem stress**. 3. ed. São Paulo: Elevação, 2001.

BUCHER, J. S. N. F. Mitos, segredos e ritos na família II: uma perspectiva inter-geracional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 1-100, 1986.

CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cad Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 773-781, 2003.

CALDAS, C. P. O idoso em processo de demência: o impacto na família. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

CALDEIRA, S. A. P. **O enfrentamento do cuidador do idoso com alzheimer**. 2004. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/Vol-11-2/ac08%20-%20id%2027.pdf>. Acesso em: 2 abr.2015.

CAMARGO, R. C. V. F. de. Implicações na saúde mental de cuidadores de idosos: uma necessidade urgente de apoio formal. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas.**, v. 6, n. 2, p. 231-254, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v6n2/2.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N.; MACHADO, C. J. Expectativa de vida saudável para idosos brasileiros, 2003. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1903-9, 2009.

CAMELO, S. H. H.; ANGERAMI, E. L. S. Sintomas de estresse em trabalhadores de cinco núcleos de saúde da família. **Rev. Latino Am. Enfermagem**, v. 12, jan./fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n1/v12n1a03.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

CAOVILLA, V. P.; CANINEU, P. R. **Você não está sozinho**. São Paulo: ABRAZ, 2002.

CARVALHO, A. V. de; SERAFIM, O. C. G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 2002.

CORREA, A. C. de O. **Envelhecimento, depressão e doença de Alzheimer**. Belo horizonte: Health, 1996.

FALCAO, D. V. S.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. Cuidar de familiares idosos com a doença de Alzheimer: uma reflexão sobre aspectos psicossociais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 777-786, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a18.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2015.

FALCÃO, D. V. S.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. **Filhas que cuidam de pais/mães com provável/possível Doença de Alzheimer**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n3/a07v13n3.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

FALCÃO, D. V. S. **Doença de Alzheimer**: um estudo sobre o papel das filhas cuidadoras e suas relações familiares. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3742/2/capitulo1_2.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

FIGUEIREDO, N. M. A.; TONINI, T. (Org.). **Gerontologia**: atuação da enfermagem no processo do envelhecimento. São Paulo: Yendis, 2006.

GASTALDO, D. É a educação em saúde “saudável”? Repensando a educação em saúde através do conceito de bio-poder. **Rev. Educação e Realidade**, v. 22, n. 1, p. 147-168, jan./jul. 1997.

GORINI, M. I. P. C.; LUZARDO, A. R.; SILVA, A. P. S. S. **Características de idosos com doença de alzheimer e seus cuidadores**: uma série de casos em um serviço de neurogeriatria. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a06.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

GREEN, R. **Diagnóstico e tratamento da doença de alzheimer e outras demências**. Rio de Janeiro: EPUC, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 30 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Demografia** – Pensando no futuro dos idosos. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1184:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 30 mar. 2015.

KARSCH, U. M. Idosos dependentes: famílias e cuidadores. **Cad. Saúde Pública.**, v. 19, n. 3, p. 861-866, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15890.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

LAWAL, N. de O.; REZENDE, C. H. A. de. **O estresse em cuidadores familiares de idosos com doença de Alzheimer**. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4145/3092>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

LIPP, M. E. N. **Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

MACHADO, M. F. **Diálogo entre metodologias quantitativas e qualitativas no campo da saúde**. 2010. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0218.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

MORAIS, C. **Complexidade e comunicação mediada por computador**. 2000. Tese (Doutorado em Educação – Área do Conhecimento de Metodologia do Ensino da Matemática)– Universidade do Minho, Braga, 2000.

NERI, A. L.; CARVALHO, V. O bem-estar do cuidador: aspectos psicossociais. In: ROCHA, S. M. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. **Educ. Pesqui.**, v. 30, n. 2, p. 211-229, 2004.

PELZER, M. T.; FERNANDES, M. R. Apoiando a família que cuida de seu familiar idoso com demência. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 339-344, maio/ago. 1997.

PEREIRA, J. **Projeto de Indicação n. 22/06**. 2006. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/body/pi22_06.htm>. Acesso em:

PRADO, M. A. et al. **Envelhecimento e memória**: foco na doença de Alzheimer. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/75/04-izquierdo.pdf>>. Acesso em:

RIO, R. P. **O fascínio do stress**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

ROSSETTI, M. O. et al. O inventário de sintomas de *stress* para adultos de lipp (ISSL) em servidores da Polícia Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 4, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v4n2/v4n2a08.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

SANTOS, S. M. A. **idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas: Alínea, 2003.

SILVA, E. B. do N.; NERI, A. L. Questões geradas pela convivência com idosos: indicações para programas de suporte familiar. In: NERI, A. L. (Org.). **Qualidade de vida e idade madura**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

SILVEIRA, T. M. **“Fomos escolhidos”**: um estudo sobre cuidadores familiares principais. 2003. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SILVEIRA, T. M. **O sistema familiar e os cuidados com pacientes idosos portadores de distúrbios cognitivos**. Textos sobre Envelhecimento, 2000.

SOUZA, J. C.; CHAVES, E. C.; CARAMELLI, P. Coping em idosos com doença de Alzheimer. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 1, 2007.

VERAS, R. **Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso**. Rio de Janeiro: UnATI/ UERJ, 2000. Disponível em: <http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=186>. Acesso em: 2 abr. 2015.

WATANABE, H. A. W.; DERNIL, A. M. Cuidadores de idosos: uma experiência em uma unidade básica de saúde. Projeto capacidade. **O mundo da saúde**, v. 29, n. 4, p. 639-644, 2005.

AMOR X INFIDELIDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO

Camila Lorenzetti*
Michele Gaboardi Lucas**

Resumo

Trata-se de um artigo que versa sobre determinadas faces que envolvem o amor e a infidelidade nos relacionamentos contemporâneos. O objetivo desta pesquisa centrou-se em identificar se o gênero é o fator determinante nos aspectos que envolvem a percepção sobre o amor e a infidelidade. Teve como objetivos específicos identificar e correlacionar as percepções de gênero a respeito do amor e da infidelidade. Este estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizada em uma universidade no Oeste de Santa Catarina com acadêmicos com idades entre 20 e 35 anos. Foram realizados dois grupos focais, sendo o primeiro com cinco homens e o segundo com cinco mulheres, para discutir aspectos que envolvem o amor e a infidelidade. A partir da coleta de dados, foi efetuada a análise das informações colhidas de acordo com a análise de conteúdo. Os resultados apresentados sugerem que há, sim, diferenças nas percepções de gêneros sobre o amor e a infidelidade, mas que há também divergências dentro do próprio gênero, as quais ocorrem por fatores históricos e aspectos sociais, além das experiências subjetivas de cada indivíduo.

Palavras-chave: Amor. Infidelidade. Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, aspectos que envolvem o amor e a infidelidade vêm sendo discutidos pelas mais diversas áreas, a fim de explicar o panorama atual que envolve esses temas. Tanto o amor quanto a infidelidade seguem de perto a linha de evolução do homem, assim, antigos modelos de relacionamentos vêm sendo rapidamente

* Graduada em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; camilalorenzetti1@hotmail.com

** Professora orientadora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; opmichele@hotmail.com

substituídos por outros atuais. As modificações ocorridas ao longo da história proporcionam mudanças no comportamento humano e diversificam a maneira de se relacionar.

Considerando que existem diferenças nas percepções de gênero determinadas por fatores históricos, sociais e culturais, buscou-se compreender se essas diferenças ocorrem no âmbito de um relacionamento e principalmente nos quesitos que envolvem o amor e a infidelidade, com o intuito de verificar se há divergências de opiniões.

A sociedade evoluiu muito no que se refere às percepções sobre o amor e a infidelidade. Muito diferente do que ocorria anteriormente, hoje, homens e mulheres podem expressar sua afinidade, necessidades e desejos. Apesar das imensas possibilidades para a escolha de um parceiro, alguns relacionamentos vêm se mostrando insatisfatórios, principalmente quando ocorre a idealização destes. A forma como cada um percebe o relacionamento é determinante para a satisfação amorosa, sendo comum a insegurança em iniciar um relacionamento e as dificuldades em mantê-lo.

A revisão bibliográfica auxilia na compreensão da história e na dimensão que o amor e a infidelidade possuem enquanto significações. A linha de pesquisa utilizada abrange os Processos Comportamentais e Desenvolvimento Humano. Dessa maneira, pretendeu-se conhecer os motivos e incertezas que desencadeiam e contribuem para as percepções sobre o amor e a infidelidade.

A pesquisa teve por objetivo identificar a percepção de homens e mulheres acerca do amor e da infidelidade e mostra relevância no campo científico, uma vez que possibilita a compreensão dos relacionamentos atuais e suas novas significações, bem como o amor e suas percepções. A infidelidade está cada vez mais presente nos relacionamentos, de maneira que cabe ao psicólogo tomar conhecimento dos novos panoramas e relações e suas variáveis para, assim, realizar um trabalho efetivo e que atenda às necessidades dos casais contemporâneos.

2 GÊNERO

Os caminhos traçados pelo gênero feminino e pelo masculino tomam dimensões e caminhos opostos, principalmente em relação a expectativas sobre as relações contemporâneas. Scott (1986) ressalta que gênero é um modo de decodificar e compreender as relações e interações humanas. O gênero se refere também à oposição masculino/feminino, fundamentando ao mesmo tempo o seu sentido.

A história do homem e a história da mulher não podem existir por meio de estudos inteiramente separados e não podem ser baseadas em um sexo oprimido e outro que se sobrepõem. A importância de cada gênero, feminino, masculino ou neutro, em cada sociedade ou época, varia muito e está associada ao simbolismo sexual e aos papéis sexuais. Gênero pode ser caracterizado como um elemento constituído nas relações sociais e baseado nas diferenças entre os sexos, sendo também uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1986).

Lins (2013) afirma que a diferença existente entre os sexos é simplesmente anatômica e fisiológica, sendo ademais produto da cultura e do grupo social. A autora complementa que tanto o homem quanto a mulher podem apresentar características de serem fracos e fortes, corajosos e inseguros, agressivos e calmos, isso de acordo com o momento, bem como as características singulares de cada um.

De acordo com Silva, Wiese e Pichelli (2013), a construção social dos gêneros está associada à identificação e compreensão de símbolos e experiências, visto que as práticas sociais modelam e orientam as diferentes percepções. Sugere, desse modo, que a masculinidade e a feminilidade superam questões de anatomia sexual e se elevam ao patamar de significações, as quais acompanham a vida dos sujeitos. As representações e os papéis desempenhados por homens e mulheres são resultados de uma construção histórica e cultural, os quais podem ser percebidos como a desigualdade de gêneros em aspectos que implicam as relações afetivas e matrimoniais.

Durante toda a história, os papéis impostos para homens e mulheres foram claramente definidos. Desde cedo meninos e meninas são “treinados” a responder as expectativas impostas pela sociedade, delimitando seus atos e comportamentos. Desse modo, teria de haver um ser submisso, inseguro e fraco para que houvesse outro forte, agressivo e provedor. Desde a Grécia Antiga, bem como a Idade Média, havia a imposição de quais papéis cabiam a cada gênero (SILVA; WIESE; PICHELLI, 2013).

Para Cetolin et al. (2011), as relações de gênero surgem como um ponto básico na formação da identidade, seja pelo direcionamento adotado, pela escolha do nome ou pelos aspectos relacionados a afetos e sentimentos. Desse modo, a compreensão do que é ser mulher e do que é ser homem é uma consequência de uma construção histórica e social e que estabelece o papel de cada um nas relações sociais.

A sociedade e o contexto histórico influenciam diretamente nos comportamentos adotados pelos gêneros, sendo também influenciadores no modo como cada um se porta e percebe os novos relacionamentos.

2.1 O AMOR POR TRÁS DA HISTÓRIA

Há tempos, o amor tem sido objeto de interesse e pesquisa dos mais diversos campos do saber, realizando uma travessia histórica desde a mitologia grega até os dias de hoje. De acordo com Nóbrega, Fontes e Paula (2005), o amor é inicialmente caracterizado pelo cortejo de deuses e homens em batalhas, passando pela literatura, com narrativas de personagens e suas histórias de paixões e tragédias meticulosamente tramadas, posteriormente se submete ao estudo da psicologia, que o inclui na categoria de sentimento.

Conforme Vieira e Cohn (2008), o significado do amor, de quem pode amar e ser amado, acompanha de perto a evolução do homem. Sendo inicialmente raro e restrito a alguns poucos, o amor passa então a ser um “direito” de todos. O amor se transforma, pois é compreendido como o desejo de possuir o que não é possuído.

De acordo com Lins (2013), o amor nem sempre foi considerado importante ou fundamental para uma união, e isso remete à época do feudalismo, na qual o amor não era relevante para o casamento; sendo este uma aliança ou contrato, com interesses políticos, econômicos e sociais, o casamento era considerado muito importante para que dele fizesse parte o amor. Durante o período da Idade Média, o amor era considerado um pecado carnal, bem como o desejo sexual, apenas os detentores de direitos políticos poderiam amar. O amor segue uma linha evolutiva e chega ao seu ápice com a democracia, em outras palavras, com a liberdade e o ideal de que todos são iguais (VIEIRA; COHN, 2008).

Bauman (2004) ressalta que o capitalismo modifica novamente a concepção de amor; seguindo a lógica de livre mercado, os relacionamentos não têm a obrigação de serem duradouros, e a escolha de um parceiro ocorre de acordo com as ofertas de mercado. O amor nessa concepção não está ligado aos sentimentos, mas à razão, visto que muitos relacionamentos passam a ser de curta duração e repletos de insegurança, portanto, o amor se desloca do campo do romantismo e passa para o campo da racionalidade.

Conforme os estudos de Pires (1998), nas relações entre homens e mulheres o despertar do amor é simplesmente inexplicável e por si curioso. O amor se revela como a busca pelo outro, ou a união de dois seres como apenas um. O mesmo autor destaca, ainda, que, considerado um fenômeno de dupla face, dor e prazer, o amor está relacionado à dor quando há ausência de reciprocidade, de modo que as expectativas de um não correspondem às do outro, e é representado pelo prazer, quando os parceiros compartilham das mesmas expectativas e ideais. O cerne do amor é, portanto, a semelhança, a sintonia única e perfeita entre dois seres que atingiram o mesmo nível de evolução espiritual.

O amor não depende e nem se baseia em regras e leis sociais, desse modo, satisfaz ao amor a sua própria natureza e a sua própria lei. O amor é como um inexplicável encontro de cargas elétricas positivas e negativas, sendo o resultado destas uma união perfeita, ou por si uma explosão desastrosa (PIRES, 1998).

Para Lillibridge (1995), o amor pode ser caracterizado em três etapas principais: o amor romântico, um tipo de amor enlouquecido e que possui duração de três a seis meses, até que comece a se desgastar, dessa maneira, a pessoa a quem se nutria o amor passa a mudar perante os olhos do amante. O segundo estágio é o do desapontamento, no qual durante o passar dos meses podem ser percebidas as fraquezas da pessoa antes perfeita, além de traços de personalidade e comportamentos aborrecedores, então a pessoa amada não mais corresponde às expectativas que lhe foram depositadas. Esse é um ponto crucial nas relações em que a maioria dos casais não suporta e é tragada de incertezas. A partir dessa mudança surge o amor maduro, no qual a pessoa é aceita por inteiro, com suas forças e fraquezas, esse amor cresce e se torna mais forte com a medida do tempo.

O amor deve ser analisado de várias formas, segundo Almeida e Oliveira (2007), pois é possível que para cada indivíduo exista um amor diferente e todos eles são aceitos, viáveis e têm o seu valor. Desse modo, cada pessoa experimenta o amor a sua maneira, pois é uma experiência vivenciada de maneira única, completamente subjetiva. Os significados, a importância e o real sentido dessa palavra tão ampla em questões de significados, modificam, com o homem e sua capacidade de evolução.

O amor é um processo emocional, ligado a um conjunto de ideias que são influenciadas pela sociedade e pelo contexto histórico-cultural nos quais está inserido. Desse modo, o amor se torna uma crença emocional e, como toda crença, está passível a modificações, alterações, melhorias ou, por fim, a abolição.

2.2 A FRAGILIDADE DO AMOR CONTEMPORÂNEO E AS MUDANÇAS NOS RELACIONAMENTOS

Os relacionamentos são caracterizados pela união entre dois indivíduos, os quais em sintonia e por livre e espontânea vontade, decidiram unir suas vidas, porém, nem sempre foi assim, os relacionamentos passaram por inúmeras mudanças no decorrer dos séculos.

Almeida e Oliveira (2007) destacam que a vida amorosa contemporânea é notavelmente diferente da vivida pelas gerações antecessoras; atualmente, há uma ampla gama de relacionamentos, entre os quais o morar juntos, o ficar e os relacionamentos abertos, os quais permitem ao casal novas experiências junto a outros parceiros. Essas formas de relacionamento são caracterizadas pela falta de compromisso entre o casal, a fragilidade e a constante busca de prazer e satisfação por meio da sedução amorosa.

O amor passa por constantes atualizações e tornou-se frágil em um mundo que muda ininterruptamente, nesse sentimento, não é mais propulsor de relacionamentos, e se faz presente na minoria deles, sendo vencido pelo oportunismo e interesse. O amor e a promessa de amar para sempre já não podem ser consideradas garantias, é necessário sustentar o amor frágil que vigora atualmente. Amar eternamente passou a ser um mero discurso, deixando de ser uma promessa que perpassa os limites do homem, como foi o amor de Romeu e Julieta (FURTADO, 2008).

De acordo com Zordan (2010) e Lins (2013), o casamento continua associado ao amor, sendo importante para ambos os sexos, porém, com um significado diferente; enquanto para mulheres o amor significa uma relação amorosa, para os homens a percepção de amor envolve constituir família. Tanto o processo de amor quanto o de separação envolve aspectos que estão ligados diretamente à cultura, ao ambiente no qual o indivíduo está inserido e a suas metas, ambições, temperamento e motivações.

A promessa de um amor eterno atua na sociedade contemporânea como um mecanismo de defesa, o indivíduo tenta se proteger de relacionamentos irrealistas, que são constantemente ofertados. Furtado (2008) ressalta em seus estudos que o amor eterno atua como um mecanismo de autoengano na sociedade contemporânea, possuindo a finalidade de preservação da felicidade, enquanto em outra perspectiva está fadado a um fim próximo.

Apesar de sua fundamental importância, o amor, quando tratado como conceito, é utilizado indiscriminadamente e tratado de

forma errônea. O amor está no ser humano, nunca além dele e possui inúmeras formas de manifestações. A estratégia para a falta de amor não depende dos outros, mas cabe a cada um perceber que fazem parte do problema e da solução.

Fruto de um amor pobre e vazio, a infidelidade é caracterizada como mecanismo de fuga de relacionamentos que não oferecem o mínimo conforto emocional. Esses meios de escape são cada vez mais frequentes em uma sociedade corrompida pela sedução amorosa e o prazer imediato.

2.3 A INFIDELIDADE COMO FRUTO DA FRAGILIDADE

Com a infinidade de novos casais, estão as novas relações, algumas delas extraconjugais. Essas relações têm diversos objetivos, alguns casos são voltados ao prazer sexual, enquanto outros são casos amorosos longos e envolventes (PRADO, 2009). Mas o que todas têm em comum é que causam dor a uma ou outra pessoa. A infidelidade é caracterizada como desrespeito, mentira ou quebra da confiança para com o parceiro.

Zacharias et al. (2011) ressalta que cada casal define o que vem a ser a infidelidade, essa definição pode depender de inúmeras variáveis, como crenças, costumes e ideologias. O envolvimento extraconjugal é difícil de ser compreendido, porém, continuar a relação com o parceiro, seja por motivos sociais, econômicos, morais, seja pelo medo de iniciar a vida individualizada do cônjuge, pode gerar muito sofrimento.

A infidelidade pode ser percebida de várias formas, algumas delas como sendo favoráveis à manutenção do relacionamento, auxiliando na estabilidade do casamento e evitando o divórcio. De acordo com Prado (2009), há relacionamentos extraconjugais que exercem uma função significativa nos casamentos, sendo estes propulsores de crises em relacionamentos, os quais proporcionam oportunidades de crescimento para o casal.

Nos relacionamentos atuais, há uma contradição entre a permanência de valores tradicionais, como segurança, fidelidade e

estabilidade, e outros, considerados modernos, como privacidade, experimentação, autonomia e independência. Apesar de ser atribuído um imenso valor a fidelidade, há alarmantes e expressivos índices de relacionamentos extraconjugais, dessa forma, há uma fidelidade ilusória, pois apesar da alta perspectiva de que o parceiro tenha sido infiel, desejasse acreditar no oposto (ZACHARIAS et al., 2011).

3 MÉTODO

Este estudo adotou predominantemente a perspectiva da abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Tratou-se de um estudo dos aspectos da subjetividade, da cultura e da história de cada indivíduo. Optou-se como método de pesquisa o grupo focal, a qual é uma importante técnica de pesquisa, que possibilita a exposição simultânea de informações sobre determinado fenômeno.

Para a coleta de dados foram realizados dois grupos, sendo um com homens e outro com mulheres, com cinco participantes cada, totalizando dez participantes, sendo todos estudantes da mesma universidade no Oeste de Santa Catarina, com idades entre 20 e 35 anos e que aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os encontros, que ocorreram na universidade, tiveram duração média de 50 minutos cada, e para ambos os grupos foi utilizado um roteiro, com perguntas norteadoras. As respostas e percepções foram gravadas com a permissão dos participantes e transcritas. Foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2009) e a interpretação dos dados, com o objetivo de estabelecer a ligação entre os resultados obtidos a partir do grupo focal com outros já conhecidos, derivados de estudos e teorias realizados anteriormente (GIL, 1996).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos por meio da realização de dois grupos focais, um com rapazes e outro com moças, mostram as percepções dos

participantes sobre o amor e a infidelidade. Desse modo, as perguntas foram direcionadas para que a partir das respostas fosse possível compreender se há divergências nas percepções.

Os dados coletados foram transcritos, agrupados e organizados em três categorias, conforme análise de conteúdo de Bardin (2009), sendo as categorias escolhidas: o amor, a infidelidade e as relações de gênero, considerando a opinião dos participantes.

O *amor*, como primeira categoria, apresenta-se com um emaranhado de significados, bem como o estabelecimento de vínculo emocional entre duas pessoas, o carinho e a demonstração de afeto. A moça 1, em seu discurso, destaca que “Amor é você ter vontade de estar com a pessoa que ama. Vontade de ter a pessoa perto, ter medo de perdê-la e dar praticamente a vida por ela.” Nesse mesmo sentido, a moça 2 salienta que “[...] o amor é quando o sentimento é tão grande que você poderia dar a vida por aquela pessoa, você abriria mão da tua felicidade pra fazer a outra pessoa feliz.” (informações verbais). Essas percepções vão ao encontro do que Montoro e Munhoz (2010) entendem sobre o amor. Para as autoras, o amor é a preocupação com o amado, o desejo de protegê-lo, de cuidar e de estar próximo a ele.

O amor é colocado pelas moças 1 e 2 como uma troca, dar e receber, é preciso que cada um dê o melhor de si, tornando-se um laço de dependência; essa característica de dependência da demonstração do amor é vista como fundamental na sociedade moderna, além de sentir o amor, é preciso demonstrá-lo.

Essa percepção foi observada também no grupo dos rapazes, no qual o rapaz 2 faz a seguinte menção “Eu vejo o amor como uma segunda fase no processo entre o casal, primeiro vem a paixão e é aí que você descobre se vai dar certo. O amor é um segundo processo que envolve vários fatores que a paixão não.” Além disso, o rapaz 4 diz “[...] acho que o amor é quando acaba a paixão e vira algo mais profundo, que você já conhece os defeitos da outra pessoa e mesmo assim permanece.” (informações verbais). Montoro e Munhoz (2010) apresentam a paixão

como algo mais rápido e intenso, e o amor como o desejar o bem de outrem.

Em seu discurso, no parágrafo anterior, os rapazes descrevem que o amor ocorre depois da paixão. O amor e a paixão apresentam inúmeras diferenças, mas, apesar disso, podem ser confundidos em uma relação. Enquanto a paixão se caracteriza como uma emoção imediatista e intensa, que releva as qualidades do outro e rejeita os defeitos, o amor, enquanto sentimento, apresenta-se permanente e duradouro, além disso, a paixão sempre está no amor, mas o amor nem sempre está presente na paixão.

Ainda sobre o amor, mas abordando aspectos sobre a possibilidade de existir vários amores ou um único grande amor, as moças participantes, em sua maioria, revelaram acreditar em um único grande amor, isso está explícito na fala da moça 3: “Eu acredito que quando o amor é verdadeiro você vai sentir pela pessoa certa [...] Eu acredito no amor verdadeiro.” Neste mesmo contexto, a moça 2 ressalta “Eu também acho que seja entre casais um só, que o amor verdadeiro quando bate mais forte e que os outros que você pensava que amou, não era um sentimento nem parecido [...]” (informação verbal). Pretto, Maheirie e Toneli (2009) destacam aspectos deterministas nos relacionamentos, principalmente para as mulheres, sugerindo que o amor se configura como um destino na vida das pessoas.

Esse aspecto pode estar relacionado ao mito do amor romântico apresentado nos livros e vendido em filmes, comerciais e novelas, um amor como foi o de Romeu e Julieta. A busca por um único e grande amor pode tornar os relacionamentos frustrantes, em razão de idealizações quanto ao parceiro, que dificultam e desgastam os relacionamentos, tornando a procura mais difícil.

O rapaz 5 faz uma menção que difere das anteriores, em uma de suas falas, ele enfatiza “[...] eu acho que o amor é uma espécie de preconceito, porque como você pode dizer que ama alguém se há milhares de pessoas que você amaria mais se as conhecesse, mas você nunca conhece, então eu acredito que há mais de um amor.” A fala dele

é seguida da do rapaz 1, que faz a seguinte alusão ao amor “Eu também acredito em vários amores, mesmo que o relacionamento não tenha dado certo, eu acredito que pode ter havido amor entre o casal.” (informação verbal).

O amor na percepção dos homens envolve as relações amorosas durante a vida, ao contrário das mulheres, eles acreditam que pode, sim, haver vários amores. Um dos fatores que podem contribuir com essa fala é o de o homem ser mais flexível do que a mulher no aspecto de ir em busca de um relacionamento, pois a mulher, historicamente, foi destinada a esperar “o príncipe encantado”.

Do ponto de vista teórico, o amor se compara ao infinito, em razão da variedade e da complexidade de informações, conceitos e imagens. Além disso, é utilizado de várias maneiras e possui várias formas. Para tanto, é necessário direcionar nossa atenção sobre a diversidade e as formas de amar.

Outra categoria selecionada a partir dos objetivos e das falas dos indivíduos participantes é a *infidelidade*, a qual de um modo amplo se refere a uma ruptura, quebra de laços de um pacto tácito estabelecido pelo casal. De acordo com o grupo realizado com a mulheres, infidelidade pode ser definida pela moça 3 como “[...] trair a confiança de uma pessoa.” (informação verbal). Para Sousa (2009), a infidelidade é o rompimento ou violação do laço que há entre o casal, provocando desestabilidade e o rompimento de um acordo.

Para os rapazes, Têm-se como base o discurso do rapaz 1, “Traição é uma quebra total de confiança e de respeito [...]. Mas também o problema não é de um só, provavelmente há problemas na relação. É um desrespeito a toda a história que o casal viveu, e não sei se isso é perdoável.” (informação verbal).

Os homens, do mesmo modo que as mulheres, sustentam em seus discursos a fala de que a infidelidade é a quebra de confiança ou o desrespeito de um acordo estabelecido entre o casal; cada casal estabelece o que e quais as atitudes que podem ser caracterizadas como infidelidade. O que vem a ser infidelidade para um sujeito pode não ser para o outro,

essa percepção envolve características históricas, culturais e sociais e depende do momento de vida que os sujeitos se encontram.

Os tipos de infidelidade também apareceram nos discursos dos participantes. Na fala do rapaz 2: “Acho que a traição só se caracteriza quando há ou ocorreu algo físico”, e ressalta “Tem que ter a atitude, o ato sexual. Eu penso que palavras não passam de palavras [...]”, na mesma linha, o rapaz 4 diz: “Eu considero infidelidade como algo que você executa, mais físico. Acho que o código criminal não pune ninguém por pensar em matar alguém.” O mesmo rapaz ainda complementa “Acho que nesse caso uma grama de ação pesa mais que uma tonelada de pensamento.” (informação verbal).

O discurso dos homens segue a linha de raciocínio que para haver infidelidade deve ocorrer o ato sexual. Em nenhum momento é colocado o envolvimento emocional como infidelidade, desse modo, para o grupo pesquisado, a infidelidade só ocorre quando há algo físico, carnal.

Diferente dos homens, as mulheres caracterizam os tipos de infidelidade como algo também emocional, como pode ser percebido no discurso da moça 4: “Trair pra mim pode ser no ato sexual, na forma física, como existe também trair na forma psíquica [...]”, a moça 1 coloca que “A traição ocorre também por mensagem ou ligação, mesmo que eles não se encontraram, porque eles tinham a intenção.” (informação verbal). Contrariando a ideia de que se não há relações físicas ou carnis não há infidelidade, os meios sociais geram grande insegurança entre casais. De acordo com Freire et al. (2010), o envolvimento virtual pode se tornar mais um meio para a infidelidade no momento em que alguém descobre que o parceiro troca elogios e carinhos e se envolve afetivamente com outrem.

A infidelidade é caracterizada como quebra de confiança ou rompimento de um pacto, desta forma pode ser emocional, sexual ou ambas. Enquanto a infidelidade sexual é qualquer comportamento que envolva contato sexual, a infidelidade emocional é definida pela formação de um vínculo afetivo (SOUSA, 2009). O vínculo afetivo formado com uma terceira pessoa se torna tão ou mais grave aos olhos das mulheres, se

comparado a uma relação sexual. A mulher, por características naturais, é mais emocional que o homem, ressaltando que o envolvimento emocional do homem com outra mulher pode ser caracterizado como infidelidade, enquanto isso não ocorre na situação oposta.

A respeito do tópico sobre porque a infidelidade ocorre em um relacionamento, surgiram diversos fatores, como o colocado pela moça 1: “Tem uma fenda que alguém está deixando e querendo ou não os dois são os culpados”, ela ainda coloca “[...] 50% de cada um.” A moça 3 destaca “Eu acho que não é um motivo só que leva alguém a ser infiel, mas é um conjunto de motivos, vários aspectos, várias atitudes que vão acumulando e chega uma hora que [...]” (informação verbal).

De acordo com Magalhães (2008), a infidelidade é consequência de uma relação desgastada, e haverá sempre dois responsáveis pela insatisfação. A negligência ou a falta de companheirismo entre o casal provoca o desgaste emocional, físico e mental, que se não for resolvido, acarreta na procura fora do casamento por um parceiro que supra as faltas que existem na relação. As mulheres ainda ressaltam a motivação e os comportamentos de um para que o companheiro procure em outra pessoa o que falta na relação, dessa forma, não há um culpado, mas dois, porque um contribui diretamente para a infelicidade do outro e para a degradação da relação.

Os homens ressaltam em seu discurso que a infidelidade ocorre no relacionamento, por fatores internos e externos à relação; segue a fala do rapaz 2: “Acho que o principal fator mesmo é a insatisfação no relacionamento.” O rapaz 4 expõe como fatores “O desejo, o companheirismo com a outra pessoa, insatisfação no relacionamento e o divertimento, a oportunidade, embora eu ache que quem quer faz a oportunidade [...]”(informações verbais). Solino (2008) ressalta que a infidelidade pode ter vários fatores desencadeantes, como a carência, a falta de interesse do parceiro, a vingança, ou o desejo e a busca pelo novo. A infidelidade deixa marcas e provoca dúvidas permanentes em quem é traído, além de ocorrer a quebra da confiança, um sentimento difícil de ser restaurado.

Quanto às influências externas ao relacionamento, os homens, assim como as mulheres, dividem pensamentos diferentes. A moça 4 destaca que “Se a pessoa não estiver segura de si e da relação ela pode ser influenciada a trair.” A Moça 3 coloca: “Eu acho que depende muito da maturidade da pessoa, por que eu acho, eu não acredito que ninguém influencie ninguém, eu sou da opinião de que se a pessoa não quer, não vai ser o amigo que vai influenciar a pessoa a fazer.” Ainda sobre as influências, o rapaz 2 destaca “[...] acho que há fatores que envolvem isso, a pessoa embriagada pode ser influenciada, por que ela não se manda mais, não tem mais o controle das suas atitudes, mas você não estando bêbado sabe o que ta fazendo, e sabe também das consequências.” Em contrapartida, o rapaz 3 enfatiza “Acho que se uma pessoa gosta da outra ela não vai ser infiel, mesmo sendo influenciado.” (Informação verbal).

A infidelidade, quando envolve influências externas à relação, causa contrapontos e percepções divergentes no grupo feminino e masculino, pois em ambos foram identificados que o indivíduo pode sofrer influências externas, mas se houver maturidade e respeito na relação não ocorrerá infidelidade a menos que a pessoa queira. Há vários fatores que influenciam na infidelidade, sendo eles internos e externos à relação, cabe a cada um, a partir de suas vivências e percepções, decidir sobre seus atos e comportamentos na relação.

Sobre as *relações de gênero*, que são apresentadas como a diferença na percepção entre homens e mulheres, podem ser destacados dois discursos sobre o amor e a infidelidade, o primeiro, do rapaz 4, realça: “Acho que dá pra ser infiel ainda amando, eu não vejo necessariamente o fim do amor associado à infidelidade, eu consigo ver os dois juntos, talvez não seja o fim do amor, mas o fim da confiança, o fim do companheirismo, o fim do desejo sexual, mas eu não julgo, não culpo ou responsabilizo isso ao fim do amor, se é que ele existiu.” (informação verbal).

A percepção do rapaz 4 no parágrafo anterior é uma percepção historicamente construída, no qual o homem poderia ter mais de um relacionamento, sem que este influencia-se na relação. Ao homem desde sempre fora permitido e até estimulado o relacionamento com mais de

uma pessoa ao mesmo tempo, enquanto a mulher deveria, assim que casada, viver apenas para o marido. Apesar das mudanças no modo de pensar do homem e da mulher, não há como apagar os fatores históricos, visto que eles influenciam de diversas maneiras os relacionamentos contemporâneos.

Em seu discurso, a moça 2 ressalta “Para mim, a relação que há entre o amor e a infidelidade é que se houver amor de verdade, não haverá traição, pois amor é sinônimo de respeito e confiança.” (informação verbal). A infidelidade, em muitos discursos, apresenta-se como forma oposta ao amor. A infidelidade pode surgir em um relacionamento como fator determinante, a qual pode, por meio de uma crise, proporcionar ao casal crescimento e amadurecimento na relação, em contrapartida, a infidelidade pode destruir essa relação.

Portanto, percebe-se a partir dos discursos analisados que há divergências entre os gêneros nos modos de perceber o amor e a infidelidade, mas há também divergências dentro do mesmo gênero. Desse modo, as percepções diferentes sobre o amor e a infidelidade não são apenas entre homens e mulheres, mas dependem das vivências subjetivas e das relações sociais.

5 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo contribuíram para melhores entendimentos sobre o amor e a infidelidade nos relacionamentos contemporâneos e as percepções de gênero sobre os temas. Em relação à percepção de gênero sobre o amor e a infidelidade, pode-se perceber contrapontos quanto aos discursos do mesmo gênero e de gêneros opostos.

A partir da análise realizada, observou-se que, em relação aos discursos sobre o que é o amor, as opiniões não divergem e envolvem a doação, a aceitação dos defeitos e a valorização das qualidades. Em contrapartida, quando fora abordado sobre a existência de um amor ou vários amores durante a vida, houve discordâncias, pois enquanto as

mulheres acreditam em um único grande amor, os homens apresentam a ideia de que existam vários amores. Esse olhar diferenciado pode ter sofrido influências históricas em que a mulher historicamente está à espera de um grande amor, enquanto o homem sempre teve que buscar, conquistar e tomar a iniciativa quando se trata de relacionamentos.

A infidelidade foi abordada pelos dois grupos como a traição da confiança ou a quebra de um acordo pré-estabelecido pelo casal. Entretanto, ocorrem divergências quanto às formas de perceber a infidelidade, enquanto para as mulheres a infidelidade pode ser caracterizada pelo envolvimento emocional com uma terceira pessoa, para os homens, esta ocorre apenas se houver o envolvimento sexual. Sobre os fatores que influenciam na infidelidade, os dois grupos apresentam fatores internos e externos à relação, internos quando a relação está desgastada, e externo quando há influência de amigos, atração por outra pessoa ou oportunidades de um envolvimento.

Há dois discursos divergentes sobre o amor e a infidelidade que se relacionam às percepções de gênero. Enquanto a moça defende que se houver amor na relação não existirá a infidelidade, o rapaz apresenta a ideia de que o amor e a infidelidade andam juntos. Esse discurso se revela importante no momento em que se percebe que não apenas as percepções de cada gênero influenciam no discurso de cada um, mas questões que estão além delas. Apesar de haver divergências entre os gêneros, o modo como cada um percebe e experimenta o amor ou a infidelidade é determinado pela identidade, pelas experiências de cada um e pelo momento de vida do indivíduo, além das construções históricas.

É importante ressaltar que os dados apresentados neste estudo não podem ser generalizados, por se tratar de uma amostra pequena, considerando ainda fatores como a idade e grupo social. Destaca-se a necessidade de que outras pesquisas sejam realizadas nas áreas da infidelidade e dos relacionamentos amorosos. Sugere-se o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o perdão da infidelidade e as influências no casamento, pois se apresentam como temas que sofrem constantes modificações com o passar dos anos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. de; OLIVEIRA, H. C. de. A importância e a banalização do amor no cotidiano. In: JORNADA APOIAR: SAÚDE MENTAL NOS CICLOS DA VIDA. 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/A_importancia_e_a_banalizacao_do_amor_no_cotidiano.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: LDA, 2009.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CETOLIN, S. F. et al. Representações Sociais: Maternidade e Deficiência Mental. In: CETOLIN, Sirlei Favero; TRZCINSKI, Clarete. **Relações de gênero**: afirmações e desafios nas áreas social e da saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2011.
- COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- FREIRE, B. et al. **Paixão, ciúme e traição**: a “liquidez” das relações humanas no ciberespaço. Pará, 2010. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/aavv-paixao-ciume-e-traicao.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- FURTADO, P. C. A mentira necessária: um ensaio sobre a promessa de amor eterno na sociedade contemporânea. **Revista Contemporânea**, São Paulo, n. 10, p. 94-105, 2008. Disponível em: <[http://www.nutrociencia.com.br/upload_files/arquivos/AmorContempor%C3%A2neo\[1\].pdf](http://www.nutrociencia.com.br/upload_files/arquivos/AmorContempor%C3%A2neo[1].pdf)>. Acesso em: 22 set. 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LILLIBRIDGE, M. E. **O livro do amor**. Tradução Lucy M. R. Petroucic. São Paulo: Nobel, 1995. Tradução de: The Love Book for Couples.

LINS, R. N. **A cama na varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências. 8. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

MAGALHÃES, M. M. **A infidelidade conjugal e seus mitos**: uma leitura gestáltica. 2008. 48 p. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica)–Instituto de Gestalt-terapia e Atendimento Familiar, Rio de Janeiro, 2008.

MONTORO, G. C. F. MUNHOZ, M. L. P. **O desafio do amor**: questão de sobrevivência. São Paulo: Roca, 2010.

NÓBREGA, S. M. da. FONTES, É. P. G. PAULA, F. M. S. M. de. Do amor e da dor: representações sociais sobre o amor e o sofrimento psíquico. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 77-87, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n1/v22n1a08.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

NOGUEIRA, C. **Feminismo e Discurso de Gênero na Psicologia Social**. Portugal, 2001. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PIRES, J. H. **Pesquisa sobre o amor**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.meiovirtual.net/cosmica/livros/herculano_pires/herculano_pires_pesquisa_sobre_o_amor.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

PRADO, L. C. O casamento e as relações extra conjugais. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PRETTO, Z. MAHEIRIE, K. TONELI, M. J. F. Um olhar sobre o amor no ocidente. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 14, n. 2, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722009000200021&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 nov. 2014.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1986.

Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso: 20 jun. 2014.

SILVA, E. A. A. WIESE, I. R. B. PICHELLI, A. A. W. S. Comportamentos de infidelidade e práticas preventivas numa perspectiva de gênero.

In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis, 2013. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013.

Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384777629_ARQUIVO_ElisAmandaAtanazioSilva.pdf>.

Acesso em: 22 abr. 2014.

SOLINO, L. N. Ciúme e traição: Dom Casmurro e Otelo. **Revista Lato e Sensu**, Belém: Unama, v. 9. n. 2, p. 71-79, nov. 2008. Disponível

em: <http://www.unama.br/editoraunama/download/latosensu/REVISTA_LATOSENSU_2008.pdf#page=71>. Acesso em: 26 set. 2013.

SOUSA, D. L. de. Vivência da infidelidade conjugal feminina. **Pensando famílias**, Vitória da Conquista, p. 197-214, dez. 2009. Disponível em:

<http://www.thiagodealmeida.com.br/site/files/pdf/Vivencias_da_infidelidade_conjugal_feminina.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2013.

VIEIRA, C. I. F.; COHN, C. Amor contemporâneo e relações na internet: ausência do corpo nas relações. RBSE, Paraíba, v. 7, n. 19, p.

72-117, abr. 2008. Disponível em: <<http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/VieiraArt.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

ZACHARIAS, D. G. et al. Um olhar sistêmico sobre a infidelidade e suas implicações. In: JORNADA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA: DESAFIOS ATUAIS NAS PRÁTICAS DA PSICOLOGIA, 4., 2011, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2011.

ZORDAN, E. P. **A separação conjugal na contemporaneidade:** motivos, circunstâncias e contextos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/20/TDE-2010-03-31T120937Zz2397/Publico/422211.pdf>. Acesso em: 31 out. 2013.

APRENDIZAGEM E SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE CASO

Letícia Carolina Chaves^{*}
Alisson Cozzer^{**}
Dirceu Luís Minella^{***}
Sayonara de Fátima Teston^{****}

Resumo

As dificuldades de compreensão com as particularidades relacionadas à aprendizagem de pessoas com Síndrome de Down (SD) sugeriram a necessidade de estudos que buscassem desfragmentar diferentes panoramas de modo a ressignificá-los. Essa necessidade guiou o objetivo geral deste estudo de compreender como um indivíduo com SD aprende. Como método, realizou-se um estudo de caso descritivo, de caráter qualitativo, cujo instrumento de coleta de dados ocorreu na forma de três entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram gravados e transcritos, o que possibilitou uma análise interpretativa dos resultados, buscando evidenciar aspectos implícitos com o discurso dos participantes. Como resultados, percebeu-se que a aprendizagem ocorre, principalmente, por meio da experiência e da relação com o meio.

Palavras-chave: Psicologia. Aprendizagem. Síndrome de Down.

1 INTRODUÇÃO

Diante da complexidade relacionada à educação para os sujeitos com Síndrome de Down (SD), não é nula a afirmação de que existem hipóteses de evolução. No entanto, é necessário que haja acompanhamento educacional específico, gerando os estímulos corretos, proporcionando atividades alternativas, para, assim, atingir um nível de aprendizagem individual, que diz respeito às ferramentas que o indivíduo possui para

^{*} leh_cadore@hotmail.com

^{**} alisson.cozzer@hotmail.com

^{***} pipominella@hotmail.com

^{****} sayonara.teston@unoesc.edu.br

registrar as informações, moldá-las à sua maneira, pois é possível que esses sujeitos, mais tarde, contribuam para o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos, desmistificando as opiniões generalizadas sobre as suas condições.

Sabe-se que a SD se caracteriza por uma série de particularidades envolvendo fatores físicos, psicológicos e intelectuais. Tais características acabam exigindo maior grau de dedicação e estimulação por parte das pessoas que estão em convívio direto. Nesse sentido, buscou-se responder ao problema de pesquisa: como um indivíduo com SD aprende?

A aprendizagem inicia a partir do nascimento e de forma progressiva na infância, na adolescência e no decorrer das outras fases do desenvolvimento, tornando-se um processo contínuo. Assim, surgiu como objetivo geral do estudo compreender como um indivíduo com SD aprende. Entre os objetivos específicos, buscou-se: identificar as características da aprendizagem de um indivíduo com SD; pesquisar aspectos externos que influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento do SD; levantar diferentes aspectos da aprendizagem dos síndrômicos, a partir da revisão da literatura e da visão de dois profissionais na área de estudos.

Ao escolher tal objeto de estudo, optou-se por realizar um estudo de caso qualitativo, de caráter descritivo, com utilização de uma entrevista semiestruturada com cada um dos três indivíduos da pesquisa: uma pedagoga que trabalha na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ) de Chapecó, um neuropsicopedagogo, o qual é professor universitário e trabalha com pessoas síndrômicas e uma pessoa com SD, que frequenta a APAÉ de sua respectiva cidade. Afirma-se, assim, que a SD abre vias para uma abordagem global sobre o desenvolvimento, a aprendizagem, as relações, a vida autônoma, a inclusão e outros fatores constelados ao assunto. Este artigo insere-se na linha de pesquisa do Curso de Psicologia, intitulada Processos Comportamentais e Desenvolvimento Humano, que objetiva investigar os processos comportamentais relacionados à interface aprendizagem e saúde.

Por meio desta pesquisa, percebeu-se que as premissas educacionais voltadas para atender às pessoas com necessidades educacionais especiais têm como princípio trabalhar as potencialidades dos sujeitos, a fim de estruturar o conhecimento a partir das trocas com o meio, no intuito de desenvolver habilidades internas, para que a interação social seja estabelecida de forma a contribuir com a aprendizagem desses indivíduos e com as formas de expressões utilizadas por eles. O estudo contribuiu para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral ampliarem a compreensão acerca do processo de aprendizagem dos sindrômicos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Infere-se que desde os primórdios houve divergências de opiniões referentes aos mais variados aspectos advindos da sociedade. Desse modo, por meio da evolução histórica, notam-se diferentes mudanças nas concepções sobre um determinado assunto, a fim de se adaptarem as novas exigências provindas do meio. Em relação às pessoas com deficiência e/ou anomalias não é diferente: vagarosamente, o campo social está se adaptando, de forma a incluir essas pessoas, porém nem sempre foram vistas como seres que possuem potencial.

Segundo Fogaça e Lobe (2011), na Idade Antiga, os indivíduos caracterizados com algum tipo de anomalia em relação ao que era pressuposto normal pela sociedade, eram mortos após o nascimento. Na Idade Média, acreditava-se que as pessoas com anomalia eram bruxas ou tinham passado por alguma possessão demoníaca. Tardiamente, em outra concepção, compreendia-se que as anomalias, na verdade, eram uma “doença”, e, a partir dessa nova visão, surgiram os hospitais psiquiátricos com o objetivo de proteger a sociedade desses “doentes”, como se proporcionassem risco aos indivíduos denominados “normais”. Foi somente na década de 1950 e início dos anos 1960 que se obteve um avanço na integração social desses indivíduos. Nesse período, buscou-se auxiliar, de maneira incisiva, na adequação dos indivíduos aos

padrões sociais contemporâneos, proporcionando-os educação especial e reabilitação (FOGAÇA; LOBE, 2011).

Atualmente, percebe-se que, mesmo com grandes avanços no que se refere às questões sociais, políticas e legais, muitos ainda continuam à margem da sociedade, sendo taxados como incapazes e improdutivos (ROSSETO et al., 2007). Ao analisar o contexto histórico, pode-se considerar que há um processo de compreensão e inclusão; porém, é válido ressaltar que é um processo minucioso, pois depende de um conjunto de fatores sociais para que ocorra uma interação saudável entre todos.

Para compreender sobre os processos de aprendizagem dos indivíduos com SD, entre diversos aspectos, é importante conhecer sobre as questões genéticas que estão imbuídas na SD, pois ela se caracteriza por um estágio variável delongado em desenvolvimento, maturação e adequação (ROSSETO et al., 2007).

Para Fogaça e Lobe (2011, p. 16) “[...] a Síndrome de Down (SD) se acompanha da presença adicional de um autossomo 21 [...] e a ocorrência dessa anomalia aumenta à medida que aumenta a idade da mãe.” Considerando essa afirmação, pode-se inferir que como as mulheres contemporâneas tendem a adiar a vinda dos filhos, há a probabilidade de surgimento de novos casos, o que ressalta a importância deste estudo.

O desenvolvimento mental em indivíduos com SD é peculiar, apesar de haver uma grande versatilidade de graus. Sabe-se que a maioria dos indivíduos apresenta um quadro clínico entre leve e moderado. Somente se o QI for abaixo de 20 é necessária vigilância integral, porém nem sempre o comprometimento mental está presente (FOGAÇA; LOBE, 2011). Quando criança, o cérebro do indivíduo com SD se caracteriza por ser quase normal, como no nascimento, mas diminui em volume até o início da vida adulta, em destaque na região do hipocampo e córtex pré-frontal, em consequência disso, ocorre uma disfunção cognitiva, refletindo em complicações na coordenação motora e no equilíbrio (DAVIS; OLIVEIRA, 2008 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Ainda, de acordo Davis e Oliveira (2008 apud Papalia; FELDMAN, 2013), os indivíduos com SD, assim como outras pessoas com necessidades especiais, predis põem a capacidade de se beneficiar cognitiva, social e afetivamente quando inseridos em classes comuns em vez de instituições de ensino especiais; além disso, apesar de o desenvolvimento cognitivo e de a linguagem ocorrerem vagarosamente, o desenvolvimento da linguagem, o entendimento é mais eficaz do que a forma de expressá-la (FOGAÇA; LOBE, 2011).

Compreende-se que é relevante abordar as alterações neurobiológicas e neuropsicológicas na SD para compreender a neurologia dos processos cognitivos e as atitudes educacionais adequadas ao contexto específico, pois, dessa forma, será possível obter um conhecimento sobre o sistema nervoso central para poder gerar um desenvolvimento adequado ao indivíduo sindrômico.

O cérebro se organiza através de uma complicadíssima série de redes neuronais, que se formam a partir das experiências do indivíduo. Felizmente essas redes são flexíveis, e é possível contribuir, através de experiências significativas, na criação de circuitos neuronais sempre novos. (LURIA, 1994 apud VOIVODIC, 2011).

Entende-se, assim, que a compreensão dos processos cognitivos não é algo efetivo decorrente da carga genética. O desenvolvimento dos processos cognitivos é dinâmico e gradual, quebrando paradigmas deterministas. É importante acentuar o momento que inicia o desenvolvimento cerebral, pois é o período de maior relevância da sinaptogênese, caracterizada pelo alto nível de plasticidade e fornecimento de experiências simbólicas que contribuem para o processo maturativo.

Os contextos geram a troca de experiências e podem modificar as estruturas sinápticas. Ambientes fechados onde não ocorrem trocas de experiências podem acarretar esse tipo de estrutura, no entanto, vale salientar que uma educação adequada precoce e moldada às necessidades

educacionais especiais altera o contexto e influencia a aprendizagem (VOIVODIC, 2011).

É necessário que o médico responsável pelo paciente com SD faça o encaminhamento do indivíduo à uma equipe multiprofissional que possa contribuir para um melhor desenvolvimento da criança que recebe esse diagnóstico. De acordo com Fogaça e Lobe (2011, p. 35):

Recentemente é notória a maior expectativa de vida que estaria associada às melhorias no tratamento e melhor controle das afecções cardíacas e processos infecciosos respiratórios, quadros clínicos presentes e fatores de complicações à saúde destes indivíduos. Soma-se também ao aumento da expectativa de vida, o importante papel de estimulações precoces, atendimento multidisciplinar em saúde e educação, instituições moldadas ao cuidado destes pacientes, garantindo um melhor desenvolvimento neurocognitivo, psicomotor e social.

Dessa forma, percebe-se que o envelhecimento do paciente com SD requer atenção psicológica, para que as mudanças biológicas, psicológicas e sociais decorrentes do envelhecimento sejam compreendidas pelo núcleo familiar.

O paciente com SD mais velho do mundo atingiu 80 anos, é americano e está no livro dos recordes com o título de paciente mais idoso, ele não só representa um recorde como uma nova visão da síndrome neste século, que proporciona aos indivíduos com SD, uma melhor expectativa de vida e uma maior integração social. (FOGAÇA; LOBE, 2011, p. 36).

Algumas aprendizagens ocorrerão naturalmente, cedo ou tarde, como andar, por exemplo. Outras, como falar, serão pela vivência com outras pessoas. Há aquelas que somente serão aprendidas se forem ensinadas. Toda a aprendizagem, todavia, será afetada pelas condições do meio em que o indivíduo se encontra e das relações que ele estabelece

com os outros seres humanos, e seu desenvolvimento está intimamente ligado às aprendizagens que teve ao longo da vida (VYGOTSKI, 2003 apud FOGAÇA; LOBE, 2011).

Entre todos os aspectos do desenvolvimento e das relações sociais, afirma-se que existem diferenças que podem contribuir ou comprometer um desenvolvimento saudável. Parece que a exclusão é um fator prejudicial que acarreta inúmeras consequências em âmbitos emocionais e sociais. O processo evolutivo do indivíduo pode ser comprometido, pois bloqueia a sua forma de expressão e relação com o meio.

Muitas áreas da ciência, como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia buscam saber sobre o desenvolvimento humano decorrente da idade e das situações específicas em que cada indivíduo se enquadra. Foca-se em eventos ligados a alterações partilhadas; a idades comuns a todos os indivíduos de uma mesma linhagem, a alterações comuns de um subgrupo fechado, no qual os indivíduos se desenvolvem juntos, estando inclusos em uma determinada cultura; e, também às alterações individuais e genéticas que provêm de eventos únicos (FOGAÇA; LOBE, 2011).

Claramente encontram-se aspectos relevantes no procedimento como um todo, aos quais devem ser dirigidos estímulos, a fim de não deixar atrasar as etapas posteriores. Mas, em qualquer fase do ciclo vital, os decorrentes acontecimentos possuem forte influência no processo de desenvolvimento e crescimento (FOGAÇA; LOBE, 2011, p. 348). O significado da SD para a maioria dos indivíduos parte do pressuposto da troca de informações formais e informais, diretas e indiretas; a partir da forma como o sujeito elabora seus conceitos refletirá no modo com que ele visualiza determinados assuntos.

O ponto de vista como cada indivíduo compreende o mundo é único e as experiências são agregadas a valores, crenças, ideologia, religião, entre outros fatores, os quais, fragmentados, tornam-se significativos para expressar opinião, estilo de vida e escolhas pessoais, ou seja, as partes são agregadas para figurar um sentido existencial (CASARIN, 2003).

Atualmente, existem ambientes que possuem uma equipe multiprofissional, contribuindo para a integração dos indivíduos com necessidades educacionais especiais. Os estímulos precoces ajudam no desenvolvimento neuropsicomotor, na hipotonia muscular e na linguagem; quanto mais cedo o indivíduo estiver inserido nas instituições capacitadas e também receber estímulos dos familiares, mais rápidas serão as respostas do desenvolvimento cerebral, responsável pelas atividades psicomotoras, e as chances de a pessoa tornar-se independente no futuro são maiores mediante estímulos (FOGAÇA; LOBE, 2011). Ainda, conforme afirmam Fogaça e Lobe (2011, p. 53), “[...] a boa saúde de um portador de Síndrome de Down certamente depende da boa prestação educacional. A educação precisa envolver atividades que levem a um desenvolvimento do indivíduo, considerando suas habilidades e suas diferenças.” Esse aspecto sugere a necessidade de acompanhamento bastante individualizado, constantemente feito por pessoas altamente qualificadas.

Dessa forma, afirma-se que a valorização do indivíduo e a autovalorização se tornam causas positivas para o envelhecimento; as iniciativas e os sucessos graduais da pessoa com SD devem ser valorizados, gerando, assim, segurança na execução dos próprios sonhos e objetivos. A vida psíquica das pessoas não é apenas o reflexo de um fenômeno interno, mas um processo de interação com o mundo.

A respeito do crescimento do cidadão com SD, não se encontram muitas informações atuais; as referências mais concisas que se conhece sobre o assunto são fornecidas por estudos internacionais, os quais auxiliam em um diagnóstico funcional do crescimento dos indivíduos com SD. Algumas atividades alternativas recentes surgiram para tratar o envelhecimento do paciente com SD, como: a equoterapia, sendo um dos recursos que utiliza um cavalo, com o intuito de causar uma intermediação do paciente com o meio que o circunda; o objetivo é promover integração, equilíbrio, concentração e desenvolvimento das habilidades neuropsicomotoras. Esse método tem como princípio trabalhar a afetividade do indivíduo (FOGAÇA; LOBE, 2011).

A musicoterapia é uma alternativa atual que trabalha, principalmente, audição, visão, percepção, memória, fala, expressão corpórea e coordenação motora, a fim de desenvolver uma interação com os membros da família por meio dos efeitos da terapia. A inclusão social gera uma fase de autonomia nas pessoas com SD, estima-se que a capacidade é muito maior do que a esperada há algum tempo. Estar incluso em locais adequados como escolas, atividades esportivas e um local de trabalho é possível por intermédio da inclusão (FOGAÇA; LOBE, 2011).

Para os autores, as formas de pensar, agir e sentir constroem a existência humana. Essa tríade se relaciona ao corpo e funciona como uma rede agregada, pois o corpo é o instrumento que consegue analisar e interagir com o mundo. O corpo é unitário e múltiplo ao mesmo tempo, pois se relaciona com fatores sociais, psicológicos, biológicos e transcendentais. Denomina-se unitário, pois é exclusivo, não são todos iguais e ao mesmo tempo é um conjunto diferente de todos os outros corpos existentes. As mediações entre as formas de comunicação são muitas, ou seja, o ser humano se desenvolve a partir das suas experiências de vida, independente da sua condição física e mental (FOGAÇA; LOBE, 2011).

As classes de aprendizagem individual podem estar associadas ao meio, à análise e à prática. O modo como se constrói a aprendizagem individual pode se estruturar com base na cognição, na emoção e nas circunstâncias vitais que cada indivíduo apresenta, ou seja, torna-se necessário moldar a aprendizagem considerando a funcionalidade do sujeito.

As trocas sociais estão intimamente ligadas à aprendizagem e ao compartilhamento de experiências. No caso dos indivíduos com SD, as trocas com grupos de iguais e com pessoas sem síndrome dentro das instituições de ensino se tornam um fator preponderante na integração das experiências obtidas, proporcionando interpretações individuais sobre o mundo e estabelecendo vínculos de confiança social para a conquista de uma vida autônoma. Nesse ambiente no qual ocorrem as trocas entre

os indivíduos, existe um líder que incita a relação entre ambos, a fim de alcançar uma convivência harmoniosa e responsável para que haja uma adaptação favorável à instituição e aos sujeitos inclusos em um mesmo ambiente com características diferentes.

A aprendizagem pode ser considerada um comportamento social que visa compreender a totalidade de um determinado assunto. É válido salientar que a aprendizagem está vinculada à memória semântica, pois é por meio dela ocorrem as ligações de um objeto a um sentido lógico, passando por um processo de categorização – aprendizagem – registro – evocação (ANTONELLO; GODOY, 2011).

Ainda, para Antonello e Godoy (2011), o autodesenvolvimento como conceito é uma síntese do desenvolvimento que abrange contínua passagem de ações externas (experencial) para processos internos (reflexão) e volta para a ação, e assim sucessivamente. Infere-se que o método que reflete o autodesenvolvimento é o conhecimento de si próprio, pois evidencia a própria limitação diante de alguma forma de ensino, mas visa buscar alternativas diversificadas para que consiga aprender independente da sua limitação, ocorrendo a aprendizagem da resolução de uma situação específica.

Vygotsky (2003) não classificava dois modelos de desenvolvimento: um para as pessoas com transtornos de aprendizagem e outro para aqueles indivíduos que não possuem nenhum comprometimento. A base do estudo científico do desenvolvimento é total, entretanto, o atraso deve ser compreendido como um processo gradual. Um dos conceitos vygotskynianos mais conhecido e vinculado à educação é o da “Zona de Desenvolvimento Proximal”, sendo uma síntese de sua teoria sobre a educação e o desenvolvimento (VOIVODIC, 2011).

A aprendizagem contribui para novos progressos cognitivos qualitativos. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica) e depois no interior da criança (intrapicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções

superiores se originam, das relações reais entre indivíduos humanos (VYGOTSKY, 2003). Ainda nesse contexto, dentro do desenvolvimento, existe um contexto cultural abarcado; para que ocorra a interiorização dos processos cognitivos é importante que haja a transferência do plano social ao individual, do funcionamento interpsicológico ao intrapsicológico; o objetivo dessas gradações é para que haja a intercessão da aprendizagem (MELERO, 1999 apud VOIVODIC, 2011).

A aquisição de uma habilidade proveniente em um tempo posterior do que o comum gera atrasos também no desenvolvimento cognitivo. Ao realizar conquistas na faixa etária dos dois primeiros anos de vida, constituindo uma aprendizagem, gera-se a afirmação de um “estilo” de aprendizagem, que refletirá nas suas idades posteriores (SCHWARTZMAN, 2003). “O conhecimento do indivíduo com SD não se estabelece; embora se visualize vontade em desenvolver atividades novas, o sujeito não aplica o que aprendeu, dificultando a memorização. Após elaborar as mesmas tarefas, é como se não tivesse aprendido.” (WISHART, 1988 apud SCHWARTZMAN, 2003, p. 280).

Existe uma série de fatores que contribuem como influência direta na adequação e assimilação de novas informações ao plano subjetivo de aprendizagem de cada sujeito. A necessidade do envolvimento direto com as particularidades e vivências de cada um se fazem de fundamental importância para uma compreensão holística do quadro de potencialidades com o desenvolvimento do indivíduo. Estar consciente de tais panoramas auxilia o profissional a adotar técnicas e estratégias que venham a contribuir de maneira adequada para a evolução global dos envolvidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atender aos objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso descritivo, buscando evidenciar diferentes particularidades relacionadas à aprendizagem em uma pessoa com SD. Tal método se fez relevante, pois contribuiu de forma significativa com um entendimento

real de certos eventos. Para Yin (2010, p. 24), “[...] o estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento [...], o desempenho escolar, as relações.”

Para a compreensão das variáveis implícitas com o contexto da aprendizagem e a efetivação dos objetivos expostos, efetivou-se uma pesquisa qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 62), “[...] os estudos qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural.” E, nesse sentido, o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, análise e interpretação dos dados (GODOY, 1995).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foram três entrevistas semiestruturadas, sendo uma com cada participante de estudo de caso, que abordou os seguintes aspectos: a importância da estimulação, da afetividade e da exploração das potencialidades. Foram entrevistados: uma pedagoga que trabalha na APAE de Chapecó, um neuropsicopedagogo, o qual é professor universitário e que trabalha com pessoas síndrômicas e uma pessoa com SD, que frequenta a APAE de sua respectiva cidade. Tais participantes foram escolhidos de modo a fornecer informações importantes a respeito dos meios e métodos de aprendizagem de uma pessoa com SD e, conseqüentemente, a responder aos objetivos propostos.

As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2014 com consentimento dos participantes e gravadas e transcritas na íntegra. O tempo aproximado de cada entrevista foi de 50 minutos. Para Manzini (2005, p. 2), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.”

Como instrumento de análise dos resultados, buscou-se um método interacionista interpretativo, que, segundo Sauerbronn e Ayrosa (2010, p. 858), parte do pressuposto de que: “[...] as ações humanas se

dão em direção ao outro, com o outro e a partir do outro, em processos mútuos que resultam nas experiências interacionais mediadas por símbolos e pela linguagem.” Ainda, os autores comentam que, a partir dessas interações, os indivíduos passam a formar relações entre os objetos e seus significados; estes passam a compor um repertório de sentido para os objetos, de acordo com os contextos das interações. A partir de uma revisão bibliográfica e dos dados que surgiram dos instrumentos de pesquisa, busca-se evidenciar singularidades e particularidades com a aprendizagem e os meios para a efetiva concretização desta.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pôde-se perceber, como aplicação das entrevistas semiestruturadas, uma série de aspectos explicitados com ênfase por parte dos participantes; estimulação, família, afetividade e potencialidade se fizeram presentes no discurso dos profissionais, sendo notória a importância da relação entre estes para a efetivação de um desenvolvimento amplo e global das pessoas com SD, contribuindo, dessa forma, para uma melhor qualidade de vida de todos os envolvidos.

Quando questionados referente ao conceito de aprendizagem, uma das preocupações percebidas por parte dos profissionais diz respeito à autonomia das pessoas com SD; eles ressaltam que esta é mais importante que a necessidade de aprender a ler e a escrever, dependendo da fase do desenvolvimento na qual o indivíduo se encontra. Essa preocupação demonstra-se na fala da pedagoga: “Não adianta eles virem aqui aprender a... a escrever, na faixa etária deles é importante as relações pessoais.” (Informação verbal).

Tal ideia apresenta-se também na fala do neuropsicopedagogo: “Aprendizagem pra mim não significa leitura e escrita, por isso que eu acho/acredito que aprendizagem é desenvolvimento humano, é a socialização.” (Informação verbal).

Nesse sentido, a relevância da interação social foi demonstrada várias vezes, aparecendo na fala dos profissionais entrevistados e na fala

da pessoa sindrômica participante do estudo. A importância da interação social foi ressaltada pela pedagoga entrevistada: “Porque nas interações eles vão vendo como que o outro faz, como que o outro se porta, como que o outro reage né, como que a turma toda se conduz.” (informação verbal).

E também pelo neuropsicopedagogo: “Se ele tiver socialização, se ele tiver autonomias, ele vai poder dar conta de uma série de questões.” (informação verbal).

Percebe-se, por meio dessas falas, que a autonomia e a aprendizagem estão intimamente ligadas à socialização. A interação social também aparece como significado de aprendizagem na fala do sindrômico; quando questionado sobre o significado da aprendizagem, afirmou: “Relação com os colegas.” (informação verbal).

Percebe-se que o significado para a aprendizagem atribuído pelos entrevistados corrobora a afirmação de que as trocas sociais estão intimamente ligadas à aprendizagem e ao compartilhamento de experiências; no caso dos indivíduos com síndrome, as relações com grupos de iguais e com pessoas sem síndrome dentro das instituições de ensino se tornam um fator preponderante na integração das experiências obtidas, proporcionando interpretações individuais sobre o mundo e estabelecendo vínculos de confiança social para a conquista de uma vida autônoma.

Outro aspecto importante a ser observado é o apoio familiar na vida do SD. Sobre esse fator, observa-se a fala do neuropsicopedagogo: “Quando a família se envolve [...] a criança se sente mais segura. Se sente mais [...] Se sente em condições de ir e vir, ela tem autonomia, ela tem credibilidade, porque os pais passam isso para ela.” (informação verbal).

A relação familiar é um fator de destaque para uma maior expectativa de vida do sujeito com SD; geralmente, na maioria dos sistemas familiares, ocorre uma alteração emocional ao estarem diante de uma situação envolvendo a Síndrome, pois surgem muitas dúvidas e anseios ao conviver com uma pessoa que possui limitações por demandar cuidados diferenciados. Nesse sentido, infere-se que o ambiente e o apoio psicológico são um conjunto de fatores essenciais para uma maior

expectativa de vida e para promover as potencialidades do indivíduo. Esse fator foi corroborado por Fogaça e Lobe (2011, p. 38):

A influência do ambiente no desenvolvimento psicológico da criança ocorre [...] basicamente através da experiência emocional. Em uma experiência emocional estão em relação tanto as características próprias do sujeito, como aquelas do ambiente. Em decorrência disso, as situações vividas em cada ambiente podem influenciar diferentemente as várias pessoas que ali convivem, uma vez que, cada sujeito pode ter uma percepção diferente de um evento, experienciando-o de um modo particular.

Parece que os fatores externos são fundamentais para propiciar uma acomodação saudável à aprendizagem. A escola frequentada pela pessoa designa uma atribuição relevante no seu desenvolvimento e em suas relações sociais, também como em suas necessidades especiais. Retomando Schwartzman (2003), identifica-se que o apoio e os estímulos direcionados ao desenvolvimento escolar realizados pelos pais são essenciais para obter respostas positivas no processo de aprendizagem.

Outro aspecto muito importante para a promoção da aprendizagem diz respeito à potencialidade. De acordo com o neuropsicopedagogo: “Explorar o potencial é o primeiro passo pra você depois criar as habilidades funcionais.” (informação verbal).

Nesse quesito há também uma concordância sobre potencial, do qual a pedagoga e o neuropsicopedagogo têm uma opinião positiva. Na visão da pedagoga: “Também que são capazes né, que existe também, são pessoas, são capazes [...] a gente não tem assim tantas dificuldades né, porque você foca mesmo na, nas potencialidades.” (informação verbal).

Sobre o aspecto vocacional, retoma-se a afirmação de que o método utilizado reflete o autodesenvolvimento, o conhecimento de si próprio, pois evidencia a própria limitação diante de alguma forma de ensino e visa buscar alternativas diversificadas para que consiga aprender independente da sua limitação, ocorrendo, assim, a aprendizagem da resolução de uma situação específica.

Quando se questionou sobre as formas de aprendizagem, percebeu-se que a pessoa com SD sente mais facilidade de assimilar e compreender determinadas questões quando estas são apresentadas de forma lúdica ou por meio da aprendizagem experiencial. A resposta evidenciou atividades como passear a cavalo, fazer aula de Artes, Educação Física e piscina.

Notou-se nas obras referentes aos vários aspectos do desenvolvimento do indivíduo com SD que a educação especial é identificada por uma conjectura de providências institucionais que proporciona uma cooperação por um tempo limitado. O atendimento e o acompanhamento assíduo de uma pessoa com SD propiciam uma melhor desenvoltura diante do processo de adaptação ao currículo comum. Os alunos com necessidades educacionais especiais, em específico uma pessoa com SD, adquirem avanços quando estimulados por meio do lúdico ou da aprendizagem experiencial.

Parece que a oferta diversificada de formas e métodos como prática de ensino auxilia de forma significativa as possibilidades de cada indivíduo aprender, pelo fato de cada um, dentro de sua subjetividade, possuir diferentes maneiras de assimilar determinadas informações e conteúdos. A pedagoga participante da entrevista também aprova e utiliza esses meios para obter uma melhor gama de oportunidades para a promoção da aprendizagem.

O processo por onde o conhecimento é criado através da transformação da experiência. Esta definição enfatiza [...] Que o conhecimento é um processo de transformação, sendo continuamente criado e recriado [...] A aprendizagem transforma a experiência tanto no seu caráter objetivo como no subjetivo [...] Para compreendermos aprendizagem, é necessário compreendermos a natureza do desenvolvimento, e vice-versa. (KOLB, 1984, p. 38 apud PIMENTEL, 2007).

Uma das ferramentas utilizadas pela pedagogia para promover a aprendizagem dos sujeitos com necessidades educacionais especiais se

baseia na experiência, ou seja, tudo o que é possível utilizar na interação social e na construção das próprias habilidades a partir dos acontecimentos do cotidiano de cada um, trazendo para a sala de aula diversas formas de manusear as situações que se apresentam no decorrer das vivências.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral do presente estudo foi compreender como um indivíduo com SD aprende, e, dessa questão central, novas questões surgiram e nortearam o presente estudo. Percebe-se que tanto os profissionais quanto o indivíduo com SD possuem um consenso sobre o conceito de aprendizagem, traduzindo-a como algo promovido por meio da socialização. Constatou-se, assim, que a socialização é um dos fatores principais para o desenvolvimento cognitivo das pessoas com SD, pois as trocas com o meio no qual o sujeito está inserido podem contribuir e aumentar as chances de assimilação de um conteúdo. As diferentes formas de expressão de cada pessoa contribuem para a compreensão e a interpretação das outras que estão convivendo mutuamente, o que gera a aprendizagem e o desenvolvimento da cognição social.

Sobre a importância do olhar voltado às potencialidades para a promoção da aprendizagem, notou-se que a interação e as formas peculiares utilizadas para aprender constroem uma visão de mundo em cada pessoa; por meio dela os indivíduos conseguem interpretar os fatos que acontecem ao seu redor. Nesse sentido, trabalhar com vistas às potencialidades é sinônimo da geração de estímulos para que o sujeito consiga se sentir parte da sociedade. Assim, quando os meios de aprendizagem direcionados às pessoas com necessidades educacionais especiais são práticos e moldados para trabalhar suas potencialidades e possuem o objetivo de promover autonomia, pode-se afirmar que o processo de aprendizagem está sendo gerado. Dessa forma, respondendo ao objetivo geral da pesquisa, afirma-se que um indivíduo com SD aprende por meio da aprendizagem individual experiencial.

Por meio dos diferentes aspectos da aprendizagem dos síndromicos a partir da revisão da literatura e da visão de dois profissionais na área de estudos, pode-se afirmar também que a interação social, a relação familiar e a utilização de métodos com enfoque nas potencialidades são os principais aspectos externos que influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento do SD.

Percebe-se, porém, dentro da realidade social contemporânea, uma série de fatos que ainda precisam se adequar para um melhor aprimoramento das questões voltadas à aprendizagem. Pode-se destacar, primeiramente, o fato de estarmos em um período de transição para a inserção legal das políticas inclusivas com os contextos institucionais e sociais. No entanto, tal passagem, como citado em uma das entrevistas, acontece de forma lenta e, geralmente, a partir do momento em que a pessoa com alguma dificuldade se adentra ao meio. Nesse sentido, sugerem-se estudos futuros que possam aprofundar essa questão.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CASARIN, S. **Aspectos Psicológicos na Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOGAÇA, H.; LOBE, M. **Síndrome de Down: Manejo e Atenção Clínica**. Porto Alegre: Nova Letra, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

- LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- MINUCHIN, S.; FISHMAN, C. **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: ArtMed, 2003b.
- PAPALIA, D.; FELDMAN, R. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- PIMENTEL, A. **A teoria da aprendizagem experiencial como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional**. 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n2/a08v12n2>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- ROSSETO, E. et al. Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga: Universidade do Minho, v. 20, n. 2, p. 105-149, 2007.
- SAUERBRONN, J. F. R.; AYROSA, E. A. T. Sobre a Convergência e a Prática Metodológica do Interacionismo Interpretativo na Pesquisa Acadêmica de Marketing. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 854-870, 2010.
- SCHWARTZMAN, J. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnom, 2003.
- VOIVODIC, M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- YIN, R. K. **Estudo de caso – Planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

AS PERCEPÇÕES DO CASAL DURANTE A GESTAÇÃO

Tailine Rossetto*
Francine Cristine Garghetti**

Resumo

A gestação é um período marcado por diversas alterações emocionais e fisiológicas, vivenciadas pelo casal de forma particular, e que podem influenciar a autoestima e a sexualidade deste. É considerado um evento crítico que necessita de compreensão, boa qualidade de relacionamento e trocas com o meio por parte do casal, o que reflete de forma significativa no reajustamento e na adaptação à nova fase de vida. Esta pesquisa se caracterizou por uma pesquisa qualitativa, exploratória, que utilizou grupo focal e entrevista para coletar os dados com o objetivo de analisar o relacionamento conjugal e as percepções do casal durante o período gestacional. O grupo focal foi realizado com três casais em período gestacional, com idades acima de 18 anos participantes de consultas pré-natais; com um desses casais foi realizada uma entrevista. Os dados coletados foram interpretados por meio da análise de conteúdo. Este estudo constatou que existem características peculiares de o casal vivenciar a gestação; na mulher, atrelada à sensibilidade, às mudanças corporais, de humor e amadurecimento, já no homem, associado a mudanças de conduta, comportamento e de assumir as responsabilidades do amparo familiar. Quanto à questão da sexualidade na gestação, os participantes relataram que ocorrem mudanças significativas nesse período, principalmente a diminuição da atividade sexual, que está ligada ao receio de machucar o bebê e também à redução do desejo pelo parceiro. Percebeu-se, ainda, que ao casal engravidar “de maneira conjunta”, tal fator proporciona amparo, divisão de responsabilidade, envolvimento e conseqüentemente melhora do relacionamento conjugal.

Palavras-chave: Gestação. Relacionamento conjugal. Autoestima. Sexualidade.

* Graduanda em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; tailinerossetto@gmail.com

** Mestre em Psicologia, Psicóloga e professora do curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine_garghetti@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um momento muito significativo na vida do casal, quando vivencia muitas mudanças de ordens física, psicológica, emocional e social. A mulher presencia de forma mais expressiva as alterações emocionais e físicas, que refletem acentuadamente no modo como ela se relaciona com as pessoas que a cercam. No entanto, o homem também poderá vivenciar mudanças emocionais e físicas relacionadas às expectativas e ansiedades da gestação, destacadas como a síndrome de *couvade*.

A maneira pela qual o casal vivencia todas essas mudanças incidirá na organização e readaptação do relacionamento e principalmente em relação ao crescimento e amadurecimento nos novos papéis que este terá de assumir perante o novo ciclo familiar que se formará depois do nascimento da criança. A gravidez é considerada um evento crítico, que necessita de compreensão e boa qualidade de relacionamento e trocas com o meio por parte do casal.

Um dos aspectos apontados como influente no relacionamento do casal é a autoestima da mulher durante a gestação, a qual está ligada à forma como a mulher se reconhece no mundo; e as mudanças corporais interferem na nova construção de sua imagem, alternada por um misto de sentimentos de ambivalência.

Todas essas alterações podem ainda repercutir em outro fator importante no período gestacional, a sexualidade, pois o casal diminui a frequência da atividade sexual no decorrer da gestação, principalmente quando o bebê começa a se tornar perceptível e também pode surgir o medo de machucá-lo durante a relação sexual.

Esta pesquisa buscou visualizar as percepções do casal durante a gestação, diante das alterações corporais e emocionais, além de investigar a influência da autoestima da mulher no relacionamento do casal e na sexualidade. Foi desenvolvido um grupo focal com três casais e uma entrevista com um desses casais, e posteriormente foi utilizada a análise de conteúdo para a interpretação e discussão dos dados.

Este estudo tem como linha de pesquisa a cognição, a aprendizagem e o desenvolvimento humano; nesse sentido, buscou-se destacar informações que servirão como auxílio na contribuição do profissional da Psicologia para que a vivência do casal durante a gestação seja mais harmoniosa e saudável e, que assim, este forneça posteriormente um ambiente mais adequado para o bebê.

2 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS E FISIOLÓGICAS DA GRAVIDEZ NA MULHER

A gestação é um período de grandes transformações para a vida da mulher, que refletirão na vida conjugal do casal o qual se prepara para um novo ciclo familiar. A forma como a mulher vivencia o processo da gravidez influencia as relações com os familiares como o marido, amigos e também com a própria criança, evidenciando a necessidade de refletir sobre a psicologia da gravidez. As alterações ocorridas no corpo da mulher durante a gestação aparecem de forma muito significativa, em que esta passará a construir uma nova imagem de si própria que poderá gerar conflitos internos provenientes da nova condição (FACCO; KRUEL, 2012).

Segundo Maldonado (1997), no primeiro trimestre da gestação começam a ocorrer alterações corporais e emocionais. Um dos sintomas é o sono que a mulher sente de forma mais acentuada, a chamada de hipersonia. Isso ocorre porque o corpo começa a se preparar para as transformações e exige mais tempo de descanso. Nesse período da gravidez também é comum o aumento de apetite, em alguns casos até de forma muito acentuada, o que conseqüentemente gera aumento de peso. As oscilações de humor típicas desde o início da gestação estão associadas a alterações do metabolismo e há também aguçamento da sensibilidade do olfato, audição e paladar (MALDONADO, 2002).

Para Ravelli (2004), ao início do segundo trimestre de gestação a mulher terá os primeiros impactos de movimentos ocasionados pelo feto, o que permitirá que esta concretize a realidade de um ser gerado dentro

dela. Segundo Raphael-Leff (1997), com a chegada do terceiro trimestre de gestação, a mulher começa a se sentir desajeitada, com inchaço e com o ritmo para atividades bem diminuído, pois nessa fase aumenta o peso da barriga, o que dificulta caminhadas ou esforços maiores, além de comprimir os órgãos internos.

As alterações fisiológicas acontecem de forma gradual durante toda a gestação da mulher e se tornam mais acentuadas ao final. Contudo, ao contrário do que se imagina, os homens também são afetados de forma significativa durante a gestação por modificações emocionais fisiológicas que repercutem na harmonia do casal.

3 ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS E FISIOLÓGICAS DA GRAVIDEZ NO HOMEM

As transformações ocorridas na mulher durante a gestação refletem de forma significativa no homem. Conforme Ramires (1997), existe uma semelhança de significações como fantasias, gratificações, ansiedades relacionadas à experiência de ser pai, comumente vivencias na maternidade.

Essas mudanças fisiológicas e psicológicas vivenciadas pelo “pai grávido” são apontadas como a síndrome de *couvade*, caracterizada por vários sintomas que podem aparecer em homens de cultura industrializada no período da gravidez da mulher. Segundo Maldonado (2002), a síndrome de *couvade* pode aparecer em vários graus, o que destaca o envolvimento de forma participativa na gestação da mulher. A síndrome está associada a fatores de origem psicogênica, ou seja, fatores emocionais e psicológicas com características parecidas com a gestação, como se o homem simulasse o parto.

Na síndrome de *couvade* é possível visualizar o aparecimento dos sintomas durante a gestação e o desaparecimento após o parto. Os principais sintomas são vômitos, náuseas, perda (mais frequente) ou aumento de apetite, indigestão, dor de dente, azia, dores abdominais como cólicas e diarreias e aumento de peso. Os homens podem apresentar

grande temor de terem filhos prematuros ou com más-formações e sentimentos relacionados ao medo de que a mulher morra no parto. A gravidez acarreta no homem desenvolvimento psíquico de grande importância (MALDONADO, 2002).

Cabe destacar que todas essas alterações vivenciadas tanto pelo homem quanto pela mulher têm um significado muito importante para essa fase de transição de um novo ciclo de vida, por isso, a importância de se desenvolver um relacionamento conjugal baseado em ajuda e compreensão mútuas.

4 RELACIONAMENTO CONJUGAL NA GRAVIDEZ

O casamento é compreendido como a união de dois indivíduos na qual se forma um casal, trazendo experiências e características vindas de sua família de origem. A relação conjugal tem representações diferentes para os cônjuges, nem sempre os dois estão igualmente realizados e bem-sucedidos, porém, é importante que consigam refletir sobre os problemas e modificar aspectos que estejam incomodando seu parceiro (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Segundo Carter e McGoldrick (1995), existem muitos indícios relacionados a estresses familiares durante a mudança do ciclo de vida, essa transição é marcada por uma disfunção na qual seus membros terão que se reestruturar, e ainda observam que essas crises estariam relacionadas com o acréscimo (nascimento) ou a perda (morte) de um membro.

Segundo Silva e Figueiredo (2005), existem muitas alterações para o casal que vivencia a paternidade, essa experiência é marcada pelo início de problemas sexuais que já existiam ou pelo surgimento de novos. É possível apontar que o relacionamento conjugal está diretamente ligado à forma em que o casal se reestruturou para essa nova fase, porém, cabe destacar que a autoestima e a sexualidade são fatores que desempenham um papel muito significativo para a relação do casal.

A gestação é vivenciada pelo casal como uma fase de várias transições: fisiológica, psicológica, social, emocional e também sexual. De acordo Vanelli (2011), a gravidez repercute na sexualidade da mulher como uma experiência interior alterada na qual as percepções sobre seu corpo são influenciadas por hormônios comuns nessa fase. As transformações psicológicas e fisiológicas vivenciadas de forma acentuada afetam significativamente a vida sexual do casal em que o corpo passa a ser dividido com o feto.

5 MÉTODO

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que buscou compreender as percepções de casais durante a gestação por meio de um grupo focal e posteriormente uma entrevista. Inicialmente, o estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina, sendo aprovado por meio do Parecer n. 752.649.

A pesquisa foi desenvolvida com três casais que estavam no período gestacional, participantes de consultas pré-natais, com idades acima de 18 anos. Para a realização da pesquisa, os casais foram abordados na unidade de saúde e convidados a participar. No dia marcado, os participantes participaram do grupo focal, no qual foi utilizado um roteiro pré-definido para orientar as discussões. Foi realizado um único encontro para o grupo focal, com duração de trinta minutos.

Em seguida foi sorteado um casal, que foi entrevistado individualmente, durante quinze minutos, a entrevista seguiu um roteiro predefinido, o que possibilitou aprofundar os dados obtidos no grupo focal. Tanto as discussões do grupo quanto as entrevistas foram registradas com gravador de voz, posteriormente transcritas na íntegra e analisadas por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009).

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados obtidos com o grupo focal e a entrevista foram divididos e organizados em 19 subcategorias, e posteriormente incorporados a nove categorias, que identificaram as percepções do casal durante a gestação.

A primeira categoria da pesquisa refere-se aos *Aspectos Emocionais, Comportamentais e Físicos da Mulher*, que destaca como são vivenciados esses fatores pela mulher durante a gestação, segundo suas próprias percepções e as de seu parceiro. Nessa categoria foram obtidas três subcategorias, que serão destacadas e apresentadas a seguir: Na primeira subcategoria o tema é o *Choro*, em que o ato de chorar relatado tanto pela mulher quanto pelo homem está ligado a comportamentos intensificados durante a gestação vivenciados pela mulher. Segundo Maldonado (2002), a gravidez é uma fase com grande suscetibilidade a acontecimento de crise, principalmente pelas grandes transformações internas e externas que incidem na mulher; nesse sentido, é possível que esta se torne mais sensível, confusa, desorientada, o que pode acarretar crises de choro frequentes. Muitas crises emocionais podem ocorrer quando a mulher está grávida, e estas estão associadas a vários fatores, por isso, a busca pelo entendimento destes pode fornecer condições para que sejam trabalhados e amenizados principalmente pela compreensão das influências.

A segunda subcategoria refere-se à *Fragilidade/Sensibilidade*, em que alguns participantes consideraram que existe uma fragilidade ou sensibilidade maior depois da descoberta da gestação. Nesse sentido, Raphael-Leff (1997) destaca que no período inicial da gestação a mulher apresenta maior vulnerabilidade, sensibilidade, fantasias e temores relacionados com a gravidez. Além disso, existem mudanças hormonais e psicológicas que fazem a mulher ficar mais sensível, principalmente em relação à insegurança ocasionada pelo transcurso da gestação. A mulher passa por uma reestruturação quanto à sua autoimagem, na qual deixará de se preocupar apenas consigo e se tornará responsável pelas obrigações com o bebê.

Na terceira subcategoria *Alterações Femininas*, os participantes relataram que durante a gravidez ocorrem vários tipos de mudanças na mulher e que estas aparecem de forma significativa. De acordo com Raphael-Leff (1997), a percepção feminina quanto à mudança do seu próprio corpo e de seu emocional é uma nova condição em que a mulher terá que se adaptar, pois um novo ser começará a habitar o seu corpo, o que pode gerar fantasias e significados peculiares para a mulher. Nesse sentido, é possível compreender que a mulher enfrenta mudanças bem acentuadas em relação ao seu próprio corpo, aos seus sentimentos e emoções, o que acaba gerando grande impacto em sua autoimagem e nova condição emergente dessa fase.

Na segunda categoria *Aspectos Emocionais, Comportamentais e Físicos do Homem*, que aponta como são vivenciados esses fatores por ele durante a gestação de sua esposa, os participantes relataram que com a gravidez ocorrem vários tipos de mudanças no homem. De acordo com Ramires (1997), a descoberta do papel do pai modifica a organização humana, em que este era apenas responsável pelo ato sexual de procriação, hoje apresenta outro viés que transforma a estrutura familiar e aparece muito mais envolvido dividindo responsabilidades. Ainda, o autor enfatiza a importância e a necessidade de o homem participar de forma efetiva desde a gestação da mulher até a criação dos filhos.

Segundo o que foi destacado pelos participantes, as mudanças ocorridas no homem estão intimamente ligadas a questões do próprio comportamento, à incorporação de uma nova postura enquanto companheiro e futuro pai e à preocupação com as responsabilidades advindas da gestação. Nesse sentido, provavelmente os homens que passarem por esse tipo de mudança de comportamento terão maiores condições para a construção de uma estrutura familiar.

A terceira categoria que emergiu foi *Aspectos Emocionais do Casal*, que se refere à forma como o casal experimenta de maneira semelhante as questões emocionais ligadas à gestação; esta foi dividida em três subcategorias. A primeira subcategoria aborda o tema *Expectativa*, que apareceu quando os participantes demonstraram ansiedade, expectativas

exacerbadas e muitos pensamentos em relação à criança e ao dia do seu nascimento. Para Maldonado (2002), tanto o homem quanto a mulher hoje apresentam um comprometimento e uma maior responsabilização pela chegada e bem-estar da criança que vai nascer, e essas características desempenham muitas sensações de medo, dúvida e expectativas que estão diretamente relacionadas com a gestação, o parto e também o pós-parto.

A segunda subcategoria diz respeito à *Preocupação*, e surgiu quando os participantes relataram situação de preocupação em relação ao transcurso da gravidez e também após o nascimento do bebê. De acordo com Maldonado e Dickstein (2010), a gravidez pode gerar uma acentuada preocupação com as mudanças do corpo que desencadeia uma série de outras preocupações em outras dimensões de vida, assim como a expectativa da chegada do bebê e o vínculo que será criado. Observa-se que os casais, com o passar da gestação, começam a pensar de forma efetiva nas mudanças que estão ocorrendo, na chegada da criança e como esta será, o que acaba gerando muitas preocupações e anseios. Por isso, é importante que o casal se ampare um no outro visando amenizar essas preocupações por meio do apoio permanente.

Outro tema destacado como terceira subcategoria é a *Satisfação*, presente quando os participantes consideraram felicidade a sensação de satisfação com a descoberta da gestação. Para Szejer e Stewart (1997), a descoberta da gestação pode ser recebida pelo casal de várias formas: com susto ou surpresa, como algo esperado, com felicidade, com temor, com receio, como algo ruim, com animação, entre outras. Percebe-se que a gestação é uma fase carregada de muitos sentimentos ambíguos, porém, alguns participantes consideraram que a descoberta da gestação foi marcada por um momento de felicidade mesmo não sendo planejada.

A quarta categoria trata da questão da *Sexualidade*, que destaca como o casal percebe e considera o sexo no período da gestação; foi observada quando os participantes consideraram que existem mudanças na frequência da atividade sexual e receio de machucar o bebê. De acordo com Silva e Figueiredo (2005), existem alguns homens que apontam

sentir medo e ansiedade de machucar o bebê mediante a relação sexual, o que acaba fazendo com que haja um afastamento sexual por parte do casal, ligado a essa prudência maior e preocupação com o bebê. Segundo Reisdorfer (2010), a sexualidade se ajusta durante a gestação por meio do relacionamento completo do casal, principalmente em relação à maturidade, à situação conjugal, ao sentimento de respeito com a gravidez, à cultura, em que estes desenvolveram juntos estratégias para o reajuste sexual. A sexualidade na gestação ainda é um tema restrito, o que se deve, principalmente, pela dificuldade de os casais falarem sobre o assunto e também pelos mitos existentes. Conforme o que foi mencionado pelos participantes, há uma diminuição na frequência da atividade sexual, porém, esse fator somente pode ser considerado negativo quando não for acordado pelas duas partes.

A quinta categoria abordou a questão *Papéis Parentais*, que são posturas características assumidas com a paternidade e a maternidade. Essa categoria foi dividida em quatro subcategorias. Na primeira subcategoria *Responsabilidade*, os participantes afirmaram que é preciso responsabilidade e modelo comportamental para se ter, criar/oferecer suporte para um filho. Segundo Vanelli (2011), a gravidez representa um acontecimento considerado muito acentuado para a vida de um casal, acompanhado de muitos sentimentos e ambivalência. É um evento único marcado pelo desenvolvimento do casal enquanto ser humano adulto carregado não apenas de fatores biológicos, mas também de características emocionais e psíquicas.

A segunda subcategoria *Suporte Financeiro*, foi apontada quando os participantes consideraram importante e necessário se estruturar bem financeiramente para a chegada do bebê. Conforme Piccinini et al. (2004), em geral os pais tendem a se preocupar com a questão financeira e as futuras despesas que ocorrerem com o nascimento do bebê, procurando trabalhar mais para conseguir oferecer um bom suporte. As responsabilidades financeiras despertam nos futuros pais grandes preocupações; como pode ser observado, existe uma necessidade de se reestruturar financeiramente para a chegada do bebê, adquirir um espaço

para a formação de uma nova família e conseqüentemente oferecer um suporte adequado para a criança.

Engravidar Junto é a terceira subcategoria, e foi destacada quando os participantes consideraram que é importante o casal vivenciar e aprender conjuntamente na gestação. Ramires (1997) afirma que o relacionamento conjugal desempenha um papel muito importante ao vivenciar a gravidez, em que a participação e o apoio do marido são fundamentais para o desenvolvimento de forma positiva desse período. Maldonado (2002) destaca que não é apenas a mulher que engravida, mas o casal engravida de forma conjunta. Nesse sentido, a autora ainda aponta que a síndrome de *couvade* é uma manifestação física de um estado de ansiedade intenso vivenciado pelo “pai grávido”, essas alterações muitas vezes podem não ser reconhecidas como associação à gravidez. Ainda, para a autora, a síndrome pode ser considerada um elo do pai com o bebê, em que aquele expressa a vontade de participar de forma mais ativa da gestação reconhecendo a importância biológica que lhe pertence.

Segundo Ramires (1997), a experiência da paternidade deixou de ser um fator apenas biológico. O marido passou a se permitir expressar sentimentos, acolher o filho, cuidar, estar presente, considerado papel apenas feminino. Portanto, é por meio do compartilhamento das sensações da gravidez que o casal amadurecerá de forma conjunta. Dividir a gestação se mostrou para os participantes um fator fundamental, tanto pela participação e envolvimento quanto pela melhora da relação entre o casal, já que o apoio estabelecido por aqueles que engravidam conjuntamente se torna muito maior, além de possibilitar uma vivência efetiva da gestação.

Na quarta subcategoria *Estar Preparado* os participantes relataram que se sentem preparados para assumir o papel de pais. Piccinini et al. (2004) consideram que a gravidez é um período de preparação psicológica para a paternidade e a maternidade, e com o seu transcurso, irá tornando esses indivíduos mais conscientes desse processo. A preparação para “serem pais” exige do casal mudanças estruturais na forma de agir, pensar e de se comportar conforme identificado pelos participantes;

essa preparação acontece ao longo da gestação e proporciona como consequência positiva o amadurecimento pessoal.

A sexta categoria *Papel De Homem* aponta quais as competências esperadas do homem durante a gravidez e também após o nascimento do bebê, em que os participantes relataram que o homem/companheiro começa a pensar na família e oferecer mais suporte, carinho e afeto para a esposa e para a criança. Conforme Maciel (2010), o homem adquire novo papel na família, que vai além das responsabilidades financeiras e materiais, mas também com as questões emocionais com a esposa e a criança, buscando criar uma proximidade maior.

Segundo Szejer e Stewart (1997), apesar de o marido desenvolver o papel de apoio à mulher durante a gestação, este pode apresentar sentimentos de angústia relacionados à sua própria capacidade de conduzir a família que se forma e também à habilidade de ser um bom pai. Percebe-se que existem algumas características masculinas marcantes em relação ao papel do homem na sociedade, que está atrelado à responsabilização da formação da família, ao amparo emocional à mulher, a ser um bom pai e a garantir o bem-estar dos filhos.

Na sétima categoria *Papel De Mulher*, são destacadas quais as competências esperadas da mulher durante a gravidez e também após o nascimento do bebê, quando uma das participantes relatou que com a gestação a mulher amadurece e se reorganiza para ser uma boa mãe. A maternidade pode ser compreendida com um estado ou qualidade de ser mãe, ou também uma circunstância da mulher de gerar ou criar um filho, que leva ao amadurecimento pessoal. A mulher que se doa à maternidade entrará facilmente no processo de preocupação primária (WINNICOTT, 2000).

Conforme o que foi mencionado pela participante, a sociedade historicamente espera que a mulher seja uma boa mãe e que desempenhe esse papel com naturalidade e destreza. Cabe destacar que as mulheres buscam mudanças de comportamento e postura para assumir o papel de mãe, o que acaba gerando o amadurecimento pessoal, importante ferramenta para a criação dos filhos.

A oitava categoria *Outras Mudanças Positivas* considera que algumas mudanças que ocorrem na gestação estão associadas a fatores positivos de enfrentamento de dificuldade. Essa categoria foi organizada em cinco subcategorias. O *Planejamento* é a primeira subcategoria, identificada quando os participantes relataram situação de programação da gestação e do momento vivido. Para Rezende (2005), a forma como o casal assimila a gestação depende de várias questões como planejamento da gravidez, gestação de risco, condições estruturais de família e suporte socioeconômico. O planejamento e a organização da gestação proporcionam para o casal maior facilidade para vivenciar esse momento, já que fornecem segurança e estrutura, além de ajudar a passar pela gestação de forma harmoniosa.

A segunda subcategoria *Acomodação* foi apontada quando os participantes relataram situação de tranquilidade após o impacto inicial da descoberta da gestação. Para Ravelli (2004), desde a descoberta da gestação, a mulher vivencia sentimentos como alegria, angústia, medos e incertezas que são divididas com seu o companheiro, o qual representa um papel de alicerce muito grande durante toda a gestação. Constatase que a descoberta da gravidez sendo planejada ou não pode gerar um abalo emocional que, com passar do tempo, cede lugar ao sentimento de tranquilidade, possivelmente ligado à assimilação da notícia, ao apoio oferecido e à aceitação da gravidez.

Já a terceira subcategoria *Melhora da Relação Conjugal* ocorreu quando os participantes consideraram que houve uma aproximação e que o relacionamento do casal ficou melhor após a descoberta da gestação. Para Maldonado (2002), a gravidez é um processo de transição do desenvolvimento da mulher e do homem que terão de se adaptar a uma nova identidade e redefinição de papéis, no homem se observa um desenvolvimento emocional acentuado capaz de produzir sintonia maior entre o casal. É um evento único marcado pelo desenvolvimento do casal enquanto ser humano adulto carregado não apenas de fatores biológicos, mas também de características emocionais e psíquicas.

O tema emergente na quarta subcategoria foi o *Apoio*, quando os participantes o relataram como um fator de ajuda e proteção para o casal durante e após a gestação e que possibilita ter experiência. Para Mayor-Sotto e Piccinini (2005), a relação entre o casal deve ser desenvolvida mediante o apoio que é dado um ao outro; quando um dos elementos enfrenta dificuldades, o outro membro deve oferecer refúgios múltiplos para o enfrentamento. Ainda é possível verificar que alguns casais funcionam bem quando estão em grupo de dois, mas quando ocorre a transição de um novo membro, podem não proceder de forma satisfatória. Dessa forma, o apoio desempenha um papel muito importante na gravidez, período em que maior fragilidade por parte da mulher, por isso o apoio é considerado fundamental para a forma que será conduzida a gestação, o relacionamento conjugal e o enfrentamento de problemas.

A quinta subcategoria *Dedicação* foi destacada quando os participantes relataram que há um maior cuidado em relação à mulher acarretado pela gestação. Piccinini et al. (2004) evidenciam que o comprometimento do homem com a gestação pode ser expresso por meio da ansiedade, da preocupação, do envolvimento e participação das consultas e atividades pré-natais, do apoio emocional dedicado à mulher e também da organização para o nascimento do bebê. Percebe-se que os cuidados dos homens com suas parceiras decorrentes da gestação são também importantes fontes de conexão entre o casal, além de possibilitarem a criação de vínculo com a criança.

A nona e última categoria *Outras Mudanças Negativas* aponta que existem mudanças que ocorrem na gestação que estão associadas a fatores negativos e que podem atrapalhar o enfrentamento de dificuldade. A organização dessa categoria ocorreu por meio de quatro subcategorias, a primeira delas é o *Não Planejamento*, quando os participantes relataram reação de susto ou medo diante da descoberta da gestação não planejada. De acordo com Maldonado (1988), a gravidez não planejada pode trazer, associada a si, sentimento de desaprovação e negação inicial, mas no

transcorrer da gestação geralmente acabará passando e cedendo lugar a aceitação.

A segunda é o *Mal-Estar Físico*, quando uma das participantes enfatiza que a gestação trouxe muitas situações de mal-estar físico. Muitas mulheres consideram os primeiros meses da gravidez os piores, por avaliarem o mal-estar físico como náuseas e vômitos fatores de difícil adaptação e que associados a outras mudanças podem tornar mais problemática a gravidez.

A terceira subcategoria refere-se ao *Ciúme* quando os participantes relataram sentir ou que o parceiro tem ciúmes do bebê. Segundo Maldonado (2002), alguns receios podem surgir com a gestação, como a ansiedade, o ciúme e o isolamento que acontecem porque o homem não vivencia as transformações corporais e não consegue acompanhar o desenvolvimento do bebê dentro de seu corpo.

A quarta e última subcategoria refere-se ao *Medo*, quando uma das participantes destaca sentir insegurança em relação ao nascimento do bebê e aos cuidados necessários. Conforme Szejer (2002), os últimos meses que antecedem o nascimento do bebê podem contribuir para o surgimento do desequilíbrio psíquico. Existem alguns aspectos, principalmente na mulher, que se apresentam em formato de fobias ligadas à sua história pessoal e ao parto, medo da anestesia, da dor, de morrer, de não ser boa mãe, de o bebê nascer com más-formações e de não saber cuidar. Os cuidados direcionados a esse nascimento são essenciais para diminuir os efeitos que essas angústias causam na mulher. Percebe-se que existe medo e insegurança por parte das mulheres em relação aos cuidados com a criança, por isso, quanto maior o envolvimento do casal e compartilhamento de tarefas, mais facilmente essas angústias diminuem.

Diante do que foi apresentado nas categorias e subcategorias, pode-se perceber que os participantes conseguiram expor suas percepções em relação aos temas levantados de forma clara e tranquila, o que possibilitou realizar a discussão aproveitando da melhor maneira possível todos os aspectos identificados em cada um dos participantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou analisar o relacionamento conjugal e as percepções do casal durante o período gestacional. Observou-se que os participantes identificaram em seus parceiros características individuais de vivenciar a gestação. Nas mulheres foram visualizadas questões mais sensitivas, mudanças corporais e de humor; já nos homens se constataram mais intensamente as mudanças de postura e comportamento.

Alguns aspectos explorados durante a gestação são compartilhados pelo casal, que ressaltam que a gravidez exige responsabilidades as quais antes não existiam e que é preciso mudar para se ter as condições necessárias para assumir a paternidade e a maternidade. A inexperiência diante da gestação proporcionou nos participantes sentimentos de ansiedade e expectativas em relação à chegada do bebê, trazendo consigo muitas preocupações.

Quanto à questão da sexualidade durante a gestação, observou-se que ocorrem mudanças significativas nesse período, principalmente a diminuição da atividade sexual. Segundo os participantes, o sexo na gravidez é diferente porque existe o receio de machucar o bebê e também a redução do desejo pelo parceiro, porém, no que se refere às influências da autoestima no sexo e no relacionamento do casal, pode-se observar que não houver problemas conjugais ocasionados por esse fator pois os casais se reajustaram conjuntamente para vivenciar esse período.

Já em relação à percepção dos papéis paternos, os casais mencionaram que as responsabilidades com a gravidez aumentam, os pais precisam estar preparados para educar, criar, ensinar os valores éticos e sociais para a criança, e ao longo da gestação essas questões vão se desenvolvendo como postura do casal. O suporte financeiro também é um fator apontado pelos participantes como uma preocupação decorrente gestação; segundo o que foi relatado, ocorre uma diminuição de gastos com coisas supérfluas, aumento da carga horária de trabalho

e investimento em estrutura material para fornecer à criança o maior conforto possível.

Pode-se observar, ainda, que o casal engravidar conjuntamente é uma questão muito importante, pois proporciona amparo, divisão de responsabilidade, envolvimento, estabelece ajustamento conjugal, apoio, além de permitir que as vivências e aprendizagens relacionadas à gestação sejam divididas. Conforme o que os casais mencionaram, essa questão fornece muitos fatores positivos e ajuda de forma muito marcante a enfrentar as dificuldades e a melhorar o relacionamento conjugal.

Visualizou-se, ainda, em relação ao papel de mulher, que durante a gestação ocorre amadurecimento pessoal para assumir a maternidade, importante reajuste para criar os filhos e se relacionar melhor com o parceiro; já o homem assume uma postura de responsabilidade em relação à formação da família, de apoio emocional e afetuoso com a esposa e de ser um bom pai para a criança.

Os casais ressaltaram que existem alguns fatores negativos emergentes da gestação, como mal-estar físico vivenciado pela mulher nos primeiros meses, ciúme em relação à criança, medo de não saber cuidar gerado pela insegurança e falta de planejamento da gravidez, porém, esses aspectos negativos são amenizados quando se tem apoio e companheirismo.

Conclui-se sobre o relacionamento conjugal, que há uma melhora ocasionada pelo entrosamento do casal, aproximação, cuidados e dedicação que aumentam segundo o que foi relatado pelos casais. Porém, quando esses ajustamentos observados nos casais que participaram da pesquisa não ocorrem, alguns conflitos podem surgir gerando problemas conjugais e dificuldade para vivenciar as transformações que acontecem durante a gestação. Também, por meio desta pesquisa, pôde-se identificar que a gestação deixou de ser uma fase vivenciada apenas pela mulher para ser um acontecimento dividido pelo casal.

Por isso, acredita-se que os resultados obtidos nesta pesquisa sirvam como contribuição para outros casais que estão vivenciando ou que vivenciaram a gestação, bem como para os profissionais que

precisam compreender esse período para fornecer suporte e promover esclarecimentos e informações. Além disso, é importante salientar a necessidade de se realizarem de novas pesquisas com essa temática pelas constantes mudanças sociais e pelas características subjetivas de cada indivíduo que se transformam permanentemente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70: LDA, 2009.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DIAS, M. S. et al. Autoestima e fatores associados em gestantes da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, dez. 2008.

FACCO, D.; KRUEL, C. S. **Corpo e sexualidade: Repercussões Psicológicas da Gestação**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2012.

MACIEL, R. A. **Experiências Psíquicas do homem à espera da paternidade**. Tese (Doutorado em Saúde Pública)–Universidade de São Paulo, 2010.

MALDONADO, M. T.; DICKSTEIN, J. **Nós estamos grávidos**. 2. ed. São Paulo: Integrar e Editora, 2010.

MALDONADO, M. T. **Nós estamos grávidos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da Gravidez: parto e puerpério**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAYOR- SOTTO, I. M. B.; PICCININI, C. A. **Relacionamento conjugal e depressão materna**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PICCININI, C. A. et al. Sentimentos e expectativas da gestante em relação ao seu bebê. **Revista Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 223-232, 2004.

RAMIRES, V. R. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

RAPHAEL-LEFF, J. **Gravidez: a história interior**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAVELLI, A. P. X. **Percepções de gestantes sobre a contribuição da música no processo de compreensão da vivência gestacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

REISDORFER, E. **Alterações no desejo sexual durante o período gestacional: um estudo na Atenção Primária**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

REZENDE, J. M. **Obstetrícia fundamental**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SILVA, A. I.; FIGUEIREDO, B. Sexualidade na gravidez e após o parto. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 25, n. 3, 2005.

SILVEIRA, C. S. P.; FERREIRA, M. M. C. Autoconceito da Grávida – Factores Associados. **Millenium-Revista do IPV**, 2011.

SZEJER, M.; STEWART, R. **Nove Meses na Vida Mulher**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SZEJER, M. Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. In: CORREA FILHO, L.; CORREA, M. E. G.; FRANÇA, P. S. (Org.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê**. Brasília, DF: L.G.E., 2002.

VANELLI, C. **Sexo na gestação na percepção masculina**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)– Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, 2011.

WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS POR MEIO DO COACHING: UMA METODOLOGIA PROMISSORA PARA INSERÇÃO PROFISSIONAL

Creici Lamonato*
Patrícia Tomazelli**

Resumo

Muitos jovens ao concluir sua graduação têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho em sua área de formação, ficando vulneráveis a sofrimentos. Visando diminuir esse sofrimento, o objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento comportamental de um jovem em fase de ingresso no mercado de trabalho por meio das técnicas do *coaching*. A pesquisa ocorreu por meio de um estudo de caso e foi de ordem quantitativa e qualitativa; a análise dos dados ocorreu por meio da análise de triangulação. Essa intervenção se realizou com um acadêmico em fase de conclusão do Curso de Educação Física. As sessões de *coaching* abordaram questões relacionadas ao autoconhecimento, planejamento, execução e avaliação das ações. Concluiu-se que o sujeito adquiriu novas aprendizagens, como organização, foco do objetivo, planejamento e realização de ações necessárias para atingir seu objetivo. A técnica do *coaching* pode ser sugerida a profissionais da área de Psicologia, pois utiliza o processo de desenvolvimento de comportamentos e aprendizagem para as intervenções. Palavras-chave: Orientação profissional. Comportamento. Carreira. *Coaching*.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é uma necessidade do ser humano desde o início de sua existência. Diante disso, o ser humano busca constantemente se qualificar para cumprir essa necessidade. Uma das formas de qualificação é ingressar em um curso de ensino superior e, posteriormente, trabalhar na área de atuação escolhida. No entanto, nem todos os profissionais que

* Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; creici.lamonato@unoesc.edu.br

** Graduada em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patricia_tomazelli@msn.com

terminam um curso superior estão atuando na área desejada. Isso pode gerar uma variedade de implicações para o indivíduo, desde sofrimento, frustração, escolhas inadequadas, baixa autoestima, entre outras.

Diante do sofrimento do jovem ao final de um ensino superior, parece ser fundamental a necessidade de auxílio de um profissional para o direcionamento de sua carreira e, além disso, desenvolver competências necessárias para o ingresso no mercado de trabalho. Para esse fim, a técnica do *coaching* pode ser uma alternativa promissora para auxiliar o sujeito na definição ou redefinição de sua trajetória profissional.

O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento comportamental de um jovem em fase de ingresso no mercado de trabalho por meio das técnicas do *coaching*. Além disso, propor autoconhecimento em relação às competências pessoais e profissionais, formular um plano de carreira inicial após a conclusão de um curso superior e avaliar as técnicas do *coaching* como possíveis ferramentas para a área da Psicologia.

2 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO APÓS CONCLUSÃO DE UM ENSINO SUPERIOR

O sonho de grande parte dos trabalhadores e, principalmente, dos jovens que estão iniciando sua vida profissional, é atuar em uma área na qual tenham afinidade, proporcione realização pessoal e gratificações. Para isso, investem em uma formação de nível superior que aumente as chances dessa realização. Durante, aproximadamente, cinco anos dedicados ao estudo, o jovem sonha e constrói planos profissionais. Assim, ao final da formação é o momento de concretizar tais planos e começar a obter as gratificações decorrentes desses anos de estudo. Mas nem sempre o retorno em relação à formação em um curso superior é imediato e pode gerar uma variedade de consequências negativas, como: diminuição da autoestima, desânimo, alterações emocionais, sensação de menos valia, entre outros. Nesse sentido, como é possível auxiliar o jovem a enfrentar as adversidades desse contexto diminuindo seu sofrimento?

No século XXI, o número de jovens com formação superior vem crescendo significativamente. De acordo com Teixeira e Gomes (2004), a conclusão da graduação é para os jovens a esperança de uma transformação positiva em suas vidas. O ingresso no mercado de trabalho, a realização e o sucesso profissional são o grande sonho ao final de todo esse processo de aprendizagem. Entretanto, obter somente o diploma não irá garantir êxito no mercado de trabalho, visto que as melhores ofertas estão cada vez mais disputadas, e somente os profissionais mais preparados são escolhidos.

A dificuldade inicial de ingresso ao mercado de trabalho, segundo Teixeira e Gomes (2004), ocorre porque o mercado espera do profissional além de conhecimento científico e teórico, um alto nível de competências. Entretanto, a aquisição dessas competências precisará ser desenvolvida pelo próprio indivíduo, pois nem sempre as instituições de ensino contribuem para esse propósito.

Para alguns profissionais, o momento final da graduação acaba sendo um período de angústias, medos e desafios, pois é o sonho de anos de estudo que precisa se concretizar. E, mediante tantos sentimentos, às vezes, é difícil planejar e escolher qual vai ser a primeira etapa. Bardagi e Boff (2010) afirmam que o autoconhecimento vocacional é um fator decisivo na construção das expectativas em relação ao futuro profissional, e o sentimento de autoeficácia, quando o acadêmico se sente capaz de realizar sua profissão, proporciona uma maior motivação e persistência para enfrentar as variáveis dessa fase transitória, bem como diminui o nível de estresse e ansiedade. Porém, acadêmicos com baixos *escores* de autoeficácia tendem a ter nesse momento transitório comportamentos de evitação.

De acordo com Melo e Borges (2007), concluir uma graduação implica uma condição de mudança de *status*, pois há, nesse contexto, a perda da condição de aluno e a necessidade de se adquirir uma condição de trabalhador. Quando essa condição não se concretiza em curto prazo, os sentimentos de impotência podem levar o jovem que não estiver preparado e amparado ao adocimento, necessidade de fuga da realidade

e/ou transtornos comportamentais antissociais. Além do sentimento de desamparo, insegurança do próprio jovem para consigo, ainda existem casos em que ele sofre cobranças familiares e até mesmo sociais. Melo e Borges (2007) afirmam que as dificuldades e as frustrações dos jovens nesse contexto poderiam ser amenizadas se eles tivessem mais informações e apoio social para lidar com essa problemática. Assim, alertam sobre a importância de mais atenção das instituições educadoras, e citam a importância de ações que preparem o jovem graduando para enfrentar as situações adversas desse período.

Algumas das dificuldades enfrentadas pelos jovens para o ingresso no mercado de trabalho após sua formação estão relacionadas à falta de experiências práticas, competitividade do mercado, falta de preparo psíquico do jovem para enfrentar esse novo papel e ciclo de vida. Compreende-se, assim, que a ajuda de profissionais qualificados podem minimizar agentes causadores de sofrimento. Uma das possibilidades é buscar uma orientação profissional. De acordo Lehman (2010), o objetivo da orientação profissional é ajudar na escolha da profissão, preparar para o ingresso no mercado de trabalho, bem como para seu constante progresso.

Para Rocha (2010) ter uma carreira promissora é o grande objetivo de jovens estudantes. Essa conquista é possível, mas é preciso organização e planejamento dos objetivos a serem seguidos. Esse processo pode ser comparado ao planejamento de uma viagem, em que é necessário um conjunto de ações para executá-la, como escolher o destino, fazer as reservas e preparar a bagagem. Um projeto de carreira profissional também exige um conjunto ações, como escolher a profissão, desenvolver competências para atuar na área escolhida, definir contextos de atuação, inserir-se no mercado, qualificar-se, entre outras.

O período entre a conclusão de um curso superior e a inserção no mercado de trabalho pode variar. Conforme Rocha (2010), o tempo de espera até a conquista da oportunidade de trabalho precisa ser marcada por planejamento, esforço e foco. Esse tempo de espera segundo a autora costuma ser de, aproximadamente, 6 meses quando o sujeito busca uma

orientação de um serviço especializado; porém, quando não há um suporte profissional, esse tempo tende a dobrar. Nesse sentido, a ferramenta denominada *coaching* pode ser uma das alternativas promissoras para auxiliar o jovem na inserção profissional.

2.1 O COACHING COMO UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTOS RELEVANTES PARA UM PROFISSIONAL

Um dos grandes objetivos do ser humano é buscar seu desenvolvimento pleno. Desde seu nascimento até o fim de sua vida o homem está a se desenvolver, aprendendo eventos novos e ressignificando aprendizagens antigas. Porém, além desse desenvolvimento natural que ocorre em todos os ciclos da vida, existem técnicas e instrumentos que facilitam um desenvolvimento ainda maior, como, por exemplo, o *coaching*.

Conforme Solar (2012), a palavra *coach* surgiu ainda no ano 1.500 e se referia a uma carruagem bonita e confortável. Por sua beleza e comodidade essa carruagem adquiriu o símbolo da excelência. A comparação da carruagem ao processo de *coaching* ocorre pela razão de que o *coaching*, assim como a carruagem, é capaz de transportar as pessoas de sua condição atual para uma realidade no futuro, na qual se possa alcançar metas e objetivos, almejando sempre a excelência.

Durante o século XX, de acordo com Solar (2012), a Psicologia contribuiu para a origem do *coaching* por meio do estudos de Sigmund Freud e Carl Jung. Entretanto, a grande contribuição da Psicologia para o *coaching* foi do psicólogo humanista Abraham Maslow com a criação da pirâmide das necessidades. Essa pirâmide expressa claramente a condição do ser humano, que, na medida em que satisfaz suas necessidades básicas (biológicas), almeja realizar suas necessidades pessoais, ou seja, as necessidades de autorrealização. Para Maslow, “[...] a autorrealização não implica alcançar um ponto final. É um constante processo de aprendizado e crescimento que nunca termina.” (SOLAR, 2013, p. 136).

Na contemporaneidade existem diferentes métodos para realizar o *coaching*. Rabaglio (2004) define o *coaching* como um processo com início, meio e fim. No decorrer desse processo irão se clareando as metas e o objetivo final, e, com isso, criam-se estratégias de ações que permitam a realização de tais metas e objetivos até o final do processo. Nessa mesma concepção, Fidelis (2008) relaciona o *coaching* a um professor particular que realiza um treinamento com foco no desenvolvimento e nos resultados operacionais. Drummond, Boucinhas e Novaes (2012) descrevem o *coaching* como um instrumento que permite a reflexão dos comportamentos, buscando elaborar um equilíbrio entre os papéis pessoais e profissionais, lidando com as dificuldades que podem trazer resultados negativos. Verifica-se nas definições dos autores que o *coaching* se refere a um conjunto de atividades que irão auxiliar o indivíduo no processo de ensino e aprendizagem de comportamentos necessários para sua vida pessoal e profissional.

Para Drummond, Boucinhas e Novaes (2012), um dos principais trabalhos do *coach* no início do processo é auxiliar seu *coachee* a tomar real conhecimento de como sua vida está nesse momento, como ele está se percebendo, para a partir disso, depois de um momento de olhar para si, definir quais são os resultados que pretende obter; é esse momento inicial que permite ao processo ter um norte, um ponto de partida. Ainda sobre o início do processo de *coaching*, Rabaglio (2004) cita a importância do vínculo inicial para que o cliente tenha confiança e note a credibilidade do profissional; isso permitirá a transparência dos diálogos futuros.

Os “personagens” do processo de *coaching* são o profissional e o cliente; o profissional recebe o nome de *coach* e o cliente é chamado de *coachee*. De acordo com Solar (2013), o profissional *coach* precisa ser capacitado e ter experiência para ajudar outros seres humanos a desenvolverem novas capacidades e habilidades, ou, ainda, aprimorar capacidades já existentes em si. Assim, o processo de *coaching* age como um ativador das capacidades do ser humano, em que ao final do processo o *coachee* se torna apto a ser independente.

Para Drummond, Boucinhas e Novaes (2012), um dos principais trabalhos do *coach* no início do processo é auxiliar seu *coachee* na identificação de aspectos relacionados a sua vida, ou seja, avaliar como ele está se percebendo. A partir da realidade atual, é possível definir quais serão os objetivos que se pretende alcançar. De acordo com os autores, as construções durante o processo ocorrem em conjunto entre *coach* e *coachee*. Porém, o *coachee* precisa ser proativo em todo o momento. O conteúdo de cada sessão é trazido pelo próprio *coachee*, que ao trazer suas dificuldades e problemas será auxiliado pelo *coach* a pensar em ações que lhe proporcionem mudanças. Além disso, o *coach* o ajudará a desenvolver suas potencialidades já existentes, bem como novas potencialidades que o *coachee* julga necessárias. A primeira etapa do processo é o autoconhecimento, para, posteriormente, planejar as ações, executá-las e, finalmente, refletir sobre a ação.

Em razão das constantes exigências que o ser humano tem de si próprio e do meio social para estar sempre em desenvolvimento, ele precisa estar constantemente realizando esse trabalho de autoconhecimento, pois quanto mais se trabalha para adquiri-lo mais nota que precisa se descobrir. E isso ocorre porque os homens estão sempre em processo de transformação, suas experiências o mudam, de forma que mudam seus sonhos e objetivos de vida. Assim, instrumentos que beneficiem o seu crescimento e autoconhecimento como o *coaching*, a psicoterapia, a análise, fazem a diferença para a melhoria da qualidade de vida daqueles que buscam seu desenvolvimento constante.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de campo, conceituada como “[...] um tipo de pesquisa feito nos lugares da vida cotidiana e fora do laboratório ou da sala de entrevista.” (SPINK, 2003, p. 1). A pesquisa é de ordem qualitativa e quantitativa e foi desenvolvida por meio de um estudo de caso com um sujeito, cujos critérios para participar foram: estar cursando o último período de graduação e não estar atuando

no mercado de trabalho na área da profissão de formação e possuir idade máxima de 25 anos. Os critérios de exclusão foram: atuar ou já ter atuado profissionalmente em sua área de formação, possuir formação anterior e apresentar deficiência intelectual.

O processo de coleta de dados ocorreu em um período de dois meses, totalizando cinco encontros de, aproximadamente, 60 minutos cada, semanais e quinzenais, em datas e horários acordados com o *coachee*. A primeira etapa destinou-se ao autoconhecimento. A segunda etapa ao planejamento e definição das ações e a terceira etapa ao processo de avaliação. A organização dos encontros ocorreu de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Organização das etapas e encontros das sessões de *coaching*

Etapa	Encontros	Atividades realizadas nos encontros
Etapa 1 - Autoconhecimento	1º Encontro	Realização do mapeamento de competências por meio de <i>software online</i> criado por Press Maksuri (2007). Tarefa: estudar os resultados.
	2º Encontro	Análise do mapeamento, com leitura dos resultados e comentários do participante sobre estes e esclarecimento de dúvidas. Tarefa: construir uma lista com cinco ideias de como ele pode utilizar suas competências.
Etapa 2 - Planejamento e ações concretas	3º Encontro	Discussão da lista de ideias e desenho do principal sonho/objetivo profissional. Elaborado um plano de ações para realizar o objetivo. Tarefa: Executar as ações.
	4º Encontro	Discussão das dificuldades e êxito nas ações realizadas. Tarefa: prosseguir realizando as ações.
Etapa 3 - Avaliações/ <i>Feedback</i>	5º Encontro	Avaliação sobre os resultados conquistados. <i>Feedback</i> sobre todo o processo, contribuições, validade para o contexto.

Fonte: os autores.

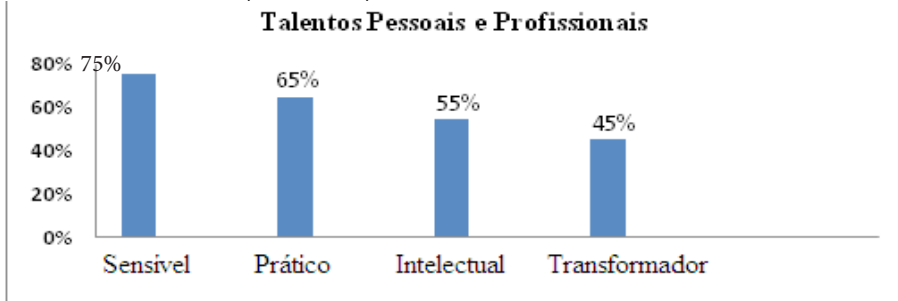
Para a interpretação dos dados coletados, utilizou-se como técnica a análise de triangulação, que, segundo Pozzebon e Freitas (1998, p. 22), “[...] permite dirigir nosso interesse aos processos e produtos centrados no sujeito: averiguando as percepções do sujeito [...] e os comportamentos e ações do sujeito, na observação livre; aos elementos produzidos pelo meio do sujeito.” Nesse sentido, a interpretação dos dados constituiu-se de: observação do pesquisador sobre o sujeito pesquisado, discurso do sujeito e resultados produzidos pelos instrumentos aplicados. Com isso, a análise da pesquisa ocorreu durante e ao final da aplicação, verificando os resultados obtidos durante e ao final do processo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação dessa pesquisa se realizou com um sujeito de 24 anos, graduando do último semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física, que possui união estável. O sujeito está inserido no mercado de trabalho em uma profissão diferente da de sua formação e deseja ingressar o mais breve possível em sua área para adquirir experiência e construir sua carreira profissional relacionada à área de formação. A análise de dados foi realizada por meio de três etapas distintas: etapa de autoconhecimento, etapa de planejamento e prática de ações e etapa de avaliação.

Na primeira etapa do *coaching*, utilizou-se o instrumento denominado mapeamento, objetivando o autoconhecimento pessoal e profissional do pesquisado. Drummond, Boucinhas e Novaes (2012) ressaltam a importância de trabalhar o autoconhecimento no início do processo para que o *coachee* tome consciência de sua condição atual e a partir de então tenha clareza e objetividade na definição das metas. Segundo o criador do método, Maksuri (2014), talentos são as habilidades natas que o sujeito desempenha com facilidade e sente prazer. Os resultados dos talentos do sujeito estão representados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Talentos pessoais e profissionais



Fonte: adaptado de Maksuri (2014).

Verificou-se que o talento com maior expressividade apresentado pelo sujeito foi o sensível com 75%, demonstrando sua habilidade com as relações interpessoais, emoções e sentimentos. Em seguida, o segundo talento mais ativado é o talento “prático”, com 65%, correspondendo às habilidades relacionadas à prosperidade, segurança e estabilidade. Como terceiro talento mais ativado, o sujeito possui o “intelectual”; este demonstra as suas atividades relacionadas ao raciocínio lógico, análise e críticas. E, por fim, o talento classificado em quarta posição chama-se “transformador”, e caracteriza as habilidades relacionadas às mudanças, coragem de arriscar-se ao novo e empreender, criar.

No segundo encontro, realizou-se a análise e o retorno do mapeamento. Ao ser questionado sobre quais foram os sentimentos ao responder as perguntas e como foi ler seu relatório, o sujeito verbalizou: “Foi bem interessante, fiquei com medo no início, mas depois que terminei, li e comecei entender, gostei de fazer! É o que eu vivo no dia a dia mesmo.” (informação verbal). Nesse sentido, a identificação do sujeito com o instrumento favoreceu a análise das características dos talentos apresentados no mapeamento, bem como a relação com seu dia a dia.

A primeira etapa da intervenção, cujo objetivo foi proporcionar o autoconhecimento, permitiu que o sujeito avaliasse questões relacionadas às suas características e ações praticadas no dia a dia. Verificou-se que as características do sujeito demonstradas pelo instrumento e verbalizadas

por ele, coincidem com as competências necessárias para a profissão de Educador Físico. Compreendeu-se, então, que ele somente precisa aprimorar tais competências já existentes para ingressar de forma efetiva no mercado de trabalho na área de sua formação.

Quanto ao foco profissional, o sujeito mostrou-se convicto do que deseja, tanto no resultado dos instrumentos quanto em sua fala; porém, verificou-se que ele estava em um processo de acomodação em relação a algumas atividades desejadas e sem um planejamento de ações concretas e um foco que o levasse a atingir seus objetivos. A partir do momento em que se observou, percebeu que existe uma série de possibilidades, mas que para isso precisa planejar e agir.

Na segunda etapa, a primeira ação do terceiro encontro foi a realização de um desenho de como o sujeito se via quando seu sonho estivesse realizado. No desenho havia o ginásio de uma escola e crianças brincando. Ao ser questionado onde ele estava no desenho, o sujeito respondeu que somente havia desenhado as crianças, mas que se incluiria no desenho, e se desenhou um pouco maior que os demais personagens. Essa atitude perante o desenho demonstrou certa dificuldade na visualização do sonho como algo concreto, pois o sujeito não havia se incluído no desenho. Tais confusões de sentimentos e pensamentos ocorrem em decorrência da complexidade do momento vivenciado, a mudança de papéis que o sujeito precisa realizar.

A partir da técnica do desenho, o sujeito foi incentivado a pensar em ações e estratégias necessárias para tornar seu sonho profissional real. A primeira possibilidade levantada foi a aprovação em um concurso público ao qual o sujeito já estava inscrito. Ao considerar as dificuldades e chances para ser aprovado em um concurso, proporcionou-se um momento para que o sujeito pensasse em outras possibilidades. O sujeito, então, propôs-se a entregar currículos em dois locais já conhecidos e a participar de um segundo concurso.

Verificou-se a dificuldade inicial do sujeito em relação ao planejamento de ações necessárias para atingir seus objetivos de inserção profissional, pois este, apesar de demonstrar um grande desejo em

iniciar sua atuação na sua área, apostava a mudança em apenas uma possibilidade. Para realizar as ações propostas pelo sujeito, estabeleceram-se metas diárias para serem cumpridas no decorrer da semana seguinte, sendo a principal delas a organização de sua rotina para conseguir tempo livre para estudar, considerando que a data do primeiro concurso estava próxima. As ações definidas pelo sujeito são expressas no Quadro 2.

Quadro 2 – Organização da rotina

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
07h15min às 8h Estudar ✓	07h15min às 8h Estudar ✓	07h15min às 8h Estudar ✓	07h15min às 8h Estudar ✓	07h15min às 8h Estudar ✓
12h20min às 13h15min Estudar ✓	12h20min às 13h15min Estudar ✓	12h Entregar currículo em uma escola ✓	12h20min às 13h15min Estudar ✗	12h20min às 13h15min Estudar ✓
	17h30min Conversar com gestora de uma escola ✓	19h Pesquisar locais com oportunidades de emprego. ✗		
Atividades realizadas: ✓ Atividades não realizadas: ✗				

Fonte: os autores

No quarto encontro verificou-se um grande comprometimento do sujeito na realização das tarefas, pois cumpriu as ações de estudo, exceto em um dia que o sujeito justificou estar muito cansado. Constatou-se que após a primeira semana de ações práticas o sujeito estava se sentindo mais confiante, com pensamentos positivos, e afirmando que conseguiria iniciar sua atuação na sua área de formação no início de 2015. Verificou-se um aumento significativo de sua autoconfiança em relação às etapas anteriores.

Observou-se que o sujeito não demonstrava sentir insegurança, ou medo, porém em alguns momentos, demonstrou um leve grau de

ansiedade, em relação às metas estipuladas anteriormente ao processo de *coaching*. Como exemplo disso, ao ser questionado sobre quanto tempo ele achava necessário para estar no auge da realização de seus sonhos pessoais e profissionais, ele respondeu: “Eu tinha como meta 10 anos, mas já se passaram 4, então, só tenho mais 6.” (informação verbal). Apesar de ainda ter um tempo considerável para essa realização, o sujeito deixou claro que esse é o momento para dar um passo significativo em sua realização profissional, pois está concluindo a etapa de formação, e agora entende que chegou a hora de iniciar sua atuação como profissional na área desejada.

Constatou-se que após a primeira semana de ações práticas o sujeito estava se sentindo mais confiante, com pensamentos positivos, e afirmando que conseguiria iniciar sua atuação na sua área de formação no início de 2015. Verificou-se um aumento significativo de sua autoconfiança em relação às etapas anteriores. Notou-se também nos seus relatos que o sujeito tem grande sentimento de autoeficácia, o que, segundo Bardagi e Boof (2010), é extremamente positivo para esse momento.

Entre o penúltimo e o último encontro, o sujeito realizou o primeiro concurso planejado. Constatou-se que houve frustração com o resultado, porém pouco tempo depois o sujeito já verbalizava que havia superado e absorvido tal experiência como uma aprendizagem. “Foi a primeira vez que eu tentei, agora já sei como funciona, o que preciso é estudar mais para melhorar no próximo”. (informação verbal). Tal ocorrido faz parte do processo de aprendizagem, pois para desenvolver competências é fundamental “[...] planejamento, ação e reflexão. As ações planejadas e sua execução complementadas pela reflexão do que ocorreu na implementação, ampliam o autoconhecimento e possibilitam a melhoria contínua dos resultados que se deseja alcançar.” (DRUMMOND; BOUCINHAS; NOVAES, 2012, p. 17). Também destaca-se a afirmação de Rocha (2010) sobre a importância de se aproveitar as dificuldades enfrentadas no cotidiano para se adquirir conhecimento e aprendizagens, ou seja, compreendê-las e usá-las favoravelmente em seu crescimento pessoal e profissional, visando sempre o desenvolvimento.

O *feedback* do participante sobre o processo de *coaching* foi positivo. Afirmou que as técnicas utilizadas foram importantes e proporcionaram uma mudança de comportamentos; sua principal competência aprimorada foi a organização no planejamento das ações, o que o levou a se sentir mais seguro e preparado: “Antes eu sabia que tinha que estudar, mas eu ia deixando e acabava fazendo na última hora. Assim, me organizando, eu consegui estudar um pouco por dia, e aprender mais, percebi que mesmo na correria do dia a dia dá pra se organizar e fazer as coisas planejadas.” (informação verbal). Ainda sobre a importância desse processo, o sujeito verbalizou: “Foi bom, e eu me sinto mais preparado, para algumas coisas, se precisar falar com pessoas da área que podem me fazer perguntas, eu estou mais preparado para responder.” (informação verbal). O sujeito conseguiu visualizar seu crescimento e aprendizagem. Além da aprendizagem científica adquirida, o sujeito aprimorou sua percepção sobre si próprio, resultado de seu autoconhecimento.

Desde o início do processo o sujeito demonstrou um crescimento e amadurecimento pessoal que favoreceram mudanças de comportamento para sua inserção no mercado de trabalho. Bem como obteve maior clareza em relação aos objetivos profissionais, planejando ações práticas para realizá-las. Visualizou-se, ainda, o aprimoramento de sua percepção sobre a execução das ações classificando-as por ordem de relevância e necessidades de realização, enfatizando as ações com maior grau de importância. Ao finalizar o processo, o sujeito afirmou que continuará desenvolvendo as práticas aprendidas, buscando seu objetivo de inserção profissional na sua área de formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens em processo de inserção profissional na área de sua formação enfrentam alguns obstáculos que lhes trazem sofrimentos e preocupações. Diante desse cenário, é fundamental a intervenção de profissionais qualificados, e o Psicólogo é um dos profissionais que pode contribuir de maneira assertiva no aperfeiçoamento e desenvolvimento de

comportamentos relevantes para os profissionais que estão ingressando no mercado de trabalho.

Avaliou-se que as técnicas de *coaching* foram válidas para o contexto universitário, pois elas proporcionaram a aprendizagem de novos comportamentos que melhoraram a qualidade de vida do acadêmico ao final da sua graduação. Assim, as técnicas trabalhadas provocaram reflexões e ações que favoreceram o sujeito para enfrentar de forma saudável as dificuldades surgidas. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois, de acordo com o próprio relato do sujeito, foram válidos e significativos os instrumentos de autoconhecimento, bem como a construção de seu plano de carreira que o fez buscar uma reorganização de sua vida, para atingir o objetivo de ingresso no mercado de trabalho em sua área de formação.

As técnicas de *coaching* podem ser relacionadas com os processos de aprendizagem de comportamentos utilizados pelos profissionais da área de Psicologia; tem como objetivo principal auxiliar o indivíduo no desenvolvimento de competências, assim como a área da Psicologia. Nesse sentido, o *coaching* é uma metodologia que pode ser utilizada pelos profissionais psicólogos; no entanto, é preciso avaliar com cuidado as funções de cada metodologia, a fim de utilizar instrumentos que realmente favorecem o desenvolvimento do indivíduo e não sejam utilizados somente por questões de modismos. Ou seja, é fundamental que haja estudo e alinhamento às concepções da metodologia do *coaching* e às da área de Psicologia.

É conveniente ressaltar algumas limitações da pesquisa relacionadas às escolhas de fontes de informações e suas implicações. Foram analisadas várias fontes bibliográficas sobre o processo de inserção profissional, a importância da orientação vocacional e o instrumento de *coaching*, porém não foram esgotadas todas as fontes de pesquisa. O exame de outras fontes de informações pode fornecer outros subsídios para a continuidade da produção de conhecimento a partir dos dados apresentados. Sugere-se para estudos futuros que a aplicação ocorra em um período de tempo mais abrangente, em que se tenha um maior

número de sessões, para que mais aspectos sejam trabalhados e o sujeito seja ainda mais preparado.

Skills development by means of coaching: a promising methodology to employability

Abstract

Many young people at the conclusion of their graduation have difficulties joining the job market in their specific area, becoming vulnerable to suffering. Aiming to reduce this suffering the objective of this study was to analyze the behavioral development of a young man in an entry phase in the labor market through coaching techniques. The research was conducted through a case study and was quantitative and qualitative, and the data analysis took place through triangulation analysis. This intervention was carried out with an academic nearing completion of the course of Physical Education. The coaching sessions addressed issues related to self-knowledge, planning, implementation and evaluation of actions. It was concluded that the new learning, as an organization, objective focus, planning and carrying out actions necessary to achieve your goal. The coaching technique can be suggested to psychology professionals, because it uses the process of behaviors and learning development for interventions.

Keywords: Professional Guidance. Behavior. Career. Coaching.

REFERÊNCIAS

BARDAGI, M. P.; BOFF, R. de M. **Autoconceito, autoeficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes**. Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a03.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2014.

MELO, S. L. de.; BORGES, L. de Oliveira. **A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem**. Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n3/v27n3a02.pdf> >. Acesso em: 27 set. 2014.

DRUMMOND, J.; BOUCINHAS, M. de F.; NOVAES, M. B. **Coaching com Psicodrama**: Potencializando indivíduos e organizações. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FIDELIS, G. J. **Treinamento e desenvolvimento de pessoas**: uma abordagem na educação corporativa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

LEHMAN, Y. P. Orientação profissional na pós-modernidade. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues (Org.). **Orientação Vocacional e Ocupacional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAKSURI, M. P. **A Era dos Talentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

POZZEBON, M.; FREITAS, Henrique de M. R. **Pela aplicabilidade**: com um maior rigor científico dos estudos de caso em sistemas de informação. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v2n2/v2n2a09.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

RABAGLIO, M. O. **Ferramenta de avaliação de performace com foco em competências**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

ROCHA, M. C. da S. Projeto de Carreira, plano de vida passos para um gerenciamento de vida profissional e pessoal. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues (Org.). **Orientação Vocacional e Ocupacional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedad**. São Paulo, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. **Estou me formando... e agora?**: Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v5n1/v5n1a05.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2014.

E DEPOIS? MUDANÇAS E DESAFIOS DA MULHER APÓS A MATERNIDADE

Laís Regina Bordignon*
Francine Cristine Garghetti**

Resumo

A gravidez é um momento de reorganização e a mulher passa a assumir um novo papel. Diante disso, buscou-se investigar e debater sobre as mudanças que ocorrem após a maternidade, a percepção da mulher a respeito do assunto e o seu ponto de vista em relação às alterações. Também se investigou a influência das modificações na relação conjugal e a compreensão sobre as mudanças corporais nesse período. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas e com utilização da técnica projetiva do Desenho da Figura Humana. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, esta permitiu constatar que as mulheres enfrentam um período de intensos conflitos e reorganizações em vários âmbitos, no relacionamento familiar conjugal, social e laboral, devendo desempenhar todos os papéis efetivamente. Acreditam que a maternidade seja um momento maravilhoso, um marco para o início da idade adulta, porém, com muitas exigências e desafios. Este estudo possibilitou mais conhecimentos sobre os pensamentos, sentimentos e comportamentos das mulheres no período pós-maternidade, podendo auxiliar em um melhor suporte para elas nesse período.

Palavras-chave: Mulher. Maternidade. Mudanças.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é um momento de reorganização familiar; a mulher passa a assumir um novo papel e tal situação exige que toda a família se reestruture. Durante a gestação, ela passa por muitas mudanças, que

* Graduanda em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine_garghetti@yahoo.com.br

** Mestre em Psicologia, Professora do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; laisbordignon@outlook.com

geralmente levam a um desequilíbrio emocional. A chegada de uma criança não é algo simples, modifica todo o contexto e a relação que estava em andamento. Os casais tentam encontrar formas de chegar a um equilíbrio, que envolva seus trabalhos, tarefas domésticas e vida afetiva, além de reorganizar o tempo.

Esse assunto é amplamente discutido pela sociedade pós-moderna, pois interfere na qualidade de vida de um grupo familiar. O período pós-maternidade apresenta-se complicado, principalmente para a mulher que se sobrecarrega em relação aos papéis que exerce. Ela precisa dividir seu tempo e eficientemente realizar várias funções, mas não raro, esquece de cuidar de si.

A Psicologia busca contribuir com essa tarefa do ciclo vital, esclarecendo as principais queixas, para então buscar estratégias de reestruturação, objetivando uma melhor forma de enfrentamento. Diante disso, buscou-se identificar as principais mudanças percebidas pelas mulheres após a gestação, tanto aquelas relacionadas ao corpo quanto ao cônjuge. Realizou-se uma investigação qualitativa, com uma amostra de mulheres mães. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e categorizados pelos seus conteúdos. Inicialmente, abordam-se o contexto histórico da mulher e vários aspectos de sua vida, iniciando pela relação mãe e bebê, tendo como linha de pesquisa a cognição, a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

2 AS SURPRESAS DA VIDA APÓS A MATERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER

De acordo com Kimura (1997), o parto engloba muitos personagens, entre eles o marido e a mulher, suas famílias de origem e todo o grupo no qual estão inseridos. A mulher acaba redefinindo sua identidade desde aspectos biológicos até psicológicos. Essa identidade, segundo Rubin (1984) apud Kimura (1997), é construída durante a gravidez, a mulher acaba idealizando uma imagem de si como mãe e da

criança como filho. Após o parto, todo o grupo social em que a mulher está inserida irá identificá-la apenas em seu papel de mãe.

A gravidez, segundo Piccinini et al. (2008), é um momento de importantes reestruturações da vida e nos papéis da mulher. São inúmeros reajustes, necessários a ela, ao seu cônjuge e a todo o seu meio familiar e de convívio.

Conforme Carter e McGoldrick (1995), esperava-se das mulheres que durante toda a vida cuidassem e se importassem com os outros, logo dos homens, depois das crianças e, por fim, ainda dos idosos. Até pouco tempo atrás as mulheres passavam de filhas para esposas e de esposas para mães. Elas não tinham direito a uma vida própria, consideradas ou intituladas responsáveis pela administração dos relacionamentos familiares, incluindo o cuidado com os maridos, filhos, pais, pais dos maridos e assim por diante. Em razão do seu maior envolvimento emocional, as mulheres tendem a ter altos índices de mudanças e instabilidades em suas vidas, elas sentem-se responsáveis por si e por todos aqueles que a cercam, ao mesmo tempo gerando uma sobrecarga de papéis.

Carter e McGoldrick (1995) contribuem ao falar que a família e/ou grupo familiar, quando descobre a chegada de mais um membro, geralmente tende a instaurar uma divisão de papéis entre os membros. Pensando na família tradicional, é comum que a mãe ou mulher seja a responsável pela parte das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças/filhos. A família tradicional exigia da mulher toda a responsabilidade pelos filhos, fazendo disso uma grande desobrigação dos pais.

De acordo com essas autoras, a literatura desenvolvimental com influência da psicanálise considera a relação mãe e criança nos primeiros anos de vida como algo extraordinário, também enfatizando a visão de que as duas eram vistas como adversárias. Todas as suposições em relação ao desenvolvimento da criança consideram que tudo tem relação à mãe, e se algo está acontecendo, a culpa é exclusivamente dela. Na literatura feminista, defende-se que o desenvolvimento da criança não depende somente da mãe, mas sim de todo o contexto em que ela está inserida,

desta forma, preconizando o bem-estar do grupo em que a criança se encontra. É necessário que haja um equilíbrio, ou seja, que todas as partes envolvidas estejam saudáveis, ressaltando a atenção voltada à mãe, a qual vivencia um momento que exige um pouco mais de dedicação.

Vieira (2005) contribui que é na família que a identidade da mulher concebe o início das programações culturais, ou seja, são construídas as relações e os comportamentos os quais serão reproduzidos no meio social. Geralmente quando se fala em divisão de papéis entre o casal, a mulher é quem fica responsável pelo exercício do lar e o homem pela aquisição dos bens materiais e financeiros. Essa divisão, segundo a autora, é um reflexo dos valores e crenças da entidade familiar. Cada família possui suas regras e valores e desde o princípio as mulheres e os homens são moldados conforme o contexto social no qual se inserem, sua identidade e gênero são resultado de comportamentos sociais instruídos com a família e as instituições sociais. Entende-se que toda a questão histórica da mulher está relacionada aos comportamentos e às situações atuais, como um reflexo histórico, mostrando o quanto isso reflete atualmente nos diferentes contextos.

3 MODIFICAÇÕES OU MUDANÇAS CORPORAIS APÓS A GESTAÇÃO

De acordo com Szejer e Stewart (1997), após o nascimento ou a chegada de um bebê a mulher passa por um período muito difícil no qual ela deixa de ganhar toda a atenção e esta passa a ser do bebê. São inúmeras as modificações que ocorrem, inclusive com seu corpo, que passa a ter uma nova aparência, assumindo novas funções. Essa é uma tarefa muito difícil e, para que se torne mais acessível, é importante que o contexto colabore.

Conforme as autoras, em decorrência dessas mudanças e modificações, a mulher encontra-se mais fragilizada. Nos primeiros dias após o nascimento tudo é motivo de drama, palavras, situações, indagações, tudo ganha um significado diferente.

Szejer e Stewart (1997) apresentam a idéia de que a mulher está vivendo um desequilíbrio, porém, todos que por algum motivo a visitam, ou o bebê, vêm carregados de comentários, que agradando ou não, a mulher tem que ouvir, defrontar e recompor-se, mesmo às vezes sem condições para isso.

Entre todas as decepções que a mulher enfrenta após o parto, uma delas é a referente ao seu próprio corpo. Conforme Szejer e Stewart (1997), a partir do momento em que a mulher deseja, ou decide ter um filho, deve estar preparada e ciente de que seu corpo e sua vida sofrerão mudanças. Seu corpo nunca mais será igual, mesmo após os nove meses. Essa percepção de mudanças no corpo é particular de cada mulher, mesmo que aos olhos dos outros não apareçam, novas marcas, dobras, a pele com outra elasticidade, diferenças que às vezes podem amedrontar.

Ainda segundo os autores, como em qualquer outra situação, cada mulher irá lidar com essa aflição de uma maneira diferente. Algumas fazem disso um motivo de enorme descontrole emocional, outras movem mundos para remediar todos os defeitos físicos evidentes, outras ignoram seu corpo, sua vaidade, ocupando-se exclusivamente com os bebês, entre estas algumas depois de um bom tempo retornam a pensar nos cuidados e em seu prazer, outras se esquecem disso para sempre. A forma como a mulher irá reagir dependerá de muitos fatores, estes muito complexos, trazendo desde a história pessoal de cada uma, a cultura e os modelos parentais.

A atenção que a mãe possuía e perde após a chegada do bebê, segundo Szijer e Stewart (1997), está relacionada ao abandono físico. Na maior parte dos casos, puérperas mostram-se mais desleixadas, esgotadas, sem vontade de cuidar até mesmo do básico de sua higiene ou cuidado pessoal. O bebê recebe todos os cuidados, é como se passassem para ele todos os cuidados que antes eram delas. Para a mulher é difícil olhar-se no espelho e encarar a imagem não desejada que ali reflete, muito mais fácil passar todos os cuidados e vaidades para o bebê. De outro modo, pode-se entender esse desleixo como uma maneira de ganhar tempo para recompor o que o parto despedaçou, ou também identificar como um sinal de que ainda não é possível se ocupar dela e do bebê ao mesmo tempo.

Outra experiência surpreendente conforme Szejer e Stewart (1997) depois do parto, é a tomada de consciência da separação de seu filho e suas consequências. De uma hora para outra o bebê não está mais dentro dela, mas ao seu lado. Quando antes a consulta era feita ou utilizada com a mulher e seu ventre, agora é somente com seu filho. Quando antes parentes, vizinhos, ou conhecidos vinham visitavam-na, perguntavam sobre o seu estado de saúde, agora, antes de tudo, perguntam pelo bebê. Não necessariamente todas as mulheres reagem dessa forma. Após o nascimento, cada mulher vive de uma forma, e isso poderá influenciar todo o processo de conscientização.

Szejer e Stewart (1997) ainda contribuem, pois na maioria das vezes, após o nascimento da criança, enquanto a mulher segue dia a dia enfrentando os desafios dessa nova fase, ainda ouve indagações ou exclamações sobre seu humor, ela não pode chorar, entristecer-se ou manifestar quaisquer sinais de tristeza. A mulher se questiona sobre os motivos de se encontrar assim nesse estado e as pessoas a convencem de que são os hormônios responsáveis por tudo o que acontece com seu humor. Não se ignoram as alterações hormonais, porém, as razões são muitas, e podem estar ligadas à história familiar de cada indivíduo. Estranho seria se com todas as modificações e reestruturações que a chegada de uma criança exige não causasse efeitos ou alterasse o comportamento e a vida das pessoas.

4 RELAÇÃO CONJUGAL

Carter e McGoldrick (1995) sugerem que a transição para a paternidade geralmente vem acompanhada da insatisfação conjugal, mesmo em casais jovens; os papéis sexuais tradicionais sofrem uma regressão e a mulher vive a diminuição de sua autoestima. São poucos os casais que compartilham de maneira igualitária as tarefas, responsabilidades e cuidados dos filhos. Geralmente são as mães as agentes pela maior parte das responsabilidades sobre os filhos, que além de não receberem apoio social, têm vida profissional e têm que levar as

crianças para a escola, alimentá-las, cuidar de sua higiene, entre muitos outros cuidados.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), a existência de uma criança no lar impossibilita a privacidade dos pais, mesmo que em seu próprio quarto, pois seus pensamentos geralmente estão voltados à criança. As mulheres geralmente colocam o sexo sem intimidade como um dever, e os maridos, muitas vezes, interpretam esse desinteresse como uma rejeição, sem considerar todo o contexto pelo qual estão passando. Os dois passam a interpretar esse não reconhecimento como culpa do outro e o casamento se afigura insatisfatório.

Para casais sem tanta intimidade, Carter e McGoldrick (1995) destacam que a chegada de uma criança pode pôr em risco o equilíbrio do relacionamento, pois sua presença fará com que um dos pais se aproxime mais dela distanciando-se do parceiro e trazendo maior instabilidade à relação.

De acordo com Szejer e Stewart (1997), as relações de intimidade, de carinho, afeto, que encorajam e sustentam o ser humano, também são essenciais para a manutenção da qualidade do relacionamento de um casal. Em meio a toda a trajetória desde o princípio, na descoberta da existência do bebê a qualidade de vida conjugal sofre um declínio, mas geralmente se antes do nascimento existir uma satisfação entre o casal, esta tende a continuar após o nascimento também. Enquanto aumenta o número dos membros, as conversas, privacidades e intimidades diminuem, ficam reduzidas. Um casamento com bom nível de intimidade terá mais capacidade de bom desempenho de paternidade, ou seja, possui mais chances de integrar essa mudança às suas vidas.

Menezes e Lopes (2007) contribuem apresentando os pontos críticos enfrentados pelo casal com o surgimento da paternidade e da maternidade, as exigências são inúmeras para que este desenvolva novas habilidades e novas aceitações, além da condição de casal.

Segundo as autoras, estudos enfatizam que a transição para a parentalidade gera uma diminuição na satisfação conjugal; em um estudo com 114 casais, o resultado apontado foi que a satisfação da relação do casal se manteve estável desde o início do casamento até o fim da gravidez,

porém, teve seu declínio durante a passagem para a parentalidade. Contudo, as autoras dizem que o casal percebe esse declínio em relação ao romance, porém, sente o oposto no sentido do companheirismo e da parceria no período da transição para a parentalidade. Ou seja, possuem o entendimento de que muitas questões devem ser redefinidas no casamento, mas não possuem total controle sobre isso.

Jack e Bradt (apud CARTER; MCGOLDRICK, 1995) afirmam que o estágio que mais provoca mudanças e desafios para uma família é a adição de um novo membro ao sistema familiar. A chegada de uma criança não é algo tão simples, envolve inúmeros cuidados, obrigações e compromissos. A estrutura doméstica está cada vez mais incomum, e a inserção desse novo membro irá modificar o cotidiano do casal, ainda suas relações com o trabalho, as amizades e as relações com a família.

Segundo Szejer e Stewart (1997), a conciliação dos papéis de mãe e esposa não é algo tão simples para as mulheres; enquanto para umas isso é tranquilo, para outras é praticamente impossível, isso se deve considerando razões subjetivas. Para o homem, muitas vezes, fica difícil diferenciar os papéis, há aqueles que não conseguem ver a mulher além da imagem de mãe, outros, que após a mulher se tornar mãe, consideram-na com uma imagem mais sedutora. Esse fator exerce muita influência, pois a mulher, ao ser notada como mulher, irá sentir-se como uma, caso contrário esse sentimento não irá ocorrer. Todas essas situações não acontecem de repente, mas vão se desenvolvendo ao longo do tempo. Porém, nos primeiros dias após o parto, as modificações ficam mais claras e a mulher sente isso de forma diferente.

5 MÉTODO

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e descritiva da percepção de mulheres sobre as principais mudanças no período pós-maternidade. Inicialmente o estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade

do Oeste de Santa Catarina, sendo aprovado por meio do Parecer n. 752.411.

A investigação foi realizada com três mulheres mães, com idades entre 20 e 30 anos, usuárias de uma Unidade de Saúde do Município de Seara, SC. Como critério de inclusão, as participantes deveriam ter apenas um filho de até um ano de idade, ser casadas e aceitar participar da pesquisa.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, com um roteiro predefinido, além da técnica do Desenho da Figura Humana. A coleta dos dados ocorreu na própria unidade de saúde, com horário previamente agendado, após o aceite da participação na pesquisa. Todo o processo de pesquisa foi desenvolvido observando os cuidados éticos exigidos para uma pesquisa com seres humanos, atendendo às Resoluções n. 196 e n. 251 do Ministério da Saúde.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas em ambiente reservado. Após o final de cada entrevista, foi utilizada a técnica projetiva do Desenho da Figura Humana. Tanto as entrevistas quanto os desenhos e seus inquéritos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme organização proposta por Bardin (2009).

6 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os conteúdos das entrevistas e da técnica do desenho foram analisados e organizados em 11 subcategorias, que posteriormente foram agrupados em cinco categorias, considerando as opiniões sobre a percepção das mulheres/mães em relação às mudanças que ocorreram após a chegada do primeiro filho.

Em relação à primeira categoria, *Relação conjugal*, trata de como ocorre a relação entre o casal na percepção das mulheres, a forma como se organizaram após a chegada do primeiro filho referente às oportunidades e dificuldades que esse momento traz, a renegociação dos seus desejos e valores, a redescoberta do papel no relacionamento e o que modificou na relação entre o casal.

Dessa categoria originou-se uma subcategoria, na qual as mulheres/mães falaram sobre as *dificuldades enfrentadas pelo casal após a chegada do primeiro filho*, ressaltando que uma das adversidades está no distanciamento entre o casal, “Tipo a gente, como eu posso dizer, se distanciou também um pouco né.” (S. A.) (informação verbal). Porém, outra fala se destaca no sentido de que o auxílio dos parceiros nesse momento é imprescindível, “É, no caso, no período que eu fiquei de licença-maternidade o meu marido me ajudou bastante, a gente estava mais junto.” (S. B.) (informação verbal). À vista dessa colocação compreende-se que existem aspectos os quais provocam o distanciamento entre os casais, mas, por outro lado, mostra-se evidente a importância que um cônjuge atribui ao outro no sentido de auxílio no conjunto de tarefas que envolvem o bebê e aos compromissos que devem ser resolvidos pelo casal, exigindo uma proximidade entre eles. De acordo com Felgueiras e Graça (2013), as mudanças negativas que ocorrem nas relações no período após a gestação geralmente incluem a diminuição do entusiasmo conjugal. Contudo, a qualidade da relação entre o casal e seu sistema de apoio se tornam imprescindíveis para se adequar e se ajustar às mudanças e transições, contribuindo na redução do impacto destas para a relação.

Menezes (2011) coloca que o surgimento da paternidade e da maternidade para o casal representa o início da família, porém, frequentemente este vem com o fim do romance, pois o casal toma consciência de que os papéis se modificaram e, com isso, torna-se necessário renegociar suas relações e valores para a chegada do novo membro à família. Segundo a autora, uma das dificuldades nesse período é a definitiva entrada para o mundo adulto que vem acompanhando a chegada desse novo membro; muitas vezes, os cônjuges não se sentem preparados, gerando uma desorganização.

Emery e Tuer (1993 apud MENEZES, 2011) colocam que todo o conjunto de reorganizações que a parentalidade exige do casal, referindo-se como demandas práticas e investimentos emocionais partilhados no cuidado com a criança, pode gerar grandes efeitos na relação conjugal, essa transição exige que a estrutura se reorganize às mudanças. Os

cônjuges têm como tarefa renegociar seus laços como casal e o grau de aproximação emocional. Além disso, a reorganização dos papéis de pai e mãe é caracterizada por crises, descobertas e aprendizagens (MINUCHIN, 1982 apud MENEZES, 2011).

A segunda categoria, *Mudanças corporais*, apresenta a percepção da mulher/mãe sobre as mudanças relacionadas à nova imagem corporal e à interferência destas na sua vida. Trata das alterações que repercutem em várias dimensões, tanto físicas quanto emocionais. Nessa categoria surgiu uma subcategoria que se refere à *Imagem corporal*, em que as mulheres falaram sobre sua percepção das transformações corporais, como lidaram e lidam com as mudanças no corpo:

É, a gente sempre acha que tá gorda, sempre né, e às vezes, por mais que eu me ajeite, mas eu sempre acho que nunca, sempre tô ridícula, que a gente nunca tá bem, daí a gente também, quando a gente vai sair eu não me ajeito tanto assim, em casa mesmo, meu Deus né, pioro, daí isso também ele cobra, isso aí antes eu me ajeitava, eu gostava de me arrumar, meu Deus do céu, eu era bem chata mesmo, eu gostava; se eu ia no mercado eu tinha que me ajeitar né, meu, eu era bem, gostava de andar bem ajeitada. (S.C.) (informação verbal).

De acordo com Rezende (2010), a apreensão que ocorre entre o indivíduo e a sociedade acaba refletindo no corpo. A mulher busca uma identidade e imagem corporal distinta, está imposta socialmente. Ela busca exercer um controle sobre seu corpo em contrapartida às modificações externas que ocorreram, geralmente buscando intervenções como dietas, exercícios ou outros tratamentos, pondo em xeque as transformações naturais sobre aquilo que foi construído culturalmente.

Ainda nessa subcategoria, foi possível perceber opiniões distintas: “Eu não fiquei muito preocupada com o negócio do corpo assim, me cuidei pra não engordar demais pra não ficar aquela coisa assim né, mas de resto não.” (S. B.) (informação verbal). Conforme Rezende (2010), para as mulheres a questão do corpo representa uma

relevância particular, de modo geral, o corpo é um elemento essencial na visão tradicional de feminilidade. Contribui, ainda, esclarecendo que as intervenções praticadas no corpo, como exercícios ou dietas, são formas de realizar um autocontrole: “Eu fui ali à nutricionista, daí dali dois meses eu consegui volta ao meu peso normal, só que eu percebi que eu tenho umas gordurinhas, umas banhas na barriga ainda.” (S. A.) (informação verbal).

Desse modo, segundo essa autora, as intervenções sobre seus corpos, como, por exemplo, exercícios e dietas para não engordar, caso falhem, podem demonstrar uma “fraqueza”. Ainda ressalta que as preocupações com o corpo são mais comuns na classe média do que na baixa, que tendem a encarar essas modificações como forma de evidenciar o novo *status* de mulher.

A terceira categoria, *Cotidiano*, relata sobre as dificuldades e facilidades encontradas dentro do contexto da chegada do primeiro filho na opinião das mulheres/mães. Dessa categoria surgiram mais seis subcategorias. A primeira, *Mudanças*, apresenta-nos as principais mudanças que ocorreram no dia a dia após o nascimento do primeiro filho, que resultaram em mais responsabilidades e ao mesmo tempo em uma rotina de tarefas que se tornam cansativas. “Bom, na verdade mudou tudo né, o formato da minha vida.” (S. A.) (informação verbal). Sob diferentes pontos de vista, Rapoport e Piccinini (2011) argumentam que a maternidade é um assunto bastante complexo e o dia a dia acelerado, as novas tarefas, o suporte social acabam interferindo diretamente na forma de se lidar com essas situações.

Na segunda subcategoria *Divisão de atividades domésticas* as entrevistadas relataram que após o nascimento do filho houve uma divisão das tarefas para a diminuição do estresse do cotidiano: “Na verdade, eu e meu marido né, ele me ajuda um pouco, o que eu peço ele faz, eu também né, a gente se divide o serviço.” (S. A.). Conforme Jablonski (2010), a visão conservadora de papéis referente às tarefas domésticas persiste, pesquisas mostram que o ideal de mulher cuidando da casa e filhos enquanto o homem do provimento financeiro da família ainda se destaca

nos dias de hoje; a atuação masculina revela-se como complementar à da mulher, na pesquisa desse autor no que se refere à divisão de tarefas, ocorre uma divergência de opiniões, os homens acreditam ser mais ativos nesse quesito do que é percebido pelas mulheres. Reis, Souza e Marinho (2014) consideram que atualmente existem muitas famílias com formatos e condições desiguais. Algumas que seguem a tradicional divisão de papéis, outras totalmente distintas, em que a divisão das tarefas é realmente compartilhada.

A terceira subcategoria, *Angústia*, refere-se ao estado emocional da mulher/mãe diante de situações que ocorrem no cotidiano. “É, porque tu tens um medo de não saber se vai saber ser mãe pra eles, se vai conseguir amamentar, se vai conseguir.” (S. B.) (informação verbal). Rapoport e Piccinini (2011) consideram o primeiro ano após a chegada da criança como o mais conturbado. Destacam também, que a parte mais árdua e exausta da maternidade, muitas vezes, é deixada de lado para demonstrar somente a parte agradável e bela, a mãe não se permite assentir estar sobrecarregada.

A quarta subcategoria diz respeito à *Rotina*, quando as mães relataram que o dia a dia se torna análogo: “A gente não sai da rotina, daí fica até junto com as roupas na mesma rotina.” (S.C.) (informação verbal). “Aí, mas é tudo fases assim, é tudo.” (S. B.) (informação verbal). Reconhecem serem sempre as mesmas atividades, os mesmos compromissos dentro desse período. Souza, Souza e Rodrigues (2013) descrevem que, para a mulher, esse momento vem acompanhado de muitos conflitos e readaptações, essa busca pelo equilíbrio geralmente marca essas fases de dificuldades, no entanto, atividades voltadas para si mesmas são encaradas como uma privação nessa fase apenas, podendo ser reatadas posteriormente.

Na quinta subcategoria chamada de *Esgotamento*, as mães relataram sobre o cansaço advindo da maternidade, sintomas causados pela mudança de rotina do sono e readaptação. “Daí às vezes ela vai dormir dez horas da noite né, porque ela não dorme muito cedo, daí tu dorme e vai trabalhar, eu vou trabalhar três, três horas da manhã

eu me acordo e vou morta trabalhar né.” (S. C.) (informação verbal). Rapoport e Piccinini (2011) destacam que uma das maiores mudanças que ocorrem na maternidade e que é um fator de estresse é em relação à privação do sono e ao ajustamento no compasso do bebê. As mulheres geralmente ouvem falar que os bebês mamam aproximadamente a cada três horas, porém, nunca vivenciaram este compromisso antes. A mãe passa a perder seu ritmo singular, seu cotidiano anterior para se adequar ao do bebê. No entanto, esses autores acrescentam que, entretanto, esses reajustamentos aos filhos podem vir acompanhados de muito carinho compensando as dificuldades, como é visualizado nesta fala: “Eu disse eu acho que não vou recuperar mais isso, mas não é uma coisa assim que cansa né, é um cansaço, mas é bom até!” (S. B.) (informação verbal).

Na sexta subcategoria, *Prioridades*, as mães afirmaram que a principal preocupação agora é a criança, todas as preocupações estão voltadas para ela. “Porque a gente só tem atenção na criança, é assim, ele, a criança é o principal e o resto vem depois.” (S. B.) (informação verbal). “Tu só tem visão pra criança, só quer saber do neném o resto não importa.” (S. B.) (informação verbal). Comparando com os dados da pesquisa de Souza, Souza e Rodrigues (2013), é possível discutir sobre a dificuldade enfrentada pela mãe ao assumir seus conflitos em relação à dedicação ao filho, todo o cuidado e a atenção que lhe são cobrados são instintivos e como será para essa mãe admitir que tem outras necessidades além do desejo de estar com o filho. De acordo com as autoras, muitas mães acabam renegando essa necessidade como uma maneira de diminuição de culpa.

A quarta categoria trata da *Interação social*, refere-se à forma como as mulheres/mães lidaram com suas relações sociais assim como com mudanças que perceberam quanto a isso após a chegada do primeiro filho. Essa categoria foi dividida em duas subcategorias, sendo a primeira a *Diminuição do lazer*, quando as entrevistadas relataram que após o nascimento do filho houve uma significativa diminuição das saídas em festas, visitas, da possibilidade de ausentarem-se de casa para algum lazer. “Sair em volta, eu não saio mais em baile, festas, essas coisas não

dá mais pra sair né, por enquanto, porque a gente pensa primeiro nele né, depois na gente.” (S. A.) (informação verbal). Conforme a explicação de Souza, Souza e Rodrigues (2013), mediante as suas pesquisas, foi possível identificar que apesar de queixas no sentido da diminuição das atividades destinadas a si mesmas, como *shopping*, cabeleireiro, esse assunto se mostrou suavizado, não tendo muito significado no presente momento, tratando-se apenas de um período no qual teriam que se abster de certas coisas.

A segunda subcategoria diz respeito à *Relação social*, como ocorre o relacionamento com outras pessoas incluindo entretenimento, lazer, transferências de informações, conversas, entre outras atividades que envolvam a relação com o outro. O apoio social, segundo Rapoport e Piccinini (2011), refere-se a uma rede de pessoas significativas que asseguram apoio e reforço ao indivíduo diante das diferentes situações. São manifestações promovidas por familiares, amigos e meio em que a pessoa está inserida que poderão promover essa ajuda emocional. “Eu não ficava de mal com as pessoas, eu conversava normal, direito, ham, só assim tipo mudou pra melhor, porque aí eu falava do bebê” (S. A.) (informação verbal). Conforme Rapoport e Piccinini (2011), se a nova mãe estiver rodeada de pessoas que a auxiliem e apoiem de alguma forma em relação aos seus sentimentos sobre a maternidade, sua autoconfiança e sua realização pessoal predispoem-se a aumentar.

Na quinta categoria, *Ambiente laboral*, as participantes relataram suas percepções em relação ao trabalho e à vida profissional. Dessa categoria surgiram mais duas subcategorias. A primeira, *Vida profissional*, diz respeito ao equilíbrio tão desejado entre o trabalho conciliado à maternidade. “Eu voltei normal, assim depois que passou dessa fase crítica ali do começo, voltei trabalhar normal.” (S. B.) (informação verbal). De acordo com Reis, Souza e Marinho (2014), atualmente a maioria das mulheres considera combinar a maternidade à satisfação profissional algo maravilhoso. Oliveira et al. (2011) contribuem que a influência da qualidade ou não desse ponto dependerá também da interação entre os papéis, o materno e o profissional. Além disso, esses

autores complementam que o que pode contribuir e diferenciar em relação à satisfação no ambiente e relacionamento do trabalho é a família, a expectativa, o cenário do trabalho, a saúde e a educação. Beltrame e Donelli (2012) relatam pesquisas nas quais as mulheres que tinham o desejo de trabalhar, mas não o concretizaram, manifestam maiores sintomas depressivos. A elaboração dos papéis de mãe e da carreira profissional exige que as mães armem estratégias para se ajustar nessa situação.

A segunda subcategoria trata do *Sentimento de falta*, em que as mães mencionaram sobre o sentimento de saudade diante da hora de voltarem às suas atividades laborais: “Só senti muita falta da neném, até hoje assim eu não consigo ficar o dia inteiro longe dela, eu tenho que ir pra casa e ver ela, porque o dia não passa sem ver ela.” (S. B.) (informação verbal). Conforme Beltrame e Donelli (2012), o afastamento entre a mãe e o bebê passa a ser algo importante para ambos. O momento em que a mãe volta às suas atividades laborais e sociais passa a ser um momento delicado, pois as mulheres enfrentam dificuldades para se dedicar igualmente entre as duas áreas; isso talvez pelo receio de não se encontrarem presentes demasiadamente com o bebê, ou se estão controlando sabiamente sua presença com o filho.

De maneira geral, foi possível verificar, neste estudo, os desafios da maternidade, os pensamentos e sentimentos das mulheres nesse momento do ciclo vital e, conseqüentemente, pensar estratégias para diminuir a intensidade dos sentimentos e pensamentos negativos, bem como facilitar o processo de adaptação à nova realidade, transformando o acompanhamento psicológico algo extremamente válido nesse sentido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu visualizar aspectos da maternidade, um período caracterizado por alterações, tanto nos aspectos físicos quanto nos emocionais, que demandam novos sentimentos e adequações. Entre todas as modificações que acompanham a maternidade, uma delas se

concentra na relação conjugal, que, conforme a pesquisa, apresenta dois aspectos distintos: um que gera o afastamento entre os casais e outro que evidencia a importância atribuída entre os cônjuges nesse período, gerando uma aproximação maior entre eles; apontando a maternidade como uma tarefa de renegociação entre o casal, englobando crises, experiências e aquisição de aprendizados.

Além das relações conjugais, outro aspecto foi em relação às mudanças corporais, muitas vezes carregadas de conflitos e perturbações. A mulher pode lidar com as modificações de diferentes maneiras e serão os fatores particulares de cada uma que irão determinar o grau de perturbação.

Já no aspecto do cotidiano, surgiram diversos temas relacionados à maneira como a mulher lida com as modificações do seu dia a dia, meio social, angústias e prioridades. A conciliação das atividades diárias e da maternidade se torna um desafio, pois muitos fatores relacionados ao gênero podem interferir nessa acomodação. O papel da mulher na sociedade mudou, porém, alguns pontos continuam provocando uma sobrecarga exacerbada para ela.

A prioridade passa a ser o bebê, ele carrega toda a atenção e entusiasmo, porém, o apoio social para a mulher/mãe nesse momento é de extrema importância. A mãe está vivenciando diversas alterações, tendo que se reajustar e se organizar. Todo o apoio de sua rede de convivência será válido no sentido de se sentir acolhida, e de diminuir seu sofrimento, que, muitas vezes, não se permite demonstrar.

Outro importante aspecto investigado foi o ambiente laboral, acerca do qual esta pesquisa identificou a maneira como as mães reagem no momento de voltar para as suas atividades de trabalho. Observou-se que o trabalho significa algo muito importante para a mulher, porém, o papel de mãe sempre se destaca deixando o trabalho em segundo lugar. As preocupações e o sentimento de falta estão presentes sempre que a mãe estiver longe do bebê, podendo gerar uma modificação na forma de trabalho. Porém, a maior parte das mulheres acredita na conciliação

de papéis para uma melhor qualidade de vida, pois o trabalho se torna importante tanto no sentido financeiro quanto no emocional.

Demonstra-se de grande relevância o atendimento às mães no período da maternidade, pois é um momento de intensos conflitos e reorganizações exigindo da mulher que se adapte a um novo ritmo, porém, esta nem sempre conta com um suporte, o que pode potencializar frustrações e sofrimentos.

Por fim, é possível julgar que as questões levantadas nesta pesquisa não possuem apenas uma resposta, e estas não podem ser generalizadas, dependerão de muitos outros fatores externos e internos da realidade de cada mulher. Contudo, mostra-se evidente a importância de estudos nessa área, facilitando a compreensão da mulher sobre a árdua, porém encantadora e gratificante tarefa de ser mãe.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e Carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Alêtheia**, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942012000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 out. 2014.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FELGUEIRAS, M. C. M. A.; GRAÇA, L. C. C. da. **Resiliência e ajustamento à maternidade no pós-parto**. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-02832013000300009&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 08 out. 2014.

JABLONSKI, B. A divisão de Tarefas Domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia ciência e profissão**, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04>>. Acesso em: 18 out. 2014.

KIMURA, A. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 31, n. 2, p. 339-343, ago. 1997.

MENEZES, C. C. **A relação conjugal na transição para a parentalidade**: Da gestação ao segundo ano de vida do bebê. 2001. 139 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1952/000362263.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 out. 2014.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. de C. **Relação conjugal na transição para a parentalidade**: gestação até dezoito meses do bebê. Porto Alegre: [s. n.], 2007.

OLIVEIRA, S. C. et al. Maternidade e trabalho: Uma revisão da literatura. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 45, 2011, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28422741018>>. Acesso em: 02 out. 2014.

PICCININI, C. A. et al. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 67-72, jan./mar. 2008.

TURATO, E. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde**: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. **Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000200010>. Acesso em: 18 out. 2014.

REIS, L. A.; SOUZAS, R.; MARINHO, M. dos S. **As concepções de mulheres do Sudoeste Baiano sobre a maternidade na contemporaneidade**. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/La%C3%ADs/Downloads/328-803-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

REZENDE, C. B. **Um estado emotivo**: representação da gravidez na mídia. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n36/n36a12.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

SOUZA, B. M. da S.; SOUZA, S. F.; RODRIGUES, R. T. dos S. **O puerpério e a mulher contemporânea**: uma investigação sobre a vivência e os impactos da perda da autonomia. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 de out. 2014.

SZEJER, M. STEWART, R. **Nove meses na vida da mulher**: uma aproximação psicanalítica da gravidez e do nascimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

VIEIRA, J. **A identidade da mulher na modernidade**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502005000300012&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES ENTRE 10 E 17 ANOS DE GRAMADO DOS LOUREIROS, RS

Rafael Cunha Laux*
Vanessa Pereira Giordani**
Daniela Zanini***

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar o estado nutricional em escolares entre 10 e 17 anos do ensino fundamental da rede municipal de Gramado dos Loureiros, RS. Este estudo caracterizou-se como descritivo. A amostra foi composta por 50 alunos, 23 meninos e 27 meninas, de 10 a 17 anos de idade ($12,26 \pm 1,65$ anos) da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Baptista Neto de Gramado dos Loureiros, RS. Para se avaliar o estado nutricional, os escolares foram submetidos às medidas antropométricas de massa corporal (MC), estatura (ES) e índice de massa corporal (IMC), de acordo com o Manual PROESP-BR. Para análise dos dados, utilizou-se os recursos de estatística descritiva, média e desvio padrão. Todos os procedimentos estatísticos foram realizados no programa EXCEL® 2013. A média e o desvio padrão para o sexo masculino foi de $MC=49,00 \pm 10,69$ Kg, $ES=1,51 \pm 0,11$ m e $IMC=21,31 \pm 3,54$ Kg/m²; e para o sexo feminino, de $MC=50,09 \pm 10,23$ Kg, $ES=1,52 \pm 0,07$ m e $IMC=21,40 \pm 3,94$ Kg/m². Os resultados apontam que 42% (n=21) dos sujeitos estão classificados como eutróficos, 48% (n=24) com excesso de peso e 10% (n=5) com obesidade. Destaca-se a predominância do excesso de peso e obesidade no sexo feminino (48,2%, e 11,1%) em relação ao sexo masculino (47,8%, e 8,7%). Conclui-se que a maioria dos escolares (58%, n=29) tem excesso de peso ou obesidade, e que o sexo feminino tem maior prevalência de sujeitos acima do peso.

Palavra-chave: Sobrepeso. Índice de Massa Corporal. Criança.

* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Física (UFSM) Santa Maria, RS, Especializando em Personal Training na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; rafael-laux@hotmail.com

** Licenciada em Educação Física na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; nessagiordani@yahoo.com.br

*** Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Professora do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; daniela.zanini@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O excesso de peso e a obesidade na infância é considerado um grave problema de saúde pública, que vem crescendo assustadoramente nos últimos anos, causando mais morte que a desnutrição. Esse cenário é preocupante, já que o excesso de peso e a obesidade estão associados com a incidência de doenças crônicas degenerativas.

Vários fatores influenciam no acúmulo de gordura corporal na infância, como a falta de atividade física, pois as crianças, na sociedade atual, preferem atividades no computador e em jogos eletrônicos, em que o gasto energético é menor do que brincar com os colegas. Além da inatividade física, a ingestão exagerada de alimentos é outro fator que contribui para o desenvolvimento da obesidade.

No intuito de melhorar a saúde dos alunos, pode-se utilizar a educação física escolar como uma ferramenta na prevenção da obesidade, promovendo a prática de exercícios físicos. Além disso, o professor de educação física escolar pode abordar e enfatizar todos os aspectos físicos que são relacionados com a saúde, já que esses conteúdos fazem parte da própria disciplina e estão previstos nos parâmetros curriculares nacionais. Conjuntamente aos aspectos físicos, deve-se desenvolver atividades que abordem a alimentação saudável.

Com essa mudança de hábitos de vida, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, destaca-se a importância de diagnosticar e tratar a obesidade infantil, já que o número de crianças acima do peso vêm aumentando assustadoramente, e uma criança obesa será um provável adulto obeso.

Considerando a obesidade como um dos principais causadores de doenças crônicas degenerativas, e que essa alteração na composição corporal pode ser prevenida com a prática de exercícios físicos, sustenta-se o objetivo desse estudo que foi analisar o estado nutricional em escolares entre 10 e 17 anos do ensino fundamental da rede municipal de Gramado dos Loureiros, RS, divididos em três objetivos específicos: verificar as

características antropométricas da amostra, classificar os resultados do IMC da amostra e comparar os resultados entre os sexos.

Com finalidade de contemplar tais objetivos, optou-se por um estudo descritivo, de abordagem quantitativa. A amostra desta pesquisa foi composta por 50 crianças e adolescentes, sendo 23 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, abrangendo toda a população nessa faixa etária da escola. Para avaliar o estado nutricional, os escolares foram submetidos às medidas antropométricas de massa corporal (MC), estatura (ES) e índice de massa corporal (IMC), de acordo com o Manual Proesp-Br. Para análise dos dados, utilizaram-se os recursos de estatística descritiva: média e desvio padrão. Todos os procedimentos estatísticos foram realizados no programa Excel 2013.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estado nutricional de grandes populações pode ser avaliado com o uso de medidas antropométricas de maneira fácil e prática, como a utilização do Índice de Massa Corporal (IMC), mas, como qualquer instrumento de avaliação indireta, apresenta algumas limitações e críticas no meio acadêmico (CONDE; MONTEIRO, 2006).

O IMC é um importante verificador do estado de risco para doenças não transmissíveis, como: doenças cardiovasculares, principalmente doença cardíaca e acidente vascular cerebral, diabetes, distúrbios musculoesqueléticos, especialmente osteoartrite, e alguns tipos de câncer, como o do endométrio, o da mama e o do cólon (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

Quando se utiliza o IMC como instrumento da avaliação do estado nutricional, classifica-se os resultados em abaixo do peso ou desnutrição, eutrófico ou normal, excesso de peso e obesidade. Entre essas variáveis, a mais preocupante é a obesidade, já que ela mata mais pessoas que a desnutrição (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Além de estar associada a doenças crônicas degenerativas (GLANER, 2005).

Na sociedade moderna, a obesidade é considerada uma epidemia, que em 2014 alcançou cerca de 600 milhões de casos em sujeitos maiores que 18 anos. Se for analisar a obesidade com o excesso de peso, os números são mais assustadores, cerca de 42 milhões de casos em criança em 2013 e 1,9 bilhões de adultos em 2014 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

Segundo Giugliano e Carneiro (2004), o excesso de peso e a obesidade infantil já é considerado um problema de saúde pública, principalmente em países em desenvolvimento. Fato comprovado pela literatura, na qual aponta que no Brasil os casos de obesidade em crianças entre 6 e 12 anos quase que dobrou nos últimos cinco anos (LOPES; PRADO; COLOMBO, 2010). Em pesquisas com crianças e jovens, verificam-se números elevados de sujeitos acima do peso (BALABAN; SILVA, 2001; RONQUE et al., 2005; SUÑE et al., 2007). Entretanto, observa-se que em crianças menores a quantidade de obesidade e excesso de peso é menor (NETTO-OLIVEIRA et al., 2010; CAPUTO; SILVA, 2009; RECH et al., 2010). Esse fato é explicado pelas mudanças que ocorrem durante a vida do sujeito (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

A elevada taxa de obesidade infantil é preocupante, pois essa doença está associada à dificuldade na respiração, aumento do risco de fraturas, hipertensão, marcadores precoces de doenças cardiovasculares, resistência à insulina e efeitos psicológicos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Além disso, deve-se destacar que uma criança obesa é um provável adulto obeso, já que 70% dos sujeitos que não emagrecem até os 14 anos permanecem obesos na vida adulta (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Entre os principais causadores de obesidade e excesso de peso estão a má alimentação e a inatividade física. Segundo Nahas (2013), uma alimentação saudável deve proporcionar a quantidade necessária de energia para o organismo nas suas atividades diárias, sem que ocorra a falta de calorias ou o estoque delas. Além desse aspecto quantitativo, o autor aborda elementos qualitativos da alimentação que são os relacionados

aos macros e micronutrientes necessários para um bom funcionamento do corpo humano.

O controle alimentar é uma tarefa complexa, que sofre influências de meios externos, como é o caso da televisão. Os meios de comunicação são formadores de opinião, que exercem sobre os sujeitos um certo domínio que resultará em uma mudança de estilo de vida, principalmente, da alimentação, promovendo, assim, o sedentarismo. Nesse cenário, surge a importância de orientar sobre a alimentação adequada, possibilitando que o sujeito identifique e escolha os alimentos mais adequados para sua alimentação (ALMEIDA; NASCIMENTO; QUAIOTI, 2002).

Não são somente os hábitos alimentares que são modificados por causa da mídia e da modernização, segundo Matsudo e Matsudo (2006), os processos de mecanização das atividades diárias contribuem para o sedentarismo, já que o gasto energético de atividades simples, como trocar de canal é diferenciado se o sujeito utiliza o controle remoto ou se levanta e troca o canal na TV. Os autores destacam que o ser humano sempre busca a maneira mais fácil de fazer qualquer tarefa diária, entretanto, o seu consumo energético continua o mesmo, gerando a obesidade e ou excesso de peso. Oliveira et al. (2003) complementa que as crianças da sociedade atual preferem jogos eletrônicos, computadores e televisão, para passar o seu tempo livre, e essas atividades geram um menor gasto energético que brincadeiras tradicionais.

No ambiente escolar, a criança deve ser informada sobre os causadores da obesidade ou do excesso de peso, e como estes podem ser solucionadas. Por exemplo, nos parâmetros curriculares nacionais para a disciplina educação física, são abordadas algumas áreas temáticas, e entre elas está o conhecimento sobre o corpo. Esse bloco de conteúdo é composto por conhecimentos dos aspectos fisiológicos, anatômicos e bioquímicos que devem ser abordados em uma perspectiva que o aluno perceba esses conhecimentos a partir do seu próprio corpo (BRASIL, 1997).

Como observado, a prevalência de obesidade vem aumentando nos últimos anos também em adolescentes, o que demonstra a necessidade de medidas preventivas nessa fase para evitar suas complicações na vida adulta.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como descritivo, de abordagem quantitativa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). A amostra desta pesquisa foi composta por 50 crianças e adolescentes, sendo 23 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, na faixa etária de 10 a 17 anos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Baptista Neto do Município de Gramado dos Loureiros, RS, contemplando toda a população nessa faixa etária da escola. Para participar do estudo foram incluídos os alunos que estavam regularmente matriculados no ensino fundamental no ano 2013 e tinham idade entre 10 e 17 anos. Foram excluídos do estudo os sujeitos que: não obtiveram autorização dos pais ou responsável para realizar as avaliações; se recusaram a participar das avaliações; não compareceram à aula no dia das avaliações, e que tinham idade inferior a 10 e superior a 17 anos.

As variáveis antropométricas utilizadas no estudo foram: Massa corporal (MC): Balança com resolução digital da marca Filizola® (São Paulo, Brasil), e Estatura (ES): Estadiômetro Cescorf com resolução de 0,1 cm, seguindo o Manual do Projeto Esporte Brasil (PROESP) (2012).

A partir das variáveis antropométricas foi verificado o estado nutricional dos sujeitos por meio do Índice de Massa Corporal (IMC), seguindo o protocolo e classificação sugerido por Gaya et al. (2012), em que a massa corporal é dividida pela estatura ao quadrado representada pela seguinte fórmula: $IMC = MC / ES^2$.

Todos os participantes do estudo e seus respectivos responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, cuja finalidade foi de esclarecer sobre todos os assuntos, referentes à pesquisa.

Para análise descritiva dos dados, foi utilizado o programa Excel (versão 2013 para Windows), no qual utilizou-se a média, o desvio padrão e os percentuais para a caracterização e a apresentação dos dados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As características antropométricas dos escolares estão apresentadas na Tabela 1, onde se observa que a média de idade foi de $12,26 \pm 1,65$ anos, a média da massa corporal $49,61 \pm 10,35$ Kg, a média da estatura $1,52 \pm 0,09$ metros e a média do IMC foi $21,36 \pm 3,73$ Kg/m².

Tabela 1 – Características antropométricas da amostra

	Média	Desvio padrão	Máx.	Min.
Idade	12,26	1,65	17,00	10,00
Massa corporal	49,61	10,35	70,00	29,40
Estatura	1,52	0,09	1,69	1,29
IMC	21,36	3,73	32,34	15,55

Fonte: os autores.

Nas Tabelas 2 e 3 são apresentadas as características antropométricas dos escolares por sexo. O sexo masculino apresentou média de idade $12,30 \pm 1,91$ anos, massa corporal média de $49,00 \pm 10,69$ Kg, média da estatura $1,51 \pm 0,11$ metros e IMC médio $21,31 \pm 3,54$ Kg/m². Já o sexo feminino apresentou uma média de idade de $12,20 \pm 1,42$ anos, massa corporal média $50,09 \pm 10,23$ Kg, média da estatura $1,52 \pm 0,07$ metros e IMC médio de $21,40 \pm 3,94$ Kg/m².

Tabela 2 – Características antropométricas do sexo Masculino (n=23)

	Média	Desvio padrão	Min.	Máx.
Idade	12,30	1,91	10,00	17,00
Massa corporal	49,00	10,69	29,40	70,00
Estatura	1,51	0,11	1,29	1,69
IMC	21,31	3,54	16,07	29,67

Fonte: os autores.

Tabela 3 – Características antropométricas do sexo Feminino (n=27)

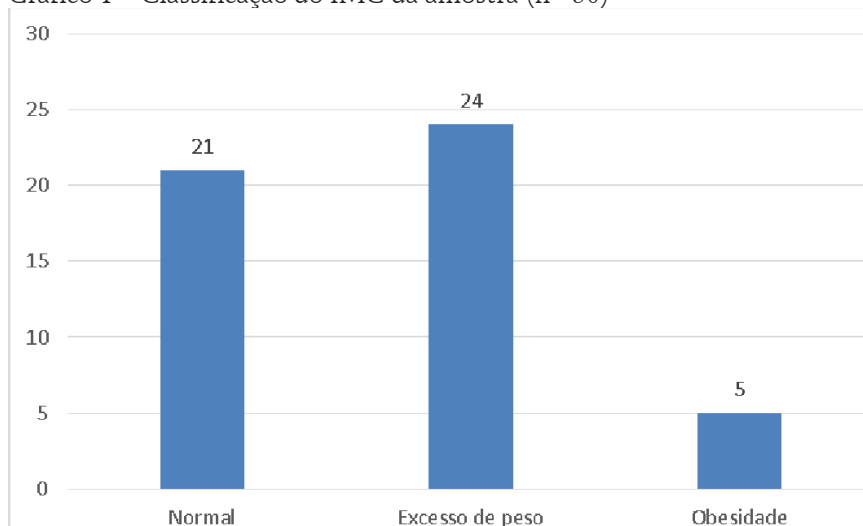
	Média	Desvio padrão	Min.	Máx.
Idade	12,20	1,42	10,00	16,00
Massa corporal	50,09	10,23	30,50	69,90
Estatura	1,52	0,07	1,40	1,69
IMC	21,4	3,94	15,55	32,34

Fonte: os autores.

De acordo com os resultados encontrados, observa-se que a média da massa corporal do sexo feminino é maior que a do sexo masculino. Em relação à estatura corporal, os meninos apresentaram uma maior média.

A classificação do IMC foi estabelecida de acordo com os critérios do Gaya et al. (2012), que considera baixo peso, normal ou eutrófico, excesso de peso e obesidade conforme o sexo e a faixa etária de crianças entre 7 e 17 anos. Observa-se no Gráfico 1, que 10% dos sujeitos estão classificados como obesos (n=5), 42%, eutróficos (n=21) e 48%, com excesso de peso (n=24).

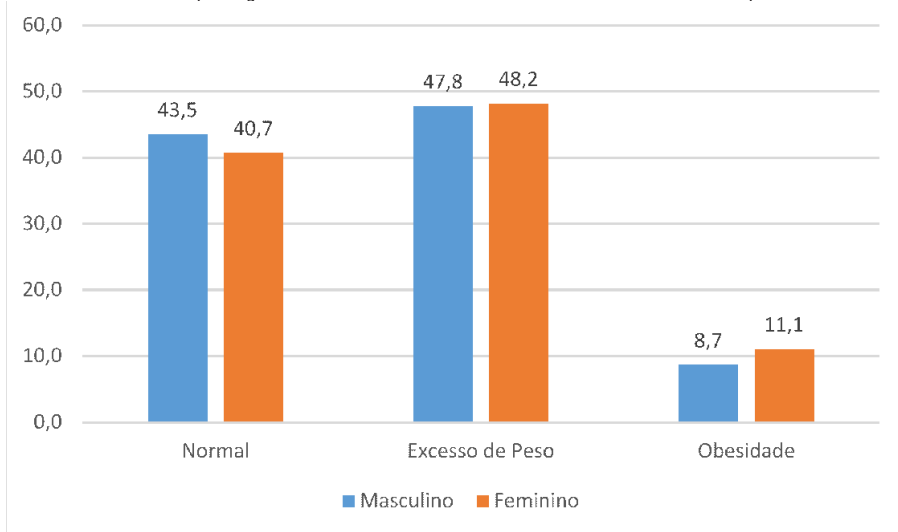
Gráfico 1 – Classificação do IMC da amostra (n=50)



Fonte: os autores.

Na classificação do IMC por sexo (Gráfico 2), observa-se uma predominância de obesidade para o sexo feminino (11,1%, n=3) em relação ao masculino (8,7%, n=2). O excesso de peso também é maior no sexo feminino (48,2%, n=13) que no masculino (47,8%, n=11). Já o sexo masculino (43,5%, n=10) apresentou maior percentual eutrófico que o sexo feminino (40,7%, n=11).

Gráfico 2 – Comparação do estado nutricional entre os sexos em percentual



Fonte: os autores.

Números elevados de crianças e jovens com excesso de peso são evidenciados tanto em escolas particulares quanto em públicas (RONQUE et al., 2005). Abrantes, Lamounier e Colosimo (2002) realizaram estudos na região Sudeste e Nordeste com crianças e adolescentes de 2 a 17 anos, em que se verificou que na região Sudeste teve maior porcentagem de sobrepeso e obesidade em crianças e um número menor de adolescentes obesos. Os autores ainda apontaram que existe uma prevalência de obesidade no sexo feminino, como se evidencia nesta pesquisa.

O estudo realizado por Giugliano e Melo (2004) com escolares entre 6 e 10 anos e a pesquisa de Costa, Cintra e Fisberg (2006) realizada em alunos entre 7 e 10 anos corroboram com os achados deste estudo, pois

se observa a prevalência de excesso de peso e obesidade no sexo feminino. Entretanto, outros estudos contrapõem os resultados apresentados nesta pesquisa, já que se verifica uma maior quantidade de obesidade (BALABAN; SILVA, 2001; RONQUE et al., 2005; SUÑE et al., 2007) e excesso de peso nos escolares do sexo masculino (RONQUE et al., 2005; SUÑE et al., 2007).

Em comparação com os estudos de Netto-Oliveira et al. (2010), Caputo e Silva (2009) e Rech et al. (2010) com escolares mais novos, com idade entre 6 e 12 anos, evidencia-se aproximação dos valores de obesidade deste estudo com os encontrados pelos autores (entre 8 e 11%); entretanto, a quantidade de alunos com excesso de peso foi maior que os apontados pelos autores (entre 13 e 20%). Esse fato é explicado pelas mudanças alimentares e na prática de atividades físicas ocorridas ao longo da vida (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Apesar de os dados apresentados serem contraditórios, observa-se uma grande quantidade de escolares com excesso de peso e obesidade, esse fato é apontado pela Organização Mundial da Saúde (2015), que afirma que a obesidade e o excesso de peso são considerados, atualmente, uma epidemia que gera enormes gastos para os cofres públicos.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar o estado nutricional dos escolares do estudo, verificou-se que os jovens apresentam valores que requerem cuidados quanto à prevalência de sobrepeso e obesidade, pois, observou-se que mais da metade dos sujeitos apresentam essas características. Com base na amostra, conclui-se que a magnitude do estado nutricional em escolares está cada vez mais semelhante entre os gêneros. Fato preocupante, já que conforme a literatura uma criança obesa tem grandes chances de se tornar um adulto obeso. Esse fato está ocorrendo pelo comportamento sedentário associado a hábitos alimentares incorretos.

Por meio deste estudo, permite-se observar que os valores de IMC para as meninas são maiores quando comparados com os dos

meninos. Evidencia-se a predominância de meninas com excesso de peso e obesidade.

Sugerem-se novos estudos, de característica longitudinal, que possibilitem um acompanhamento do estado nutricional e que investiguem os hábitos de vida dos jovens dessa faixa etária, objetivando melhor preencher essas lacunas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, M. M.; LAMOUNIER, J. A.; COLOSIMO, E. A. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste. **Jornal de Pediatria**, v. 78, n. 4, 2002.
- ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B. D.; QUAIOTI, T. C. B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Revista Saúde Pública**. Vol. 36. Num. 3. 2002.
- BALABAN, G.; SILVA, G.A.P. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de uma escola da rede privada de Recife. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 2, 2001.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAPUTO, E.; SILVA, M. C. Relação entre índice de massa corporal e participação nas aulas de educação física: uma comparação entre escola pública e privada. **Pensar a Prática**, Goiás, v. 12, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/6723/6198>>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- CONDE, W. L.; MONTEIRO, C. A. Padrão de referência, estado nutricional, crianças, adolescentes, IMC. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 82, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.jpmed.com.br/conteudo/06-82-04-266/port_print.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

COSTA, R. F.; CINTRA, I. P.; FISBERG, M. Prevalência de Sobrepeso e Obesidade em Escolares da Cidade de Santos, SP. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica**, v. 50, n. 1, 2006.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: Bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GAYA, A. et al. **Projeto Esporte Brasil**: Manual de teste e avaliação. Porto Alegre: Proesp-Br, 2012. Disponível em: <<http://www.proesp.ufrgs.br/arquivos/Manual-PROESP-BR-2012.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

GIUGLIANO, R.; CARNEIRO, E. C. Fatores associados à obesidade em escolares. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 1, 2004.

GIUGLIANO, R.; MELO, A. L. P. Diagnóstico de sobrepeso e obesidade em escolares: utilização do índice de massa corporal segundo padrão internacional. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, 2004.

GLANER, M. F. Índice de massa corporal como indicativo da gordura corporal comparando às dobras cutâneas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 11, n. 4, 2005.

LOPES, P. C. S.; PRADO, S. R. L. A.; COLOMBO, P. Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 jul. 2013.

MATSUDO, V. K. R.; MATSUDO, S. M. M. Atividade física no tratamento da obesidade. **Einstein**, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/29-43.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.

NETTO-OLIVEIRA, E. R. et al. Sobrepeso e obesidade em crianças de diferentes níveis econômicos. **Revista brasileira de Cineantropometria e desempenho humano**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n2/a01v12n2.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

OLIVEIRA, A. M. A. et al. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. **Arquivo Brasileiro Endocrinologia Metabólica**, v. 47, n. 2, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Obesity and overweight.** 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

RECH, R. R. et al. Prevalência de obesidade em escolares de 7 a 12 anos de uma cidade Serrana do RS, Brasil. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n2/a02v12n2>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

RONQUE, E. R. V. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de alto nível socioeconômico em Londrina, Paraná, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 6, 2005.

SUÑÉ, F. R. et al. Prevalência e fatores associados para sobrepeso e obesidade em escolares de uma cidade no Sul do Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 23, n. 6, 2007.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

FATORES QUE MOTIVAM OS COLABORADORES DA EMPRESA AYH COSMÉTICOS PARA O CRESCIMENTO EMPRESARIAL

Danilo Zonta*
Ana Paola Grandó**

Resumo

A motivação nas organizações está cada vez mais valorizada e exigida; é um estudo bem complexo, pois cada pessoa se motiva de uma forma diferente. Por isso, nesta pesquisa foram identificados os fatores que motivam os colaboradores da empresa Ayh Cosméticos, fazendo com que estes se sintam cada vez mais interessados para alcançar seus objetivos e ajudar no crescimento da empresa. Caracterizou-se como um estudo de caso, em que os colaboradores e a empresa foram analisados detalhadamente; foi feito um diagnóstico e, posteriormente, propostas melhorias dos problemas identificados. Com abordagem qualitativa e quantitativa, também foi utilizada a pesquisa descritiva e aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas para os colaboradores, em que foram feitos gráficos e analisados em detalhe. Para o desenvolvimento deste projeto, utilizaram-se várias citações de diversos autores os quais compõem a revisão teórica, mostrando como a motivação pode ser analisada de várias formas. E, por fim, considerou-se um resultado positivo, pois ficou claro em quais aspectos a empresa precisa melhorar, tendo respostas sinceras dos seus colaboradores.

Palavras-chave: Motivação. Fatores motivacionais. Crescimento empresarial.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se em um mundo cada vez mais globalizado, onde há uma grande exigência pela valorização do fator humano nas organizações. Essa exigência está relacionada à capacidade de lidar e enfrentar as situações cotidianas. Quando se fala em motivação humana, um dos determinantes

* fernando.bencke@unoesc.edu.br

** aninha_pg@hotmail.com

está no interior da pessoa, como os seus traços de personalidade, a sua predisposição, as suas emoções e, principalmente, as suas atitudes; isso torna o estudo da motivação muito mais complexo, pois cada pessoa tem suas próprias orientações motivacionais. É por isso que a motivação foi escolhida para ser analisada neste trabalho.

Motivação é um assunto muito complexo que possui inúmeras interferências e que depende de cada pessoa, pois estas têm necessidades variadas. Para algumas, o fator financeiro é uma forma de motivação, para outras, basta um elogio, valorização e reconhecimento por algo realizado de forma eficaz. Essa individualidade está diretamente ligada ao que cada um percebe, pensa, age e escolhe o seu comportamento, que, muitas vezes, é intencional. Nesse sentido, pretende-se responder à pergunta: quais os fatores que motivam os colaboradores da empresa Ayh Cosméticos?

Este artigo teve como objetivo geral identificar os fatores que motivam os colaboradores da empresa Ayh Cosméticos. Fatores como satisfação pessoal, reconhecimento profissional, incentivos financeiros e benefícios devem ser avaliados e propostos como forma de fazer com que os colaboradores se dediquem e lutem para atingir aos objetivos e contribuir para a eficácia organizacional, aumentando a satisfação e melhorando a qualidade de vida no trabalho. E, para isso, é preciso, primeiramente, analisar a estrutura atual da organização em relação à motivação, especificar motivação e a relação com a qualidade de vida no ambiente de trabalho, verificar o nível de motivação dos colaboradores e, por último, propor melhorias das situações identificadas, fazendo com que colaboradores e gestores da empresa se sintam cada vez mais motivados para o sucesso de ambos.

Este artigo é caracterizado como um estudo de caso que foi elaborado na empresa Ayh Cosméticos localizada na cidade de Chapecó, SC, visando identificar os fatores que motivam os colaboradores da empresa e buscar respostas ao problema existente, propondo melhorias das situações. E, para isso, foi utilizada a abordagem qualitativa e a quantitativa e a pesquisa descritiva. Para uma análise mais precisa do

assunto, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas, sendo distribuído para todos os colaboradores da empresa, respondido e entregue para a análise. Nessa análise, foram feitos gráficos para as questões fechadas, utilizando o programa Excel, e, para as perguntas abertas, foi por meio de análise de conteúdo, verificando-se perfeitamente item a item para ter uma resposta detalhada dos problemas identificados.

Além dos assuntos citados, o presente artigo apresenta uma revisão teórica com vários autores expressando suas opiniões sobre o lado humano das organizações, como a motivação pode ser analisada por diferentes aspectos, a importância da motivação para as organizações e como elas estão ligadas com a satisfação e a qualidade de vida no trabalho. Também foram citadas as teorias mais conhecidas da motivação, como a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow e a teoria dos dois fatores de Herzberg.

2 O LADO HUMANO DAS ORGANIZAÇÕES

Dentro de uma organização se deve ter uma visão humana, pois um líder não deve entender apenas de técnicas, deve entender, sobretudo, de pessoas. Para Chiavenato (2009), as pessoas são extremamente interativas, pois não vivem sozinhas, precisam ter um relacionamento constante com outras pessoas. Mas cada um tem suas limitações e, assim, são obrigados a conviver uns com os outros para formar organizações e alcançar objetivos aos quais uma pessoa isolada não teria condições de chegar. Para o autor, a vida das pessoas é influenciada pelas organizações, desde a forma em que elas vivem, trabalham, compram, vestem-se, alimentam-se etc; como também as organizações sofrem influências das pessoas, por exemplo, pelo jeito de pensar, sentir e agir destas. Mas não existem duas organizações iguais ou semelhantes, pois as organizações têm tamanhos diferentes, atuam em ramos diferentes, nos quais produzem bens ou serviços dos mais variados tipos. Além de trabalharem em ambientes diferentes, com pessoas e suas diversas

personalidades; com toda essa diversidade, todos estão trabalhando em conjunto e buscando estratégias para chegar a um objetivo.

Lawler (2003 apud DEMO, 2010) afirma que para ter sucesso empresarial é preciso tratar bem os colaboradores, e para tratar bem, é necessário ter uma gerência competente e preparada, com ideias que motivem esses colaboradores a oferecerem o melhor de si em suas funções. Mas, para isso, é preciso ter paciência, dedicação e comprometimento para transformar o ambiente de trabalho em um ambiente no qual gestores e colaboradores se respeitem. E essa maneira de “tratar bem” faz com que os colaboradores se sintam motivados a tentar alcançar o máximo de si e a se tornar grandes profissionais, o que faz bem para a empresa e para o colaborador. Para o autor, tratar bem requer muita atenção, pois para obter sucesso, as empresas precisam de novas táticas para a valorização dos colaboradores, e estes reconhecerem e assumirem as suas responsabilidades dentro da empresa.

O relacionamento entre colaboradores e gestores, assim como a qualidade de vida no trabalho são de extrema importância para aspectos motivacionais das pessoas nas organizações. Segundo Davis (apud CHIAVENATO, 1999, p. 391): “A qualidade de vida no trabalho se refere à preocupação com o bem-estar e a saúde dos trabalhadores quando estão desempenhando suas tarefas na organização.” E, tendo uma qualidade de vida ótima em seu ambiente de trabalho faz com que o colaborador esteja satisfeito. Segundo Locke (1976 apud ROTHMANN, 2009), a satisfação no trabalho se define em um estado emocional que resulta da apreciação do trabalho ou da experiência de trabalho de outra pessoa. O autor ainda diz que a satisfação no trabalho vem quando os colaboradores da empresa consideram seus trabalhos importantes. Conforme Wagner III (2000, p. 121): “Satisfação no trabalho é um sentimento agradável que resulta da percepção de que nosso trabalho realiza ou permite a realização de valores importantes relativos ao próprio trabalho.” Para o autor, a definição de satisfação se enquadra em três palavras-chave importantes: valores, importância dos valores e percepção. Para Schermerhorn Júnior (1999),

a satisfação do trabalho se define ao nível em que os colaboradores se sentem de maneira positiva ou negativa em relação ao seu trabalho.

Consoante Robbins (2010), o que leva a ter satisfação no trabalho é quando a pessoa gosta do que faz e gosta das pessoas que estão convivendo com ela nesse ambiente. Para a maioria dos colaboradores, trabalhos interessantes são aqueles que oferecem treinamento, variedade, independência e controle; isso tudo torna o colaborador satisfeito com o seu trabalho. Segundo o autor, o salário também é uma grande discussão quando diz respeito à satisfação no trabalho:

Para pessoas pobres ou que vivem em países pobres, o salário tem, de fato, correlação com a satisfação no trabalho e com a felicidade de maneira geral. Mas, uma vez que o indivíduo alcança um nível superior de qualidade de vida, a relação entre salário e satisfação no trabalho virtualmente desaparece. (ROBBINS, 2010, p. 75).

Segundo Schermerhorn Junior (1999, p. 95), “[...] a satisfação no trabalho causa um grande nível de desempenho, e o desempenho também causa um grande nível de satisfação.” Essa relação entre satisfação e desempenho foi muito discutida entre pesquisadores, pois alguns acreditavam que era um mito. Mas o autor explica que o colaborador pode se sentir satisfeito em seu emprego por estar desempenhando sua função muito bem. O autor ainda diz que o desempenho traz recompensas que, então, trazem satisfação. Para Robbins (2010, p. 79), “[...] funcionários felizes provavelmente também são mais produtivos”, as empresas com um número maior de funcionários satisfeitos serão muito mais eficientes que aquelas com um número menor de funcionários satisfeitos.

A satisfação e a motivação andam sempre juntas, pois um funcionário satisfeito com certeza estará mais motivado para as suas funções do dia a dia. Para Bergamini (1997, p. 31): “Motivação deriva originalmente da palavra latina *movere*, que significa mover.” Usando a motivação para atingir as metas traçadas, as organizações podem ter um grande aliado ao seu lado, quer dizer, motivando os funcionários

de diversas maneiras, as empresas podem tornar os colaboradores seus grandes parceiros na busca de resultados. Segundo Daft (2005), a motivação são forças internas e externas que estimulam as pessoas a chegarem a uma ação. Para o autor, estudar motivação também ajuda os gestores das empresas a analisarem o que estimula os colaboradores a começarem uma ação, por que eles escolhem essas ações e persistem nelas.

Para Bergamini (1997), a motivação é considerada um processo intrínseco, que, segundo Deci (1996 apud BERGAMINI, 1997), motivação intrínseca refere-se a uma pessoa fazer alguma atividade por prazer, ou seja, fazer uma atividade pela recompensa inerente a essa mesma atividade. Conforme a autora, quando uma pessoa está motivada, ela não vê o tempo passar, quanto mais motivada ela estiver em relação a uma atividade menos vai ver o tempo passar e, conseqüentemente, se essa pessoa não estiver motivada, o dia de trabalho vai parecer cada vez mais longo.

Para Montana (2010), os fatores motivacionais mudam conforme as diferentes fases da vida, mas vários estudos constataram muitas semelhanças quando as pessoas classificaram os fatores que mais as motivam, como, por exemplo, respeito por mim como pessoa, ótimo salário, estabilidade no emprego, etc. Segundo o autor, conforme os anos foram passando, surgiram várias teorias da motivação, e a mais antiga dizia que o dinheiro é o principal motivador, pois se a recompensa for boa, os trabalhadores produzirão mais.

Lawler III (apud CHIAVENATO, 2009) também comenta que o dinheiro pode estimular o desempenho do colaborador e a ter mais dedicação à organização. Ao contrário do autor citado anteriormente, Lawler diz que o dinheiro tem pouca potência motivacional, muitas vezes, por as organizações aplicá-lo de forma incorreta; não há uma relação consistente entre dinheiro e desempenho no trabalho. Mas, o autor cita que o dinheiro é uma das razões principais que leva as pessoas a trabalharem em uma organização:

As pessoas desejam dinheiro porque este lhe permite não somente a satisfação de necessidades fisiológicas e de segurança, mas também lhe dá plenas condições para a satisfação das necessidades sociais, de estima e de autorrealização. O dinheiro é um meio e não um fim em si. Ele pode comprar muitas coisas que satisfazem múltiplas necessidades pessoais. (LAWLER III apud CHIAVENATO, 2009, p. 59).

Diante disso, foram construídas algumas teorias as quais tentam explicar esse assunto que abrange várias discussões, que é a motivação. Entre elas estão a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow; segundo França (2002), Maslow cita a motivação como algo que nunca terá fim e é encontrado em todo o ser humano que busca a satisfação, mas que raramente será alcançada de forma completa, a não ser que seja uma satisfação de um momento em curto prazo. Quando a pessoa chega a uma satisfação, logo já está pensando em alcançá-la em outro desejo. Quando este é satisfeito, vai surgir outro e ocupar seu lugar, sendo uma característica do ser humano sempre estar desejando algo.

Segundo Montana (2010), Maslow cita cinco níveis de necessidades responsáveis pela maior parte de nosso comportamento, são elas: necessidades fisiológicas, aquelas que garantem a sobrevivência da pessoa (fome, sede, cansaço, etc.); necessidades de segurança, nas quais as pessoas buscam se proteger de qualquer perigo ou ameaça; necessidades sociais, que são relacionadas à vida social da pessoa (amizades, amor, participação, etc.); necessidades de autoestima, relacionadas com a forma à qual a pessoa se avalia, como, por exemplo, autoapreciação, autoconfiança, reconhecimento social, *status*, etc.; e, necessidades de autorrealização, que buscam a autonomia, o autocontrole e a independência das pessoas. Diferente das outras necessidades citadas anteriormente, a satisfação da necessidade de autorrealização não é gerada por outras pessoas, mas pela própria pessoa.

Outra teoria bastante conhecida é a Teoria dos dois fatores de Herzberg. Segundo França (2002), este iniciou sua teoria em 1950; seu trabalho abordava o estudo das outras teorias existentes sobre motivação.

Mas ela se tornou famosa pela forma diferenciada das outras. Herzberg elaborou uma pesquisa na qual foram entrevistadas 200 pessoas, sendo engenheiros e contadores, com a finalidade de saber o que essas pessoas querem de seus trabalhos, e, assim, pediu para que elas descrevessem em que situação se sentiam bem no trabalho e em que situação se sentiam mal. Com o resultado da pesquisa, Herzberg chegou à conclusão de que o homem tem dois blocos de necessidades, originando-se a teoria dos dois fatores: os fatores de motivação e os fatores de higiene.

Segundo o autor citado, esses dois fatores têm dimensões completamente diferentes; os fatores de motivação se relacionam com a satisfação, o que faz com que as pessoas se sintam bem, como, por exemplo, crescimento, responsabilidade, o próprio trabalho, o reconhecimento e a realização. Já os fatores de higiene relacionam-se com a insatisfação, já que fazem as pessoas não se sentirem insatisfeitas, mas não necessariamente satisfeitas, como, por exemplo, segurança, relacionamento com os colegas, relacionamento com o supervisor, salário, vida pessoal, etc.

Segundo Chiavenato (2009), os fatores motivadores são aqueles que satisfazem as pessoas pelas atividades desafiadoras e estimulantes do cargo, e os fatores higiênicos tendem a evitar a insatisfação, a qual é influenciada na função do ambiente, da supervisão e dos colegas em geral que também geram a mudança de comportamento dos colaboradores. O autor ainda cita Herzberg e conclui que para inserir mais motivação no ambiente de trabalho, é preciso um enriquecimento de tarefas, como, por exemplo, ampliar os objetivos, a responsabilidade e o desafio das tarefas apresentadas no cargo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se caracterizou como um estudo de caso feito na empresa Ayh Cosméticos, a qual passou por uma análise e também para analisar seus colaboradores, podendo, assim, diagnosticá-la para resolver o problema e propor melhorias. O questionário foi realizado

durante o período de julho a agosto de 2013. A empresa conta hoje, com oito colaboradores, em que todos foram convidados para a aplicação de um questionário, sendo este o público-alvo da pesquisa. Para uma resposta mais precisa e sincera, foi vetada a identificação deles, sendo um questionário anônimo para uma melhor coleta de dados e para os colaboradores terem certa liberdade nas suas respostas.

Tem-se como abordagens a qualitativa e a quantitativa. A abordagem é considerada qualitativa, neste trabalho, por observar a realidade da empresa, sendo mais fácil de compreender o significado das informações coletadas, buscando em vários autores suas opiniões para ter uma conclusão mais precisa. Conforme Rover (2010), a pesquisa qualitativa busca resposta ao problema identificado por meio de depoimentos, testemunho, etc., podendo fazer alterações, buscar problemas diferentes, revisar e reconstruir. E, a pesquisa quantitativa permite diferenciar-se por meio de estatísticas, as quais, segundo a autora, abordagem quantitativa é tudo o que pode se transformar em quantidade e números mediante dados estatísticos, por meio dos quais se pode ter determinação e precisão nos resultados analisados. Para o desenvolvimento deste projeto, também foi utilizada a pesquisa descritiva, com técnicas de coleta de dados por intermédio de um questionário.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário contendo quatro perguntas abertas, permitindo aos colaboradores respondê-las livremente, deixando suas opiniões sobre a empresa, obtendo-se respostas mais precisas. Também foram elaboradas 14 perguntas fechadas nas quais os colaboradores puderam escolher as respostas que mais se identificavam. Para a análise de dados, foram coletados os resultados das questões fechadas e elaborados gráficos dos resultados obtidos por meio do programa Excel. E, nas questões abertas, foi realizado uma análise de conteúdo, na qual foram observados, detalhadamente, cada item e cada opinião do colaborador para melhor diagnosticar os problemas. A seguir estão os resultados desta pesquisa.

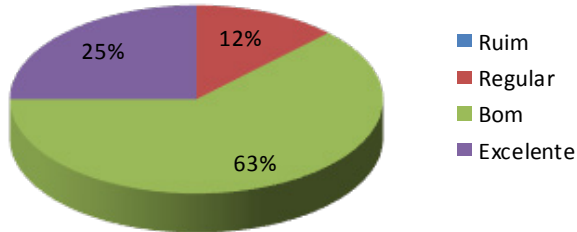
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base as informações coletadas por meio de um questionário aplicado para os colaboradores da empresa Ayh Cosméticos, foi possível visualizar que a maioria dos colaboradores é composta pelo gênero masculino: cinco colaboradores (63%), e 37% são do gênero feminino (três colaboradores). Por ser uma empresa jovem com apenas dois anos de existência, a maioria (74%) dos colaboradores está há mais de um ano na empresa, os outros 26% estão há menos de um ano. A maior parte dos colaboradores, por estar há mais tempo na empresa, concedeu respostas mais precisas e sinceras no questionário aplicado.

Também foi constatado que a maioria (75%) dos colaboradores têm ensino superior completo ou está em fase de conclusão; os demais (25%) concluíram o ensino médio. Também foi verificado que no relacionamento com os colegas de trabalho e com a chefia, os colaboradores mostraram-se satisfeitos com o tipo de relacionamento que mantêm dentro da empresa e todos responderam as alternativas “excelente” ou “bom”; nenhum colaborador assinalou as alternativas “regular” ou “ruim”. Essa questão sobre relacionamento se enquadra no terceiro nível da pirâmide das necessidades de Maslow, que é a necessidade social, a qual leva à aceitação em relação aos colegas de trabalho, amizades, participação, etc. Na necessidade social a pessoa precisa receber afeto e atenção, pois a insatisfação dessa necessidade gera solidão, fazendo com que a pessoa mude seu comportamento humano. E, com base nos resultados obtidos, afeto e atenção não faltam na empresa Ayh Cosméticos; todos os colaboradores estão muito satisfeitos com os relacionamentos que possuem com seus colegas e superiores. O relacionamento direto com o colega de trabalho afeta a satisfação do cargo e, conseqüentemente, a produtividade do colaborador, considerando que o relacionamento com seu superior também é essencial para que o colaborador se sinta cada vez mais motivado na empresa.

Gráfico 1 – Rendimento no trabalho

Em relação ao seu próprio rendimento no trabalho, você julga:



Fonte: os autores.

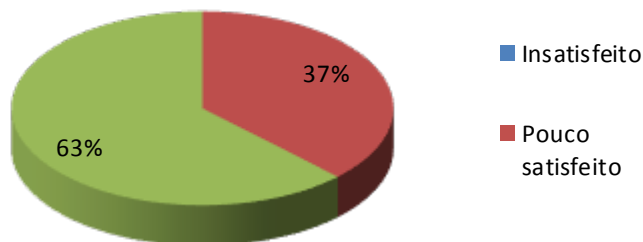
No Gráfico 1, no que se refere ao rendimento pessoal do colaborador, verificou-se que 88% dos colaboradores julgaram seu próprio rendimento bom ou excelente e apenas uma pessoa se julgou regular. Por ser uma empresa com apenas oito colaboradores, é de relevância analisar a opinião citada como regular, propondo melhorias para que os colaboradores atendam às suas expectativas. Nesse sentido, sugerem-se treinamentos com pessoas capacitadas sobre os produtos oferecidos pela empresa, para sanar todas as dúvidas dos colaboradores e estes terem mais segurança no cliente. Orientar para que criem relatórios de visitas utilizando o tempo gasto, assuntos abordados e qual é o perfil de compra do cliente. Feito isso, a empresa deverá estabelecer um prazo de entrega semanal desse relatório, para que possa ser analisado por ela e saber no que poderão ser feitas tais melhorias para aumentar o rendimento de seus colaboradores.

Em relação ao reconhecimento do colaborador, houve um resultado positivo. Com as respostas obtidas, 75% dos colaboradores responderam que estão satisfeitos quanto ao reconhecimento pelo seu trabalho, e 25% responderam que estão muito satisfeitos, não tendo nenhuma resposta negativa, pois, funcionários satisfeitos e tendo reconhecimento pelo seu trabalho desenvolvem suas atividades melhor, com mais motivação no dia a dia. Quanto ao cumprimento de deveres por parte da chefia, 63% dos colaboradores se mostraram muito satisfeitos

e 37% se mostraram satisfeitos, o que significa que seu superior tem demonstrado capacidade em assumir as responsabilidades do dia a dia. E, em relação à remuneração dos colaboradores, todos demonstraram estar satisfeitos; tendo um resultado de 87% satisfeitos e 13% muito satisfeitos; também não se obtiveram resultados negativos.

Gráfico 2 – Benefícios oferecidos pela empresa

Quanto aos benefícios oferecidos pela empresa (comissões, etc.) você está:



Fonte: os autores.

Um dos problemas apontados no questionário foi quanto aos benefícios oferecidos pela empresa: 63% dos colaboradores mostraram-se satisfeitos e 37% pouco satisfeitos; considerando a quantidade de colaboradores, esse é um resultado negativo. Foram analisadas também as questões abertas do questionário, e se percebeu que alguns dos colaboradores citaram benefícios como ajuda de custo com gasolina, plano de saúde e cartão alimentação. Com essa análise, percebe-se que esses colaboradores não estão satisfeitos nesse quesito, e um colaborador não satisfeito, muitas vezes, desmotiva-se a cada dia. Segundo Bergamini (1997), uma pessoa motivada certamente produzirá estímulos cada vez mais positivos e promissores, enquanto uma pessoa desmotivada produzirá estímulos negativos e terá maiores dificuldades para encarar a realidade.

E, para melhorar essa situação, sugere-se que a empresa invista mais em benefícios para seus colaboradores, trazendo mais motivação

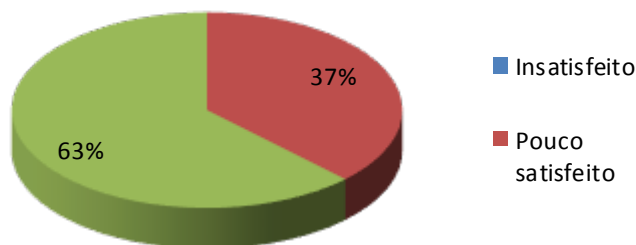
e mais resultados positivos para a empresa. Por isso, a empresa deve inovar, criar prêmios em dinheiro para o colaborador em destaque, criar um nome como, por exemplo, “vendedor do ano”, o colaborador que vender mais durante o ano irá ganhar uma viagem para um lugar “x” com acompanhante, estimulando esse colaborador a buscar mais resultados, e, com esses resultados aparecendo, irá se motivar cada vez mais. Outra ideia é analisar melhor as sugestões dos colaboradores no questionário aberto, como já citado, para investir em plano de saúde, cartão alimentação e ajuda de custo com gasolina; para isso, é preciso ver se a empresa tem condições de investir de imediato ou apresentar um projeto para os próximos anos com as metas que deseja alcançar, além de deixar a empresa mais transparente e clara para que os colaboradores possam entender a sua ideia e o quanto ela valoriza seus colaboradores. Sugere-se, também, implantar uma remuneração por metas alcançadas, fazendo com que o colaborador se motive cada dia mais para alcançar um resultado melhor, mas, para isso, a empresa deve sempre conscientizar o colaborador de que é preciso comprometimento e empenho para que possa obter sucesso em sua carreira. Segundo Chiavenato (1999), os benefícios são vantagens que as organizações proporcionam aos seus colaboradores para estes pouparem preocupações ou esforços. Alguns desses benefícios são obrigatórios e outros é a empresa que proporciona, visando oferecer aos colaboradores uma base para a satisfação de necessidades pessoais.

No Gráfico sobre a motivação no trabalho, observou-se que 100% dos colaboradores se encontram satisfeitos, o que é relevante, pois colaboradores motivados se tornam grandes parceiros da organização para a busca de resultados e crescimento empresarial. Quanto à motivação da equipe de trabalho, os colaboradores também mostraram um resultado positivo; 62% estão satisfeitos e 38% muito satisfeitos, um resultado excelente para a empresa, mostrando que os colaboradores conseguem trabalhar em equipe, para o crescimento de ambos com um único objetivo. Em relação à satisfação no trabalho, 87% dos colaboradores encontram-se satisfeitos e 13% muito satisfeitos, também trazendo outro resultado

positivo para a empresa; o colaborador satisfeito sente-se valorizado, sente-se bem em fazer parte da empresa e com quem convive dentro dela.

Gráfico 3 – Treinamentos e reuniões

Em relação a treinamentos e reuniões oferecidos pela Ayh Cosméticos, você está:



Fonte: os autores.

Outro problema identificado no questionário foi em relação aos treinamentos e reuniões oferecidos pela empresa, visto que 63% dos colaboradores se mostraram satisfeitos, mas 37% se mostraram insatisfeitos, o que, considerando-se a quantidade de colaboradores, é um resultado negativo. Conforme Goldstein (1991 apud ABBAD; LACERDA, 2003), treinamento é um investimento de conhecimentos, atitudes, regras, conceitos e habilidades para um melhor desempenho no trabalho.

Sabe-se que a motivação está ligada pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais e, analisando os resultados tanto das questões fechadas quanto das abertas, percebe-se que treinamentos e reuniões são necessidades dos colaboradores para poder melhorarem seu rendimento no trabalho.

Segundo Robbins (2010), o que leva à satisfação no trabalho é quando a pessoa gosta do que faz e das pessoas que estão convivendo com ela no ambiente de trabalho. Para a maioria dos colaboradores, trabalhos interessantes são aqueles que oferecem treinamento, variedade, independência e controle, isso tudo torna o colaborador satisfeito com o seu trabalho. Para isso, sugere-se que a empresa insira a ideia de compartilhamento de informações, mais comunicação entre

colaboradores e chefe, também buscar seguir o seu planejamento, fazendo reuniões uma vez por semana para que sejam expostas todas as ideias e sugestões, a fim de que os colaboradores também exponham suas ideias; também é uma ótima forma de saber como foi a semana. Por ser uma empresa em que a maioria dos colaboradores trabalha com vendas externas, reuniões são uma ótima forma de trocar experiências sobre clientes e para o superior da empresa ficar informado sobre o que acontece nas visitas, se o cliente está satisfeito com o trabalho realizado e com os produtos. Isso vai fazer com que o colaborador se sinta mais seguro com seus clientes e que fique atualizado do que está acontecendo dentro da empresa.

Outra ideia é fazer uma reunião mais elaborada a cada mês para mostrar os resultados obtidos e saber quais as dificuldades de cada colaborador para poder analisá-las e extingui-las. E, para que os colaboradores possam compartilhar algumas opiniões, sugestões e críticas sobre a empresa sem precisar se expor, sugere-se que esta crie um programa para isso ou insira uma espécie de “urna” na loja, pois, assim, cada colaborador pode explorar o que pensa; com isso, a empresa pode obter muitos resultados positivos, pois a partir desse programa é possível expor ideias criativas e inovadoras para o futuro da organização.

A empresa também deve investir no lado humano do colaborador, e, como foi observado no Gráfico 3, e nas questões abertas, vários colaboradores responderam que precisam de mais treinamentos ou palestras motivacionais. Por isso, sugere-se que a empresa faça uma palestra motivacional a cada semestre, trazendo profissionais de fora para que os colaboradores se sintam, além de valorizados, motivados para o alcance de suas metas, e também para que os superiores conversem mais sobre motivação, expondo todos os pontos positivos e negativos da empresa, para que possa aprimorar o que é positivo e analisar o que está ocorrendo de negativo. Sugere-se, também, trazer palestras sobre vendas, atendimento ao cliente, perfil do cliente, ética profissional, como o colaborador deve se portar diante do cliente e de algumas situações, o que se deve fazer e o que não se deve fazer diante do cliente.

É muito importante a organização satisfazer seu colaborador antes de chegar ao cliente, já que a qualidade máxima de uma organização depende muito do potencial de seus colaboradores, pois eles são a cara da empresa, estão se apresentando com o nome da empresa, por isso esse investimento é fundamental para a satisfação e a fidelização do cliente e para a segurança de seu colaborador. O que a empresa precisa fazer também é parcerias com seus fornecedores para que estes, sem custo algum, ou com um custo menor, ofereçam treinamento mensal para os colaboradores sobre os produtos oferecidos, para tirar todas as dúvidas possíveis, e para os colaboradores poderem discutir situações cotidianas e perguntas do dia a dia de seus clientes; isso certamente mostrará mais confiança para um atendimento eficaz.

Em relação aos elogios e ao reconhecimento pelo trabalho realizado, 63% dos colaboradores responderam que sempre recebem elogios e são reconhecidos e 37% responderam “às vezes”. Nesse caso, é essencial um retorno da empresa para o colaborador visando à satisfação e à motivação dele. A empresa terá que desenvolver melhor isso, pois um simples elogio poderá trazer resultados muito positivos para os colaboradores, parabenizando-os por uma meta alcançada ou um trabalho bem feito. São esses pequenos detalhes que podem fazer uma grande diferença para a vida do colaborador e, principalmente, para o crescimento da empresa.

Toda essa análise se encaixa na motivação e na qualidade de vida no trabalho, que, segundo Bitencourt (2004), refere-se a tudo o que as pessoas vivem em seus ambientes de trabalho ou em suas vidas, ou seja, a motivação e a qualidade de vida no trabalho estão extremamente ligadas. Se o ambiente de trabalho não estiver bom ou o colaborador da empresa não estiver satisfeito com as suas tarefas, com certeza, não estará motivado para alcançar seus objetivos.

Para Bergamini (1997), a motivação tem comportamentos variados. As pessoas pensam de um modo bem diferente, cada uma tem seu interesse e sua razão, e, é nessa diversidade que se buscam informações sobre o comportamento motivacional das pessoas. A autora

cita que um dos objetivos da motivação é a busca por uma explicação mais precisa sobre a razão, que faz as pessoas agirem, pois existem várias razões que explicam uma simples ação. Tudo isso tem relação com a personalidade das pessoas, a emoção, as atitudes e as crenças; é com essas diversidades que cada pessoa busca se motivar de uma forma diferente, não é fácil compreender a outra, pois cada pessoa tem o seu objetivo e faz aquilo que lhe proporciona satisfação, sendo uma coisa própria apenas daquela pessoa. Por isso, é importante os gestores das empresas cuidarem do ambiente organizacional para proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus colaboradores, pois o trabalho deixou de ser um local no qual somente existe a execução de tarefas; o trabalho proporciona comprometimento, realização, motivação, como também pode proporcionar o *stress*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível compreender o quão é importante a motivação dos colaboradores dentro de uma organização, pois o sucesso profissional e o crescimento empresarial dependem, obrigatoriamente, de pessoas, da forma como os colaboradores estão se relacionando na empresa, tanto com seus colegas de trabalho quanto com seus superiores, da união da equipe, da qualidade de vida no trabalho, das várias formas que fazem as pessoas se motivarem cada dia mais para garantirem o crescimento e o sucesso da organização. Por isso, este trabalho superou todas as expectativas, tendo um resultado muito positivo, mostrando que as empresas devem investir cada vez mais no lado humano da empresa.

O presente trabalho procurou avaliar quais fatores motivam os colaboradores da empresa Ayh Cosméticos, fazendo com que eles respondessem a um questionário, em que, posteriormente, foram tabulados todos os dados para avaliar os objetivos propostos. Esses objetivos foram todos alcançados, significando que corresponderam a todas as expectativas, pois foi possível, com vários autores citados na revisão teórica, esclarecer o significado de motivação, compreendendo a

importância desta em uma organização. Também se verificou por meio do questionário, quais os fatores que motivam os colaboradores da empresa, considerando que cada pessoa se motiva de uma maneira diferente da outra. Percebeu-se que os problemas identificados foram parecidos para a maioria dos colaboradores, entre eles os mais citados e agravantes foram a falta de treinamentos, reuniões e benefícios oferecidos pela empresa. Considerando esses problemas/fatores que possam influenciar na motivação do colaborador, foram feitas propostas de melhorias com o objetivo de que a empresa e o colaborador analisem e trabalhem juntos para se sentir cada vez mais motivados e alcançar os seus objetivos.

Em relação à empresa pesquisada, foi possível analisar as falhas com o questionário aplicado em relação à motivação. Percebeu-se, também, que os colaboradores têm um relacionamento fantástico com seus colegas de trabalho e com seus superiores; nas perguntas abertas a maioria citou que está feliz em trabalhar na empresa pela amizade, pelo companheirismo e pelo ótimo ambiente de trabalho proporcionado pela empresa, e essa união e satisfação são uns dos fatores essenciais para que esses colaboradores se sintam cada vez mais motivados. Outro fator positivo foi em relação ao reconhecimento no trabalho, ao cumprimento de deveres por parte do superior, à remuneração e à própria motivação, e a satisfação no trabalho foi avaliada pelos colaboradores positivamente.

Concluiu-se que existem vários fatores motivacionais dentro da organização, sendo eles positivos ou negativos. Os fatores negativos foram identificados por meio do questionário, e foram propostas melhorias para que eles sejam substituídos por positivos, e os fatores positivos somente tendem a melhorar a cada dia para o crescimento da empresa. É importante ressaltar que passamos a maior parte do tempo de nossas vidas dentro de uma empresa, e, para isso, ela precisa ser um lugar seguro, onde tenha qualidade de vida, o ambiente proporcione momentos bons, possamos nos sentir bem, ser valorizados e usufruir da satisfação em trabalhar na empresa que esta seja transmitida para os clientes e os colegas de trabalho. Tudo isso está ligado à motivação no trabalho; são fatores que têm que ser indispensáveis em uma empresa, pois um

colaborador motivado faz com que o ambiente de trabalho seja melhor, faz com que os outros colaboradores também se motivem e trazem resultados positivos para a empresa, proporcionando o seu crescimento.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G., LACERDA, É. R. M. Impacto do treinamento no trabalho: investigando variáveis motivacionais e organizacionais como suas preditoras. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, n. 4, out/dez. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000400005>>. Acesso em: 29 out. 2013.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BITENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Thomson, 2005.

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANÇA, A. C. L. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

MONTANA, P. J. **Administração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROTHMANN, I. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ROVER, A. **Metodologia da pesquisa**. Joaçaba: Unoesc Virtual, 2010.

SCHERMERHORN JUNIOR, J. R. **Fundamentos de comportamento organizacional**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

WAGNER III, J. A. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

O MODELO TEÓRICO DE CAMPO: A PROPOSTA FUNCIONAL DA PSICOLOGIA NATURALISTA

Patrick Zawadzki*

Resumo

O objetivo deste artigo é trazer à realidade brasileira, e à língua portuguesa, a proposta geral e naturalista sobre os fenômenos psíquicos do filósofo e psicólogo catalão Josep Roca i Balasch. A característica principal consiste em oferecer uma opção teórica aos modelos cognoscitivo, cibernético e de sistemas vigentes na sociedade. Sua proposta parte do conceito de causa ou da relação funcional como base para o desenvolvimento do campo psicológico e leva ao entendimento de que a ciência mais básica e fundamental é o próprio estudo das causas. O modelo teórico de campo psicológico apresenta um discurso educativo potente, permite desenvolver tecnologias por meio dos fatores de campo, sem perder de foco a dimensão qualitativa, quantitativa e evolutiva dos fatores que envolvem a psique, e, ainda, situa o seu estudo em um espaço bem demarcado dentro do variado campo científico.

Palavras-chave: Psicologia naturalista. Modelo teórico de campo. Josep Roca.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia apresenta vários perfis, dois deles são fundamentais: o perfil científico e o perfil tecnológico. O primeiro se ocupa em definir o funcionamento psicológico, incluindo os temas filosóficos relacionados a cada objetivo proposto. O segundo estuda as aplicações e as técnicas em contextos ambientais e situacionais, com um caráter maioritariamente educativo e terapêutico. Como em várias situações esses dois perfis se

*Doutorando em Educação Física, Atividade Física e Esporte, pela Universidade de Barcelona, Mestre em Psicologia do Esporte, pela Universidade Autônoma de Barcelona. Mestre em Atividade Física, Exercício e Esporte, pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunya, Professor do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

mesclam, representam a dupla vertente da atividade científica psicológica: a da produção de conhecimento sobre a psique e a da produção de tecnologias para a aplicação (CAPARRÓS, 1984).

O predomínio e interesse atual sobre a aplicação de tecnologias no desenvolvimento da ciência psicológica coloca em desuso o debate teórico. Em parte causada pela perplexidade diante de tanta literatura psicológica desconexa produzida. Isso sugere uma necessidade de soluções aos problemas conceituais que respondam ao que se entende por psique, mente, ou inclusive, sobre o questionamento da existência da psicologia como disciplina científica.

Partindo do entendimento de que a psicologia não se define pelos campos aos quais os seus conhecimentos podem ser aplicados, mas pelos fenômenos aos quais estuda, a abordagem passa a ter um sentido funcional. A psicologia funcional e naturalista pretende fazer uma representação de tudo o que caracteriza essencialmente a psique. Seu objetivo é chegar a afirmações válidas para entender todas as suas variantes psíquicas individuais. Com frequência, vê-se essa definição também apontada pelas correntes da psicologia básica ou teórica (ROCA, 2012).

Os psicólogos com uma maior característica funcionalista se encontraram limitados na sua concepção geral da psicologia. Pavlov (1976), Watson (1976) ou Skinner (1953) foram psicólogos que tinham como objetivo primário a definição objetiva do comportamento psicológico e como secundário, definir os fatores ou variáveis que o alteravam, principalmente em uma ordem quantitativa. Hull (1943) foi um psicólogo que centrou o tema da busca quantitativa na formulação de leis, seu objetivo era homologar uma via de caráter científico para a disciplina psicológica. Já os psicólogos da linha de Vygotsky (1977, 1979) enfatizaram a determinação eficiente social na compreensão da mudança evolutiva da psique e, inclusive, da própria consciência individual.

Os modelos teóricos que mais se assemelham com essa proposta e são utilizados como base para sua estrutura são os de Köhler (1967) e de Kantor (1978). Esses modelos contemplavam a dimensão quantitativa como fundamental para a construção de uma ciência psicológica normal

e formularam a base do modelo de campo intercondutual com a proposta de um conjunto de conceitos descritivos. Ribes e López (1985) e Roth (1984) são exemplos de autores que seguiram essa linha.

Entretanto, Roca (2006) apontou nesses entendimentos a falta de uma concepção causal geral na ciência psicológica, fato que se levado a cabo permitiria abarcar a psique em toda a sua complexidade funcional. Principalmente, porque nos modelos anteriores, os aspectos como a definição dos fenômenos, a concepção dos determinantes materiais e a não inclusão dos determinantes finais e eficientes no campo psicológico, obrigam uma reformulação e ampliação daquelas propostas. Por essa razão, concebeu um sistema de explicação geral e integrador, com uma ênfase especial na noção de causa como relação funcional.

O presente trabalho pretendeu resumir os principais pontos do seu trabalho, que pode ser visto em suas obras publicadas durante mais de 30 anos, entre 1983 e 2013, apontados nas referências. Suas linhas primas são apresentadas a seguir.

2 MODELO TEÓRICO DE CAMPO PSICOLÓGICO

La psicologia és l'estudi de la psique, i la psique es defineix com la funcionalitat associativa – en qualitat, quantitat i evolució – que significa l'adaptació dels organismes a les funcionalitats físico-química, vital i social que presideixen la seva existència. (ROCA, 2007b, p. 6).

A psicologia, de acordo com Roca (2007b, p. 6), “[...] é o estudo da psique, e a psique é definida como a funcionalidade associativa, tanto em qualidade e quantidade como em evolução, o que por sua vez significa a adaptação dos organismos às funcionalidades físico-química, vital e social que presidem a sua existência.” Essa definição comparte os supostos teóricos de campo defendidos desde a perspectiva da psicologia da Gestalt e a sua

premissa amplia a possibilidade de adotar o fenômeno psicológico em sua total complexidade.

Roca (2006) aponta que vários conceitos são apresentados nessa definição, e se faz necessário explicá-los em linhas gerais. O primeiro, o conceito de campo, já foi e continua sendo debatido e utilizado em diversas ciências. Sua concepção, basicamente, permite embasar a teoria nas propriedades do campo e não nas propriedades dos elementos, substâncias ou fenômenos. São exemplos do pensamento em campo: a disputa entre os modelos de movimentos dos corpos entre Aristóteles e Galileu; as forças do campo eletromagnético de Faraday e Maxwell; e a eletrodinâmica dos corpos proposta por Einstein e Infeld (NERSESSIAN, 1992).

O autor aponta que o conceito de psique é tão natural quanto pode ser o de vida ou matéria. Contudo, ressalta-se que igualar os conceitos de psíquico ao de espírito trouxeram diversos prejuízos historicamente (ROCA, 2007). Da mesma forma, utilizar a palavra mente é desmembrar o conceito de psique já que este é mais amplo, e por tanto, torna-se facilitador da definição do universo de fenômenos dentro da psicologia (ROCA, 1993).

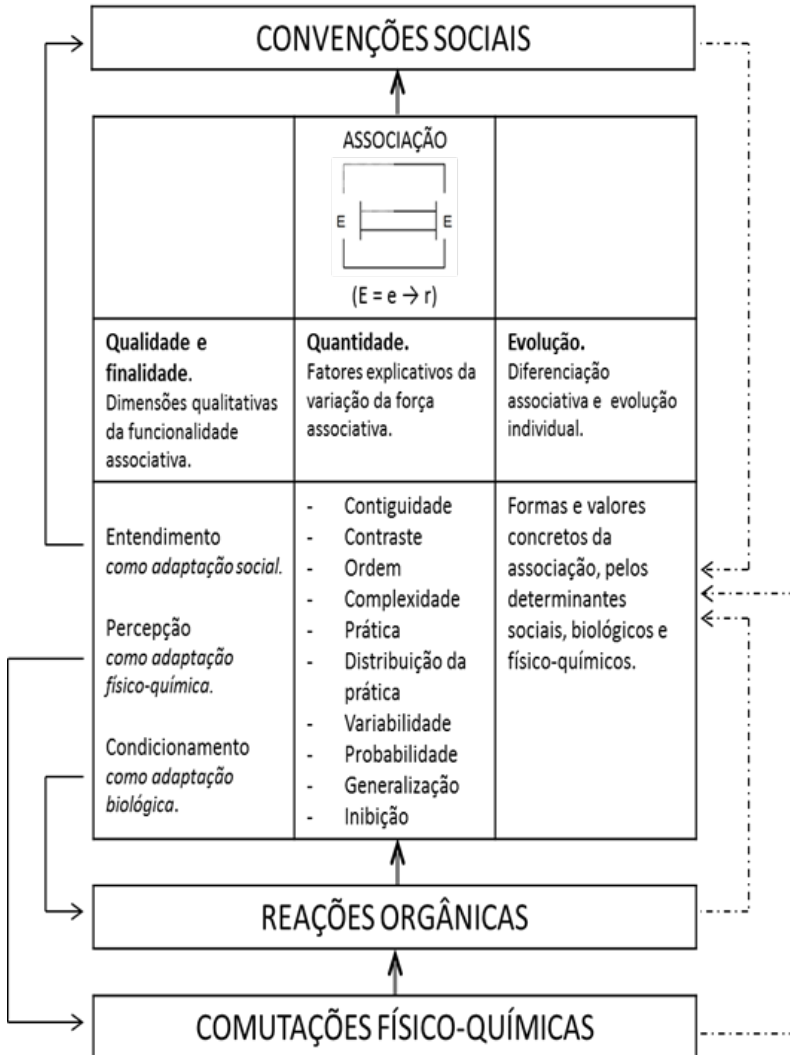
Como sinônimo de animação, apresenta-se o conceito de funcionalidade. Partindo da afirmação de que a natureza pode ser concebida, cientificamente, como um conjunto integrado de animações, entende-se a psicologia inserida plenamente no discurso científico.

Roca (2001) define que enquanto o conceito de associação é o distintivo da animação psíquica ou do nível funcional psicológico, ele se caracteriza como a relação construída entre reações orgânicas ou vitais, que, por sua vez, são diferentes daquelas relações comutativas da física, das relações reativas da biologia e das relações convencionais da sociologia. O conceito de relação funcional é chave por ser sinônimo de causa e, assim, compartilha a ideia de que a ciência básica e mais fundamental consiste no estudo das causas.

A concepção das causas Aristotélicas (formal, final, material e eficiente) é muito mais que um discurso filosófico de referência. Permite

que se entenda o conceito de campo, dentro da ciência teórica, como a concepção integrada das causas ou das relações funcionais. Roca (2007b) aponta que o seu Modelo Teórico de Campo utiliza cinco causas no marco da ideia de estrutura funcional, sua representação resumida pode ser vista no Esquema 1.

Esquema 1 – Representação geral do campo psicológico



Fonte: adaptado de Roca (2007b).

A primeira causa é a formal. Refere-se à relação funcional no nível em que cada ciência destaca em seu labor com a conduta humana e com o funcionamento da natureza. No caso da psicologia, segundo Roca (2006), essa é a relação associativa. E pode ser vista destacada no segundo quadro, de cima para baixo, no Esquema 1, referente ao campo psicológico. No esquema inserido naquele quadro, essa causa está representada pelas linhas que unem os elementos participantes (E). De modo heurístico, as linhas desenhadas representam os diferentes tipos de associação: as que ocorrem entre elementos e as que ocorrem entre valores de elementos; e, ainda, as que ocorrem no tempo e no modo, desenhadas com as linhas cheias no início e pontilhadas no final. Esse sentido abstrato admite um desmembramento funcional e paramétrico e identifica uma singularidade de relação que pode ser traduzida em conceitos mais concretos que englobem todos os fenômenos psicológicos básicos. Dessa forma, Condicionamento, Constância e Configuração Perceptiva, Percepção do Tempo e do Espaço, Conhecimento e Interpretação Cognoscitiva tornam-se cabíveis de definição partindo da associação.

A segunda causa é a material. É aquela de dependência funcional dos elementos psíquicos com os elementos biológicos, explica a psique a partir da existência de um organismo. Cada reação orgânica é a causa ou a condição material para a existência da associação. No Esquema 1 está representada pela letra “E”, significa o elemento que representa uma ou mais reações orgânicas ($e \rightarrow r$).

A terceira causa é a final. Representa a adaptação ao meio, ou aos três universos funcionais: vital, material e social. A partir do seu nascimento cada organismo constrói seus condicionamentos, percepções e entendimentos, estes representam uma dimensão qualitativa dos fenômenos psicológicos mais básicos, e estão representados pelas linhas contínuas à esquerda do Esquema 1.

A quarta causa é o “fator” ou “variável”. Ambos os conceitos representam a força ou a variação da relação associativa, são classificados de maneira funcional em três grupos: Fatores Estruturais, Fatores Históricos

e Fatores Situacionais. Esses fatores são percebidos em diferentes práticas científicas da psicologia e, à razão disso, são referidos na maioria das teorias vigentes, apesar de apresentarem nomes e valorações diferentes. É possível apreciá-los no Esquema 1 dentro da dimensão quantitativa. Além disso, a classificação e suas relativas definições e leis podem ser vistas na Tabela 1.

A quinta causa é a eficiente. Com frequência, essa causa recebe o nome de determinante. É a relação de dependência funcional dos fenômenos psicológicos básicos (condicionamento, percepção e entendimento), com os fatores de campo, com as dinâmicas funcionais social, biológica e físico-química. Essa é a relação que permite explicar a funcionalidade da psique em cada indivíduo. No Esquema 1, está representada pelas linhas descontínuas na margem direita.

Essa última causa completa o modelo proposto por Roca (2006), as quatro primeiras permitem uma definição qualitativa e quantitativa, enquanto essa última oferece uma explicação da singularidade como esses fenômenos são apresentados a cada indivíduo e, também, uma maneira de explicar sua evolução durante períodos determinados ou ao largo da sua existência.

É importante perceber no Esquema 1, que os fenômenos biológicos são a base material dos psicológicos, como exemplo, pode-se afirmar que não haverá percepção se não houver sensação. Os fenômenos psicológicos, por sua vez, são a base para os sociológicos. Ao mesmo tempo, Roca (2007a) afirma que o ajuste da função associativa volta a colocar em relação de dependência funcional os fenômenos psicológicos com outros fenômenos naturais. E, ainda, a determinação eficiente mostra como os fenômenos básicos dependem, também, daquelas mesmas funcionalidades em outra ordem de dependência.

Tabela 1 – Fatores do campo psicológico: definições e leis.

DEFINIÇÕES GERAIS DOS FATORES OU VARIÁVEIS PSICOLÓGICAS	FORMULAÇÃO GERAL DAS LEIS PSICOLÓGICAS
Fatores Estruturais	Leis estruturais
Contiguidade: proximidade relacional entre elementos de uma associação.	Para maior aproximação, maior o incremento da força associativa.
Complexidade: número de reações que compõem a atividade relacional.	Para um maior número de relações, maior a dificuldade da ocorrência de associação.
Disparidade: separação ou contraste entre os elementos de uma associação.	Para um maior contraste, maior a força da associação.
Ordem: disposição regular dos elementos que compõem uma associação.	Para uma maior regularidade, maior a força da associação.
Fatores Históricos	Leis Históricas
Prática: número de vezes que uma associação é repetida.	Para um maior número de repetições, maior a força da associação.
Distribuição da prática: presença de períodos de tempo entre as práticas.	Para uma distribuição temporal mais ampla, maior a força da associação.
Variabilidade: grau de consistência na apresentação dos elementos de uma associação.	Para uma maior consistência, maior a força da associação.
Probabilidade: proporção de aparição de um elemento a respeito de outro(s).	Para uma maior proporção, maior a força da associação.
Fatores Situacionais	Leis Situacionais
Generalização: separação de um elemento da associação a respeito da sua posição habitual.	Para uma maior separação, menor a força da associação.
Inibição: presença de um elemento estranho a respeito de uma associação ou ausência de um elemento habitual.	Para a existência de um elemento estranho ou a sua ausência, menor a força associativa.

Fonte: adaptada de Roca (1999).

2.1 O CONCEITO DE CAMPO COMO ALTERNATIVA AO DE SISTEMA

Os conceitos de estrutura e de sistema, de acordo com Roca (2007b), são aplicados com frequência na ciência atual, de tal maneira que parecem atrativos, mesmo que os sentidos que lhes são dados sejam cada vez mais diversos. A cada dia surgem vários tipos de representações de fenômenos, por forma de diagramas e esquemas, que mostram como os conceitos estão conectados. Entretanto, mais que contribuir a uma teoria geral dos sistemas, como desejava Bertalanffy (1976), essas propostas acabam tendo uma aproximação descritiva, e não funcional, impossibilitando tornar todos esses conceitos integrados.

Roca (1988) assinalou que para a Psicologia essa tendência não ofereceu grandes avanços. Na linha de atuação cognoscitiva, com psicólogos como o próprio Piaget, surgiram formulações claramente especulativas sobre entidades e mecanismos mentais, acentuando o dualismo mente-corpo, o que tornou a própria Psicologia incompatível com uma ciência multifuncional de cunho naturalista.

Os conceitos de estrutura e de sistema que foram formulados em termos de padrões funcionais despertaram mais interesse porque evitam cair vítimas das metáforas mecanicistas e abrem concepções mais dinâmicas e interativas, característica própria do que deveria ser uma ciência natural (ROCA, 2001). Também permite ampliar a discussão quando se pensa nas abordagens terapêuticas humanistas (VALDUGA; HOCH, 2010). No primeiro sentido, o modelo de campo apresentado é claramente estrutural e sistêmico, permite que se avancem as formulações gerais da ciência com conceitos integradores. Sem fazer menção óbvia de que esse objetivo não pode ser atendido sem que seja possível observar a globalidade da estrutura ou do sistema de relações que se apresenta para discussão.

A concepção do modelo de campo, revisado e resumido aqui, está desenhado para a psicologia e para a ciência. De forma ampla, é um modelo que incorpora o conceito de causa de uma maneira firme e sólida

como um conceito comum para conceituar as relações de todos os níveis funcionais junto com sua interdependência.

Voltando ao Esquema 1, é possível observar que as cinco causas mencionadas oferecem uma visão da estrutura funcional dos fenômenos psicológicos, mas também, ao mesmo tempo observa-se que essas cinco causas podem ser desenvolvidas nos outros níveis funcionais (físico-químico, biológico e social). Essa formulação permite abranger a diversidade e a unidade funcional, o que significa que com as mesmas cinco causas se englobam todos os fenômenos naturais, utilizando-as como o sistema de relação comum.

2.2 O CONCEITO DE APRENDIZAGEM DESDE O MODELO DE CAMPO

A origem de “aprender”, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa remonta do latim *apprehendere*, que significa agarrar, apoderar-se, compreender. Já a origem da palavra “aprendizagem” possui raiz provida do francês *apprentissage* e possui dois significados: o primeiro se refere ao ato ou efeito de aprender; o segundo, sinônimo de aprendizado, significa o tempo durante o qual se aprende ou a experiência que tem quem aprendeu.

Esse é um conceito que está presente em todo o âmbito psicológico e educativo com as pertinentes adjetivações segundo a terminologia tradicional. Nessa linha, é possível referir-se à aprendizagem por condicionamento, aprendizagem perceptiva, aprendizagem motora ou, ainda, aprendizagem social, além é claro das suas derivações, como a aprendizagem psicomotora ou aprendizagem psicossocial (ROCA, 2013). Entretanto, esses últimos términos se tornam redundantes porque o local em que ocorreria a aprendizagem seria a própria psique; seguindo essa lógica, mais dualismos são criados.

Partindo do princípio geral em que a conduta psíquica constrói a vida de cada organismo particular, a aprendizagem e a conduta psíquica tornam-se, assim, sinônimos. O que acontece é que, normalmente, o término da aprendizagem é utilizado dentro da categoria de efeito, a

qual seria a descrição do fato de que houve certa orientação psicológica. Não obstante, também é utilizado dentro da categoria de processo, no qual se descrevem as fases da construção da orientação psíquica. Essas duas formas são tradicionalmente encontradas quando o princípio é aplicado e, por sua vez, são completamente compatíveis com o uso da aprendizagem em categorias de comportamento e relação, como seria o caso do comportamento construído (ROCA, 2006).

Assim, é importante mencionar um dos seus aspectos relacionados à categoria de processo. Como indica Kantor (1978), tratar sobre aprendizagem significa a ocorrência de uma programação para o estabelecimento de comportamentos. Estes deveriam ser conhecidos e almejados, já que “[...] o conhecimento desempenha função vital na dialética fundamental da sociedade.” (GELATI, 2009, p. 85).

A definição do conceito de aprendizagem enfoca a necessidade de postular que determinadas situações psicológicas comportam que alguém as coloque de tal maneira que instaure um comportamento. Normalmente, os educadores preparam os elementos para que ocorra uma nova adaptação, com a finalidade que for, e logo, esta acontece em uma determinada ordem segundo os critérios educativos e as mesmas condições concretas de aprendizagem.

Logo, para saber se houve aprendizagem, aplicam-se avaliações. E é quando, então, surgem divergências entre conteúdos ministrados e conteúdos aprendidos; o significado e a função da avaliação devem estar associados ao seu conceito de causa ou relação funcional. Autores como Vitório e Damazio (2012) e Forner e Trevisol (2012) dedicaram uma atenção especial sobre a qualidade e as percepções de todos os envolvidos nesse processo e apontam a existência de uma lacuna que deve ser melhor compreendida entre o conhecimento adquirido e o que se espera avaliar.

Surdi e Kunz (2007), no caso da Educação Física, relatam problemas similares da falta de relação funcional quando a preparação dos professores passa por uma formação voltada para a técnica esportiva, relatam que todo o processo resulta pouco humano. Quando se volta a pensar a partir da estrutura de causa proposta pelo modelo de campo,

pode-se desenvolver aquele modelo com problemas ajustando a técnica à sua causa, ou seja, à solução do problema ao qual foi concebida. Nesse caso, respeito à situação esportiva na qual está inserida.

Nesse sentido, muitas situações experimentais introduziram a programação como parte da sua pesquisa e originaram o que se chama de psicologia da aprendizagem, além de atuar como fontes concretas de aplicações no processo geral de ensino-aprendizagem (ROCA, 1983, 1984a, 1984b, 1989). Exemplos disso também podem ser encontrados nos trabalhos apresentados por Catania (2009), nas linhas gerais onde apresenta as formas de ocorrência da aprendizagem, ou do estabelecimento de associação entre elementos de um comportamento, sem e com palavras. Ou, ainda, no caso da aprendizagem perceptiva por meio do estudo dos indícios perceptivos propostos por Zawadzki e Roca (2010, 2012) para antecipar a técnica do oponente no esporte.

Seria interessante, dentro do modelo teórico de campo, convir que tratar sobre aprendizagem não significa que deva existir uma psicologia à parte e especializada, senão que simplesmente signifique a atenção aos aspectos de processo e de programação, especialmente relacionados aos da causa eficiente social.

3 CONCLUSÃO

O modelo teórico de campo, proposto por Josep Roca i Balasch, pretende demonstrar a existência de causa na variação do campo psíquico, mostrar a interdependência de fatores, unificar o discurso quantitativo por intermédio da interação de fatores e, evidentemente, organizar o ensino da psicologia pela análise do “quantum” e das leis psicológicas, tudo isso dentro de toda a normalidade da ciência explicativa aplicada aos campos que a comportem atualmente. Isso permitiria ordenar as barreiras teórico-práticas, principalmente, aquelas enfrentadas, em especial, pelos profissionais de psicologia no mercado de trabalho (BARRETO; LAZAROTO; BARRETO, 2013).

Como exemplo de aplicação, foi discutido o conceito de aprendizagem para o campo da Educação. A possibilidade de considerar esses fatores e as suas interdependências, permite construir uma base sólida para a organização da didática de ensino. Torna possível construir leis científicas das situações educativas utilizáveis nas decisões objetivas sobre as intervenções pedagógicas. Admitindo relações naqueles casos de vivências em práticas pedagógicas já na fase de formação para a docência (BECKER et al., 2012), reafirmando o conceito de segurança ontológica (SILVA JÚNIOR; EIDI, 2011).

O valor preditivo das teorias científicas deve contemplar o seu interesse prático: o de atingir seus objetivos. A teoria deve guiar a prática formulando predições sobre o que pode ocorrer quando se modificam os aspectos relacionados aos elementos, aos fenômenos ou ao campo onde eles atuam. Fato já comparado com outros paradigmas da educação, por Solà (2009), quando analisados dentro da racionalidade positivista, interpretativa e sociocrítica.

Compreendendo a importância do professor como figura da sociedade do conhecimento e da informação, como comenta Demo (2011), acredita-se no potencial desse modelo teórico como ferramenta para o seu desenvolvimento. Razão pela qual se considera que o objetivo proposto para este artigo foi atingido. Em linhas gerais foi apresentado o Modelo Teórico de Campo, proposto por Josep Roca i Balasch, com a visão do campo psicológico e da sua afeição para organizar a psicologia e suas aplicações, além de situá-la com as outras ciências naturais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. M.; LAZAROTO, T. C.; BARRETO, J. B. M. Caracterização de egressos e acadêmicos do curso de psicologia em relação à atuação profissional. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 4, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2013.

BECKER, E. T. et . Programa institucional de incentivo à docência frente aos desafios do processo ensino-aprendizagem. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, p. 35-46, dez. 2012.

BERTALANFFY, L. **Teoria general de los sistemas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

CAPARRÓS, A. **La psicología y sus perfiles**. Barcelona: Barcanova, 1984.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição**. Porto alegre: Artmed, 2009.

DEMO, P. Aprendizagens e novas tecnologias. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 9-32, jan./jun. 2011.

FORNER, D. S. G.; TREVISOL, M. T. C. Significados e funções da avaliação da aprendizagem escolar. **Roteiro**, Joaçaba, v. 37, n. 2, p. 243-264, jul./dez. 2012.

GELATI, F. C. A escola como instituição socialmente construída. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 1, p. 79-92, jan./jun. 2009.

HULL, C. L. **Princípios de conducta**. Madrid: Debate, 1943.

KANTOR, J. R. **Psicología Interconductual**. México: Trillas, 1978.

KÖHLER, W. **Psicología de la Configuración**. Madrid: Morata, 1967.

NERSESSIAN, N. How do scientists think? Capturing the dynamics of conceptual change in science. In: GIERE R. (Org.). **Minnesota Studies in the Philosophy of Science**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

PAVLOV, I. P. **Fisiologia y psicologia**. Madrid: Alianza, 1976.

RIBES, E.; LÓPEZ, F. **Teoría de la conducta**. México: Trillas, 1985.

ROCA, J. Allò que s'estronda amb la clausura política de l'Institut d'Estudis Catalans. **Paper presented at the Cicle de Conferències sobre les Ciències Experimentals i la Tecnologia a les Terres de Parla Catalana al Segle XX**. Barcelona, 2009a.

ROCA, J. Anticipació coincident. Apunts. **Educació Física i Esports**, Barcelona, v. 21, p. 15-22, set./out. 1984a.

ROCA, J. Aprendizaje perceptivo. En: BAYÉS, P. i A. (Org.) **Condicionamiento y Aprendizaje**. Tratado de Psicología General. Madrid: Alhambra, 1989.

ROCA, J. Associacions i configuracions perceptives visuals. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 2, p. 101-120, jan./fev. 1984b.

ROCA, J. Ciencias de la conducta: objeto material y objeto formal. **Conductual, International Journal of Interbehaviorism and Behavior Analysis**, Boston, v. 1, n. 1, p. 4-15, maio/jun. 2013.

ROCA, J. Conducta y Conducta. **Acta Comportamentalia**, México, v. 15, n. monográfico, p. 33-43, nov./dez. 2007a.

ROCA, J. Diálogo científico en el deporte: La aportación psicológica. In: TORRES, L. M.; PALACIOS, J. F. C. (Org.). **Temas actuales en psicología del deporte y la actividad física** Monterrey: Tendencias, 2010.

ROCA, J. El papel de las instituciones cognoscitivas en la ciencia psicológica. **Revista de Psicología general y aplicada**, Madrid, v. 46, p. 365-370, jun./jul. 1993.

ROCA, J. Ensenyança de la psicologia: la proposta del liceu psicològic. **REP:TE. Revista d'Ensenyament de la Psicologia: Teoria i Experiència**, Girona, v. 3, n. 1, maio/jun. 2007b.

ROCA, J. **Liceu Psicològic**. Barcelona, 2011. Disponível em: <<http://www.liceupsicologic.org/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

ROCA, J. L'inici de la psicologia científica i l'Institut: Ramon Turró. **Paper presented at the Cicle de Conferències sobre les Ciències Experimentals i la Tecnologia a les Terres de Parla Catalana al Segle XX**. Barcelona, 2009b.

ROCA, J. Movimientos y causas. **Acta Comportamentalía**, México, v. 5. p. 5-16, mar./abr. 1997.

ROCA, J. On the organism and the environment. **Behavior Analysis**, Chicago, v. 23, n. 3, 101-105, jul./ago. 1988.

ROCA, J. **Psicologia**: una introducción teórica. Girona: Documenta Universitaria, 2006.

ROCA, J. **Psychological Tables and Definitions**. Barcelona: LiceuPsicològic, 1999.

ROCA, J. **Seminario de filosofía naturalista**. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://filnaturalista.blogspot.com.es/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

ROCA, J. Sobre el concepto de "proceso" cognitivo. **Acta Comportamentalía**, v. 9, p. 21-31, jan./fev. 2001.

ROCA, J. **Temps de reacció i esport**. Barcelona: Generalitat de Catalunya - Institut Nacional d'Educació Física, 1983.

ROTH, E. Hacia un modelo de campo integrado en psicología: un aporte latinoamericano. **Revista Latinoamericana de Psicología**, Colombia: Fundación Universitaria Konrad Lorenz, v. 16, n. 2, p. 225-234, nov./dez. 1984.

SILVA JÚNIOR, E. E.; EIDT, P. Literatura e pós-modernidade: Os clássicos em crise na sociedade de consumo. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 166-173, jul./dez. 2011.

SKINNER, B. F. **Science and human behavior**. New York: McMillan, 1953.

SOLÀ, J. Els paradigmes científics en la investigació educativa i el model de camp psicològic. **Temps d'Educació**, Tarragona, v. 37, p. 235-252, mar./abr. 2009.

SURDI, A. C.; KUNZ, E. O pensamento moderno e a crise na Educação Física. **Roteiro**, Unoesc, v. 32, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2007.

VALDUGA, E. Q.; HOCH, V. A. Características de personalidade e motivos que levam acadêmicos a optar pelo referencial teórico humanista na prática terapêutica. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2010.

VYGOTSKY, L. S. **El desarrollo de los procesos psicológicos superiores**. Barcelona: Grijalbo, 1979.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento y lenguaje**. Buenos aires: La Pléyade, 1977.

VITÓRIO, S. M.; DAMAZIO, A. Avaliação do ensino de matemática: uma leitura a partir da teoria histórico-cultural. **Roteiro**, Joaçaba, v. 37, n. 2, p. 295-324, jul./dez. 2012.

WATSON, J. B. **El conductismo**. Buenos Aires: Paidós, 1976.

ZAWADZKI, P.; ROCA, J. Descripción de indicios perceptivos de velocidad para la anticipación del servicio de tenistas profesionales.

Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte, Islas Canarias, v. 7, n. 2, p. 251-270, 2012.

ZAWADZKI, P.; ROCA, J. Un estudio sobre indicios perceptivos para el resto en el servicio de tenis. **Revista de Psicología del Deporte**, Isles Balears, v. 19, n. 1, p. 59-71, 2010.